



ANÁLISE DO DISCURSO: GÊNEROS, COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE

WANDER EMEDIATO
IDA LÚCIA MACHADO
WILLIAM MENEZES
(org.)

completa o circuito de comunicação e segurança. O passeio diário onde se geração de beleza, segurança e cotidiano a satisfação com todo o projeto. A chegada a granito. As esquadras com proteção acústica e blac out para garantir a privacidade dos apartamentos. Os sistemas de comunicação e segurança do prédio incluem um completo circuito interno de TV. O prédio ainda conta com

possíveis unidades, cada um com metros quadrados. As piscinas das unidades, com uma planta em planície, da tem sal para três ambientes em porcelanato, duas suítes em granito (sendo um master) e cozinha conjugada com copa, também em granito e oferece até três vagas na garagem. As duas coberturas são equipadas com piscinas aquecidas. Para maior satisfação o cliente recebe

N.Cham. 418 A532 2006 v. 10

Título: Análise do discurso : gêneros, comunicação e sociedade .



146590609

413153

FALE
FALE

e ven-
one (31)

os, quadra
is adulto e

H532

2006

v. 10



**ANÁLISE DO DISCURSO:
GÊNEROS, COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE**

**WANDER EMEDIATO
IDA LÚCIA MACHADO
WILLIAM MENEZES
(org.)**

U.F.M.G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA



146590609

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

PosLin

**FALE
COM
NÓS**

**BELO HORIZONTE
NAD/POS LIN/FALE-UFMG
2006**

COPYRIGHT© 2006, Núcleo de Análise do Discurso- FALE/UFMG
 Direitos autorais reservados - Lei 5988/73.

Os capítulos assinados são de responsabilidade de seus autores, não traduzindo, necessariamente, a opinião do NAD/FALE-UFMG e podem ser reproduzidos, no todo ou em parte, para fins educacionais e de pesquisa. É vedada a sua comercialização, nos termos da Lei dos Direitos Autorais, Lei 9610/98.

Organizadores:

Wander Emediato
 Ida Lúcia Machado
 William Menezes

Ficha catalográfica:

Bibliotecárias da Faculdade de Letras-UFMG

Capa e projeto gráfico:

Patrícia Lex (JAVDesign)

NÚCLEO DE ANÁLISE DO DISCURSO

Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos
 Faculdade de Letras - Universidade Federal de Minas Gerais
 Av. Antônio Carlos, 6627 - Belo Horizonte-MG
 31776-650 - Tel.: 55 (xx) 31 3499-5101 - Fax: 55 (xx) 31 3499-5124
 discurso@letras.ufmg.br

Faculdade de Letras UFMG
 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA
 09/08/2006
 1465906-09
 UFMG

A532

Análise do discurso : gêneros, comunicação e sociedade /
 Wander Emediato, Ida Lúcia Machado, William Menezes
 (org.). – Belo Horizonte : Núcleo de Análise do Discurso,
 Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos,
 Faculdade de Letras da UFMG, 2006.
 336 p. : il. (Análises discursivas ; v. 10)

ISBN: 85-87470-96-5

1. Análise do discurso. I. Emediato, Wander. II. Machado,
 Ida Lúcia. III. Menezes, William. IV. Série.

CDD : 418

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

PROJETO DE EDITORAÇÃO CIENTÍFICA
SÉRIE - ANÁLISES DISCURSIVAS

Volumes publicados - Núcleo de Análise do Discurso:

1. Teorias e Práticas Discursivas: estudos em Análise do Discurso
2. Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso
3. Categorias e Práticas de Análise do Discurso
4. Análise do Discurso: Fundamentos e Práticas
5. Ensaio em Análise do Discurso
6. Análise do Discurso em Perspectivas (2003)
7. Gênero: Reflexões em Análise do Discurso (2004)
8. Análise do Discurso e Literatura (2005)
9. Movimentos de um percurso em Análise do Discurso:
Memória Acadêmica do Núcleo de Análise do Discurso da
FALE/UFMG (2005)
10. Análise do Discurso: Gêneros, Comunicação e Sociedade (2006)

COLABORADORES

ANTÔNIO LUIZ ASSUNÇÃO
UFSJ

DYLIA LYSARDO-DIAS
UFSJ

ELCIO LOUREIRO CORNELSEN
UFMG

EMÍLIA MENDES
UFMG

EVELINE DOGLIANI
UFMG

GLAUCIA MUNIZ PROENÇA LARA
UFMG

HUGO MARI
PUC/MG

IDA LÚCIA MACHADO
UFMG

IZIDORO BLIKSTEIN
USP

J. B. DONADON-LEAL
UFOP

JANICE HELENA CHAVES MARINHO
UFMG

JÚNIA DINIZ FOCAS
UFMG

KÁTIA MODESTO VALÉRIO
UFMG

MARALKE DE SOUZA NEVES
UFMG

MARIA CARMEN AIRES GOMES
UFV

MARIA DE LOURDES MEIRELLES MATENCIO
PUC/MG

MARIA NAZARETH SOARES FONSECA
PUC/MG

MÔNICA SANTOS DE SOUZA MELO
UFV

PATRICK CHARAUDEAU
UNIVERSIDADE DE PARIS XIII

PAULO HENRIQUE A. MENDES
PUC-MG

RENATO DE MELLO
UFMG

WANDER EMEDIATO
UFMG

WILLIAM AUGUSTO MENEZES
UFMG/ CAPES

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
1 REPRESENTAÇÃO E DISCURSO MUDIÁTICO: REFLEXÕES EM TORNO DA PRODUÇÃO DE SENTIDO	13
ANTÔNIO LUIZ ASSUNÇÃO	
2 O DISCURSO DO ESTEREÓTIPO NA MÍDIA	25
DYLLA LYSARDO-DIAS	
3 ANÁLISE DO DISCURSO E ESPETACULARIZAÇÃO EM EVENTOS DA MÍDIA: A OLIMPÍADA DE BERLIM	37
ELCIO LOUREIRO CORNELSEN	
4 ESTUDOS LINGÜÍSTICOS & ESTUDOS LITERÁRIOS: BEM ME QUERES, MAL ME QUERES?	53
EMÍLIA MENDES	
5 O PAPEL DO TIPO DISCURSIVO NA INTEGRAÇÃO ENTRE PERSPECTIVA DO EVENTO E TIPOS DE CONSTRUÇÕES VERBAIS	65
EVELYNE DOGLIANI	
6 AD E SOCIEDADE: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR	75
GLAUCIA MUNIZ PROENÇA LARA	
7 CONDIÇÕES SOBRE O DISCURSO POLÍTICO: A PROPÓSITO DA MENTIRA	89
HUGO MARI	
8 RELAÇÕES DE FORÇA/PODER ENTRE “ILUMINADOS” E “LOUCOS” ..	105
IDA LÚCIA MACHADO	
9 ANÁLISE SEMIÓTICA DO DISCURSO POLÍTICO E EMPRESARIAL	119
IZIDORO BLIKSTEIN	
10 DISCURSO, POLÍTICA E SOCIEDADE	133
J. B. DONADON-LEAL	
11 FOCALIZANDO AS RELAÇÕES DISCURSIVAS EM UM REALITY SHOW	145
JANICE HELENA CHAVES MARINHO	

12 DIALÉTICA E ARGUMENTAÇÃO:	
AS CATEGORIAS ARISTOTÉLICAS E O DISCURSO	161
JÚNIA DINIZ FOCAS	
13 IDENTIDADE E LINGUAGEM: UM ESTUDO DE ATOS DE FALA DE	
ACONSELHAMENTO EM UM REALITY SHOW	175
KÁTIA MODESTO VALÉRIO	
14 NOÇÕES DA ANÁLISE DE DISCURSO CRUCIAIS PARA PROBLEMATIZAR	
REPRESENTAÇÕES DO CAMPO DA LINGÜÍSTICA APLICADA	187
MARALICE DE SOUZA NEVES	
15 DISCUTINDO AS IDENTIDADES SOCIAIS NO GÊNERO DISCURSIVO HÍBRIDO	
REPORTAGEM-PUBLICIDADE	201
MARIA CARMEN AIRES GOMES	
16 OS ESTUDOS DOS GÊNEROS DO DISCURSO:	
LEITURAS E EFEITOS DA ABORDAGEM BAKHTINIANA	215
MARIA DE LOURDES MEIRELLES MATENCIO	
17 REFLEXÕES SOBRE A LINGUAGEM LITERÁRIA	227
MARIA NAZARETH SOARES FONSECA	
18 GÊNERO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS:	
A PUBLICIDADE NA MÍDIA TELEVISIVA	237
MÔNICA SANTOS DE SOUZA MELO	
19 O DISCURSO POLÍTICO	251
PATRICK CHARAUDEAU	
20 DISCURSO E SOCIEDADE: DOS GÊNEROS AOS ATOS DE LINGUAGEM ...	269
PALLO HENRIQUE A. MENDES	
21 A ANÁLISE DO DISCURSO	
E SUAS INTERSEÇÕES COM A CRÍTICA LITERÁRIA	287
RENATO DE MELLO	
22 A ENUNCIÇÃO COMUNITÁRIA DOS GÊNEROS DISCURSIVOS	299
WANDER EMEDIATO	
23 ÉTOS, ÉTICA E LUGARES DE DEGENERESCÊNCIA	
DO DISCURSO POLÍTICO	311
WILLIAM AUGUSTO MENEZES	

PREFÁCIO

A heterogeneidade de temas tratados neste livro mostra o papel que vem desempenhando a Análise do Discurso no Brasil. Cada vez mais, a AD se apresenta como um campo de estudos que reivindica a transdisciplinaridade ao mesmo tempo em que assume um espaço de direito dentro dos estudos lingüísticos. De fato, é como uma lingüística do discurso que a AD se enuncia na atualidade, preenchendo um espaço essencial no campo da lingüística ao se interessar pelo estudo da linguagem em suas mais variadas dimensões. É justamente esse interesse pela investigação do objeto discursivo construído pelo uso da linguagem que vem despertando a atenção de estudiosos de diversas áreas das ciências humanas e sociais.

O título desta coletânea, "Gêneros, Comunicação e Sociedade" já evoca a extensão temática, bem como a pluralidade de perspectivas capazes de identificar pontos e entradas de análise. Se as perspectivas de análise podem ser plurais e até mesmo particulares, um objetivo comum se torna evidente: como compreender o funcionamento da linguagem dentro da diversidade e complexidade das situações de comunicação e das formas de interação existentes hoje nas sociedades? Não se trata de uma Sociologia – mas não se pode negar o seu desejo de compreensão das relações sociais; não se trata de uma Psicologia – mas como negar o interesse pelos princípios psicológicos que movem os seres

em relação; não se trata de uma História – mas como descartar o peso da história na sedimentação das diferentes formas de interação comunicativa? A Análise do Discurso hoje, como no passado, não nega seu lugar de integração transdisciplinar, mas define o seu objeto privilegiado: a linguagem. Dentro desse objeto encontram-se várias questões: o que leva o homem a comunicar? O que justifica um certo agir comunicativo? Como as formas de interação se tornam rotineiras e que princípios as regulam e normatizam? Como podemos descrever as lutas discursivas que colocam face a face grupos minoritários e majoritários em busca de conformidade e mudança? Como as instâncias de produção e de recepção se integram a unidades reguladoras das práticas discursivas? Qual o papel exercido pelo poder e pelas relações de dominação nas práticas de linguagem?

É possível proceder a uma descrição sistemática das regularidades discursivas e, ainda, o que dizem essas regularidades quanto às formas normativas e transgressivas das atividades comunicativas? É possível compreender uma comunidade através de suas práticas de linguagem? Os gêneros discursivos e textuais obedecem a alguma lógica relacionando linguagem e ação? Como compreender hoje o conceito de indivíduo quando as hipóteses nos levam ao seu desaparecimento em proveito de uma enunciação comunitária (um dialogismo radical) que o ultrapassa e, mais do que isso, o assujeita?

Essas e muitas outras questões parecem mover hoje os analistas do discurso que buscam instrumentos e aparelhos metodológicos capazes de auxiliá-los na descrição e na interpretação dos objetos discursivos. Podemos compreender a extensão dos interesses atuais da análise do discurso percorrendo alguns dos temas tratados neste livro: o discurso político, as interações na sala de aula e no domínio educativo, a palavra publicitária, a comunicação religiosa, o jornalismo, os estereótipos sociais na mídia, a crítica literária, a linguagem empresarial, o *reality show*, a televisão, a mentira, etc.

Se a análise do discurso, por um lado, mantém um forte componente de crítica social que nos faz refletir sobre as práticas do cotidiano e, como dizia Bakhtin, suas ideologias, ela se guia cada vez mais pela vontade de compreender o funcionamento dessas práticas bem acima dos julgamentos de valor. Nesse sentido, podemos observar a preocupação crescente com os aspectos metodológicos da pesquisa, a organização e a necessária definição das categorias de análise que permitam uma maior fundamentação das análises interpretativas. Assim, a Análise do Discurso vai se consolidando como um campo de estudos indispensável à compreensão dos fenômenos de linguagem e fundamental para todos os pesquisadores que buscam instrumentos capazes de auxiliar o desenvolvimento de pesquisas que incorporem, de modo privilegiado ou não, o discurso como objeto.

Os artigos publicados neste livro, com exceção do texto de Patrick Charaudeau, foram apresentados no I Encontro Mineiro de Análise do Discurso, realizado na Faculdade de Letras da UFMG e organizado pelo Núcleo de Análise do Discurso (NAD), em 2005. O evento contou com o apoio da Fale-UFMG, da Capes, do Cenex-Fale, da pró-reitoria de pós-graduação da UFMG e do Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos da Fale.

Este livro, o décimo volume de uma coleção inaugurada pelo NAD – Núcleo de Análise do Discurso da Faculdade de Letras da UFMG – em 1998 vem consolidar um trabalho que reúne pesquisadores da UFMG e de várias outras instituições brasileiras, em especial de Minas Gerais. Num certo sentido, esta coletânea coloca em evidência o dinamismo da pesquisa em Análise do Discurso nas universidades mineiras.

WANDER EMEÍATO

1

REPRESENTAÇÃO E DISCURSO MIDIÁTICO: REFLEXÕES EM TORNO DA PRODUÇÃO DE SENTIDO

ANTÔNIO LUIZ ASSUNÇÃO

UFSJ

Esse trabalho objetiva discutir a relação entre Análise do Discurso e Mídia. Diante de uma temática tão complexa, a pergunta inicial não pode deixar de incidir sobre a relação entre mídia e o mundo em que seus textos estão inseridos. Como a mídia se relaciona com os acontecimentos que se tornam seu objeto? Nessa perspectiva, o que se faz necessário é pensar a relação entre a mídia e os acontecimentos que vêm à tona, saem da escuridão por um ato midiático. Podemos nos perguntar: o que é acontecimento tornado notícia? Uma representação que, ao irromper na mídia, separa-se do real, ou o real que, na sua discursividade incessante, deixa de existir para se afirmar na imagem, no enunciado banalizado que a mídia nos apresenta.

Estas questões, por mais incômodas, problematizam nossa relação com o mundo, à medida que nos interpela e nos situa, pois esbarra nas nossas seguranças mais radicais – aquelas que dizem respeito à nossa identidade e ao nosso estar no mundo. O que está em jogo, em primeiro lugar, é o acontecimento no sentido negativo de Foucault, um fato que se torna objeto de descrição do historiador. Pode-se perguntar, no caso da mídia, seja ela impressa

ou não, se há funcionamento do gesto do historiador. O que se pretende nesse ensaio é problematizar esta relação, discutindo esse fazer da mídia e suas implicações. Afinal, sob olhares impassíveis ou incomodados, as imagens passam na televisão e os enunciados cristalizam-se nas páginas dos jornais e revistas. E nesse, digamos, passamento, funda-se o real com o qual convivemos, o real de que se faz a matéria que nos constitui sujeitos.

Em uma concepção de linguagem em que se consideram os discursos com práticas sociais e como resultados do trabalho do sujeito sobre a língua, é necessário estar atento ao processo de construção do universo discursivo e às relações que acabam por ser estabelecidas entre os interlocutores. Não se pode perder de vista que todo “eu”, ao tomar a fala, para dirigir-se a um “tu”, que ele constitui, interfere nas representações sociais que circulam no meio social, atribuindo-lhes valores positivos ou negativos. Sob esse olhar da linguagem como prática social e sob uma concepção interacionista, as condições de emergência de todo e qualquer discurso se definem pela motivação do dizer, fundada na relação entre um enunciatador e um enunciatário.

Nesse jogo interativo, o sistema de referências, a que os sentidos remetem e de acordo com os quais os sujeitos são interpelados e localizados, é construído pelo enunciatador para fazer com que o enunciatário participe de suas experiências. Nesse sentido, toda atividade do sujeito, compreendida como um trabalho exercido sobre a linguagem, objetiva a constituição desse discurso mobilizador do outro, localizando-o em relação às representações que constrói por meio do texto que produz. O estabelecimento das relações entre os sujeitos, desse modo, caracteriza-se pela identidade marcada pela interpelação que os qualifica e os localiza em referência ao universo discursivo. Mantêm-se, assim, as relações de poder vigentes.

Considerando-se, sob esta ótica, a relação entre linguagem e ideologia, deve-se reconhecer, com Therborn (1989), que a

ideologia funciona na desordem, uma vez que os discursos não se constituem como corpos de pensamentos únicos ou como um conjunto de idéias a serem estudadas e conservadas, mas antes, e acima de tudo, sob a forma do embate em que as diferentes posições estão em luta. O funcionamento da ideologia, portanto, deve ser compreendido como "processos sociais em curso" (Therborn, 1989), em que os indivíduos são interpelados e qualificados como sujeitos para exercer, a partir dessas posições, determinadas atividades e responder aos apelos da interpelação. O tipo de interpelação que se aceita - "sim, isso é o que sou, assim sou eu!" - repercute na atuação com quem se responde a convocação. A luta ideológica não ocorre apenas entre visões rivais do mundo. É também uma luta pela afirmação de uma determinada subjetividade - como crente, cidadão ou membro de uma dada classe, por exemplo. Esta operação efetua-se pela definição de determinados sujeitos (pela inclusão ou exclusão dos mesmos) - como as "classes produtivas", o "povo" ou "os explorados" - pelo tipo de subjetividade que deveria ser aplicada como no caso de uma convocatória de greve (Therborn, 1989: 64).

Deve-se considerar que, nesses termos, se compreende todo o processo discursivo, seja ele midiático ou não, como constitutivo da realidade, das identidades sociais, o que implica reconhecer que os discursos constituem as condições de sua própria emergência. Ao discutir as relações entre linguagem e poder, van Dijk (1998) observa que o exercício do poder se afirma a partir do consenso da comunidade e, para tal, toma a forma da hegemonia, no sentido de Gramsci (1971). Exerce-se, desse modo, o poder pelas ações cotidianas, tornadas naturalizadas por meio da construção hegemônica de uma dada ordem consensual. Nesse caso, o papel reservado aos discursos é aquele dos embates sociais, de acordo com o qual a luta pelo sentido ocorre, em que as vozes se sobrepõem. Não há como negar, nesse quadro, o lugar preponderante da mídia, o seu papel como espaço de lutas

discursivas, proporcionadas pela variedade de gêneros textuais que nela habitam.

O papel da mídia torna-se mais evidente quando se considera que o consenso, como uma ordem reguladora dos sentidos aceitos, atua de forma flexível, sendo maleável aos movimentos históricos e marcados, portanto, pelo tempo e pelo espaço. De Goede observa que

... a organização da sociedade ocorre segundo o interesse de uma dada fração da classe dominante, ou seja, por meio da ideologia dominante, geralmente aceita como sendo de interesse geral de todas as classes sociais. As mudanças estruturais na esfera da produção (as esferas econômicas financeiras) estão inevitavelmente ligadas aos conflitos (...) Novas forças articularão e propagarão um novo modelo de organização social (De Goede, 1996, p. 321).

Para considerar o papel e o lugar da mídia nessa relação entre discurso, poder e ideologia, tomemos o enunciado (1), publicado na revista *Vêja* de 16 de abril de 1997.

(1) No país da globalização, Stedile acredita em família, Deus e pequena propriedade (*Vêja*, .)

Diante do conflito da terra e sob a égide da nova ordem mundial, é possível compreender o sentido desse enunciado. Melhor ainda, somente nesse momento histórico específico, em que uma nova ordem sobre as relações sociais se estrutura, que esse enunciado pode ser enunciado e fazer sentido. Sabe-se que esses conflitos definem-se em termos de luta política e, à medida que essas lutas avançam, novas formas de conflito e novo modelo de organização social são instituídos. Frente a essas novas relações de poder, desse acontecimento “conflito da terra”, as práticas discursivas tomam para si esse novo objeto para fazê-lo significar.

Não seria possível pensar esse enunciado, produzido no interior da mídia durante o regime militar. Afinal, o regime de exceção

buscava fundar sua legitimidade de acordo com o princípio de organização social, em que se considerava com quadro de referência do país a sua soberania. Nesta soberania, havia o papel preponderante das fronteiras, produzindo o sentido da delimitação geográfica. Fazer sentido da soberania nacional era, nesta época, responder sob a interpelação do espaço geográfico. Nestas condições de produção do sentido, as representações sociais do real produzidas pela mídia constituíam-se sob o princípio da soberania como limites demarcados pelo espaço geográfico, pelo princípio do controle social, fundado na família e na igreja. O Estado garante as fronteiras e, portanto, a propriedade; a família, os valores sociais e, a igreja, acenava com os valores morais e religiosos.

O que fazia sentido eram as representações atravessadas por essa trindade: Pátria, família e Deus. Esta tríplice enunciação deslizava para outros dizeres parafrásticos – tradição, família e propriedade. Nesses termos, o que era possível dizer remontava a essa formação triádica que instauravam a formação ideológica. Era nesse espaço que se podia dizer e fazer sentido. Tomando o conceito de Foucault (1998), esta era a formação discursiva que assegurava a possibilidade de fazer sentido. Como observa Foucault *o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar* (p. 60).

Nesse sentido, o saber que se aplica ao social, à mídia define-se pelo que deve ser valorizado, partilhado e distribuído a todos. Para que esse discurso faça sentido e organize os indivíduos como sujeitos jurídicos, disciplinando-os e submetendo-os à ordem, Foucault concebe o discurso como um espaço sem origem e sem autoria que se responsabilize pelo dizer, negando a sua continuidade e, portanto, afirmando o discurso como uma dispersão de enunciados. Esse procedimento de negação da autoria e de afirmação da dispersão requer o reconhecimento de que a relação entre o mundo e aquilo que chamamos de acontecimento

discursivo, o reconhecimento de que não há no mundo algo que seja legível, que faça sentido por natureza. Esse papel de responsabilizar-se pelo acontecimento discursivo foi assumido pela mídia, o papel de fazer a mediação, no sentido *lato* do termo.

As práticas discursivas, desse modo, fundam o real; pela mediação afirma-o como objeto discursivo, como acontecimento e, como tal, passível de legibilidade, de interpretação. Desse postulado, emerge a condição de que não há um sentido oculto, mas que os sentidos se produzem sob as condições da emergência do discurso. Sob as condições do acontecimento discursivo, podemos pensar, então, as práticas sociais discursivas, entre elas, aquelas da mídia, compreendendo-as como práticas sociais fundadoras da esfera pública, dos espaços públicos, dos embates de sentidos que constituem a sociedade.

A mídia tem o poder reconhecido por sua eficácia na construção de representações sociais, sejam elas do mundo, do tempo em que estamos inseridos, sejam elas as identidades dos agentes sociais que nesse espaço convivem e disputam sentidos. É necessário, assim, reconhecer sua eficácia na manutenção dos regimes políticos e das políticas de representação que sustentam essas representações.

Se não há nada de específico no real que seja por natureza interpretável, o discurso, portanto, assume o papel de tornar o real legível e interpretável. Assim ao lermos os jornais ou assistirmos à TV, de que real falamos/ouvimos quando pensamos a relação entre a mídia e o discurso?

Consideremos, em outro exemplo, o modo como aquilo que chamamos real se constitui como objeto simbólico. Assim, a revista *Veja*, em sua edição de 13 de agosto de 2003, estampava em sua capa o enunciado

(2) Retratos do Brasil que dá certo

Em letras maiúsculas, esse enunciado fundava um Brasil desejado. Seguido de fotos de fotos emolduradas, fazendo uma contraposição com um fundo de fotografias esmaecidas de anônimos, de personalidades. Esta contraposição sustenta e valida o sentido do enunciado, à medida que dá as condições de sua emergência, pois traz no dito “Brasil que dá” o Brasil que não dá certo. Abaixo de cada foto, há pequenos dizeres controladores do olhar que se debruça sobre as fotos. Esses enunciados controladores cumprem a função garantir o fazer sentido do evento discursivo que inventa o “Brasil que dá certo”.

Aqui, reconhece-se a capacidade da mídia em produzir conhecimento e atribuir valores aos objetos do mundo que representa. De repente, os interlocutores ficam sabendo que o “Brasil dá certo”. Mas se em todo dito, há o não-dito, há também que se pensar a narrativa que se constitui entre as fotos e suas legendas. A sintaxe dessas legendas situa esse espaço narrativo da história se passa, mas que é silenciada. Entre as preposições que iniciam o sintagma preposicional, institui-se o morfema descontínuo *de... a* e suas variantes, como se pode observar nos enunciados abaixo:

(3)a. Mailson da Nóbrega

De contínuo a guru econômico

b. Lírio Parisotto

Da enxada ao bilhão de reais.

c. Marina Silva

De empregada doméstica a ministra

d. Alberto Saraiva

Da padaria a concorrente do Macdonald's

e. Manoel Horácio

De vendedor de flores a banqueiro.

Assim, os dizer “De contínuo a guru econômico”; sob a foto de Mailson da Nóbrega, e “Da enxada ao bilhão de reais”, abaixo da

foto de Lírio Parisotto, por exemplo, definem-se como a fala constituinte das novas identidades. Nesse jogo, marcado pelo espaço da origem (a preposição “de”) e as posições atuais (a preposição “a”), há a marca do silêncio, que não explicita, não deixa vir a tona a narrativa dessa história de sucesso.

Esse silêncio é significativo, faz sentido, o que vemos não é o real, mas sua invenção discursiva, mediado, enfim, o seu acesso. Essas histórias individuais, surgidas como modelos do sucesso, asseguram que não há falhas, nem equívocos e afirmam o consenso do sujeito jurídico do capitalismo. O efeito de sentido que permanece nesse discurso deriva para a afirmação do lugar que cada um deve ocupar e da responsabilidade que cabe a cada indivíduo. Quem dá certo não as pessoas, sustentadas em sua individualidade, mas o Brasil, ainda que ao fundo a massa anônima de brasileiros, surge incomodamente como o Brasil real.

Observem que a retomada do pronome relativo recai sobre o nome “Brasil” e não sobre os retratos, cuja semântica referencia os indivíduos retratados. Assim, o jogo se constitui na ambigüidade do nome plural “retratos”, que, de um lado, retoma iconicamente as personalidades estampadas na capa; e de outro, não retoma as fotos individualizadas, mas uma parte do Brasil que dá certo. Nessa ambigüidade, silencia-se a história para afirmar o presente e acenar para um futuro possível.

Nesses termos, por meio da mídia, instituem-se saberes, pois aquilo que chamamos real torna-se, enquanto objeto discursivo, objeto simbólico. Assim, relatar, descrever o acontecimento, implica constituí-lo. Independente dos sujeitos discursivos, interpelados e constituídos pelo discurso que se manifesta na capa da *Veja*, essas personalidades retratadas e esse “Brasil que dá certo” passa a existir, ganha existência a partir do mundo discursivizado pelo olhar midiático.

Como sugere Pêcheux, em *Discurso. Estrutura ou acontecimento*, ao pensar o enunciado – *on a gagné* – diante da vitória de Mitterand,

Cra, entre esses gritos de vitória, há um que vai “pegar” com uma intensidade particular: é o enunciado “ou a gagné” [“ganhamos!”] repetido sem fim como um eco inesgotável, apegado ao acontecimento”.

“A materialidade discursiva desse enunciado coletivo é absolutamente particular: ele não tem o conteúdo nem a forma nem a estrutura enunciativa de uma palavra de ordem de uma manifestação ou de um comício político (Pêcheux, 1990:21).

Embora resultante de um acontecimento político – a vitória de Mitterrand, esse enunciado não possui a tessitura dos enunciados ou das palavras de ordem dos movimentos políticos. Mas ainda que haja nem a forma, nem o conteúdo, nem a estrutura do dizer político, esse enunciado surge apegado, colado ao acontecimento. Diante desse fato, o dizer de uma torcida em um estádio, apropriado pela multidão nas ruas diante do resultado de um evento político, leva Pêcheux a observar que é necessário “aprofundar a crítica das relações entre o funcionamento da mídia e aquele da “classe política” (Pêcheux, 1997:21). O que está em pauta é esse dizer que “sobredetermina o acontecimento”: o que leva Pêcheux a se perguntar sobre quem ganhou e ganhou o quê?

Da mesma forma, pode-se se perguntar “que Brasil é esse?” Quem são esses indivíduos na foto? Quem está representado? Mas o que a capa da revista traz por meio de seu fazer discursivo é a apaziguação dos conflitos que nos impede e nos suspende diante da possibilidade dessas perguntas. Até mesmo, questionar sobre o sentido do sucesso, parafraseado no enunciado “Retratos do Brasil que dá certo”. Apesar desse impedimento e da suspensão diante do dizer, os conflitos surgem representados nessa mesma capa, através do silenciamento da história que se esconde nos enunciados que se seguem:

- (4)a. Apesar das crises, de cada seis pessoas que se movem na pirâmide social, cinco melhoram de vida.
- b. Oito de cada dez integrantes da elite são recém-chegados.

Na concessiva “apesar das crises...”, por exemplo, apagam-se as histórias do fracasso representado por aquele que não melhorou de vida, o “um” recalcitrante que desqualifica a história de sucesso do Brasil. Nesse sentido, a opção pela representação positiva silencia a história dos fracassos. Ainda que se represente a crise a crise, essa representação cumpre o objetivo de negá-la, pois na afirmação concessiva o que se segue sob o foco é positividade dos números. No entanto, esse processo de representação do positivo pelo jogo opositivo na construção do referente discursivo, cabe observar a história que escapa por meio das trilhas do não-dito, jamais dito, mas que, como observa Foucault (1998), está sempre dito.

Se um em cada seis não assusta os leitores de *Veja*, então a memória discursiva situa esse enunciado numérico em uma ordem discursiva em que se filiam os saberes disciplinares da matemática e da estatística. Nesse lugar de enunciação, a proporção não adquire o sentido de valor capaz de negar a restrição marcada pela concessiva “apesar de...”. Todavia, a proporção numérica representada pelo midiático produz, como significante, o efeito de sentido do “Brasil que dá certo”. Submetido a uma outra lógica, a um outro discurso, pode-se observar o deslizamento do sentido que culmina com o silenciamento que apaga as evidências da diferenças sociais do “Brasil que dá certo”.

Sob essa lógica do número, nesse discurso do saber estatístico, se a representação numérica for retirada da ordem das unidades e submetida à ordem dos milhões, bilhões de brasileiros, o sentido desse dizer deixaria ser persuasivo. Esse silenciamento da parte do Brasil que perde surge nessa materialidade do dizer que o nega. Esse mesmo silenciamento pode ser observado quando se considera o enunciado (5):

(5) O Brasil é o país de maior mobilidade social do mundo.

Se considerarmos o papel da referência no discurso, poderemos compreender o funcionamento da diferença entre o uso do nome

próprio e dos nomes comuns. Falamos aqui da referência de curto alcance dos nomes próprios que tem como funcionamento a identificação e a particularização dos objetos a partir de uma dada classe de indivíduos. Assim, referir-se ao Brasil e colocá-lo com tema, implica particularizar o seu lugar no mundo, situá-lo em uma situação privilegiada. Mas falamos também da referência do nome comum "mundo" que generaliza a classe dos objetos, o que implica a impossibilidade da identificação. De que mundo o enunciado fala? Ao generalizar, há o impedimento dos parâmetros sobre os quais se constrói a comparação: é o silenciamento que recai sobre os objetos do mundo tomados pelo discurso como objetos de comparação.

O que poderia aparecer como uma marca negativa surge acentuada, porém, pela marca da negatividade. Se o Brasil é o país que apresenta a maior mobilidade, ele também é o país que mais possibilita a mudança. Mas o que se esconde nessa possibilidade de mudança? O que surge silenciado pelo item "mobilidade social"? Que sentido fazemos dessa mobilidade? Se não há espaço para a mobilidade, como mover? No entanto, se há espaço para se mover, há espaço para ser ocupado. Portanto, o dizer da "mobilidade social" prevê em certo nível o dizer da "imobilidade social". É nessa descontinuidade discursiva que se filtra o sentido. Noutros termos, apenas países com maiores diferenças sociais podem permitir maior mobilidade. Nesse deslizamento do sentido, buscando o efeito de sentido da positividade, escapa o dizer não-dito que nega esse lugar do "Brasil que dá certo".

À GUIA DE ALGUMAS CONCLUSÕES

É importante observar, por fim, que a diferença nesses dois pontos de vistas diz respeito aos lugares da enunciação discursiva: aquele da mídia que busca representar e inventa "O Brasil que dá certo" e aquele ponto de vista que surge como a contrapalavra, no sentido

bakhtiniano. Esses dois lugares constituem dois sujeitos discursivos distintos e interpelam os indivíduos a partir dessas duas posições distintas. Podemos compreender, dessa forma, de que lugar a mídia se coloca, nesses enunciados para dizer e fazer sentido. Qual o sentido de “dar certo” que esse dizer midiático institui como valor?

As escolhas das informações relevantes, enquanto procedimento de construção do objeto discursivo, e a sintaxe, como procedimento de organização desses referentes discursivos desencadeiam o processo de construção de sentido que ultrapassa a mera descrição do acontecimento. Não se pode reconstruir o acontecimento de fora, como mero objeto da descrição, mas observá-lo em sua relação com o acontecimento discursivo que, no nosso caso, se dá a partir da mídia. A mídia, portanto, possibilita a visibilidade e a caracterização dos fenômenos como político-ideológicos. Nesse fazer sentido, afirma-se o lugar de onde se devem olhar os acontecimentos não-discursivos. Por meio das práticas textuais da mídia, os acontecimentos se tornam simbólicos e pedem interpretação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- De GOEDE, Marieke. Ideology in the US welfare debate: neo-liberal representation of poverty. *Discourse and Society*, London, v. 7, n. 3, p. 317-357, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 4. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1998.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.
- THERBORN, Göran. *La ideología del poder y el poder de la ideología*. Tradução Eduardo Terrén. 2. ed. (espanhol). México: Siglo Veintiuno editores, 1989.

2

O DISCURSO DO ESTEREÓTIPO NA MÍDIA

DYLIA LYSARDO-DIAS

UFSJ

C'est avec du vieux qu'on fait du neuf.
Mc Luhan

Falar em mídia é falar em discursos, cultura e informação. É falar do poder dos discursos e de uma cultura da informação inscrita em um determinado espaço socialmente organizado. Falar em mídia é falar, sobretudo, da circularidade de discursos através dos quais os indivíduos atuam como sujeitos históricos e participam de diferentes tipos de produção cultural.

Por meio dessa circularidade ecoam sistemas de relacionamento, formas de atuação social e representações aparentemente homogêneas e inquestionáveis. Isso porque a regularidade de certos códigos de referência cria a ilusão de unidade em termos de visão de mundo e de percepção da realidade, o que reduz e inibe a possibilidade de discordâncias e rupturas.

Trata-se, na verdade, de interdiscursos que tendem a ser reproduzidos e se materializam em diferentes textualizações que interagem e dialogam entre si. À força de serem repetidas e retomadas, essas referências interdiscursivas e intertextuais vão se consolidando e se cristalizando como representações socialmente partilhadas, ou seja, como estereótipos. Se a língua,

na sua dimensão de sistema de significação convencional, pode ser vista como um sistema de estereótipos (Dufays, 1994), seu uso em situações efetivas de interação depende da mobilização de certos universos de referência comuns aos interlocutores.

O objetivo desse trabalho é apresentar algumas reflexões sobre as formas de articulação dos estereótipos na mídia no intuito de identificar e descrever seus processos de incorporação. Sendo uma imagem ou representação comum (Amossy e Pierrot, 1997), o estereótipo, nas suas diferentes configurações, atua como uma estratégia discursiva pautada na retomada do “já-dito” e constitui igualmente um material simbólico que participa da construção e do reconhecimento de uma identidade coletiva porque opera uma categorização que incide na imagem que os sujeitos têm de si e dos outros. Assim, a mídia, ao mobilizar representações e instaurar identidades, deixa entrever sua dimensão de fenômeno social que reflete, ao mesmo tempo em que institui, uma compreensão da “realidade” por meio da e na atividade discursiva.

Entendemos que o estudo dos modos de funcionamento do estereótipo na mídia pode contribuir tanto para ampliar a compreensão da linguagem como uma prática social, princípio maior que norteia as pesquisas sobre o discurso, quanto para abordar a mídia como fenômeno sócio-discursivo.

1. CONCEITUAÇÃO E FUNCIONALIDADE DO ESTEREÓTIPO

A noção de estereótipo varia conforme o ponto de vista adotado: na perspectiva da psicologia social, por exemplo, ele é associado às representações sociais, pois se trata da imagem que os membros do grupo fazem de si próprios e dos outros membros. Seu estudo se justifica como forma de analisar as relações e as interações sociais e está associado a questões relativas ao preconceito e à discriminação.

Do ponto de vista literário, ou pelo menos na literatura ocidental (c.f. Dufays, 1994), a noção de estereótipo oscilou entre uma avaliação positiva, que o compreendia como um lugar comum

imprescindível para a estética e a retórica da obra, e uma avaliação negativa, pautada na suposta falta de originalidade a ele associada.

Uma outra perspectiva de abordagem é aquela adotada pela semântica lexical e que foi proposta por Putnam: o estereótipo se relaciona ao protótipo por constituir uma representação semântica que é associada a uma palavra e situada em nossa memória lexical, compondo o nosso sistema de referência (Putnam, 1985). Assim o estereótipo é definido como uma idéia convencional, relacionada a uma palavra em uma dada cultura, palavra que fornece uma descrição típica vinculada a uma norma social.

Sob a perspectiva discursiva, a noção de estereótipo é, geralmente, associada à noção de pré-construído, noção que foi introduzida por Michel Pêcheux nos anos 70. O pré-construído diz respeito aos conhecimentos, valores e julgamentos sob os quais se assentam os enunciados, mas que não se encontram explicitados na superfície textual. Trata-se daquilo que, ao contrário do que é elaborado durante e através do processo enunciativo, é mobilizado como uma evidência anteriormente estabelecida. Mais que um simples saber pressuposto ou implícito, consideramos o pré-construído como um domínio referencial que preexiste ao acontecimento discursivo e que é por ele renovado e solidificado sempre que retomado. Sob essa ótica, o estereótipo pode ser tomado como um elemento agregador que tende a instaurar um espaço de aproximação e de reconhecimento através da mobilização desse domínio referencial de existência notória. Consolidado pelo uso e marcado pela convencionalidade, o estereótipo é uma representação fixada e partilhada por uma coletividade que depende dele para interagir.

Dessa maneira, o estereótipo constitui um modo de conhecimento e uma forma de identificação social, oscilando entre aquilo que já é conhecido e aquilo que será dado a conhecer. Essa duplicidade é responsável pelo seu caráter dinâmico: cada vez que é acionado, ele é, de alguma forma, atualizado porque inserido em um contexto efetivo de comunicação e de interação social que o reforça.

De forma bem sucinta, poderíamos identificar diferentes funções do estereótipo, funções que não se excluem tendo em vista a articulação e a compatibilidade entre elas; a predominância de uma sobre a outra em determinada interação verbal apenas atesta a polifuncionalidade do estereótipo. Tais funções podem ser assim enumeradas:

- (i) função interacional: no quadro das instâncias de comunicação, o estereótipo faz apelo à cooperação dos sujeitos destinatários, que devem recorrer a saberes supostamente comuns. O estereótipo é um instrumento de produção e de recepção das mensagens. Para que haja interação e intercompreensão os sujeitos comunicantes devem estar de acordo sobre um “denominador comum” de saberes;
- (ii) função pragmática: o estereótipo, de alguma forma, determina valores e dita normas sociais a partir das quais a realidade será ou deverá ser vivenciada pelos membros de uma comunidade;
- (iii) função construtiva: como as interações dependem de uma “base comum” sem qual elas não aconteceriam, é partir do estereótipo, daquilo que já é conhecido/dado, que se elabora um “novo” discurso;
- (iv) função lúdica: os estereótipos podem estar na origem de um jogo de imagens/textos com fins estéticos ou voltados para um trabalho paródico de subversão e deslocamento do pré-construído. Nesse último caso, a desconstrução acontece via ruptura e questionamento;
- (v) função cognitiva: os estereótipos funcionam como *esquemas organizadores* (Coste, 1998) de conhecimentos que serão tratados e absorvidos a partir da relação que o indivíduo estabelece entre esse novo saber e aquilo que já detém. Esses esquemas viabilizam o processamento do novo que caracteriza cada enunciação.

Todas essas possibilidades do estereótipo acima descritas dependem do seu reconhecimento em termos de “citação social”, que, por sua vez, está relacionada a “modelos culturais”

amplamente disseminados. Tais modelos captam uma totalidade no sentido de universalizar percepções e impor uma concepção comum e abrangente. Por isso, cada vez que um estereótipo é mencionado, procede-se a uma *hiper-generalização* (de Carlo, 1997) já que o singular é atribuído a uma categoria geral, a diversidade é relativizada, as identidades individuais são diluídas em favor de identidades coletivas. É da natureza do estereótipo homogeneizar crenças e comportamentos e estabelecer normas sociais.

Nesse sentido, o estereótipo revela seu caráter prescritivo já que tende a fixar uma visão de mundo e uma forma de apreensão da "realidade". Mas, nem por isso, ele perde sua funcionalidade descritiva de organizar e classificar o mundo a partir de categorias já existentes. Em ambos os casos, o estereótipo materializa conteúdos proposicionais cujo teor ideológico diz respeito a sistemas de idéias socialmente estabelecidos que orientam a ação dos indivíduos.

2. A MÍDIA E OS PROCESSOS DE ESTEREOTIPAGEM

O imperativo mercadológico que rege o funcionamento da mídia¹ afeta as relações entre as instâncias de produção e recepção das mensagens: por uma questão de sobrevivência econômica, a mídia precisa captar uma audiência cada vez mais ampla e capaz de assegurar ganhos compatíveis com o custo de suas atividades. Para tanto, há um investimento significativo em recursos visando garantir a criação, difusão e abrangência na veiculação das mensagens. Isso gera uma busca por estratégias sofisticadas e eficazes para que ela atinja seus objetivos comunicacionais e, conseqüentemente, a eficácia econômica.

Se, por um lado, a mídia envolve um tipo de produção discursiva comprometida com um circuito econômico movido pela obtenção

¹ Utilizamos a expressão *mídia* para fazer referência ao conjunto de diferentes meios e veículos de comunicação.

e manutenção da audiência máxima, por outro, ela encontra-se inserida em um contexto histórico-cultural de interação entre indivíduos e entre eles e o espaço social do qual fazem parte. Nesse sentido, o dispositivo midiático produz e promove a circulação de mensagens que buscam atingir um número cada vez maior de receptores a partir da reconstrução desse espaço público, supostamente universal, mas dependente das especificidades de cada comunidade (Charaudeau, 1997). O processo de produção e o de recepção das mensagens da mídia funda-se na construção de um “mundo real” com base em padrões de comportamentos compartilhados que são mobilizados, tanto no sentido de serem consolidados, tanto no sentido de serem questionados.

Sob essa perspectiva, os produtos midiáticos podem reforçar a organização social já vivenciada pelos indivíduos, ou podem propor uma alteração desse contexto. Logo, a mídia tanto pode favorecer a atualização das tradições quanto propor novas identidades e novos padrões de conduta. De uma maneira ou de outra, a ela retoma pressupostos sociais que orientam as formas de atuação dos membros de uma coletividade.

A multiplicidade de textos gerados pela mídia impressa e a pluri-significação que os caracteriza convergem na presença de cadeias de estereótipos que atuam como uma espécie de “mola propulsora” para a aceitação e estabilidade de saberes coletivamente instituídos. Por isso, o estereótipo não existe sozinho, mas integra um sistema de relações convencionalizadas fundadas na existência de um consenso.

Esse conjunto de pressupostos sociais pode ser definido em termos de estereótipo ao se considerar que tais pressupostos atuam como um pré-concebido amplamente estabilizado a partir do qual as mensagens são propostas e interpretadas. Isso significa que a mídia se inscreve não apenas em um circuito de comunicação fundado

nas interações mediadas, como também em um jogo de imagens e representações voltadas para ampliar sua confiabilidade junto aos sujeitos receptores.

Dessa maneira, os produtos midiáticos contam com a evocação de idéias e comportamentos preexistentes convertidos em senso comum, evocação que produz diferentes efeitos de sentido, mas que funda-se em um único princípio: aproximar a instância de produção e a instância de recepção de forma que a segunda se identifique com a primeira e possa ter acesso e aceitar o que lhe é proposto.

3. ANÁLISE DO USO DO ESTEREÓTIPO NA IMPRENSA ESCRITA

Observe-se o texto que se segue:



Ele foi publicado pela revista ISTOÉ, em janeiro de 2005, e precede a entrevista realizada com o prefeito de Belo Horizonte Fernando Pimentel, na época recém eleito e empossado para o cargo. A escolha desse entrevistado deve-se ao fato de ele ter sido reeleito como prefeito de uma das maiores capitais brasileiras, sendo ele do Partido dos Trabalhadores, PT, partido do presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva. Ao contrário dos outros

colegas do PT que já ocupavam prefeituras de municípios de grande peso político-eleitoral e tentaram sem êxito um segundo mandato, ele conseguiu a reeleição em um momento histórico no

qual o país era governado pela primeira vez por um partido dito da esquerda. Devido a esse contexto, Fernando Pimentel adquiriu relativa notoriedade no cenário político nacional e se tornou uma figura de destaque para a qual a atenção se voltou no momento da posse dos novos prefeitos eleitos. Mas sua vitória foi também a vitória de um político mineiro, a quem historicamente se atribui características diferenciadas dos demais homens públicos brasileiros.

A entrevista é apresentada e, de alguma forma, justificada por esse texto inicial que funciona como um recurso de motivação e de convencimento. Motivação porque busca suscitar o desejo dos sujeitos leitores e despertar o interesse deles em relação ao tema/personagem proposto; convencimento porque tem como finalidade levar o leitor à realização de uma determinada ação: ler a entrevista.

O título “*de mansinho, nai*”, disposto abaixo da foto do entrevistado, já sinaliza um apelo a dois elementos comumente associados ao povo mineiro. A expressão “*de mansinho*” remete à descrição típica dos mineiros a quem se atribui a fato de agir sempre com reserva, moderação e prudência, o que é caracterizado pelo dito popular “mineiro trabalha em silêncio” amplamente conhecido. O termo “*nai*”, vício de linguagem caracteristicamente mineiro, dá o tom da imagem estereotipada usada como referência maior para a contextualização da entrevista. Por mais sintético que seja o título, os elementos lexicais que o compõem remetem a uma imagem social cristalizada que é responsável pela sua força comunicativa.

O *lead* que se segue caracteriza o prefeito como “*conciliador*”, termo que, ao mesmo tempo que reforça essa imagem estereotipada do político mineiro, é reforçado pela a informação de que ele “*propõe a ampliação do diálogo*” com políticos de partidos da oposição. Ora, dialogar com oposição é um comportamento que demonstra capacidade de compatibilizar interesses e de construir acordos. Fica assim evidenciada a habilidade de Fernando Pimentel para a

gestão de conflitos, habilidade que condiz com uma tradição de atuação já consolidada.

Na seqüência, o texto de apresentação afirma que o prefeito foi “comendo pelas beiradas”, ou seja, agiu de maneira comedida e tranqüila, sem chamar muito a atenção para si, porém com eficiência e objetividade. Essa expressão idiomática, assim como as demais já destacadas, remete a traços que compõem aquilo que o próprio texto qualifica de “estilo mineiro”, um jeito de atuar peculiar marcado pela busca do consenso através da negociação.

Continuando a construção do perfil do prefeito eleito, o texto identifica uma postura “*menos aut centrada e reconhecendo a importância de outros partidos*” que deve ser aprendida pelos outros estados, já que a ação do PT foi “*recheada de alianças, diálogos amigáveis com adversários e portas abertas entre prefeitura e Estado*”. Todos esses atributos integram uma construção identitária que sinaliza a filiação de Pimentel a um grupo bem definido: o político mineiro. Ao fazer referência a uma “*prática política que Minas tem a ensinar*” e a “*mineirices*”, o sujeito enunciador, jornalista que assina a matéria, acaba por reforçar a existência dessa identidade singular, capacidade de promover o diálogo e o entendimento, de forma a atualizar o senso comum já difundido em torno da habilidade do político mineiro.

Essa imagem já cristalizada é mobilizada e projetada na caracterização da figura do entrevistado e atua no sentido de condicionar a recepção/percepção dos leitores da entrevista. Trata-se de um direcionamento em termos de percurso interpretativo já que essa visão culturalmente construída e partilhada leva o leitor a entrar em um universo social já conhecido. Todos os enunciados que remetem a essa visão estereotipada indicam como a entrevista a seguir deve ser processada.

Mais que um “pano de fundo”, essa imagem social constitui um saber prévio que favorece a interação entre o sujeito enunciador e

o sujeito destinatário, assim como fornece uma “base comum” para a compreensão da mensagem, base que explícita e fixa valores consensuais. Mas esse saber tem também uma dimensão lúdica já que as expressões coloquiais que fazem referência a ele conferem um tom espirituoso e uma relativa leveza a um tema como a política.

Finalmente, cabe ressaltar que o estereótipo da mineiridade que sustenta todo o texto funciona como uma generalização, nesse caso positiva, a partir da qual um novo dizer será elaborado. A circularidade consiste justamente em retomar, reforçar e assim fortalecer e atualizar uma representação que vem sendo historicamente cristalizada. O dizer sobre Fernando Pimentel tem duas faces: o já-dito coletivo sobre o perfil do político mineiro no qual se encontra incluído e a informação nova sobre sua eleição e seus projetos políticos. Esse novo dizer articula-se à identidade idealizada já atribuída ao político mineiro, caracterizando um movimento interdiscursivo que evidencia o poder das práticas de linguagem na elaboração de uma identidade social. O que torna a informação nova acessível é o conhecimento prévio sobre o qual ela se funda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estereótipos fornecem uma ilusão de naturalidade, arbitrando sobre as concepções do sujeito e prefigurando sua “leitura do real”. Esse “real” não é apreendido através da experiência, mas determinado por um dizer previamente estabelecido que sugestiona uma dada percepção. Dessa maneira, institui-se uma relativa uniformidade de atuação social que revela a dimensão ideológica do estereótipo.

Nesse processo de naturalização, ele é tomado como verdade pelo caráter de senso comum que adquire e pelo decorrente status de evidência socialmente partilhada que o reveste. Ele passa a

funcionar como um automatismo que na repetição revela sua pretensa imutabilidade no interior de uma comunidade.

É nesse sentido que o estereótipo torna-se um código social que põe em xeque a competência cultural do indivíduo e sua capacidade de lidar com os conhecimentos que permeiam a vida social. Como qualquer universo de referência partilhado, o estereótipo traça identidades e oferece uma representação da realidade que compõe o imaginário social internalizado pelos indivíduos. Esse processo é dinâmico como é a identidade dos indivíduos, em constante movimento de elaboração e de diálogo com o meio. Diálogo com as condições históricas e sociais, diálogo com os outros indivíduos, diálogo com as representações mentais, coletivas e públicas (Sperber, 1996).

Se o estereótipo mantém-se sob o signo da duplicidade, ele também funciona sob a mesma égide: nele convivem o velho e o novo, o individual e o coletivo, o eu e o outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMOSSY, Ruth e PIERROT, Anne H. *Stéréotype et clichés: langue, discours, société*. Paris: Nathan, 1997.
- AMOSSY, Ruth. *Les idées reçues, sémiologie du stéréotype*. Paris: Nathan, 1991.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Le discours d'information médiatique: la construction du miroir social*. Paris: Nathan, 1997.
- COSTE, Daniel. Dépendant de la culture et non-dépendant de la culture. In: COSTE, Daniel (Org.). *Vingt ans dans l'évolution de la didactique des langues*. Paris: Hatier/Didier, 1998. pp 117-135.
- CROLL, Anne. *Le rôle des stéréotypes dans les processus de génération et de traitement de l'information médiatique*. 1998 (mimeo).
- DE CARLO, Maddalena. Stéréotype et identité. *Étla: revue de didactologie des langues-cultures*. Paris, 107, p.278-290, julho-setembro, 1997.
- DUFAYS, Jean-Louis. *Stéréotypes et lecture*. Liège: Mardaga, 1994.
- LYSARDO-DIAS, Dylia. *Provérbios que são notícia: uma análise discursiva*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001, 276 p. (Tese, Doutorado em Estudos Linguísticos).

PLANTIN, Christian (Org.). *Lieux communs, topoi, stéréotypes, clichés*. Paris: Éditions Kimé, 1993.

PUTNAM, Hilary. Signification, référence et stéréotypes. *Philosophie*, 5, février, 1985.

SPERBER, Dan. La contagion des idées. Paris: Odile Jacob, 1996.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

3

ANÁLISE DO DISCURSO E ESPETACULARIZAÇÃO EM EVENTOS DA MÍDIA: A OLIMPÍADA DE BERLIM

ELCIO LOUREIRO CORNELSEN

UFMG

A TEORIA SOCIAL DA MÍDIA E A TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA: UMA APROXIMAÇÃO

Nosso breve estudo tem por objetivo estabelecer a relação entre Análise do Discurso e Mídia à luz de conceitos da teoria semiolingüística, desenvolvida por Patrick Charaudeau, e da teoria social da mídia, elaborada por John Thompson, sobretudo no que diz respeito ao conceito de “eventos da mídia”.

Em *A Mídia e a Modernidade*, John Thompson define quatro formas de ação à distância: o “destino receptor”, o “cotidiano mediado”, a “ação ficcional” e os “eventos mediados” (1998: 93). Como característica comum a todas essas formas o teórico aponta o papel dos receptores na orientação do comportamento dos produtores de mensagens, “embora não estejam fisicamente presentes na esfera de produção e não interfiram diretamente no curso e no conteúdo da representação” (1998: 92). Nosso interesse em relação às formas de ação à distância postuladas por Thompson recai especificamente sobre os “eventos da mídia”, ou seja, sobre determinados eventos e acontecimentos que ganham destaque nos âmbitos local e global. Tais eventos podem ser vistos como

fenômenos mediáticos por excelência, que possuem dois níveis de significação: aquele específico do ambiente da ação, e um outro que, pela própria dimensão do evento e de sua transmissão, lhe empresta um caráter de excepcionalidade e de uma importância extraordinária. Trata-se, em primeira linha, de “grandes e excepcionais ocasiões planejadas com antecedência, que são transmitidas ao vivo e que interrompem o fluxo normal dos acontecimentos” (1998: 98). Os “eventos da mídia” pressupõem, portanto, ensaio e planejamento estratégico prévios, e sua organização, normalmente, envolve não apenas as instituições da mídia propriamente dita, mas também outras, como, por exemplo, instituições políticas, econômicas, culturais, esportivas, etc. Neste sentido, também podemos entender os “eventos da mídia” como eventos e acontecimentos que se prestam à “espetacularização” e funcionam como uma espécie de vitrine para o mundo, que encerra em si um sentido de “fabricação”, pois pode ser “construída” a partir de estratégias que possibilitem uma “exposição” eficaz do evento ou acontecimento em termos de propaganda. A tomada de posse de um novo presidente, as cerimônias ligadas a feriados nacionais e religiosos, os casamentos reais, os funerais de chefes-de-estado, os eventos esportivos internacionais como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol são alguns exemplos de “eventos” construídos para serem transmitidos pela mídia, e nos quais ela se faz presente com toda a sua força.

Dentre os “eventos da mídia”, direcionamos nossa atenção para os Jogos Olímpicos. De acordo com Pierre Bourdieu, os Jogos Olímpicos da era moderna estão atrelados ao que ele denomina de “processo de transmutação simbólica” (1997: 124): existiriam dois referenciais, ou seja, um aparente enquanto manifestação “real”, e outro oculto enquanto conjunto de representações do espetáculo pela mídia. De um lado, se estabeleceria um referencial aparente, ou seja, “um espetáculo propriamente esportivo, confronto de atletas vindos de todo o universo que se realiza sob o signo de ideais universalistas, e um ritual, com forte coloração nacional, senão nacionalista, desfile por equipes nacionais, entrega

de medalhas com bandeiras e hinos nacionais” e, de outro, um referencial oculto, constituído por “um conjunto de representações desse espetáculo filmado e divulgado por televisões, seleções nacionais efetuadas no material em aparência nacionalmente indiferenciado (já que a competição é internacional) que é oferecido no estádio” (1997: 123).

Da mesma forma que John Thompson, Pierre Bourdieu chama a atenção para o fato de que eventos desse tipo pressupõem uma organização e planejamentos rigorosos realizados com certa antecedência. Não obstante, em ambos os casos, os teóricos alicerçarem suas argumentações orientando-se, sobretudo, na força da televisão no processo de divulgação visual dos “eventos da mídia”, isto não impede que estendamos essa visão também aos demais meios de comunicação de massa, em especial à imprensa, objeto de análise no presente estudo.

Um outro aspecto relevante para entendermos o sentido atribuído por John Thompson aos “eventos da mídia” é a da relação com os receptores das mensagens produzidas por ocasião do evento. De maneira enfática, o teórico afirma que “o uso dos mecanismos intencionais nem sempre produz a ação responsiva conjunta”, ou seja:

A ação responsiva dos receptores pode ser guiada pela mensagem, mas não pode ser controlada ou determinada por ela, precisamente porque ela não faz parte de uma interação recíproca com produtores, mas pertence a um novo conjunto de ações em que há uma grande variedade de possibilidades, expectativas e prioridades articuladas para apoiar as mensagens recebidas. (Thompson, 1998: 103-104)

Entretanto, não devemos reduzir o papel do receptor apenas e tão somente dentro da ação produtiva. Este, como veremos a seguir, é constituinte do próprio discurso. É neste ponto que pretendemos lançar mão de categorias conceituais da teoria semioligüística de Patrick Charaudeau no intuito de refletirmos

justamente sobre a fabricação de mensagens de “eventos da mídia” em suas estruturas profundas. Primeiramente, devemos partir do pressuposto de que, como em todo ato de comunicação, a comunicação mediática coloca em relação duas instâncias: uma instância de produção e uma instância de recepção (Charaudeau, 1997: 81). Todavia, dando um passo adiante em relação ao modelo de comunicação no qual John Thompson pauta a sua teoria social da mídia, ou seja, num modelo que estabelece como canais apenas duas instâncias – o produtor e o receptor da mensagem –, Patrick Charaudeau desenvolve um quadro da relação contratual de comunicação, no qual se estabelecem dois circuitos de produção do saber: por um lado, o circuito do discurso configurado é aquele interno em que se institui a imagem de sujeito-enunciador (EUE) e de sujeito-destinatário (TUD) de acordo com um saber que se funda na representação linguageira das práticas sociais (circuito do dizer); por outro, o circuito externo ao discurso configurado, em que são instituídas as imagens do sujeito-comunicante (EUC) e do sujeito-interpretante (TUI) de acordo com um saber que se funda no conhecimento de organização do “real” (psicossocial) que determina tais sujeitos (circuito do fazer) (Charaudeau, 1983: 47). Portanto, o ato de linguagem não é apenas o resultado de um processo duplo e simétrico entre emissor e receptor. Todo ato de linguagem resulta de um jogo entre o implícito e o explícito, que se realiza em um ponto de reencontro dos processos de produção e de interpretação, que é a *mise en scène* (Charaudeau, 1983: 46). No ato de linguagem, o sentido é resultado de uma co-intencionalidade que se estabelece entre enunciador e destinatário, e não apenas entre produtor e receptor do discurso. Se tomarmos as categorias semiolinguísticas, a eficácia de “eventos da mídia” resulta, principalmente da projeção do sujeito-destinatário (TUD) por um sujeito-comunicante (EUC) que investe um sujeito-enunciador (EUE) e lança mão de procedimentos semânticos que remetem a um consenso social, na medida em que tais procedimentos repousam no fato de que os membros de um grupo sócio-cultural partilham determinados valores e domínios de avaliação.

Portanto, a relação contratual entre os sujeitos depende, neste caso, de um componente intencional: o sujeito-destinatário (TUd) é programado a partir da noção de valores partilhados que garantam os resultados na construção do discurso persuasivo, se pensarmos em termos de “eventos da mídia”. O sujeito-destinatário (TUd) é um interlocutor fabricado pelo sujeito-comunicante (EUc) como destinatário ideal, adequado a seu ato de enunciação e à noção que este detenha do sujeito-interpretante (TUi). Mas, como aponta Patrick Charaudeau, o sujeito-destinatário (TUd) também pode ser resultado do ato de interpretação do sujeito-interpretante (TUi), sendo que o sujeito-destinatário (TUd) do sujeito-comunicante e o sujeito-destinatário (TUd) do sujeito-interpretante (TUi) não coincidem em todos os pontos (Charaudeau, 1983: 41).

A seguir, procuraremos, pois, refletir sobre um dado evento mediático – a Olimpíada de 1936 –, a título de ilustração dos aspectos teóricos abordados até aqui, dentro de um contexto sócio-histórico pautado por um sistema ditatorial de valores e idéias, de caráter totalitário – ou seja, o nazismo –, sustentado por um Estado antidemocrático – o chamado *Terceiro Reich* –, cuja preocupação em legitimar e consolidar seu poder não se limitou apenas às fronteiras alemãs. Os Jogos Olímpicos de Berlim foram organizados e realizados a partir de estratégias que tinham por meta persuadir a opinião pública mundial no sentido de legitimar o nazismo dentro da conformação geopolítica vigente na Europa dos anos 30 do século XX.

A OLIMPÍADA DE BERLIM: UM “EVENTO DA MÍDIA”

Ao chegarem ao poder em 1933, os nazistas deixaram de lado as críticas que demonstravam sua oposição à participação alemã em qualquer tipo de evento esportivo mundial, e trataram de encobrir todo e qualquer argumento que evidenciasse o racismo no âmbito do esporte. Diversos motivos levaram os nazistas a mudar de opinião e a autorizar, em março de 1933, a continuidade dos

preparativos para a realização dos Jogos Olímpicos em 1936 na cidade de Berlim, que havia sido indicada como sede pelo Comitê Olímpico Internacional em abril de 1931. Entre outros motivos, destacam-se as possibilidades de: suprimir o isolamento político internacional em que a Alemanha se encontrava e, conseqüentemente, legitimar o nacional-socialismo perante a opinião política mundial; iludir os visitantes estrangeiros e a opinião mundial sobre a repressão política e cultural e a política racial discriminatória contra judeus; veicular uma imagem da Alemanha como um Estado moderno, progressista e defensor da paz, sem deixar transparecer o intenso rearmamento com vistas ao desenvolvimento prático da política expansionista futura, denominada “espaço vital” (*Lebensraum*), que feria tanto o Tratado de Versalhes como o Pacto de Locarno; obter apoio da massa, apesar da intensa vigilância e da repressão de qualquer foco de oposição; estabilizar a crise econômica através de diversas medidas como a criação de empregos e a elevação de divisas através do incentivo ao comércio exterior. A Olimpíada serviria – como realmente serviu – de “vitrine”, através da qual o nacional-socialismo empreenderia todos os meios para mostrar ao mundo – e, portanto, fabricar – uma bela imagem da “nova” Alemanha, bem diferente daquela vivenciada no dia-a-dia de um Estado totalitário, erigido sobre a base de uma ideologia carismática e imperialista defendida por um líder, um único partido populista, aparelhos de repressão e censura, e um monopólio de armas, informações e propaganda (cf. Funke, 1996: 153). A ponte entre olimpismo e nacional-socialismo só poderia ser transposta se o verdadeiro caráter do sistema político e ideológico nacional-socialista fosse mascarado, sem, no entanto, precisar negá-lo, pois isto traria aos nazistas efeitos “indesejáveis” na política interna. Em contraponto, deveria ser forjada, através da realização da Olimpíada de Berlim, uma mensagem de paz entre os povos, de alto desempenho esportivo e de grandeza cultural pelos seus “anfitriões”.

Poderíamos, em primeiro lugar, nos indagar se nossa opção pelo enfoque da Olimpíada de 1936 seria adequada às reflexões sobre “eventos da mídia”, uma vez que, ao postular sua teoria, John Thompson adota por referência um estado de desenvolvimento dos meios de comunicação de massa ainda não consolidado em 1936. No nosso modo de entender, a Olimpíada de Berlim, em termos de produção mediática da imagem do evento, representa um divisor de águas em relação às edições dos Jogos realizados anteriormente, desde 1896. Não que não tivesse havido um registro dessas edições – por exemplo, por fotos, artigos da imprensa e, mais tarde, por cobertura radiofônica ou mesmo pela realização de algumas filmagens de curta duração. Todavia, aquele caráter apontado por John Thompson em relação aos “eventos da mídia”, de que estes pressupõem um ensaio e planejamentos estratégicos prévios, se revela no contexto dos preparativos para a Olimpíada de Berlim. Cabe lembrar que pela primeira vez na história dos Jogos Olímpicos da era moderna um Estado empregou todas as reservas de pessoal e financeira para a realização da Olimpíada (cf. Rürup, 1999: 9). Tudo foi planejado nos mínimos detalhes, desde a construção de um monumental complexo poli-esportivo – o *Reichssportfeld*, cuja construção principal é o *Olympiastadion* que, remodelado, será, aliás, palco da final da próxima Copa do Mundo de Futebol –, e também pela primeira vez as competições foram transmitidas diretamente pelo rádio. Além disso, a televisão também teve sua *première* na Olimpíada de Berlim. Uma câmera *Farnworth* transmitiu 15 programas a partir do Estádio Olímpico, em um total de 19 horas de transmissão; o canal *Paul Nipkow* transmitiu diariamente de 10 às 12 horas e de 15 às 19 horas. Em um total de 138 horas foram transmitidas 175 competições. Entretanto, o número de aparelhos receptores privados ainda era baixo. Havia em Berlim 25 salas de exibição, duas em Leipzig e uma em Potsdam. Foram registrados 162.228 espectadores, que pagaram entrada para ver os Jogos pela TV (cf. Kluge, 1997: 790-791). A Olimpíada de Berlim significou também um marco na

realização cinematográfica com o filme *Olympia*, de Leni Riefenstahl, resultado da incumbência que a cineasta recebeu do Governo nazista, no outono de 1935, para rodar um filme que pudesse “documentar” os Jogos Olímpicos de Berlim segundo a ideologia apregoada pelo Estado, em que a exaltação do mito ariano e o culto ao corpo como expressão de força de combate eram algumas de suas colunas de sustentação. Na época, foram gastos 1,5 milhão de marcos para a produção do filme *Olympia*, que se compõe de duas partes: *Fest der Völker* (“Festa dos Povos”) e *Fest der Schönheit* (“Festa da Beleza”). Aliás, a acusação que recaiu sobre Leni Riefenstahl de ter se envolvido ideologicamente com o regime nazista não foi injusta, pois seu filme, que pretende ser um documentário, está longe de ser um retrato fiel da realidade, desprovido de qualquer intenção propagandista. *Olympia*, como ressalta o historiador alemão Hilmar Hoffmann, é, ao mesmo tempo, “um documentário propagandista e uma propaganda documentária” (Hoffmann, 1993: 103). Além disso, os preparativos propagandistas para a Olimpíada de Berlim geraram também uma encenação que, certamente, não tinha o significado atual: pela primeira vez na história dos Jogos, foi realizada a corrida de revezamento com a tocha olímpica, carregada por vários corredores ao longo do trajeto, partindo do antigo estádio em Olímpia, onde fora acesa a chama olímpica, até chegar a Berlim, sede dos Jogos (cf. Hoffmann, 1993: 100). Trata-se de um evento idealizado pelo então Secretário Geral do Comitê Olímpico alemão, Carl Diem (1882-1962), e que se tornou parte integrante do conjunto de cerimônias protocolares dos futuros Jogos Olímpicos. A cerimônia de transmissão da chama olímpica iniciou-se no antigo estádio de Olímpia em 20 de julho. Após percorrer sete países, a chama olímpica chegou a Berlim em 1º de agosto de 1936, dia da abertura dos Jogos. Carl Diem idealizou a cerimônia protocolar de se acender a chama olímpica, realizada pela primeira vez em 1928 na abertura dos Jogos Olímpicos de Amsterdã, como o regresso do “fogo eterno” ao originário Altar de Pan em Olímpia. Com isso, deu-se margem a uma fascinação culturalista em torno da Olimpíada, bem-vinda às pretensões nazistas em “sacralizar” os

Jogos Olímpicos por meio de inúmeros símbolos, transpondo assim para o âmbito do esporte um caráter “ritualístico”, que em nada afetou as pretensões do COI. Mesmo o *site* oficial do Comitê Olímpico Internacional (cf. www.olympic.org) não apresenta nenhuma informação sobre o surgimento da corrida de revezamento da tocha olímpica na Olimpíada de Berlim como parte de uma estratégia de encenação do discurso nazista:

Esses Jogos viram a introdução do revezamento da tocha, baseado em uma idéia do Dr. Carl Diem: a tocha acesa foi transportada de Olímpia até a sede dos Jogos, passando por sete países – Grécia, Bulgária, Iugoslávia, Hungria, Tchecoslováquia, Áustria e Alemanha –, num percurso de 3.000 km. ¹ (tradução própria)

Para aqueles menos familiarizados com o contexto do *Terceiro Reich*, pode parecer que já em 1936 os nazistas viam a tocha olímpica como símbolo de fraternidade universal, ou como “Passe a Chama, una o Mundo!”, lema para a corrida de revezamento mundial da tocha olímpica que passou pelo Rio de Janeiro em 12 de junho de 2004. Tal fato se deve, principalmente, à falta de uma postura crítica por parte do COI em relação à Olimpíada de 1936.

A imprensa também foi um veículo importante na construção da imagem que a cúpula nazista pretendia veicular de si e da Alemanha no contexto da Olimpíada de Berlim. A importância que os nazistas atribuíam não só à função que a imprensa alemã deveria desempenhar durante os Jogos, como também ao efeito propagandístico que ela desempenharia sobre a opinião mundial, foi claramente expressada na seguinte “instrução de imprensa”, expedida meses antes da realização dos Jogos, em que a Divisão de Imprensa, responsável pela pré-censura, aponta a tarefa “evidente” que caberia à imprensa alemã por ocasião dos Jogos Olímpicos:

¹ These Games saw the introduction of the torch relay based on an idea by Dr Carl Diem - lighted torch was carried from Olympia to the site of the Games through 7 countries- Greece, Bulgaria, Yugoslavia, Hungary, Czechoslovakia, Austria and Germany: a total journey of 3 000 km. (www.olympic.org)

[...] a tarefa evidente da imprensa alemã, durante os Jogos Olímpicos, consiste em dar forma a todos os jornais de modo que os estrangeiros sofram o efeito da propaganda. [...] ² (Bobrmann, 1993: 635) (tradução própria)

Podemos, portanto, constatar a intencionalidade no modo como a imagem da Olimpíada de 1936 – enquanto “evento da mídia” – foi fabricada. A seguir, traremos um exemplo de análise do discurso no âmbito da imprensa, no intuito de demonstrarmos algumas estratégias de fabricação dessa imagem.

UM EXEMPLO DE ANÁLISE

Após apresentarmos algumas informações sobre a construção dos Jogos Olímpicos de Berlim enquanto “evento da mídia”, analisado à luz das postulações de John Thompson, daremos início à exemplificação da produção discursiva no âmbito da imprensa alemã, a partir de categorias conceituais da teoria semiolinguística de Patrick Charaudeau. Por motivos de delimitação de nosso espaço, elegemos como objeto de análise o texto do *lead* da matéria intitulada *Der Festakt im Stadion* (“A Cerimônia no Estádio”), publicada na primeira página da edição n° 215, de 02 de agosto de 1936, do jornal *Völkischer Beobachter* (“Observador Popular”):

A Cerimônia no Estádio

*Começaram os ‘Jogos de Berlim em comemoração à 11ª
Olimpíada da nova Era’*

Berlim, 1º de agosto.

Ter compreendido tão profundamente a idéia moral da chama pacífica, pura, da simples coroa da honra é orgulho humilde do povo, que, hoje, passando por cima de todas as fronteiras, deixa soar o c h a m a d o do sino para a Festa da Paz. É como se esse lugar pairasse,

2 [...] die selbstverständliche Aufgabe der deutschen Presse sei, während der Olympischen Spiele die gesamten Zeitungen so auszugestalten, daß sie propagandistisch auf die Ausländer wirkten. [...] (Instrução 102/2b/108/43 (6) de 15 de junho de 1936).

*carregado por asas prateadas de luz, elevado em uma atmosfera mais pura, lugar de festa da juventude do mundo – para que ela manifeste em beleza e força sua vontade sagrada pelo início de uma época melhor, mais decente para nossa geração.*³ (tradução própria)

em negrito = termos e expressões que constroem a idéia de festividade e cerimônia

grifado = termos e expressões marcadas por valoração positiva

O próprio caráter de “exposição”, “encenação”, “apresentação” e “representação” em torno da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Berlim, posto a serviço da propaganda nazista, nada mais faz do que atuar sobre a construção do evento, de modo a torná-lo “veículo” de valores e noções no campo de luta pelo poder. É certo que fatos já acontecem como relatos, sobretudo fatos dessa natureza, ou seja, planejados com finalidades específicas nos mínimos detalhes. E também é certo que os fatos acontecem como elementos discursivos. Em suma, tudo não passa de encenação, na qual todos os meios são postos a serviço das metas propagandistas de se forjar uma imagem da Alemanha nazista que encobrisse todo e qualquer traço de sua política totalitária, ameaçador para a conformação geopolítica européia. Neste sentido, o *lead*, isto é, o parágrafo de abertura da notícia em questão, não só apresenta o relato do fato mais importante em sua forma clássica no jornalismo impresso (cf. Lage, 2002: 26-

3 *Völkischer Beobachter*, nº 215, edição do Norte da Alemanha, de 02 de agosto de 1936, p.1.

Der Festakt im Stadion

Die “Spiele von Berlin zur Feier der XI. Olympiade neuer Zeitrechnung” haben begonnen
Berlin, 1. August

Die sittliche Idee der reinen, stillen Flamme, des einfachen Ehrenkranzes zutiefst erfaßt zu haben, ist demütiger Stolz des Volkes, das heute über alle Grenzen hinweg den Glocke nruf zum Friedensfest schallen läßt. Es ist, als schwebte diese Stätte, getragen von silbernen Flügeln des Lichts, hoch in einer reineren Atmosphäre, Festplatz der Jugend der Welt – damit sie in Schönheit und Kraft ihren heiligen Willen kundtue für den Beginn einer besseren, sittlicheren Epoche unseres Geschlechts.

27), como também, de início, baliza a leitura num determinado processo de valoração.

A ordenação discursiva passa pela seleção de termos e expressões que atribuem sentido ao evento a ser relatado. A necessidade de se afirmar, por um lado, o caráter festivo dos Jogos Olímpicos e, de outro, o tom de cerimônia associado a traços religiosos, fez com que o sujeito de enunciação empregasse uma série de termos e expressões que reiteram tais idéias no do texto do *lead*. E isto já começa pelo título e subtítulo da matéria, onde encontramos o termo *Festakt* (“cerimônia”, “ato festivo”) e *Feier* (“comemoração”), respectivamente. Aliás, o subtítulo é construído por um enunciado de outrem, marcado pela presença de aspas: “*Spiele von Berlin zur Feier der XI. Olympiade neuer Zeitrechnung*” („Jogos de Berlim em comemoração à 11ª Olimpíada da nova Era”). Trata-se das palavras de abertura oficial da Olimpíada, proferidas por Hitler em 1º de agosto de 1936 no Estádio Olímpico. O termo *Fest* (“festa”) ocorre com uma incidência de 03 vezes no texto, em todas elas como um dos elementos formadores de substantivos compostos, como é o caso de *Festakt* (“cerimônia”, “ato festivo”), *Friedensfest* (“Festa da Paz”), e *Festplatz* (“lugar de festa”). Por sua vez, o tom de cerimônia associado a traços religiosos se expressa na expressão *Glockenruf* (“chamado do sino”), por se tratar de símbolo concreto e acústico extraído do contexto ritualístico cristão. A *Jugend der Welt* (“juventude do mundo”) é uma expressão que está incorporada discursivamente no grupo de conceitos e expressões que desfrutam de valoração positiva dentro do texto. O termo *Jugend* (“juventude”) se apresenta dentro do discurso nazista como sinal de uma “nova” geração, na estratégia recorrente do nazismo aparecer como algo “novo”.

São várias as expressões que atribuem ao texto do *lead* um caráter de valoração positiva, sobretudo mediante adjetivação abundante: *sittlich* (“moral”, “decente”) em *die sittliche Idee* (“a idéia moral”), *rein* (“puro”) e *still* (“silencioso”, “sagrado”) na expressão *der reinen*,

stillen Flamme (“da chama pacífica, pura”), *demütig* (“humilde”) em *demütiger Stolz* (“orgulho humilde”), *silbern* (“prateado”) na expressão *von silbernen Flügeln des Lichts* (“por asas prateadas da luz”), *hoch* (“alto, “elevado”) e *rein* (“puro”) na forma comparativa em *hoch in einer reineren Atmosphäre* (“elevado em uma atmosfera mais pura”), *heilig* (“santo”, “sagrado”) na expressão *ihren heiligen Willen* (“sua vontade sagrada”), e, por fim, nas formas comparativas *besser* (“melhor”) e *sittlicher* (“mais decente”) em *einer besseren, sittlicheren Epoche* (“de uma época melhor, mais decente”). Essa estratégia atinge também os substantivos simples *Schönheit* (“beleza”) e *Kraft* (“força”) e os substantivos compostos *Ehrenkranz* (“coroa da honra”) e *Friedensfest* (“Festa da Paz”). Chamam a atenção também as expressões com tom metafórico, quase “poético”, no processo de atribuição de sentido positivo ao texto do *lead* por parte do sujeito da enunciação, como em *der reinen, stillen Flamme* (“da chama pacífica, pura”) e *getragen von silbernen Flügeln des Lichts* (“carregado por asas prateadas de luz”).

Se pensarmos em termos de categorias semiolinguísticas, podemos refletir sobre a construção do sujeito-destinatário (TUd) a partir de uma terminologia que produza a valoração positiva do texto. Fundamental na implementação dessa estratégia de persuasão é o conhecimento prévio de valores meliorativos supostamente partilhados pelo sujeito-interpretante (TUi). Pois, como aponta Patrick Charaudeau, do ponto de vista do conteúdo semântico, os objetos podem ter valor positivo por codificação cultural (1983: 144). Objetos-valor como “Paz”, “Liberdade”, “Democracia” etc. desfrutam de valoração universal positiva e são usados para mobilizar fatores emocionais positivos que se vinculam a eles. No nosso exemplo, os termos *Frieden* (“paz”) e *Ehre* (“honra”) funcionam como marcas impregnadas de sentimentos positivos provenientes de um determinado domínio de avaliação: o domínio da Ética. Aliás, como destaca Charaudeau, o domínio da Ética, formado por valores positivos, como “solidariedade”, “fidelidade”, “disciplina”, “honestidade”, “lealdade”, “responsabilidade”,

“justiça”, “bondade”, etc. é uma marca constante na construção do discurso político (Charaudeau, 1992: 817). No mesmo sentido, Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca consideram “valores como objeto de acordo”, e os caracterizam como “valores universais ou absolutos, tais como a Verdade, o Bem, o Bom, o Absoluto” (1992: 101-102). Uma marca de tais valores seria seu caráter abstrato: o engajamento, a fidelidade, a lealdade, a solidariedade, a disciplina, etc. (cf. 1992: 103) Portanto, tal publicação acerca da cerimônia de abertura oficial dos Jogos Olímpicos de Berlim incorpora em seu texto o valor simbólico da Olimpíada como momento de paz entre os povos – resgatado de suas origens gregas –, de festa, e de momento sagrado, cuja leitura é balizada por elementos constitutivos que produzam o efeito de valoração positiva, supostamente partilhada por muitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora se refiram a um contexto específico – a Olimpíada de Berlim –, acreditamos que aspectos de nosso breve estudo poderão contribuir para uma reflexão sobre fenômenos atuais no cenário político mundial, onde, independente de se tratar de estados democráticos ou não, e do estado atual de desenvolvimento dos meios de comunicação, se nota uma crescente disputa global por legitimação e consolidação de poder a partir de mecanismos persuasivos de manipulação da opinião pública internacional e de controle da mídia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOHRMANN, Hans. (Org.). *NS-Pressenanweisungen der Vorkriegszeit. Edition und Dokumentation*, vol.4/I e II: 1936, München (et al.): Saur, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. “Os Jogos Olímpicos”. In: BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão, seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p.123-128.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*, Paris: Hachette, 1992.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Langage et Discours. Éléments du sémiolinguistique*, Paris: Hachette, 1983.

- CHARAUDEAU, Patrick. *Le discours d'information médiatique. La construction du miroir social*, Paris: Nathan, 1997.
- FUNKE, Manfred. „Braune und rote Diktaturen – Zwei Seiten einer Medaille? Historikerstreit und Totalitarismustheorie“. In: JESSE, E. (Org.). *Totalitarismus im 20. Jahrhundert. Eine Bilanz der internationalen Forschung*, Bonn: Bundeszentrale für politische Bildung, 1996, p.153.
- HOFFMANN, Hilmar. *Mythos Olympia. Autonomie und Unterwerfung von Sport und Kultur*, Berlin: Aufbau-Verlag, 1993.
- KLUGE, Volker. *Olympische Sommerspiele. Die Chronik I: 1896 – 1936*, Berlin: Sportverlag, 1997.
- LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*, Série “Princípios”, n.º.29, 5ª ed., São Paulo: Ática, 2002.
- PERELMAN, Chaïm/OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Traité de L'Argumentation*, 5ª ed., Bruxelas: Ed. de l'Université de Bruxelles, 1992.
- RÜRUP, Reinhard (Org.). *Die Olympischen Spiele und der Nationalsozialismus. Eine Dokumentation*, 2ª ed., Berlin: Argon, 1999.
- THOMPSON, John B. *A Midia e a Modernidade. Uma teoria social da mídia*, 4ª ed., Petrópolis: Vozes, 1998.
- Völkischer Beobachter*, n.º 215, edição do Norte da Alemanha, de 02 de agosto de 1936, p.1.

4

ESTUDOS LINGÜÍSTICOS & ESTUDOS LITERÁRIOS: BEM ME QUERES, MAL ME QUERES?¹

EMÍLIA MENDES
UFMG

A finalidade de nosso trabalho é fazer algumas considerações sobre a relação entre Estudos Literários e Estudos Lingüísticos. Tal problemática integra nossa pesquisa sobre o discurso ficcional, ou mais especificamente o princípio de base que norteia nossas buscas: a ficcionalidade seria vista como um fenômeno da comunicação em geral, podendo ocorrer em qualquer modalidade de gêneros do discurso.

Dada à natureza do gênero “comunicação” - um texto breve - abordaremos algumas correntes teóricas de modo superficial; serão somente ilustrações de alguns pontos sobre estas duas áreas do saber. Assim, a ordem cronológica de alguns eventos e a abordagem de conteúdo de algumas teorias podem ter ficado um pouco a desejar.

A presente comunicação será feita em duas etapas complementares: num primeiro momento, falaremos de algumas vertentes

¹ A elaboração deste trabalho foi possível graças ao apoio dado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) através da modalidade de fomento: Bolsa Recém-Doutor

teóricas adotadas pelos Estudos Lingüísticos e literários em épocas distintas e também trataremos de alguns pontos de confluência e de divergência entre estas duas áreas do saber; num segundo momento, faremos algumas reflexões sobre Análise do Discurso & Poesia a partir de algumas breves considerações sobre o *soneto nº 09* de Camões. Nessa parte de nosso trabalho, gostaríamos de discutir o alcance que pode vir a ter a Análise do Discurso proposta pela Teoria Semiolingüística de P. Charaudeau.

PARTE I – ENTRE O BEM QUERER E O MAL QUERER

Tomando por base Ducrot & Schaeffer (1995:88), pode-se considerar que os Estudos Literários tenham surgido com a *Poética* de Aristóteles, onde, como já é sabido por alguns, são esboçadas considerações sobre gênero, sobre estrutura e sobre a composição das obras que lhe eram contemporâneas. Num segundo momento, já na era cristã, tais estudos foram consolidados por uma abordagem Retórica, o que permaneceu até a renascença. Em seguida adotou-se uma perspectiva hermenêutica da obra para se chegar, então, ao paradigma romântico. Conforme os autores acima citados, atualmente, os Estudos Literários seguem basicamente três orientações: análise histórica e institucional, teorias da leitura e da recepção e as disciplinas interpretativas (pragmática, intencionalidade...). À visão supracitada, devemos acrescentar também: literatura e expressão da alteridade, estudos de gêneros (*gender studies*), literatura e psicanálise, poéticas da modernidade, entre outras.

Na perspectiva de Ducrot & Schaeffer (1995:17), a teoria lingüística nos moldes hoje conhecidos teria surgido no século XVII com a *Grammaire de Port-Royal*. Esta, por sua vez, tinha como objetivo “enunciar um conjunto de princípios aos quais obedecem todas as línguas e explicar, a partir deles, os usos específicos da línguas”. Naquele momento, a *Grammaire* constituiu-se um esforço inédito para se buscar constantes e variáveis no funcionamento da linguagem.

De acordo com os teóricos acima citados², no âmbito das discussões geradas pela *Grammaire de Port-Royal*, surge, de um lado, a questão da representação, ou seja, “a língua tem por função representar os pensamentos” e, de outro lado, a questão da categorização, ou seja, algumas palavras significam os objetos de pensamento (nomes e os adjetivos) e outras significam a forma ou a maneira de nossos pensamentos (verbos). É do seguimento deste debate que surgiu um outro preceito:

(...) existe uma ordem das palavras (aquela que coloca o nome antes do adjetivo, o sujeito antes do verbo) que é natural e universal porque para compreender a atribuição de uma propriedade a um objeto, é preciso representar para si mesmo o objeto e somente em seguida é possível afirmar alguma coisa sobre ele. Ducrot & Schaeffer (1995:20)

Este postulado, de acordo com os referidos teóricos, colocaria a Teoria das Figuras como indispensável a todas as gramáticas gerais. No entanto, naquela época, figuras retóricas eram consideradas uma maneira de falar artificial e imprópria, usadas por razões de elegância e expressividade e para serem compreendidas seria aconselhável restabelecer a maneira de falar natural para que a frase fosse entendida.

Parece-nos, então, que este seria o primeiro momento de contato entre teorias lingüísticas e literárias. Dessa forma, quando a Retórica é usada para explicar fenômenos semânticos, a lingüística de então está se valendo de toda uma longa tradição de análise usada para o texto literário. Com a retomada da Retórica, a noção de figura é estendida à linguagem cotidiana como podemos ver na citação abaixo extraída de Ducrot & Schaeffer (1995:20):

(...) de acordo com as gramáticas gerais encontramos tais figuras não somente na literatura, mas na língua em si: isso se dá porque a língua, destinada primitivamente à representar o pensamento puro, encontra-se, de fato, a serviço das paixões.

2 Ducrot & Schaeffer (1995:17)

Neste primeiro momento é possível observar um pequeno esboço de conflito entre: uso *primitivo* da língua, *pensamento puro* e uso *patético* da língua. Mais tarde, em Austin (1975:104) podemos observar a classificação de *uso parasitário* – para enunciados ficcionais - e uso *não parasitário* da língua – para enunciados factuais. No nosso entender, tais classificações estariam dissociando os dois campos do saber.

Assim, ao pensar na relação entre Estudos Literários e Estudos Lingüísticos de um ponto de vista diacrônico, sempre me vem à mente a imagem de alguém que arranca, numa atitude sincopada e cheia de apreensão, as pétalas de uma margarida e diz: bem me quer, mal me quer, bem me quer, mal me quer.... e, por fim, sobra aquele caule com o núcleo amarelo, meio estraçalhado, mas que o impele a tomar uma outra flor e continuar viciosamente a série de questões, configurando séculos de um amontoado de pétalas que não representam uma resposta definitiva.

Nesse impasse entre bem querer e mal querer, parece-nos que estas duas áreas do saber têm dois pontos em comum: o primeiro, é o fato de que ambas possuem o mesmo objeto: a linguagem. De um lado, temos a Lingüística estudando o uso cotidiano da língua e, de outro, vemos a Teoria e a Crítica Literárias discutindo o que denominam o uso artístico da linguagem. No nosso entender, o objeto seria o mesmo porque a língua usada no discurso ficcional seria a mesma que seria empregada no discurso factual. Nesta perspectiva, o que diferencia um estatuto do outro seria um contrato de comunicação. Assim, não haveria “especificidades do texto literário” de um ponto de vista enunciativo conforme postulam alguns autores, dentre eles Hamburger (1986). A segunda convergência é de ordem física, ou seja, quase sempre os departamentos de Lingüística e Literatura estão dividindo o mesmo espaço físico nas Universidades. Todavia, nem mesmo esta proximidade física e o fato de compartilharem o mesmo objeto podem gerar um consenso duradouro entre os Estudos Lingüísticos e os Estudos Literários.

No rol das mazelas históricas, podemos enumerar alguns pontos de divergência:

Para a lingüística, em determinadas épocas, a análise dos textos literários era tabu. Tal fato, pensamos, dava-se porque, com efeito, o escopo de algumas teorias não era suficiente para se estudar alguns casos. Como exemplo de tais sistemas, podemos citar: análises meramente lexicográficas, teorias com o objetivo descritivista da língua, como a Gerativista, que permanecem num nível lingüístico, não chegando a um patamar discursivo. Uma outra questão a ser apontada é a ficcionalidade dos textos, que era um dado de difícil teorização e também de aceitação. Para ilustrar tal dificuldade, pode-se citar teorias lingüísticas que tinham por base a lógica, logo, o valor de verdade dos enunciados seria imprescindível para a execução da análise. Então, surgia uma questão paradoxal: como lidar com enunciados de verdade em textos de ficção - termo do qual uma das acepções é "fingimento"?

No entanto, há um dado curioso nesta relação: se, de um lado, as teorias lingüísticas não dispunham de muitas ferramentas para fazer um trabalho descritivo do texto literário, por outro, fragmentos de obras canônicas, não por raras vezes, figuraram - e ainda o fazem - nas gramáticas como exemplo de "bem escrever" e de total domínio do uso das regras impostas pela norma culta.

Do ponto de vista da teoria e da crítica literárias, parece-nos que a lingüística, em determinados momentos, foi considerada a prima pobre da família. Ancoradas em uma perspectiva romântica, a crítica e a teoria seriam "melhores" porque lidariam com arte, com a expressão mais elevada do sentimento humano e não com essa "reles linguagem do cotidiano, sem criatividade nem inventividade, esse amontoado de objetos, sujeitos e comple-

3 Vale dizer que nem mesmo a Teoria e a Crítica literárias conseguiram estabelecer de forma efetiva o que caracteriza um discurso ficcional.

mentos". Um outro argumento era o de que a lingüística, com sua rigidez metodológica, impedia uma interpretação mais livre da obra literária. Mas, no nosso ponto de vista, a ausência de metodologia nos Estudos Literários acabou fazendo com que as análises dos textos se perdessem em uma certa superficialidade, sem uma ancoragem lingüístico-discursiva que pudesse comprovar o que se dizia, e de certa forma, se tornaram análises impressionistas.

Contudo, felizmente, não existem somente mazelas no relacionamento entre Estudos Literários e Estudos Lingüísticos. Existem momentos em que, fortuitamente, resta aquela pétala do bem querer e podemos ver que as duas disciplinas poderiam andar juntas, estabelecer uma cooperação fraternal, enfim.

Em se tratando de Estudos Literários, podemos observar algumas contribuições para os estudos sobre a linguagem: a Teoria dos Gêneros, a Polifonia e demais formulações dos Formalistas Russos, a Narratologia, dentre outros. Entre as contribuições dos Estudos Lingüísticos podemos citar: Teoria da Enunciação, Pragmática, Teorias sobre Leitura, Teoria dos Mundos Possíveis e assim por diante.

Na nossa opinião, foram os Formalistas Russos e os preceitos do Estruturalismo que conseguiram, enfim, fazer com que as duas disciplinas tivessem uma melhor relação. Os estudos literários ganharam uma metodologia "científica" de análise e uma ancoragem enunciativa para seus estudos; já a lingüística pôde ter uma franca expansão de seus conceitos devido à pluralidade que o texto literário possui.

Acabado o ciclo estruturalista, estas duas áreas do saber novamente se distanciaram. Após este divórcio de pelo menos 20 anos, pensamos que talvez a Análise do Discurso seja um novo vislumbre de reconciliação. Parece-nos que algumas Teorias da

Análise do Discurso são exatamente a intersecção entre Estudos Literários e Estudos Lingüísticos. Tomando por base a Teoria Semiolingüística de P. Charaudeau (1983), podemos observar que os fundamentos desta proposta teórica reúnem, de um lado, as *categorias de língua* – onde se inscrevem: Teoria da Enunciação, Semiologia Saussureana, outras teorias semânticas, etc; e de outro, as *categorias de discurso* – que partem de correntes como Narratologia, Teoria Polifônica, Semiologia, Semiótica, somente para citar algumas influências.

A visão acima exposta pode ser respaldada pelo que diz Maingueneau (2001:01) em uma conferência sobre a identidade da Análise do Discurso e a didática do texto literário:

(...) estamos vivendo um período de profunda transformação (na qual a Análise do Discurso desempenha um papel essencial) das relações entre ciências da linguagem e literatura. A didática da literatura não pode ignorar esta reconfiguração dos Estudos Literários; o ensino não é o mesmo de uma época dominada pela retórica e depois pela filologia; ele será inelutavelmente modificado em um mundo onde prevalecem as correntes pragmáticas e a Análise do Discurso.

Em tal perspectiva, observamos a necessidade de uma nova visão, que possibilite uma compreensão mais efetiva do texto literário e um diálogo verdadeiramente científico entre estas duas áreas cujo objeto é o mesmo: a linguagem.

Maingueneau foi e continua sendo um dos teóricos que mais tem contribuído para a efetivação de um diálogo possível⁴. Para este autor, assim seria a proposição de uma análise do texto literário de um ponto de vista discursivo:

4 Cf. algumas de suas publicações: *Pragmática para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes, 2001; *O contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fontes (2002); *Elementos de lingüística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes, 2001; *Le discours littéraire*. Paris: Armand Colin, 2004

Os saberes lingüísticos convocados por uma análise do discurso literária se originam, ao mesmo tempo, de categorias de língua (aspecto, determinação, temporalidade, funções sintáticas...) e de categorias nas quais o enunciado é visto como ato de comunicação reportado a um dispositivo de enunciação investido por um certo posicionamento (coerência textual, contrato, leis do discurso, gênero de discurso, cena de enunciação, ethos, campo literário...).
Maingueneau (2000:95)

Entendemos que a Análise do Discurso pode oferecer múltiplas possibilidades de pesquisa e que, neste momento, é um campo aberto e fértil para as mais diversas reflexões tanto do ponto de vista textual propriamente dito, quanto do ponto de vista dos discursos que estão no “em torno” das obras literárias. Na perspectiva teórica de P. Charaudeau – que ao nosso ver está em sintonia com a de Maingueneau – poderíamos analisar as produções discursivas pertencentes à esfera da literatura em três níveis: categorias de língua, categorias de discurso e situação de comunicação.

A seguir, com o objetivo de tecer uma pequena ilustração, faremos algumas breves considerações sobre os possíveis enfoques que a Análise do Discurso pode dar ao gênero poesia.

PARTE II – LEITURAS POSSÍVEIS

Tomemos o soneto IX de Camões abaixo citado para fazermos algumas considerações.

*O amor é fogo que arde sem se ver, (A)
É ferida que dói e não se sente; (B)
É um contentamento descontente, (B)
É dor que desatina sem doer; (A)
É um não querer mais que bem querer (A)
É solitário andar por entre a gente; (B)
É nunca contentar-se de contente; (B)
É cuidar que ganha sem se perder; (A)*

É querer estar preso por vontade (C)

É servir a quem vence o vencedor (D)

É ter com quem nos mata, lealdade.(C)

Mas como causar pode seu favor (D)

Nos corações humanos amizade (C)

Se tão contrário a si mesmo é o amor (D)

1 - Do ponto de vista do *contrato de comunicação*⁵, temos um texto com estatuto ficcional. De um lado, na *instância da produção* encontramos: *sujeito comunicante* “Camões”, ser histórico que viveu em Portugal por volta do séc. XVI e cujas obras fazem parte do cânone literário em língua portuguesa. Este *sujeito comunicante*, por sua vez, faz a projeção de um *sujeito enunciador* que é a voz que profere o poema. De outro lado, temos a *instância de recepção*: um *sujeito interpretante* que pode ser representado por qualquer leitor não importando em que época ele viva. Há também nesta instância um *sujeito destinatário*, que, *grosso modo*, abarcaria as possibilidades de leitura que consciente ou inconscientemente foram apontadas pelo *sujeito enunciador*. No que diz respeito a esse poema, vale dizer que por ser uma obra do séc. XVI é possível que se estabeleçam várias leituras, pois cada época tem a sua própria maneira de “ler” as suas produções. Assim, além de fatores históricos, políticos, sociais, entre outros que poderiam ser levados em conta, há também o deslocamento temporal que pode se constituir um dado para a análise. Parece-nos que para estabelecer uma análise discursiva deste poema seria necessário recuperar alguma de suas formas de leitura. Nesse caso, entendemos que seria preciso considerar a versificação e as rimas porque naquela época era vigente esse tipo de procedimento, tanto na criação como na análise das obras. Não dizemos aqui que devamos ver a obras somente da forma que elas eram estudadas numa dada época, mas pensamos que as múltiplas possibilidades de leitura devem ser acopladas à análise que fazemos hoje. No caso do poema de Camões, não podemos ignorar a forma – soneto – e nem o uso das

5 Os conceitos aqui utilizados são encontrados em Charaudeau (1983)

rimas. Então surge a questão: como esses elementos poderiam servir de instrumentos para o analista? No caso do soneto nº 09 é possível verificar que em todos os versos cria-se um discurso da definição do amor como contradição. E este discurso vai também ser marcado na escolha das rimas que o poeta faz. Nas duas primeiras quadras do poema são usadas rimas *opostas* (abba) endossando a idéia de que o amor é contrário a si mesmo. Nos dois tercetos são usadas rimas *alternadas* (cdc-dcd), que, na nossa opinião, também refletem as oscilações das definições dadas sobre o que é o amor. Assim, estes dados formais do poema endossam o que é proposto pela linguagem. No entanto, outros pontos devem ser observados e estes dados devem ser somente um dos itens de complementação da análise. Aqui temos exemplificados dados da situação de comunicação – contrato e os sujeitos da linguagem, e dados da organização do discurso verificados através das restrições do gênero de discurso “soneto”.

2 - O poema estabelece uma relação lógica de conjunção⁶, mas em lugar de unir asserções por um critério de semelhança, é adotado o critério de união por dessemelhança, instaurando-se assim paradoxos entre os termos que são colocados em relação: doer, mas não sentir dor; estar só, mas estar acompanhado pela multidão; estar contente, mas descontente, entre outros. Em lugar de termos os preceitos básicos da asserção “A e B”, temos a organização lógica da restrição “A, mas B”, o que fugiria da norma padrão de procedimento da língua descrita pelas gramáticas. Não haveria, *a priori*, a relação lógica: “adição restritiva”. Tal contradição, observada pelo viés da gramática tradicional, seria inaceitável. No entanto, através da Análise do Discurso, é possível considerar que mesmo a violação de regras lógicas cristalizadas é uma forma de definir o sentido do conceito “amor”, especificamente neste caso, violar as regras pode ser uma estratégia discursiva para a criação do sentido imputado à palavra “amor”. Em outros termos: a idéia de “o amor é uma contradição” está respaldada

6 Charaudeau (1992:493-550)

seja na forma do poema, como vimos no item (1); seja na organização lógica do discurso, ou na contradição lógica, se podemos assim o proferir. Estaria exemplificada, nesta breve análise, a influência das categorias de língua na análise do texto literário.

3 - Também a forma *soneto* vai representar uma interdiscursividade entre o texto de Camões e o soneto *Pace non trovo e non ho da far guerra* de Petrarca, que na verdade foi quem originou “a discussão” sobre o caráter contraditório do amor. Ao popularizar o soneto, Petrarca criou também um discurso sobre o amor que encontrou eco em várias gerações de poetas e dramaturgos. Nesse percurso feito pelo soneto de Petrarca podemos observar um movimento que vai do “cortejar”, como é o caso de Camões, até a ironia como é o caso da peça *Romagem de Agravados* de Gil Vicente e também do poema *Definição do amor* de Gregório de Matos. Somente a interdiscursividade aqui apontada já constituiria uma pesquisa sobre o discurso da definição do amor em sonetos escritos entre os séculos XVI e XX, por exemplo.

4 - Na nossa opinião, várias outras pesquisas seriam ainda possíveis tendo como suporte as teorias da Análise do Discurso, como exemplo citamos: estudo da crítica de determinada época e também o estabelecimento de estudos comparativos nesta área; Análise do Discurso das correspondências, das dedicatórias, dos prefácios, dos manifestos literários; estudos sobre a representação da mulher, do homem, das instituições sociais em determinadas épocas, entre outras possibilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Á guisa de conclusão, pensamos que a Análise do Discurso (AD) atual pode vir a ser um viés de integração entre Estudos Lingüísticos e Estudos Literários. Devido à natureza interdisciplinar da AD, o objeto a ser pesquisado pode ser visto por, pelo menos, três dimensões: uma esfera lingüística, ou seja, uma abordagem no nível do enunciado; uma esfera discursiva onde se

estabeleceria a organização dos discursos; e por fim, a esfera do situacional, onde se encontrariam os aspectos sociológicos, históricos e psicológicos que estariam relacionados à situação de comunicação.

Nessa atual conjuntura, prezariamos muito uma conciliação. Em meio às margaridas despetaladas, um final “bem querer” poderia ser bastante consolador, que ele seja eterno enquanto dure.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, J.L. *How do things with words*. Oxford: OUP, 1975
- CAMÕES. *Sonetos*. S/l: Europa-América, s/d
- CHARAUDEAU, P. *Langage et discours*, Paris: Hachette, 1983
- _____. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- DUCROT, O. & SCHAEFFER, J-M. *Nouveau dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Paris: Seuil, 1995
- HAMBURGER, K. *A lógica da criação literária*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- MATOS, G. de. *Poemas escolhidos*. São Paulo: Cultrix, 1975
- MAINGUENEAU, D. *Quelques réflexions sur l'identité de la analyse du discours et la didactique du texte littéraire*. [www. Consultoria.com/artigo5.htm](http://www.Consultoria.com/artigo5.htm). 2001
- VICENTE, G. *Obras primas do teatro vicentino*. São Paulo: USP, Divisão Européia do livro, 1970.

5

O PAPEL DO TIPO DISCURSIVO NA INTEGRAÇÃO ENTRE PERSPECTIVA DO EVENTO E TIPOS DE CONSTRUÇÕES VERBAIS¹

EVELYNE DOGLIANI

UFMG

INTRODUÇÃO

Este texto trata da elaboração das entradas lexicais dos verbos psicológicos e da relevância que fatores discursivos² exercem nesse processo. Concebe-se que as leituras preferenciais das diáteses verbais são determinadas pela frequência de uso dos verbos nas várias perspectivas do evento.

Essa reflexão baseia-se em pesquisas anteriores sobre os verbos psicológicos. De acordo com as mesmas³, a perspectiva do evento adotada determina a estruturação sintática de papéis temáticos e o tipo de realização morfológica do verbo. Constatou-se que, entre os verbos psicológicos, o foco preferencial é o do experienciador. Isto é, os verbos psicológicos privilegiam estruturas em que o experienciador está na função sintática de sujeito (doravante

1 A primeira versão deste relato de pesquisa foi apresentada no I EMAD com o título O papel do gênero discursivo na integração entre perspectiva do evento e tipos de construções verbais.

2 Incluem-se aqui as noções de gênero textual e tipo de discurso que serão explicitadas na seção 4.

3 Cf. Dogliani (no prelo), Dogliani (2003) e Cupertino (2003)

ExpS), conforme se ilustra em (1) e não na de objeto (doravante ExpO), conforme se ilustra em (2).

(1) Maria (se) preocupa com João

(2) João preocupa Maria

1 – O FAVORECIMENTO DA PERSPECTIVA DO EXPERIENCIADOR

A preferência pela estruturação de enunciados na perspectiva do experienciador é confirmada pela análise de diferentes *corpora*. Em Madureira (2000), pesquisa em que se analisaram a modalidade oral de Belo Horizonte, dois *corpora* do projeto NURC - Rio de Janeiro e São Paulo, na década de 80 e a modalidade escrita, ilustrada por romances da década de 70 – conjunto de dados aqui denominados *corpus* 1 - observou-se essa preferência, que é mais acentuada na modalidade oral, mas não deixa de se fazer presente na modalidade escrita, conforme se pode ver na tabela 1⁴.

TABELA 1 - EXPERIENCIADOR POR FUNÇÃO SINTÁTICA – *CORPUS* 1

MODALIDADE LINGÜÍSTICA		MODALIDADE ORAL		MODALIDADE ESCRITA	
FUNÇÃO SINTÁTICA DO EXPERIENCIADOR		EXPS	EXPO	EXPS	EXPO
TOTAL	DADOS POR EXP	118	30	95	56
	%	79.7%	20.3%	62.9	37.1
	DADOS POR MODALIDADE	148		151	
	TOTAL	299			

Como se vê, apesar de se estruturarem também pela perspectiva da causa (estruturas ExpO), os verbos psicológicos favorecem a perspectiva do experienciador, realizando um volume maior de estruturas ExpS.

A análise desses verbos apontou, ainda, para outro tipo de relação, qual seja, a perspectiva do evento e a realização morfológica dos verbos.

4 Baseados em Madureira (2000), esses dados foram reanalisados e apresentados conforme a tabela 1 em Dogliani (no prelo)

2 – A RELAÇÃO ENTRE A PERSPECTIVA DO EVENTO E A REALIZAÇÃO MORFOLÓGICA

Observou-se que, na perspectiva do experienciador, o mesmo estrutura-se na posição de sujeito sintático da oração e o verbo atualiza-se através de realizações perifrásticas, preferencialmente, conforme se ilustra em (3) – (6).

(3) - (...) *Noss'inhó' mais'eu leve o maió susto...*(Inf.Ffl)

(4)- (...) *mai' na hora que milhor'ó...fica doida pra imhora* (Inf.Gfl)

(5)- (...) *eu fico co' raiva dele ele fica co' raiva de mi' assim...*(Inf. DmJ)

(6)- (...) *a gente ficava preocupada né?* (Inf. Gfl)

Quando a perspectiva adotada é a da causa, esse papel temático estrutura-se na posição sujeito sintático e o verbo se realiza, geralmente, na forma sintética, de acordo com os exemplos (7) – (10) .

(7) *Há outras coisas que podem nos humilhar mais...* p. 100 JA

(8) (...) *um pouso que me agrade* p.43 AD

(9) (...) *igrejas que a meu ver não agradam* (I.32)

(10) (...) *o que me impressionava quando era pequena* (I.24)

A tabela 2 apresenta os dados percentuais que identificam a tendência à especialização entre forma do verbo e perspectiva do evento. Conforme se vê nessa tabela, os maiores percentuais concentram-se nas formas analíticas (realização morfológica ANA), quando o experienciador exerce a função sintática de sujeito, e na forma sintética (realização morfológica SIN), quando o experienciador exerce a função de objeto.

TABELA 2 - REALIZAÇÃO MORFOLÓGICA DOS VERBOS POR FUNÇÃO SINTÁTICA DO EXPERIENCIADOR DENTRO DE CADA MODALIDADE-CORPUS 1

MODALIDADE			MODALIDADE ORAL		MODALIDADE ESCRITA	
FUNÇÃO SINTÁTICA DO EXPERIENCIADOR			EXPS	EXPO	EXPS	EXPO
REALIZAÇÃO MORFOLÓGICA	SIN	DADOS	13	25	5	34
		%	11%	83.3%	5.3%	60.7%
	PRO	DADOS	23	1	28	17
		%	19%	3.3%	29.5%	30.4%
	ANA	DADOS	82	4	62	5
		%	70%	13.3%	65.3%	8.9%
TOTAL	DADOS POR EXP		118	30	95	56
	DADOS POR MODALIDADE		148		151	
	TOTAL		299			

Esse quadro repete-se na análise de outros *corpora*. No que diz respeito à modalidade escrita, a análise de dados extraídos de relatos pessoais confirmou a tendência já observada desses verbos: Cupertino (2003) analisou dados extraídos da revista *Cláudia* e constatou que os enunciados favorecem a estruturação do experienciador na posição de sujeito sintático. Nesse tipo de construção, os verbos favorecem as formas analíticas.

No que concerne a modalidade oral, a análise de enunciados produzidos por falantes do Serro (Dogliani, 2004) apontou também a preferência pela estruturação do experienciador na função de sujeito sintático e evidências da relação perspectiva do evento e realização morfológica do verbo.

3 - A RELAÇÃO ENTRE PERSPECTIVA DO EVENTO E GÊNERO

Cogitou-se posteriormente que tanto os dados da modalidade oral (que se caracteriza pelo grande volume de relatos de experiências pessoais) quanto os de romances e os dos textos de depoimentos pessoais (que predominam na revista *Cláudia*) favorecem a perspectiva do experienciador e poderiam, por isso mesmo, tendenciar os resultados.

Buscou-se, então, a observação de outro gênero. Optou-se pelo gênero expositivo, que, segundo Bronckart (2003) tem como tipo

principal o discurso teórico monologado (cf. nota 1). Para tanto, selecionaram-se alguns números da revista *Veja* de 2004. A presente análise considera dados parciais coletados nas revistas de 05/05/2004, 26/05/02, 09/06/04, 23/06/04. Para a coleta selecionaram-se as seções **Brasil, Geral, Economia e Negócios e Internacional**.

A distribuição dos verbos psicológicos obtidos é apresentada na tabela 3. Esperava-se que, além de uma queda no número de verbos psicológicos, o uso dos mesmos fosse acionado pela perspectiva da causa. De fato, a tabela 3 mostra que as realizações ExpO superam ligeiramente as de ExpS. Surpreende, todavia, o grande volume de estruturas que se atualizam pela perspectiva do experienciador: 48.9%.

TABELA 3 – EXPERIENCIADOR POR FUNÇÃO SINTÁTICA – REVISTA VEJA

FUNÇÃO SINTÁTICA DO EXPERIENCIADOR		EXPS	EXPO
DADOS	DADOS POR EXP	45	47
	%	48.9	51.1
	TOTAL	92	

Uma explicação possível para o grande número de estruturas ExpS seria a introdução da fala de primeira pessoa nos textos. Mas uma observação dos dados revela que apenas 4 das 45 realizações ExpS, isto é, 8.9% representam esse tipo de elocução. Constata-se, portanto, que, mesmo no gênero textual que favorece a perspectiva da causa pela objetividade que o caracteriza, as estruturas ExpS apresentam-se em volume apreciável, o que vem confirmar as conclusões de trabalhos anteriores sobre esses verbos: os mesmos favorecem as estruturas ExpS.

Os dados da revista *Veja* confirmam outra conclusão dos trabalhos anteriores: existe uma tendência à especialização forma-sentido. Isto é, as estruturas ExpS favorecem as formas analíticas e as estruturas ExpO favorecem a estruturação do verbo na forma sintética. A tabela 4 mostra como se dá a distribuição das estruturas ExpS e ExpO pela realização morfológica dos verbos:

TABELA 4 – REALIZAÇÃO MORFOLÓGICA DOS VERBOS POR FUNÇÃO SINTÁTICA DO EXPERIENCIADOR - REVISTA VEJA

FUNÇÃO SINTÁTICA DO EXPERIENCIADOR			EXPS	EXPO
REALIZAÇÃO MORFOLÓGICA	SIN	DADOS %	05 11.1	35 74.4
	PRO	DADOS %	07 15.6	- -
DADOS	ANA	DADOS %	33 73.3	12 25.6
	DADOS POR EXP	DADOS	45	47
	TOTAL		92	

Como se vê na tabela 4, quando o experienciador se estrutura na posição de sujeito, 73.3% das construções são analíticas. Quando é a causa que se estrutura na posição de sujeito, 74.4% das formas verbais são sintéticas. Um exemplo de cada uma dessas construções é dado de (11) a (14).

(11) - ExpS SIN – *A relação entre eles, porém, azedou depois que apareceu uma fita de vídeo (...).* p. 43, *Veja*, 26/05/05.

(12) ExpS ANA - *Foram salvos pela ação individual do proprietário, Feliciano Abdalla, que se encheu de encanto pelos macacos (...).* p.58 *Veja*, 05/05/04

(13) ExpO SIN – *Eis aí uma questão que, através da história, preocupou filósofos e cientistas.* p.88, *Veja*, 26/05/04

(14) ExpO ANA – *Fez um gigantesco bolo que provocou assombro no presidente do Egito, Hosni Mubarak.* P. 68, *Veja*, 09/06/04

Observa-se, portanto, que um gênero textual como o da revista *Veja*, que não privilegia o depoimento e as narrativas pessoais abre um espaço maior, de fato, para a perspectiva da causa. Constata-se que, ainda assim, o volume de estruturas ExpS é expressivo; esperava-se, na verdade, que as estruturas ExpO fossem praticamente categóricas. O presente quadro obriga a uma reflexão acerca a) do efeito da frequência dos gêneros e tipos discursivos na vida do falante; b) da relação entre esse fator e o conteúdo das representações lexicais.

4- TIPOS DISCURSIVOS E REPRESENTAÇÕES LEXICAIS

Os *corpora* que se comparam neste relato de pesquisa prestam-se à ilustração da definição de gêneros textuais e tipos discursivos. Segundo Bronckart (2003), os tipos de discurso são formas de organização linguística, em número limitado, que compõem os gêneros textuais. Isso determina que um mesmo tipo discursivo esteja presente em diferentes gêneros textuais.

Os *corpora* analisados nas seções precedentes ilustram diferentes gêneros e tipos ilustrados por Bronckart (2003: 75,76, 249-251). Os dados da modalidade oral pertencem ao gênero entrevista, que, por sua vez, ilustra o tipo de discurso interativo. Observa-se paralelamente que essas entrevistas contêm longos trechos de relatos pessoais, o que permite identificá-lhes como elemento componente também o discurso narrativo, que, por sua vez, é o constituinte principal do gênero romance, no qual se coletaram os dados do *corpus* 1. Portanto o interativo e o narrativo são os tipos discursivos básicos de todos os dados analisados quantitativamente e/ou qualitativamente nas seções 1 e 2.

Deve-se atentar para o fato de que esses dois tipos de discurso caracterizam a maior parte das interações verbais no dia-a-dia de qualquer falante: o diálogo, a carta, por exemplo. Essas interações, que constituem o gênero de discurso primário na terminologia bakhtiniana (cf. Bakhtin (2000:281) *por sua relação imediata com a realidade existente* priorizam freqüentemente o ponto de vista do emissor (ou da pessoa, do sujeito, em outras abordagens teóricas). No que concerne à análise em pauta, considerou-se que, no uso dos verbos psicológicos, as interações verbais reais privilegiariam o ponto de vista do experienciador.

Diante da hipótese de que tipos de discurso alternativos poderiam privilegiar a perspectiva da causa, entre os verbos psicológicos, buscaram-se dados de outro tipo discursivo. A escolha das seções da revista *Veja* foi guiada, portanto, pelo tipo discursivo que

Bronckart denomina discurso teórico monológico, que pode ser considerado o tipo principal do gênero monografia científica, por exemplo. As seções escolhidas da revista *Veja* caracterizam-se, por seu conteúdo analítico, como ilustrativas desse discurso teórico monológico, apesar de ilustrarem ocasionalmente o tipo discursivo narrativo.

Mas, como se viu na análise dos dados extraídos da revista *Veja*, o aumento das construções orientadas pela perspectiva da causa não impediu que as construções ExpS emergissem em volume praticamente equivalente. Portanto, se, em outros gêneros textuais, essas construções são maioria e alcançam percentuais próximos a 50%, nos gêneros mais restritos, como os das seções selecionadas da revista *Veja*, pode-se dizer que, de fato, esses verbos favorecem a perspectiva do experienciador.

Conforme se afirma em Dogliani (no prelo), essa característica, ignorada pelas análises sintáticas ou semânticas que se guiam por dados intuitivos, é relevante para a reflexão acerca da variação na realização das diferentes propriedades sintáticas desses verbos.

Ao buscar uma classificação dos tipos de discurso que compõem os gêneros textuais de onde se extraíram os dados de diferentes análises, constatou-se que os tipos de discurso mais frequentes são o interativo e o narrativo, coincidentemente, o tipo discursivo constituinte da quase totalidade das interações verbais reais. Se levarmos em conta que a maior parte dos falantes do português, no Brasil, restringe a elaboração de seus diferentes gêneros textuais a esse tipo discursivo, pode-se dizer que a maioria dos brasileiros praticamente desconhece a estruturação desses verbos na perspectiva da causa. Se for assim, pode-se dizer que, para esses falantes, o papel causa não se inclui nas representações lexicais dos verbos psicológicos. Curiosamente as análises sintáticas ou semânticas que se guiam por dados intuitivos tomam os enunciados construídos na perspectiva da causa (estruturas ExpO), como base da análise.

CONCLUSÃO

Neste texto apresentaram-se evidências que permitem estabelecer relação entre a frequência de tipos discursivos na vida linguística do falante, a função sintática de determinados papéis temáticos e as construções morfológicas dos verbos psicológicos. Relacionaram-se o papel experienciador à função sintática de sujeito e às realizações morfológicas analíticas quando o tipo discursivo principal é o interativo ou o narrativo. Quando o tipo discursivo é o teórico monologado, o papel causa passa a exercer a função sintática de sujeito e o verbo exibe realizações sintéticas.

Espera-se que as constatações apresentadas pela presente análise sejam úteis ao aprofundamento da pesquisa sobre a relação entre as propriedades sintático-morfológicas e semânticas desses e de outros tipos de verbos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos – Por um interacionismo sócio-discursivo*. Trad. Anna Raquel Machado, Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 2003.
- CANÇADO, Márcia. *Verbos psicológicos: a relevância dos papéis temáticos vistos sob a ótica de uma Semântica Representacional*. Campinas: IEL, UNICAMP, 1995. (Tese, Doutorado em Linguística).
- _____. Análise descritiva dos verbos psicológicos do português brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG, v.5, p. 89-114, 1996.
- CUPERTINO, S. Os verbos psicológicos: a frequência das construções sintáticas na modalidade escrita. Comunicação apresentada durante a XIV Semana de Iniciação Científica. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2003.
- DOGLIANI, Evelyne – O papel do gênero discursivo na integração entre perspectiva do evento e tipos de construções verbais. Comunicação apresentada durante o IEMAD. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2005
- _____. A relação forma - sentido entre os verbos psicológicos no falar do Serro. Comunicação apresentada durante a SEVFALE. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2004.

- _____. Relação sintaxe-semântica_ uso e frequência dos itens lexicais. Comunicação apresentada durante o III Congresso Internacional da Abralin, UFRJ - Rio de Janeiro, de Janeiro, 13-15 de março de 2003.
- _____. Relação sintaxe-semântica: uso e frequência das principais estruturas dos verbos psicológicos. (no prelo)
- MADUREIRA, Evelyne Dogliani. *Difusão Lexical e mudanças sintático-semânticas: os verbos psicológicos*. 2000, Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- _____. Variação nas construções pronominais dos verbos psicológicos: uma decorrência de diferentes percursos históricos. In COHEN & RAMOS (orgs) *Dialeto mineiro e outras falas* - estudos de variação e mudança linguística. Belo Horizonte, Faculdade de Letras/UFMG, 2002

ABREVIATURAS REFERENTES AOS CORPORA

- AD- *Autran Dourado* (Ópera dos mortos)
- CL - *Clarice Lispector* (Laços de família)
- FS - *Fernando Sabino* (A mulher do vizinho)
- I. - *Informante*
- JA - *Jorge Andrade* (A moratória)

6

AD E SOCIEDADE: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

GLAUCIA MUNIZ PROENÇA LARA
UFMG

INTRODUÇÃO

Uma das formas possíveis de abordar o tema proposto é analisar discursos que circulam socialmente, sobretudo aqueles institucionalmente marcados. Esse “recorte” passa pela própria definição da AD, uma disciplina que, segundo Maingueneau (1993: 13-14), esteia-se crucialmente nos conceitos e métodos da lingüística, mas não se reduz a eles, voltando-se para outras dimensões, como, por exemplo, o quadro de instituições que restringem fortemente a enunciação ou ainda os conflitos históricos e sociais que se cristalizam nos discursos.

Assim, optamos por analisar o discurso que, pelo viés do livro didático, circula no espaço institucional escolar e que sofre, portanto, as coerções próprias desse contexto, bem como do contexto mais amplo (sócio-histórico-ideológico) que constitui o “pano de fundo” para a emergência de um dado discurso, numa dada época. Dentro de um projeto maior, que envolve outros manuais escolares e que já se encontra em fase de desenvolvimento, selecionamos *Grammatica Expositiva – curso superior*, de Eduardo Carlos Pereira (1ª edição: 1907), e *Lições de*

português, de Otoniel Mota (1ª edição: 1916)¹, obras muito utilizadas no ensino do português, em escolas brasileiras, na primeira metade de século XX, a fim de apreender as imagens da língua – e outras imagens afins – que nelas se constroem.

Com isso, pretendemos mostrar como a escola, na sua condição de sistema ideológico constituído, na acepção bakhtiniana, e de instituição inscrita na História, “molda” um dizer sobre a língua, que, “traduzido” em determinadas imagens, espraia-se no espaço social mais amplo, para além dos muros da instituição.

1. AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DE GRAMMÁTICA EXPOSITIVA E DE LIÇÕES DE PORTUGUÊS

1.1. O CONTEXTO DE EMERGÊNCIA DOS DOIS MANUAIS

Segundo Orlandi (2000: 20-21), nossos estudos de linguagem passaram a caracterizar-se como uma questão brasileira apenas a partir do século XIX, quando se colocou o problema do português do Brasil e não apenas a questão do português. Foi nesse momento que começaram a ser produzidas as gramáticas brasileiras da língua portuguesa, dando-se início ao processo de gramatização brasileira do português.

Também Molina (2004: 44) afirma que foi na última década do século XIX, em meio a polêmicas a respeito da língua portuguesa aqui falada (português *no* Brasil *versus* português *do* Brasil) que se iniciou nosso processo de gramatização, motivado por vários fatores, entre os quais, a busca por registrar a “nova forma” do português; as necessidades de um aparelho escolar em franca expansão (a partir do ideal positivista da “escola para todos”); e a formulação do Programa de Ensino de Fausto Barreto, que levou

¹ Analisamos a 46ª edição (1926) da *Grammatica expositiva – curso superior* e a 9ª edição (1941) de *Lições de português*.

“nomes já laureados no magistério” a elaborar compêndios que atendessem à nova orientação. Houve, assim, o aparecimento de várias gramáticas no Rio de Janeiro e em São Paulo, cujas filiações predominantes foram, respectivamente, a da Gramática Histórica e a da Gramática Filosófica².

Nessa perspectiva, constatamos que a emergência das Gramáticas Brasileiras, no final do século XIX/início do século XX, significou, em última análise, a “tomada em mãos pelos brasileiros do processo de gramatização do português em nosso território”. A noção “ser autor de gramática no Brasil” sofreu, dessa forma, um deslocamento: tratava-se de tomar para si a responsabilidade e a autoridade de descrever o português do Brasil em toda a sua singularidade (ORLANDI, 2000: 21). Com esse “gesto de autoria”, os primeiros gramáticos brasileiros (Júlio Ribeiro, João Ribeiro, Maximino Maciel, Lameira de Andrade e Pacheco Silva, entre outros), mais do que simplesmente deslocar a produção das gramáticas do português para o território nacional, participaram da construção do Estado Brasileiro.

Devemos lembrar que o século XIX (sobretudo nas últimas décadas) foi fortemente marcado por grandes transformações políticas, econômicas e sociais (entre elas, a industrialização crescente, o desenvolvimento dos centros urbanos e a multiplicação das instituições de ensino) e tecnológicas (invenções, como a locomotiva, e descobertas científicas relevantes), além de novos princípios que passavam a nortear os intelectuais: o socialismo, o positivismo e o evolucionismo de Darwin (e, posteriormente, de Mendel). No Brasil, particularmente, ocorreram dois dos movimentos políticos mais significativos de nossa história: a Independência (1822) e a República (1889), esta inspirada nos ideais positivistas.

2 Nesse sentido, tanto Eduardo Carlos Pereira quanto Otoniel Mota pertenciam ao “grupo de São Paulo”.

Na opinião de Orlandi (2000: 28-30), se, com a Independência, estabeleceu-se o Estado Brasileiro, evidenciando-se a questão da língua, com a vinda da República, regime que, entre outras coisas, favoreceu o desenvolvimento das instituições (escolas, projetos de ensino, dicionários, gramáticas), essas duas questões – língua e Estado – configuraram-se ainda mais decididamente. A unidade do “novo” Estado materializou-se, assim, em várias instâncias institucionais, entre as quais a construção da unidade da língua – de um saber sobre ela e os meios de seu ensino – ocupou posição de destaque. A gramática, na sua condição de objeto histórico disponível para a sociedade brasileira, foi um lugar de construção e representação dessa unidade e dessa identidade (Língua/Nação/Estado). Em outras palavras: essa profusão de autorias de Gramáticas Brasileiras praticada no século XIX significou a construção conjunta de uma língua nossa e de um Estado nosso.

A autora destaca que a legitimidade da sociedade brasileira, com instituições próprias, com sua língua, seu saber e seu poder político (primeiro, a Independência; depois, a República) foi, portanto, uma elaboração particular ao século XIX. Já no início do século XX (época de emergência da *Grammatica expositiva* e de *Lições de português*), com o Estado brasileiro claramente configurado, as gramáticas (ou, de forma mais ampla, os manuais de estudo da língua) passaram a desempenhar uma outra função: não se tratava mais de dar forma aos limites da sociedade brasileira, mas de mantê-los. Nesse século, portanto, o exercício de produção de gramáticas, em nosso país, ganhou uma outra configuração, um outro sentido.

Considerando que, além do contexto sócio-político e ideológico (contexto em sentido amplo), também o contexto imediato de interação (contexto em sentido estrito) integra as condições de produção de um dado discurso, examinemos agora as formações imaginárias construídas nos dois manuais didáticos em questão, articulando a imagem do “eu/enunciador” à noção de *ethos*.

1.2. O JOGO DE IMAGENS E O *ETHOS*

Em relação às imagens da língua (objeto maior deste trabalho), podemos afirmar que tanto no discurso de Pereira quanto no de Mota predomina uma imagem de língua heterogênea, com usos hierarquizados (uns são melhores do que outros) no discurso da boa e da má norma, o que é compatível com as funções pedagógicas (e, portanto, prescritivas) que os dois compêndios assumem. No trecho abaixo, extraído da *Grammatica expositiva*, fica clara a distinção que se estabelece entre o “bom” e o “mau” uso:

1 - Às figuras de syntaxe, que dão ao dizer vernáculo graça e energia, se contrapõem os vícios, que o deturpam e desvirtuam. (p. 236)

Esse caráter “normativo” ganha, muitas vezes, um ar de “naturalidade” ou de “normalidade”, construindo-se, então, uma imagem de língua homogênea, sem variação, no discurso da norma única e natural, o que vem reforçar o discurso da identidade nacional, a relação Língua/Nação/Estado. Soma-se ainda a essa dupla imagem, na obra de Pereira (mas não de Mota), uma concepção da língua como um organismo vivo, dotado de vontades e preferências, o que revela o diálogo profícuo que se estabeleceu, no final do século XIX/início do XX, entre o evolucionismo (FD biológica) e o estudo da língua/linguagem (FD lingüística).

Quanto à imagem do “eu/enunciador”, ela se constitui em dois níveis que se articulam e se complementam: o do enunciado e o da enunciação, este remetendo à noção aristotélica de *ethos*, definida, grosso modo, como uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser, como propõe Maingueneau (2001: 99)³. Assim, no nível do enunciado (sobretudo no prólogo da 1ª. edição), Pereira se mostra como um homem competente e experimentado (já que

3 Maingueneau (1993: 45-46) afirma ainda que, segundo Aristóteles, havia três tipos de *ethé: phrônesis* (ter o aspecto de pessoa ponderada), *areté* (assumir a atitude de um homem de fala franca, que diz a verdade crua) e *eunóia* (oferecer uma imagem agradável de si mesmo).

a obra que escreveu resulta da sua boa regência na cadeira de português do Gymnasio Official de São Paulo), dotado de empenho e determinação (visto que, diante do conflito entre a “escola tradicional” e a “nova corrente”, buscou abrir caminho próprio), mas, ao mesmo tempo, generoso (pois se dispõe a partilhar seus conhecimentos com os outros) e humilde (uma vez que demonstra estar aberto à crítica, desde que esta seja “sensata”).

Além disso, ao citar vários escritores e estudiosos da língua, no Brasil e no exterior, posicionando-se criticamente diante deles (concordando com suas posições ou divergindo delas), e ao transitar por diferentes áreas do conhecimento (arte em geral, literatura, história, religião etc), o autor da *Grammatica expositiva* cria um simulacro de homem culto e erudito.

Tudo isso se associa, no nível do *ethos* (enunciação), a um “tom” moderado em que se mesclam *eunóia*, já que o enunciador busca oferecer uma imagem agradável de si mesmo, e *phrónesis*, já que ele assume um “ar” de pessoa comedida, ponderada, cercado-se de cuidados até para fazer críticas. Veja-se, a título de ilustração, as passagens abaixo, entre tantas outras que aparecem na obra:

2 - *Ambas as regras desses mestres eminentes [Soares Barbosa e F. Diez] são boas (...) Ambas, porém, ficam aquém dos factos, que, em grande variedade e incerteza, não se subordinam à disciplina grammatical.* (p. 306)

3 - *Justifica o Sr. Candido de Figueiredo a F. Elysio, dizendo que cujo significa excepcionalmente o qual. Com razão discorda desta opinião do illustre lexicographo portuguez o eminente grammatico bahiano, o Dr. Ernesto Carneiro.* (p. 277)

Assim, o universo de sentido construído pelo discurso impõe-se não só pelas “idéias” transmitidas, mas também pelo *ethos*, que confere autoridade ao que é dito, levando o co-enunciador identificar-se com a comunidade imaginária dos que comungam a adesão ao discurso.

Quanto à noção de “outro”, temos que considerar seus vários desdobramentos no discurso: a) professor/aluno (destinatários da gramática); b) usuário da língua (povo); c) escritor ou gramático. Nesse último caso, retomando o que dissemos anteriormente, constatamos que, mesmo nos casos de discordância, Pereira assume uma atitude de consideração e de respeito para com o outro, criando um simulacro positivo do autor que cita.

A imagem do professor, que se constrói na *Grammatica Expositiva*, é a de alguém dotado de saber (= domínio da língua). Em contrapartida, a imagem do aluno não é, como se esperaria, a de alguém que não sabe e precisa aprender. No geral, pela forma como apresenta e explora os conteúdos, o autor dá a entender que se dirige a um público acostumado com a leitura de compêndios gramaticais, o que é compreensível se pensarmos que, na época de publicação das primeiras edições da *Grammatica expositiva* (a 1ª edição é de 1907) e mesmo muito tempo depois (até a democratização do acesso à educação que se acentuou nos anos 60), apenas os estudantes oriundos das classes socioeconomicamente favorecidas conseguiam chegar ao ensino secundário. Eram, portanto, pessoas que tinham acesso à leitura e à cultura de modo geral, conheciam grego e latim, entre outras línguas, e freqüentavam o nível secundário principalmente como “degrau” para o ensino superior.

Finalmente, o outro/povo aparece como agente de mudanças ora aceitas com naturalidade, ora tachadas de “deturpação” ou, mais freqüentemente, de “simplificação”. Essa linguagem comum ou popular naturalmente destoa do estilo erudito/elevado, próprio dos usuários de prestígio, em cuja autoridade se apóia a *Grammatica expositiva*, mas passa a ser admitida quando recebe (ou desde que receba) o aval de algum escritor ou gramático, como no exemplo que segue:

4 - De acordo com o uso popular, aliax apoiado na autoridade de muitos classicos, recuam alguns a tónica e pronunciam – águo,

águas, deságua (...) F. Franco de Sá considera esta pronúncia a verdadeira. (p. 106)

Vejam agora como as imagens do eu/enunciador e do outro se constroem em *Lições de português*. Através das inúmeras frases que cria e apresenta como exemplos ou como propostas de exercício (algumas bastante elaboradas), Mota procura construir um simulacro positivo, agradável de si mesmo, mostrando-se não só como um usuário de prestígio, mas também como um homem culto, que transita pelas teorias gramaticais vigentes e pela literatura de sua época. Isso tanto do ponto de vista do enunciado (das idéias) quanto da enunciação (*ethos*, mais especificamente, *eunoia*).

Entretanto, não podemos deixar de observar que, não raras vezes, o autor assume um "tom" franco e enérgico (*areté*), não se preocupando, por exemplo, em empregar "mecanismos de proteção" (como faz Pereira) para atenuar críticas e comentários desfavoráveis, como mostra o excerto abaixo:

5 - *Escritores que não amam a nossa língua ou que a não conhecem costumam suprimir a preposição de e escrevem: através os pomares, em vez de através dos pomares. É feio erro, uma grosseira imitação do francês.* (p. 30).

Mas o "tom" maior, que atravessa a obra, é o professoral (dado o caráter explicitamente didático-pedagógico de *Lições de português*), como é possível perceber principalmente nas numerosas notas explicativas que funcionam ora como recomendações aos mestres (exemplo 6), ora como orientações aos alunos (exemplo 7), ora como ambas:

6 - *Aos professores, mormente aos novatos, o autor se permite a liberdade de observar que esta lição deve ser aplicada imediatamente em trechos fáceis, de autores modernos, e nos exercícios de composição, especialmente em cartas.* (p. 82)

7 - *Os alunos devem ter cuidado para não confundir estes casos com aqueles em que entram em combinação o pronome demonstrativo o e o pronome relativo que.* (p. 99).

Quanto à(s) imagem(ns) do falante, o autor **distingue os usuários** de prestígio (os “bons autores”, sobretudo modernos) e o povo (a que se atribui o “registro popular”, também chamado de “falar geral” ou comum), cujos usos podem ser aceitos com naturalidade (sobretudo quando podem ser explicados pelas regras do português antigo ou quando recebem o aval dos clássicos). No entanto, Mota, muitas vezes, não associa diretamente as noções de correção e de erro ao uso erudito e ao uso popular, respectivamente (as formas analisadas aparecem como erradas ou corretas por si sós). A percepção de uma sociedade dividida em classes, que se apropriam da língua de maneiras distintas, aparece, em alguns momentos da obra, associada às figuras do caboclo – tomado como representante do “povo baixo”, que, portanto, não tem acesso a certas construções típicas da fala erudita – e do caipira, cujos usos, em alguns casos, são considerados mais próximos do português genuíno:

8 - Quanto em português se diz: “F. é o riquíssimo da terra” com o sentido de – o mais rico, isso não passa de latinismo de exclusivo uso erudito: no falar geral tal emprego não existe. (...) No português [as formas em íssimo] nunca desceram, pelo menos no Brasil, ao povo baixo. Nosso caboclo ainda as ignora. (p. 340)

9 - 1. A forma benção, plural benções, é artificial. A verdadeira forma guardada pelo nosso caipira é essa: benção (rimando com ação), plural benções (rimando com ações). (p. 350).

Já a imagem do professor é de alguém dotado de saber, a quem cabe o papel de “fiscal e dirigente” do trabalho do aluno, sobretudo a colocação em diagramas das frases propostas nos exercícios (corolário do método analítico, utilizado pelo autor). A função do mestre – a de fazer os alunos enxergarem as relações existentes entre os vários elementos da sentença, ultrapassando a construção mecânica dos diagramas – é tão relevante que sua “indolência ou incúria (...) pode prejudicar e até anular a eficácia do processo.” (p. 12-13). Talvez por essa razão o autor se empenhe em “recheiar”

a exposição com notas explicativas de teores variados que pretendem servir de subsídio (teórico e prático) ao professor.

O aluno, por sua vez, é o foco principal da obra (o que tem a ver com os princípios preconizados, à época, pela Escola Nova). Mota mostra-se preocupado em simplificar as teorias gramaticais e mesmo em adaptar sua linguagem à capacidade de compreensão dos estudantes, regulada, entre outras coisas, por sua faixa etária. Deixa claro que há coisas que os alunos já sabem e outras que precisam ainda saber. Empenha-se, sobretudo, em desfazer confusões de modo a garantir o aprendizado. A imagem do aluno é, portanto, a de alguém passível de aprendizagem, desde que seja bem orientado (papel que cabe ao professor) e receba conteúdos bem dosados (ao seu alcance).

2. FORMAÇÕES DISCURSIVAS (FDs) E IDEOLÓGICAS (FIs)⁴

Considerando com Maingueneau (1993), que não se deve estudar cada FD isoladamente, mas, sim, o interdiscurso (o espaço de “troca” entre várias FDs), retomemos o discurso de Pereira. Nele, mantém-se um diálogo constante com as teorias gramaticais vigentes à época: a “corrente moderna”, voltada para o elemento histórico da língua, e a “corrente tradicional”, preocupada com o elemento lógico na expressão do pensamento (influência de Port-Royal). Assim, a introdução, na obra, de preceitos inovadores, ligados ao modelo histórico-comparativo (FD “moderna”), não impediu Pereira de continuar seguindo as pegadas das gramáticas tradicionais (FD “tradicional”). Nesse sentido, nosso estudioso revela as dualidades de sua época: um período conturbado, de amplas transformações sócio-políticas e educacionais, em que o

4 Uma formação discursiva (FD) determina o que pode e o que deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura, constituindo um dos componentes de uma formação ideológica (FI), definida como um conjunto de representações que se relacionam mais ou menos a posições de classe em conflito umas com as outras (cf. Pêcheux; Fuchs, 1990: 163-179).

país se dividia entre os resquícios da Monarquia e a modernidade exigida pelo novo regime político: a República.

Esse cruzamento entre o “moderno” e o “tradicional”, no âmbito dos estudos da língua/linguagem, é perpassado por várias FDs, que, via de regra, o complementam e reforçam. Entre outras, podemos citar: uma FD do senso comum, uma FD religiosa, uma FD cultural, uma FD biológica, uma FD patriótico-nacionalista, uma FD da identidade nacional e uma FD da filiação ao latim.

A FD patriótico-nacionalista veicula, em última análise, o reconhecimento do papel da língua como fator de unificação nacional, o que está ligado à emergência de um “novo” Estado, cuja identidade, naquele momento (final do século XIX/início do XX), ainda se encontrava em processo de construção. Nesse sentido, articulando-se à FD patriótico-nacionalista, a FD da identidade nacional busca, entre outras coisas, a valorização da nossa língua (que passa da condição de português *no* Brasil para a de português *do* Brasil), destacando-se as diferenças entre o nosso falar e o falar lusitano. Não devemos esquecer-nos de que o processo de gramatização no Brasil, iniciado no século XIX, foi uma das formas de construção da identidade brasileira, pela dissimilação de Portugal, graças à assunção da língua e de um saber sobre ela.

Através da FD da filiação ao latim, ressaltam-se as afinidades com a língua-mãe (afinal, é através do latim que se podem justificar e explicar muitos dos fatos atuais do português), desmitificando-se, paralelamente, a idéia de superioridade do latim em relação ao português. As FDs religiosa e cultural, como as demais, remetem ao “lugar social” de onde se enuncia, o que tem a ver com a assimilação pelo sujeito das idéias, conceitos e valores dados pelos contornos e limites do contexto em que se encontra historicamente inserido (formação ideológica). Nesse sentido, também a FD do senso comum (articulada aos princípios moralizantes da pedagogia alemã, então em voga) e a FD biológica (evolucionista), que

dialogam com o “discurso da norma” na obra de Pereira, representam a interação possível entre discursos que circulam num mesmo tempo/espaço.

Em conclusão, podemos dizer que, além dos discursos gramaticais dominantes (o “moderno” e o “tradicional”), entrecruzam-se no discurso da *Grammatica expositiva* outros discursos vigentes à época, revelando um sujeito-enunciador em plena sintonia com seu tempo (e seu espaço). Não podemos deixar de mencionar, finalmente, que essas FDs são regidas por uma formação ideológica ligada às representações próprias da elite (entre elas, o “bom uso” da língua), numa sociedade dividida em classes.

O discurso de Mota, por sua vez, é atravessado basicamente pelas mesmas FDs que constatamos no discurso de Pereira, o que é compreensível se considerarmos que as duas obras – *Grammatica expositiva* e *Lições de português* – emergiram de condições de produção muito próximas: os autores viveram numa mesma época e freqüentaram a mesma sociedade (a sociedade paulista do final do século XIX/início do XX). Assim, além de dialogar com as teorias gramaticais vigentes (ora concordando, ora polemizando com elas), *Lições de português* é perpassado pelas seguintes FDs: FD do senso comum (que inclui, além de provérbios e máximas emprestados da “sabedoria popular”, frases construídas pelo próprio autor), FD religiosa, FD cultural, FD da identidade nacional (que se apóia no reconhecimento das diferenças entre o falar brasileiro e o falar lusitano) e a FD da relação com o latim (em que se observam semelhanças e diferenças entre o português e a língua-mãe).

A FD patriótico-nacionalista, tão enfatizada em Pereira, pouco aparece em Mota. Não podemos perder de vista que nove anos separam as primeiras edições de *Grammatica expositiva* (1907) e *Lições de português* (1916), o que pode indicar um enfraquecimento dos ideais republicanos, que preconizavam a construção conjunta de uma língua nossa e de um Estado nosso, como já afirmamos.

Mantém-se, no entanto (ainda que de forma mais atenuada do que em *Grammatica expositiva*) a necessidade de apontar as especificidades do português do Brasil (FD da identidade nacional) de modo a distingui-lo do português de Portugal, questão ainda não resolvida que geraria muita polêmica nas décadas seguintes (pensemos, por exemplo, no Movimento Modernista). Por sua vez, a FD biológica/evolucionista, que tanto influenciou a FD lingüística na virada do século (sobretudo com a concepção de língua como um organismo vivo), também parece ter perdido força, já que se encontra ausente de *Lições de português*.

Por outro lado, a FD pedagógica “moderna” (também chamada de pedagogia científica ou Escola Nova), consubstanciada na utilização do modelo escolar inglês, que ensaiava tímidos passos na obra de Pereira, é presença marcante no discurso de Mota. Nele, o olhar se volta para o aluno, ensejando uma preocupação maior com o material didático e com um ensino calcado em atividades práticas. Esse modelo foi largamente difundido no Brasil e no mundo, no início do século XX, articulando-se, em nosso país, aos ideais da recém-instaurada República. Tal FD perpassa toda a obra, contribuindo, em grande escala, para a construção do “tom” professoral dominante.

Portanto, também em *Lições de português*, o discurso da norma é construído a partir da interação de várias FDs, que remetem a uma FI em que os valores, conceitos e idéias se vinculam à elite (representada pelos “usuários de prestígio”). Isso revela, em última análise, a heterogeneidade que está na base mesma da constituição de um discurso (heterogeneidade constitutiva) e que, num outro nível (que não abordaremos neste trabalho), se mostra através de marcas específicas ou não (heterogeneidade mostrada marcada e não-marcada).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a breve análise que fizemos da *Grammatica expositiva – curso superior*, de Eduardo Carlos Pereira, e de *Lições de português*, de

Otoniel Mota, esperamos ter podido mostrar, pelo menos em parte, o funcionamento do discurso institucional escolar na construção e difusão de determinadas imagens da língua portuguesa (e de outras imagens afins). Na realidade, trata-se de uma dupla imagem, que ora ressalta a heterogeneidade, ora a homogeneidade, mas que não mostra, afinal de contas, o que é uma língua: um objeto pluriforme e multifacetado. Resta dizer apenas que o discurso (escolar) que constrói essa dupla imagem passa a ser o discurso socialmente aprovado e valorizado, o que ilustra a estreita relação, proposta por Bakhtin (1990: 118-120), entre os sistemas ideológicos constituídos e a ideologia do cotidiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, Pontes, 1993.
- _____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Contexto, 2001.
- MOLINA, Márcia A. G. *Um estudo descritivo-analítico da Gramática Expositiva (Curso Superior) de Eduardo Carlos Pereira*. São Paulo: FFLCH/USP, 2004. (tese de doutorado).
- MOTA, Otoniel. *Lições de português*. 9ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Nacional, 1941.
- ORLANDI, Eni. O Estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento lingüístico. *Línguas e instrumentos lingüísticos*. Campinas, n. 4/5, p. 19-34, 2000.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. *Grammatica expositiva – curso superior*. 46ª ed. S. Paulo/R. Janeiro/Recife/Porto Alegre: Nacional, 1926.
- PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas, Ed. UNICAMP, 1990.

CONDIÇÕES SOBRE O DISCURSO POLÍTICO: A PROPÓSITO DA MENTIRA

HUGO MARI
PUC/MG

O ESTARRECIMENTO

Aquilo que chamamos de discurso político, sem que tenhamos nesse momento mais do que uma intuição do que isso possa representar, certamente tem uma presença fundamental na vida de todo cidadão, sobretudo por materializar grande parte das nossas preocupações com aquilo que é uma sociedade, com aquilo que ela pode vir a ser. Por que devemos atribuir ao discurso político essa presença marcante nas nossas expectativas? É ele que comanda as mediações na comunidade? É ele que permite delimitar o nosso papel nessa mesma comunidade? Ou ele é apenas um instrumento de que dispomos para desabonar e refutar um conjunto de atividades que vemos disseminadas na sociedade?

É possível que, no limite, o discurso político, enquanto fato instalado na vida ordinária do cidadão, seja uma parte de tudo isso. Essa rede de interconexões entre objetos dispersos, que ele constrói, é imperiosa para nossa sobrevivência, pois é a partir dela que os desafios de uma sociedade costumam ser desenhados. Muitas formas de organização da humanidade, muitas estratégias de estruturação do social continuam sendo pensadas em estreita

correlação com o mundo simbólico, aqui materializado na forma do discurso político. É possível também que, em circunstâncias especiais, venhamos a destacar aquilo que melhor cabe a este discurso, enquanto espelho do funcionamento de uma sociedade. Em períodos eleitorais, é ele o responsável por catalisar amplamente os anseios, os desejos de uma sociedade; em épocas agudas de crise institucional é ele o instrumento que torna explícito tudo aquilo que foi construído à margem da cidadania; nos momentos de grande euforia é ele o escoadouro dos números, dos sucessos, do recorde alcançados.

No momento presente – meados de 2005 –, sabemos qual a feição imediata que esse discurso está assumindo: de um lado, ele produz cada vez mais corações e mentes destroçados de uma esperança acumulada, de uma utopia supostamente alcançável; de outro, ele alimenta o revanchismo, a contestação, às vezes solerte. O resultado costuma ser uma encenação inusitada e patética onde cada um insiste ou se obriga ser agora o outro que nunca fora. Para muitos parece divertido e mordaz ser agora o outro; para tantos outros têm sido incômodo e desgastante vestir a indumentária do outro. Numa matéria recente na Folha de São Paulo, resultante da entrevista de diversos intelectuais ligados a uma certa facção do pensamento nacional, havia uma recomendação expressa do silêncio estratégico (matéria que o jornal parodiou como *Silêncio dos Inocentes*). Diante deste quase conselho, deixo de lado o *inocente* pelo seu desgaste histórico – era assim que os nazistas se apresentavam nos tribunais – e me permito o exercício da divergência sobre o *silêncio*. Será que agora devemos declarar estrategicamente nossa incompetência para lidar com os fatos que nos aflige e sobre os quais talvez devêssemos assumir parte de sua responsabilidade? Será que romper com o silêncio não é única garantia que nos resta na descoberta da verdade? A que esse silêncio estratégico pode nos levar? À esperança de um esquecimento conveniente? Ao retardamento estratégico para esperar que a verdade se dilua, se mostre menos contundente na caoticidade dos acontecimentos?

Cultivar o silêncio é supor que o discurso político, travestido de farsa histórica, possa ser acolhido algures, quando os trovões forem menos raivosos. Sobre a mentira, ainda que ela possa ter um longo percurso para se efetivar, todo cidadão brasileiro apressa-se hoje a afirmar ser ela um componente inerente à atividade política. E quem somos nós para contrariar essa intuição *in natura* – até gostaríamos que as nossas categorias fossem capazes de fazê-lo, numa tentativa isenta de análise. Se ainda nos resta algum lampejo para tratar do discurso político nas condições em que o vemos reiterado nas relações de poder no Brasil, então, devemos continuar sendo críticos contundentes, como fomos em outros momentos, de sua forma de funcionamento na sociedade atual que, de resto, parece que nunca conheceu outra forma.

AS CATEGORIAS

Os fatos são, de imediato, estarrecedores, mas gostaríamos de alguma distância, para vê-los sobre um outro prisma, aquele que precisamente nos possibilitasse caminhar na dimensão de sua compreensão. Gostaria, antes de mais nada, que a compreensão a ser desenhada para o discurso político tivesse muito dessa imediatez que cultuamos intuitivamente na sua percepção. Assim, seria importante recortar, no interior desse discurso, um ponto que estaria mais próximo às minhas preocupações atuais – *que condições sobre o sentido devemos impor à compreensão do discurso político?* – por ser este um dos fatores que deve levar os usuários a compreender qualquer tipo de discurso.

Costuma-se buscar, para além do adjetivo que se apresenta na expressão, uma tipologia mais abrangente a partir, por exemplo, da idéia de gênero. É possível que, para muitos dos problemas que envolvem a percepção do discurso político, o seu enquadramento como um sub-gênero de discurso social, ou como um gênero autônomo possa ser representativo. Se as condições enunciativas fazem dele uma ou outra tipologia, se os objetos que

movimenta o incluem nesta ou naquela dimensão de gênero, nada impede a sua percepção clara em termos de certa funcionalidade social que transcende qualquer tipo de categorização¹. Logo, conceber o discurso político como um padrão de gênero pode ser relevante para a compreensão de muitos fatos relativos a esse objeto social, pode ser até que eles sejam compatíveis com o seu reconhecimento tácito, quase automático, que parece existir para a maioria das pessoas.

É claro, porém, que essa intuição efetiva que os usuários manifestam ao caracterizarem um discurso como político não deve desconhecer, necessariamente, a mesma intuição que se tem da sua percepção como um gênero específico. Os *parâmetros* desse reconhecimento podem ter um caráter muito diversificado, mas parte deles deve incidir sobre uma forma de compreensão do sentido que se extrai do conjunto de suas manifestações, de seu uso, daquilo que ele recorta no âmbito de uma sociedade, daquilo que ele estrutura em termos dos acontecimentos do mundo da vida. O essencial, nesse momento, é dizer que o discurso político é uma construção de sentido que modaliza a percepção de certos objetos, reorientando-os para uma função público-social.

Gostaria, pois, de destacar um aspecto do sentido desse tipo de discurso que parece, em muitas circunstâncias, prevalecer como fio de prumo que baliza a sua existência na instância público-social. Trata-se, no meu entendimento, da construção da *mentira*, aqui assumida como um efeito de sentido que transpõe as idiosincrasias nacionalistas, que ultrapassa os limites do local, que suplanta o folclore e que se aloja no terreno dos aliados incondicionais da construção do sentido no discurso político. A *mentira* não é uma espécie de vício incondicional dos políticos domésticos; a sua notoriedade não tem idade, nem nacionalidade. Muitos episódios na história da humanidade se fizeram através

¹ Confira uma abordagem da questão em MENEZES (2005).

dela. Recentemente, em nome das armas de destruição em massa, construiu-se a guerra do Iraque. Todos se lembram das grandes *mentiras* que ratificaram a sua sustentação pública: da encenação do poder de estado sobre a existência de armas biológicas – nunca mostradas – às montagens sobre o realismo bélico de um correspondente fantasioso na imprensa internacional. Mas é produto dela também a invenção do nazismo; da guerra fria, do progressismo aparente de muitas ditaduras, da distribuição de riqueza de muitas formas de produção etc.

Visto isso, poderíamos passar à discussão de alguns aspectos que vemos condicionados à construção do seu sentido.

O FINGIMENTO

No início do depoimento do diretor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos na CPMP², os integrantes da Comissão travaram uma polêmica conceitual sobre a questão formal da *mentira*. Afirmou-se, na ocasião e respaldados por detalhes jurídicos, que o depoente, na condição de intimado ou de convidado a depor, tinha *direito à mentira*. O que não seria o caso, se ele estivesse ali na qualidade de testemunha: onde a mentira, quando detectada, poderia levá-lo à prisão. Firulas formais à parte, não apenas em relação a uma legislação que parece consagrar a expressão *direito à mentira* na interpretação dos membros da Comissão, o inusitado da discussão parece ter escolhido o lugar menos apropriado para dirimir dúvidas sobre objetos tão controversos e afetos ao mundo do homem como *verdade e mentira*.

Se radicalizarmos ainda mais a presença da *mentira* entre nós, vamos encontrar quem a admite como uma propriedade da mente humana, diretamente derivada do fingimento. Searle (1995:105) inicia a discussão do tema propondo uma distinção entre duas formas de fingir:

2 Sessão realizada em abril de 2005.

... é crucial distinguir dois usos bem diferentes de "fingir". Num sentido, fingir ser, ou fazer alguma coisa que não se está fazendo é envolver-se numa espécie de fraude; mas, no segundo sentido, fingir fazer ou ser alguma coisa é envolver-se numa encenação, é agir como se estivesse fazendo ou fosse essa coisa, sem nenhuma intenção de enganar.

O propósito do autor nesta reflexão é antes o de caracterizar o texto ficcional como um sentido fingido, na segunda dimensão acima – "... no uso ficcional das palavras o que está em questão é o fingimento no segundo sentido" (Searle, 1995, 105). Na seqüência o autor (Searle, 1995: 108) aponta, de modo mais específico, o contraste entre os dois usos de fingir:

A questão talvez fique mais clara ao contrastarmos ficção com mentira. Penso que Wittgenstein³ errou quando disse que mentir é um jogo de linguagem que deve ser aprendido como qualquer outro. Penso que se trata de um erro, porque mentir consiste em violar uma das regras reguladoras da realização dos atos de fala, e absolutamente nenhuma regra reguladora contém em si a noção de violação.

O objetivo do autor, ao aproximar *mentira* de *ficção*, é propor uma distinção fundamental entre as duas acepções de sentido: a mentira – o nosso tema de análise – já nasce contaminada com aquilo que constitui a sua funcionalidade: ela está, em sua origem, comprometida com fraude, com o engodo. Para o autor, parece não ser possível que as regras de interação para os jogos de linguagem sejam aplicáveis à percepção da mentira, daí a sua discordância com Wittgenstein.

(...) Mas, em contraste, [a ficção] é muito mais sofisticada que a mentira. A alguém que não entendesse as convenções da ficção, que são distintas, pareceria que a ficção é apenas mentira. O que distingue ficção e mentira é a existência de um conjunto distinto de

³ Searle se refere à seguinte proposição de Wittgenstein (1979: 95): "249. Somos talvez precipitados ao supor que o sorriso do bebê não é simulação? – E em que experiência se baseia nossa suposição? (Mentir é um jogo de linguagem que deve ser aprendido como qualquer outro)"

convenções que habilitam o autor a efetuar as operações de feitura de enunciados que sabe que não são verdadeiros, ainda não tenha a intenção de enganar.

Em outros momentos, Searle chega a admitir que um estado mental do fingimento seria algo inato à mente; a partir dele produzimos a mentira. Se a mentira em sua produção decorre desse atavismo natural, cabe investigar se, do ponto de vista de sua percepção, devemos supor a existência de mecanismos que favoreçam a sua percepção, descartando suposições de que mentira só possa existir *a posteriori*.

Grande parte da complexidade associada à mentira resulta, para um observador da cena política, do fato de não sabermos com precisão o estatuto que a ela devemos atribuir, ainda que nossa intuição opere quase sempre com um grau de acerto muito grande. A mentira pode não ser operacionalmente o contrário da *verdade*: ajustamos os nossos enunciados para dizer a verdade ou para expressar uma mentira, sem que esta seja obtida pela violação de convenções lingüísticas determinantes, por padrões diferentes de funcionamento da língua. A primeira vale-se fundamentalmente de convenções, a segunda, ainda que fazendo uso de convenções, elege o território do intencional como foco determinante. A *mentira* pode não ser irmã siamesa da *falsidade* – algo pode vir a ser falso no decorrer de um processo, sem que o seja na sua origem; as mentiras que se prezam já nascem mentirosas, podemos apenas não reter, de início, esse seu valor. A mentira é uma potencialização do fingimento, levado às últimas conseqüências enquanto deformação de princípios de veracidade, de fidelidade e de sinceridade. O fingimento, enquanto encenação, pode ter causas aparentemente justificáveis; a mentira esconde, por trás das causas do fingimento, uma perversidade, uma maledicência que corrói o tecido social.

É possível que, em alguns momentos, possamos reduzir a mentira a uma dessas dimensões, em outros fazê-la produto de uma

convergência entre elas, mas o que faz da mentira um objeto social complexo não é apenas uma dúvida taxionômica e definicional, mas é antes o estatuto de verdade e de viabilidade empírica que ela exhibe. Qualquer mentira precisa vestir-se de verdade: o que ela anuncia precisa ser viável em tempo e espaço determinados. Por mais camaleônica que seja, ela precisa, por instantes, ter a cor da pureza; ela precisa refletir uma fração factível do mundo. Só assim ela pode angariar adeptos.

No entanto, o excesso de exteriorização verossímil da mentira pode fazer dela um objeto social tão estigmatizado que acaba por decretar-lhe um prazo de validade muito exíguo. O seu caráter tão avassalador em algumas formas de vida na sociedade permitiu subverter as expectativas de sua correlação com a verdade. Desse modo, se o ponto de partida para a construção de muitos objetos sociais deva ter a verdade como expoente, o processo tem sido invertido em se tratando de objetos sociais construídos a partir do discurso político. Aqui parece prevalecer a mentira como ponto de partida e somente os fatos poderão reverter a intuição que emerge inevitavelmente associada a esse gênero de discurso. Certamente, não precisamos de muito esforço para emparelhar esse tipo de visão sobre a mentira à atividade política que nos circunda. O maior número de mentiras incide sobre o território onde os fatos são mais sensíveis ao conjunto dos cidadãos. Promessas de redução de impostos, de criação de empregos, de revitalização do sistema educacional, entre outras, que antes podiam ser pressentidas no território da verdade, de início já são rotuladas de mentirosas. A esperança de que os fatos as ratificassem fica cada vez mais comprometida pelos interesses que alimentam um oportunismo, sem fronteiras e sem cores, de manutenção do poder a qualquer custo. O discurso político doméstico está sepultando – com enterro de quinta categoria – qualquer perspectiva de projeção de utopias (sensatas), qualquer compromisso com a *res publica*, o mínimo que se pode esperar de uma atividade que nos é tão cara.

Todas essas aproximações que fizemos para a mentira parecem ajustar-se àquilo que registramos como cenas políticas em nosso cotidiano, nem por isso, entretanto, devemos supor que todas as cenas do cotidiano tenham precisamente essa feição. Tanto a recusa dessa correlação (cenas cotidianas na política ? mentira), quanto à sua adoção irrefletida constroem um cenário pouco alentador para as nossas reflexões: a opção pelo ceticismo nos deixa distantes de uma busca de explicação causal para a correlação entre discurso político e mentira; a sua aceitação incorre nos perigos de uma generalização pouco racional. Interessa-nos, sobretudo, essa escala intermediária dos fatos: é dentro dela que compreendemos a mobilidade dos objetos sociais, daqueles que produzimos ou daqueles que reconhecemos; é nela que melhor apuramos o movimento dos sujeitos: aqueles que censuram e que eximem, aqueles que elogiam e que execram. Como esses fatos estão refletidos nas formas de discursos sociais que conhecemos?

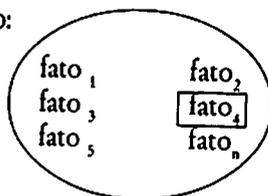
O FUNCIONAMENTO

O discurso político funciona, em grande parte de sua extensão, da mesma forma que funciona qualquer outro discurso, se considerado a partir das condições lingüísticas para sua realização. Muitos discursos, porém, são políticos por serem atribuídos a parlamentares, a pessoas vinculadas ao poder de estado ou a algum tipo de aparelho ideológico; tantos outros discursos são políticos por tratarem de coisas da política: eleições, mandatos, criação de leis etc. Muitos outros são também políticos, sem os vínculos antecedentes – locutores qualificados, objetos específicos –, por representarem um tipo de debate/encenação que visa expurgar/ analisar assuntos, pessoas, fatos.

Gostaríamos de destacar, no entanto, outros aspectos funcionais do discurso, em geral, que dizem respeito às suas condições iniciais de referência, enquanto forma lingüística apropriada para anunciar o mundo das coisas. Por exemplo, podemos supor a

construção representativa de um fato que povoa um mundo possível (MP) que indicializamos como *vivido* ou como *idealizado*, conforme o esquema abaixo:

MP
vivido/idealizado



Vamos raciocinar em termos de dois mundos possíveis, marcados pelos índices MP: [vivido] e MP: [imaginado]. Como podemos justificar o funcionamento destes dois mundos possíveis?

Assim, se o *fato₁*, representa uma dimensão do vivido - MP_{vivido} - é porque ele se faz representar por um conjunto de asserções - afirmativas, restritivas, negativas críticas, elogios - de um sujeito, que sustenta esse fato (tem evidências de ser ele verdadeiro, de ter ele se realizado empiricamente etc.) através de CRENÇAS que se tem dele.

Entretanto, se o *fato₄*, representa uma dimensão do imaginado - MP_{imaginado} - é porque ele se faz representar por um conjunto de asserções preditivas, ou de promessas, ou de suposições de um sujeito que projeta esse fato (tem pretensões sobre ele, faz conjecturas sobre ele) através de um DESEJO manifesto.

Esse comentário é válido para quaisquer *fatos* que se façam representar no interior de um mundo possível, nas duas dimensões apontadas, seja na do *vivido*, seja na do *imaginado*. Até mesmo em função do caráter fluido de nossa percepção, o traçado de separação entre os dois mundos acima não é nítido e, por essa razão, podemos falar de ambos como mundos possíveis, isto é, universos de objetos sobre os quais podemos ter um domínio empírico-sensível, ou um domínio mental-conceitual. O que representam as condições de referência nesse contexto? O que esses fatos têm de relacionado com o discurso político? Ou ainda o que eles têm de relacionado com a questão da mentira?

Em relação às condições de referenciação, devemos admitir certa *simetria* entre os fatos do mundo vivido e a sua representação no discurso. Por exemplo, o enunciado “*Arrecadação da União em maio foi a maior da história*” (FSP, 23/06/05), como realização discursiva, deve corresponder a um fato verdadeiro do mundo possível (ao menos até que seja desmentido). Aqui o jornal apenas reproduz um estado de coisas (verificável, mensurável, documentado) que fixa as condições para sua referenciação, caracterizada por um fato específico que existe no mundo vivido. Contrariamente, devemos supor uma *assimetria* (sem que seja uma incompatibilidade de sentido) entre o mundo imaginado e a sua representação no discurso, se considerarmos uma frase “*Ninguém tem mais autoridade moral e ética do que eu...*” (Lula - JB, 22/06/05). Num caso como esse, as condições para uma verificação empírica da referenciação em favor do locutor são rarefeitas, ao menos para as circunstâncias atuais, já que o jornal apenas reproduz uma conjectura – ou um desabafo – do seu enunciador. A qual dos dois enunciados estaríamos mais propensos a tratar os fatos como mentira?

Pelo exposto até agora podemos apontar duas dimensões. A primeira diz respeito a duas formas de pensar o mundo político: aqueles que reportam fatos vividos e aqueles que projetam fatos desejados. Em relação aos dois enunciados acima, é difícil dizer para que lado pende a mentira de forma imediata: só os argumentos mobilizados podem favorecer um ou outro. Assim, registros materiais comprovados podem favorecer a verdade do primeiro enunciado⁴, como podem, de modo decisivo, ressaltar a mentira que representa. Os fatos associados ao segundo enunciado têm um outro perfil: o seu teor pragmático faz pressupor que se trata de um ato de refutação de alguma mentira suposta (sobre a

4 É possível que, diante de fatos objetivos, envolvendo dados quantificáveis, por exemplo, um pressuposto sobre a verdade dos fatos esteja na expectativa imediata de compreensão deste enunciado. As evidências para uma possível refutação de sua veracidade, se os dados fossem falsos, teriam uma exposição muito contundente.

condição ética e moral) que tenha sido imputada ao locutor⁵. Aqui o conjunto dos fatos que representa as condições de produção de um suposto ato inicial – aquele que condenou o Lula em termos do seu comportamento ético-moral – em contraste com um outro conjunto de fatos que representa as condições de produção do ato proferido é que pode decidir sobre o teor de mentira do ato em análise. As evidências mobilizadas pelos cidadãos podem ser mais imediatas – fatos publicamente disponíveis –, mas podem ter um carácter muito subjetivo, em contraste com os fatos que pudessem justificar a mentira do primeiro ato. Enfim, no contraste acima, em razão dos dados disponíveis na cena política, o segundo enunciado tem a probabilidade de ser percebido como mentira, de modo mais imediato.

Não existe nenhum método que nos leve a detectar a mentira, da forma que parcialmente computamos a relação entre falso e verdadeiro, em algumas circunstâncias lógico-formais. E se considerarmos as duas formas de discurso já mencionadas (vivido e imaginado) não se pode admitir, em circunstâncias normais, que uma seja mais factível para a atribuição da mentira do que a outra. Como a primeira dimensão reporta de forma mais direta a crítica e o elogio, o discurso seria menos propenso à mentira, em termos perceptivos. Uma crítica seria mais comumente avaliada como exagerada, imparcial, nefasta, violenta, mas raramente seria vista como mentira, a não ser como atribuição feita a ela pelo próprio destinatário da crítica. O elogio teria talvez uma probabilidade maior à mentira, embora possa não haver uma razão imediata para lhe fazer essa atribuição. Provavelmente, e por analogia à crítica, teríamos um outro percurso antes de se alcançar a mentira, ele seria antes demagogia, puxa-saquismo até alcançar a mentira.

⁵ As pessoas, comumente, não estão propensas a construir atos de exaltação das próprias condições ético-morais, a não ser quando tais atos venham assumir o carácter de resposta a algum outro ato anteriormente proferido contra o seu locutor.

Por último, estaríamos diante da segunda dimensão de discurso – aquela propiciada pelo mundo imaginado – e nela se instalam promessas, predições, anseios, conjecturas, possibilidades etc. Em muitas circunstâncias, a atribuição da mentira só pode ser validada *a posteriori*. O que dizer da proposta dos dois candidatos, que disputaram o 2º. Turno das eleições presidenciais passadas, sobre a criação de 8 e de 12 milhões de empregos? Para um deles, José Serra, que prometeu 8 milhões de empregos, o cronômetro parou em *demagogia* – uma vantagem de ter perdido a eleição –; para o outro candidato, Luís Inácio Lula, o martírio é maior. Ele já passou por *demagogia* e poderá vir a aportar na *mentira* – uma desvantagem de ter vencido a eleição.

CONCLUSÃO

Mentimos mesmo quando estamos sozinhos
(Millôr, VEJA: 05/10/05)

Se mentir é uma propriedade da mente humana seria quase impossível depurar os nossos pensamentos, as nossas expressões de qualquer traço de mentira que eles possam conter. Então, a mentira, como a verdade, seria uma condição primária para o funcionamento de todos nós. Não tive como objetivo neste texto a preocupação de analisar esse aspecto vasto do nosso funcionamento. Se a mentira tem muito de atávico para todos nós, ela também tem de contingente para muitas circunstâncias de nossa vida. O que procuramos foi refletir sobre essa dimensão contingente de sua presença em um gênero discursivo de modo específico.

Reforçando esse caráter de sua manifestação no discurso político, concludo esta reflexão, listando um conjunto de itens para as quais aponto indicadores para uma reflexão futura.

Item 1: A mentira parece ser um fato determinante no processo da construção dos discursos políticos, o que é reforçado por certa intuição generalizada, às vezes inconse-

qüente, de que tudo aquilo que decorre do mundo político já vem contaminado pela mentira.

Item 2: A mentira precisa ser vista e demonstrada, como construção discursiva, não apenas do ponto de vista da produção, como também da recepção. Embora concebida como mentira, não dispomos de instrumentos seguros que permitam a sua decodificação imediata. Mas é possível que existam alguns traços na montagem estrutural, nas suas estratégias argumentativas que propiciem a sua percepção. Ela não pode ser um objeto de percepção *a posteriori* em sua totalidade.

Item 3: É possível que a análise da mentira ainda venha exigir de nós um arsenal mais amplo de instrumentos que permitam a sua percepção. Consagrada formalmente como um paradoxo na lógica clássica, a mentira continua a exigir outros padrões de análise, sobretudo naquela dimensão em que ela se torna mais efetiva na vida social, isto é, a mentira política.

Item 4: É preciso determinar, de modo mais específico, como a questão da referenciação pode contribuir diretamente para uma avaliação da mentira. É possível que as condições de referenciação dos objetos sociais não tenham o mesmo teor quando intencionalmente manipulados para funcionar como mentira.

Item 5: Quanto de convencional e de intencional fazem parte da construção da mentira? Se ela é um jogo de linguagem, como quer Wittgenstein, devemos supor a existência de regras para construir mentiras (o mentiroso precisa ser coerente!); se ela é uma extensão do ato de fingir, que é intencional, então, devemos ter outras propriedades, outros padrões a serem destacados na construção da mentira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MENEZES, W. Discurso político e gêneros discursivos. In: MACHADO, I. L. & MELLO, R. (Orgs.) *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: Editora da Faculdade de Letras da UFMG, 2004, p. 243-262.

SEARLE, J. O estatuto lógico do discurso ficcional. In: *Expressão e significado*. Estudos da teoria dos atos de fala. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p.95-119.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Col. Os pensadores).

8

RELAÇÕES DE FORÇA/PODER ENTRE “ILUMINADOS” E “LOUCOS”

IDA LÚCIA MACHADO

UFMG

Nossa apresentação parte do princípio de que a Análise do Discurso (AD), disciplina oriunda das Ciências da Linguagem e que tem como base uma lingüística discursiva, é passível de ser aplicada aos textos literários e, mais que isso, deles retirar dados importantes ligados à representação da sociedade, ou em outros termos, dados que dizem respeito ao mundo real e social que pode ser apreendido ou “traduzido” em discurso e ser “revelado” por um narrador ou sujeito-falante de uma determinada sociedade, em um determinado momento.

Como já foi bastante dito e bastante debatido no 1º *Simpósio de Língua Portuguesa e Literatura - Interseções*, realizado na PUC/MG, em 2004, hoje em dia já não é mais um “crime” abordar o fato literário através de novas teorias ou olhares, isso graças ao desenvolvimento das teorias da enunciação, da pragmática, da argumentação, da polifonia, teorias estas que a AD, de modo geral, adotou e integrou como parte de seu instrumental teórico. Acreditamos não ser necessário nos estendermos mais sobre o assunto, que será na certa, debatido em outras mesas ou sessões de comunicação. Como bem diz Maingueneau (2004:5, tradução

nossa), na verdade, “o que está realmente mudando, não é tão somente nosso ‘olhar’ sobre a literatura, mas sim o *espaço* através do qual começamos a captar o texto literário”.

Assim, o que propomos aqui seria a apreensão deste *espaço*, a análise de sua discursividade. Efetivamente, há textos literários que revelam, em filigrana, de modo indireto ou por vezes irônico, a força de poderes políticos não muito justos; porém, pelo fato de já terem sido legitimados, tais poderes ganham também uma *credibilidade*, enquanto outros, que poderiam estar no lugar desses “pseudos-poderes” são relegados ou afastados do âmbito social. Trata-se do embate entre autores ou sujeitos-escritores “iluminados”, ou seja, dotados de uma lucidez tão grande que várias vezes, por causa de um certo conformismo social é confundida com a loucura, face à uma sociedade que prefere valorizar os “não-iluminados” ou *les idiots* como dizia Rimbaud. A questão que se coloca imediatamente é a seguinte: Como tratar tais valores sociais ilustrados pela literatura, na perspectiva da AD?

Nosso texto busca, pois, responder a tal questão e, para tanto, se vale da metáfora utilizada, tantas vezes, por Patrick Charaudeau, em suas palestras e conferências: a de que a AD – pelo menos a “nossa” AD, pois, existem várias e todas são válidas – é uma disciplina “antropofágica”, já que engloba ou amalgama em si diversas correntes teóricas, como as que citamos agora há pouco. Aproveitando então, essa antropofagia da AD, pedimos licença para nela incluir mais um “espaço” teórico, seguindo o que já foi feito principalmente por Ruth Amossy (2003:63), mas, também, de certa forma, por Maingueneau (2004:29). A corrente teórica sobre a qual falamos é a *Sócio-crítica*, lançada por Claude Duchet já há algum tempo (1971, 1979).

Em nossa opinião, é inegável que tal teoria abre as portas para a descoberta da “*socialité*” – que iremos traduzir por “crítica da sociedade” do texto literário. Esta crítica se dá através da

observação dos elementos formais que constituem o texto literário: suas modalidades de organização, suas redes metafóricas, seu sistema de personagens, entre outros.

Incorporada a uma visão discursiva do problema, a *Sócio-crítica* vai ganhar novas cores, é claro. Numa visão “moderna”, o fato literário não será mais vítima de um olhar isolado, ou seja, não será tão somente um pretexto para uma leitura da ideologia dominante do texto. Nesse sentido, como diz Amossy (*op.cit.*:64, tradução nossa.),

[...] a crítica da sociedade presente no texto literário é indissociável de uma situação de comunicação, na qual as instâncias de locução e ilocução serão percebidas em suas determinações sociais e institucionais.

Desse modo, o que conta, em primeiro lugar, é o *dispositivo enunciativo* que não só se dirigirá ao *sujeito-comunicante*, mas também ao *sujeito-interpretante* do texto literário. A AD - é sempre bom que isso seja lembrado - ao se debruçar sobre o texto literário, não carrega em si a intenção de ser apenas mais uma leitura ou interpretação entre tantas outras. O que é mais importante para a AD será então definir o campo ou o espaço psico-sócio-situacional do texto em questão, abrindo-o para vários “possíveis interpretativos”, como é a ambição de Charaudeau (1983, 1992) em relação a esta disciplina.

A literatura francesa do século XIX, como sabemos, é rica em críticas ao clima social e político da época, bastante conturbado e mutável, por sinal. No Romantismo, notamos essa premente necessidade do escritor de se posicionar como “farol” da humanidade para melhor esclarecê-la sobre os problemas sociais; é o que faz Hugo, com seus *Châtiments*, com seus *Misérables*, por exemplo. Esse desejo de esclarecer o público pela literatura aparece também no Realismo, voltado para os problemas sociais dos oprimidos, *grosso modo*. Seja como for, vários autores do século XIX mostraram com muita verve e persuasão, os defeitos de

políticos e governantes, as conseqüências dessa má gestão sobre o povo e mostraram sobretudo, a incrível burguesia próspera, feliz, mas, extremamente imbecil e preconceituosa que foi gerada e sustentada por esta política. Certas obras tentam, pois, contar como era esta sociedade; outras, talvez para fugir da censura, contam fatos que ocorreram em épocas passadas.

Face ao discurso literário, entre outras ações “discursivas”, o analista do discurso pode aí buscar, seguindo a terminologia da Teoria Semiolingüística, o *projeto de palavra* do autor e a maneira como este é colocado em prática, ou seja, pela disposição dos *modos de organização do discurso* que são empregados na narrativa; perseguindo este objetivo, o analista do discurso pode tentar fazer uma apreensão discursiva de uma sociedade que se deixa, às vezes, apenas entrever, restituindo a obra “aos espaços que a tornaram possível, onde elas foram produzidas, avaliadas, geradas” como o diz Maingueneau (*Op.cit.*:29, tradução nossa). Ainda segundo esse autor, “na obra literária, as condições do dizer atravessam o *dito* e este remete às próprias condições de enunciação” (*ibidem*). Isto quer dizer que é impossível “cortar” a enunciação da instituição literária; ora, a enunciação é o modo de se representar “um mundo” pela linguagem, seja ele de ficção ou factual: o ato enunciativo e seu produto fazem parte de tal mundo; sem eles, o ato em questão não existiria e vice-versa.

Convidamos o leitor agora, a refletir conosco: vamos então pensar que existe um determinado escritor. Este escritor tem, em sua mente, um *projeto de palavra*. Ele quer contar algo, uma história situada em seu tempo, ou no passado ou no futuro. Mas, para fazê-lo, ele tem que se posicionar como *sujeito-comunicante* do mundo em que se encontra e, por mais que deixe livre sua imaginação, ela terá uma ligação com fatos reais de sua época, com os objetos, seres e instituições que o rodeiam no momento em que escreve. Nada parte do nada. O escritor terá, forçosamente, que operar os dois processos sobre os quais Charaudeau fala (1995, 1997), ou

seja, o processo de transformar um “mundo a ser significado” em “mundo significado”, sob a ação de um *sujeito-enunciador* e o processo de fazer com que este mundo que, graças a ele, escritor, adquiriu um sentido, passe a ser uma “moeda de troca” dentro do processo comunicativo, troca esta estabelecida com o *sujeito-destinatário* de tal processo.

Resumindo: o “segredo” da AD para abordar os textos literários está nessas palavras: *processo de comunicação*. A obra literária, ou o trecho da obra literária, ao ser examinado pela AD, passa a ser considerado como um discurso e logo, por ser um discurso, insere-se em determinado contrato que pressupõe um *sujeito-comunicante* (o autor) e seu *sujeito-interpretante* (o leitor).

Refletíamos então, com nosso leitor, sobre a possibilidade da existência de um escritor que coloca seu *projeto de palavra* em palavras (escritas) propriamente ditas, agenciando-as, dando a elas uma ordem, onde serão incluídas estratégias persuasivas vindas dos modos de enunciação narrativo e descritivo.

O que acontece, muitas vezes, é que, certos escritores, justamente porque vão criticar valores sociais vigentes, ironizam, abrem espaço para uma palavra transgressiva. Dito de outro modo: alguns autores conferem aos seus escritos uma *mise en scène* que deixa margem para leituras “mais abertas”, para maiores “possíveis interpretativos” e isso graças à inclusão do fenômeno da ironia.

Para ilustrar o que estamos dizendo, vamos nos basear em uma curiosa narrativa de Gérard de Nerval, escritor que conviveu com os iniciadores do Romantismo na França, mas que, ao nosso ver¹, deles se destaca, não só pela beleza e harmonia de seu estilo, o que pode ser verificado em composições escritas como suas famosas *Filles du feu*, como também pelos seus poemas esotéricos, entre os quais particularmente destacamos *El Desdichado*, mas

¹ Temos consciência de estar sendo aqui, extremamente subjetivos...

também por um curioso livro, publicado em 1852, composto por seis “narrativas e retratos”, como diz o próprio Nerval, livro este intitulado *Les illuminés* (*Os Iluminados*) e que tem este curioso subtítulo: “*Les précurseurs du socialisme*” (*Os precursores do socialismo*).

O primeiro “retrato” feito por Nerval, nesse compêndio, pertence à história intitulada *Le Roi de Bicêtre* e fala da “loucura” que, pelo menos em uma leitura de 1º grau, parece dominar um jovem advogado, chamado Raoul Spifame. Talvez por razões ligadas à censura, talvez pelo desejo de fugir de sua época², essa história foi transposta ao longínquo século 16, quando reinava, na França Henri II. Nosso Raoul Spifame é retratado então, como um nobre sem fortuna, porém, advogado na Câmara Parlamentar. Ora, um dia, para assistir o início das sessões do Parlamento, o rei veio pessoalmente e todos os presentes notaram sua semelhança com Raoul. Os colegas deste passaram a chamá-lo de “Sua Majestade”, em tom da brincadeira. Acontece que Raoul era alguém que tinha suas idéias próprias e ao que tudo indica, elas divergiam daquelas que eram caras ao governo de Henri II. Raoul começa então, na Câmara, através de discursos inflamados, a expor as falhas desse governo e a um ponto tal, que ele é deposto de seu cargo e enfim, por ordem de sua família, vítima de uma interdição civil. Ora, no momento desse último e grave julgamento, Raoul começa a falar e mesmo a imitar os gestos do rei, talvez por ironia, último recurso daqueles seres que são iluminados por uma inteligência por demais lúcida, o que põe em risco a engrenagem social, da qual Raoul é, evidentemente, retirado. O rei, ao saber do acontecimento ficou aliviado, pois, a única visão que teve de Raoul lhe havia dado medo: o medo ancestral que provoca a visão do “duplo”, ainda mais quando este aparecia vestido de negro (cor da toga que Raoul, como os outros advogados, usavam); Henri II ficou também aliviado ao saber que Raoul, em seu julgamento final, o havia imitado a contento, ou seja, de uma forma perfeita; os gestos e

2 Fato este, aliás, comum, nos escritores do Romantismo: o desejo de evasão.

palavras de Raoul, sua *mise en scène* ao representar o papel de Henri II, em seu julgamento final, foram impecáveis; para o rei, era isso o mais importante. O *parecer*.

No corpo da narrativa esse detalhe é risível, ao menos para o leitor que puder compartilhar com o escritor/sujeito-comunicante, a ironia do texto, fazendo uma leitura de segundo grau.

O que é interessante nessa história, que contamos de modo bem resumido³, é que os acontecimentos que vão tirar todo e qualquer poder de Raoul, se revelam pelos olhares trocados entre os participantes da troca comunicativa ficcional, bem como por suas palavras e seus gestos, habilmente descritos pelo narrador: se seguirmos Maingueneau (*Op.cit.*) diremos que há um *ethos* dominante na narrativa, ou melhor, a viva expressão de um *mundo etnico* que talvez possa levar o destinatário da história a compreender sua ambigüidade ou sua ironia: os detentores do poder nem sempre são lúcidos ou “iluminados⁴” no bom sentido e as pessoas por demais lúcidas podem ser consideradas um tanto quanto “loucas”, pois, com seu jeito franco ou ousado de falar, tornam-se diferentes dos outros e, logo, transgridem a ordem social já estabelecida e confirmada em uma dada sociedade ou, na sociedade da narrativa do “Roi de Bicêtre”. Digamos que seu narrador mantém, por um lado, uma narrativa “séria”, dirigida talvez à elite do século XIX, que girava em torno do poder real e o confirmava; por outro lado, ao mostrar o lado “não-sério” da história - pela inclusão da ironia -, este narrador revela a crueldade da sociedade face aqueles que são “diferentes” ou se afastam do grupo compacto que forma a célula social.

3 O trecho que mostra o julgamento em questão é transcrito, em francês, no Anexo, no final deste capítulo.

4 É preciso notar aqui a ambigüidade que existe em torno do adjetivo francês “iluminé”, que tanto pode significar “iluminado”, no sentido de “esclarecido, cheio de luzes”, como também “visionário”; esta última palavra é ainda mais ambígua que a precedente. Um “visionário” tanto pode ser uma pessoa “de visão” como também um místico, louco...

Sem dúvida, tal ironia está inserida em um contrato que vai negociar, com seu destinatário, o lugar do *sujeito-comunicante*, o que implica, em outras palavras: o lugar do contexto em que o texto foi produzido. Alguns vão considerar Raoul Spifame como realmente louco; já outros leitores perceberão que o escritor deixou aberta uma porta que conduz à dupla interpretação da narrativa, vista então como um discurso que desvela um *mundo ético*. Essa história de “duplos” (o rei e seu sócia) implica, pois, na presença de um *ethos discursivo prévio*: ela nos faz lembrar do *Amphytrion* de Plauto. O narrador de Nerval vai deixar signos em seu caminho, ou seja, no texto escrito, tal como o Pequeno Polegar da história de Perrault deixa pedrinhas para não se perder com seus irmãos, na floresta ou como Ariadne deixa um fio para não se perder, com Teseu, no Labirinto. Estes signos linguageiros vão nos enviar para o *ethos* do narrador, *alter-ego* de Nerval, escritor que se debatia entre sua genialidade, sua originalidade, sua escrita pura, mas, irônica e seus delírios psíquicos que lhe valeram a “etiqueta” de louco e logo, maldito.

O *ethos* de um discurso, diz Maingueneau (2004:206) seguindo Jean-Michel Adam, resulta de uma junção ou combinação de vários outros: há o *ethos discursivo*, ou seja, o *ethos mostrado*, aquele que o texto literário exhibe; este *ethos* contém “fragmentos do texto nos quais o enunciador evoca sua própria enunciação” (*ib.*, tradução.nossa) formando então o que o teórico chama de *ethos dito ou sugerido*. É impossível estabelecer uma linha nítida entre os dois tipos de *ethos*. Ou, para falar em termos “charaudianos”: entre o que vem do real, do psico-sócio-situacional do autor, do homem Gérard de Nerval e o que vem de sua visão do mundo, expressa pela sua enunciação literária. Há toda uma situação exterior que interfere no espaço interior da palavra escrita. Ao destinatário ou *sujeito-interpretante* da história caberá a construção de um outro *ethos*, o *ethos efetivo*, pelo qual ele assumirá ou não a ironia que a história de Raoul Spifame e sua crítica do social oferecem.

Os conceitos de *ethos mostrado* e *ethos dito ou sugerido*, são conceitos que se aproximam bastante das idéias de Ducrot, expostas em seu livro *Le dire et le dit* (1984). Ducrot, ao propor uma nova leitura da *Teoria da Polifonia* de Bakhtin, fala de um *locutor*, ou seja, aquele que, ao contar uma história, permite que um *enunciador irônico* entre nessa história. O *locutor* mostra os ditos de tal enunciador, mas, não os assume; isso cria um efeito de distância entre os enunciados “sérios” e os “irônicos”.

Chegamos enfim, por este viés, a Bakhtin, como era de se esperar! O discurso literário não é um monobloco, mantido por uma só voz: ele é a arena na qual diferentes vozes vão se digladiar. No caso em questão, a voz da razão contra a voz da loucura ou em outros termos: a voz ilegal, a voz que contesta a voz da autoridade (a do advogado) contra a voz do poder estabelecido e legalizado. E, como sói acontecer em todas as sociedades, desde sempre, a última voz é sempre mais forte e esmagadora.

Na narrativa *Le Roi de Bicêtre*, Henri II tem uma postura e uma linguagem que vão diminuí-lo, face ao leitor “avisado”. O rei não presta nenhuma atenção na sessão do parlamento a que vai assistir. Entediado, deixa que seus olhos vagueiem pela assistência. É nesse momento que um raio de sol vem iluminar, numa bela metáfora, o rosto do advogado Raoul Spifame, o Sósia, o Outro, o *Iluminado*. Vejamos a reação do rei:

Henri II teve a impressão de que um retrato tivesse sido colocado diante dele, retrato que o reproduzia por inteiro, apenas transformando suas esplêndidas roupas reais, em roupas negras. Então, todo mundo comentou que o jovem advogado parecia demais com o rei e, talvez devido a superstição que diz que algum tempo antes de morrer a gente vê aparecer sua própria imagem vestida de luto, notou-se que o rei pareceu preocupado durante todo o resto da sessão. (G.de Nerval, Le Roi de Bicêtre. In: Les Illuminés (ou Les Précurseurs du Socialisme), 1852. (Tradução nossa)

A morte em questão, ou seja, a palavra que é silenciada, retirada da circulação social, não cai sobre o rei mas sim sobre Raoul; é a partir daí que todas suas palavras, todos seus ataques ao poder real são vistos como atos de loucura e não como demonstração de sua personalidade, de seu *ethos*, enquanto advogado e membro do parlamento. A sociedade não pode admitir a presença de dois reis legitimados ou, pelo menos de dois *ethos* em uma posição de poder: é preciso que um deles seja desacreditado, torne-se «rei dos loucos». Ora, como Henri II possuía a legitimidade do poder, possuía também a credibilidade; o contrário vai se passar com Raoul Spifame. O projeto de palavra de Nerval vai pois, acreditamos, apostar na ironia, introduzida pelo desdobramento dos personagens e pela exposição de suas idiossincrasias. O pobre Raoul, ao se ver declarado louco, parece-nos então que vai aderir ao jogo ao começar a falar e a gesticular como o rei, assumindo o *ethos* deste já que tal *ethos* lhe fora imputado. O que mais poderia fazer senão zombar da fatalidade que cai sobre ele, pelo terrível fato de ser o sócia do rei, seu duplo?

Acreditamos assim, que um texto escrito no século XIX, se referindo a uma história passada no século XVI guarda uma certa modernidade social, pois, ao ler o relato do «Roi de Bicêtre» de Nerval, fomos levados a concordar com Charaudeau, quando este lembra que, nessas situações de poder, o discurso, para ser credível, tem que ser legitimado (e não o contrário). Nesse caso, também seguindo Charaudeau (2005 :87-128), diríamos que o rei da história de Nerval tem o *ethos do poder* mas não tem o *ethos de caráter*. O último *ethos*, quem o possui é o polêmico sócia do rei, Raoul Spifame... Concordamos também com Bakhtin, que analisa a carnavalização do poder, necessária para que este se mantenha sempre em seu lugar, seja ele um poder benéfico ou não para os governados.

No fundo, a *crítica do social* em um discurso literário não é lá muito diferente, dessa mesma crítica observada em outro gênero, tal

como a do discurso de imprensa, por exemplo. A AD leva em conta, em um ou em outro caso, tanto o contrato que o gênero em questão impõe entre seus sujeitos comunicante e interpretante, como também o dispositivo enunciativo que é obtido através da observação do interdiscurso que atravessa os ditos ou escritos do locutor de uma história factual ou do narrador de uma história literária, logo ficcional. Aliás, mais do que é explicitamente dito, a crítica social discursiva é fruto de um *projeto de palavra*, idealizado por um *sujeito-comunicante* e colocado em prática pelo agenciamento de diferentes *modos de organização do discurso*, repetimos. Tal agenciamento deve ser feito de tal modo que permita a entrada do interdiscurso, de uma voz terceira, implacável, que é, enfim, a voz do crítico irônico do social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMOSSY, Ruth. La dimension sociale du discours littéraire. L'analyse du discours et le projet sociocritique. In: AMOSSY, Ruth et MAINGUENEAU, Dominique (sous la direction de) *L'analyse du discours dans les études littéraires*. Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 2003, p.63-74.
- BAKHTIN, Mikhaïl. *La poétique de Dostoïevski*. Paris, Seuil, 1970.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Le discours politique. Les masques du pouvoir*. Paris, Vuibert, 2005.
- _____. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris, Hachette, 1992.
- _____. Une analyse sémiolinguistique du discours. In: *Langages* n° 117, 1995, p.96-111.
- DUCROT, Oswald. *Le dire et le dit*. Paris, Minuit, 1984.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Le discours littéraire. Paratopie et scène d'énonciation*. Paris, Armand Colin, 2004.
- NERVAL, Gérard de. Le roi de Bicêtre. In: *Les illuminés - Les précurseurs du socialisme*, 1852.

ANEXO

Nous allons vous raconter la folie d'un personnage fort singulier, qui vécut vers le milieu du XVI^e siècle. Raoul Spifame, seigneur Des Granges, était un suzerain sans seigneurie, comme il en avait tant déjà dans cette époque de guerres et de ruines qui frappaient toutes les hautes maisons de France. Son père ne lui laissa que peu de fortune,

ainsi qu'à ses frères Paul et Jean, tous deux célèbres, depuis, à différents titres; de sorte que Raoul, envoyé très jeune à Paris, étudia les lois et se fit avocat. Lorsque le roi Henri deuxième succéda à son glorieux père François, ce prince vint en personne, après les vacances judiciaires qui suivirent son avènement, assister à la rentrée des chambres du parlement. Raoul Spifame tenait une modeste place aux derniers rangs de l'assemblée, mêlé à la tourbe des légistes inférieurs, et portant pour toute décoration sa brassière de docteur en droit. Le roi était assis plus haut que le premier président, dans sa robe d'azur semée de France, et chacun admirait la noblesse et l'agrément de sa figure, malgré la pâleur malade qui distinguait tous les princes de cette race. Le discours latin du vénérable chancelier fut très long ce jour-là. Les yeux distraits du prince, las de compter les fronts penchés de l'assemblée et les solives sculptées du plafond, s'arrêtèrent enfin longtemps sur un seul assistant placé tout à l'extrémité de la salle, et dont un rayon de soleil illuminait en plein la figure originale; si bien que peu à peu tous les regards se dirigèrent aussi vers le point qui semblait exciter l'attention du prince. C'était Raoul Spifame qu'on examinait ainsi.

Il semblait au roi Henri II qu'un portrait fût placé en face de lui, qui reproduisait toute sa personne, en transformant seulement en noir ses vêtements splendides. Chacun fit de même cette remarque, que le jeune avocat ressemblait prodigieusement au roi, et, d'après la superstition qui fait croire que quelque temps avant de mourir, on voit apparaître sa propre image sous un costume de deuil, le prince parut soucieux tout le reste de la séance. En sortant, il fit prendre des informations sur Raoul Spifame, et ne se rassura qu'en apprenant le nom, la position et l'origine avérés de son fantôme. Toutefois, il ne manifesta aucun désir de la connaître, et la guerre d'Italie, qui reprit peu de temps après, lui ôta de l'esprit cette singulière impression.

Quant à Raoul, depuis ce jour, il ne fut plus appelé par ses compagnons du barreau que Sire et Votre Majesté. Cette plaisanterie se prolongea tellement sous toutes sortes de formes, comme il arrive souvent parmi ces jeunes gens d'étude, qui saisissent toute occasion de se distraire et de s'égarer, qu'on a vu depuis dans cette obsession une des causes premières du dérangement d'esprit qui porta Raoul Spifame à diverses actions bizarres. Ainsi un jour il se permit d'adresser une remontrance au premier président touchant un jugement, selon lui, mal rendu en matière d'héritage. Cela fut cause qu'il fut suspendu de ses fonctions pendant un temps et condamné à une amende. D'autres fois il osa, dans ses plaidoyers, attaquer les lois du royaume, ou les opinions judiciaires les plus respectées, et souvent même il sortait

entièrement du sujet de ses plaidoiries pour exprimer des remarques très hardies sur le gouvernement, sans respecter toujours l'autorité royale. Cela fut poussé si loin, que les magistrats supérieurs crurent user d'indulgence en ne faisant que lui défendre entièrement l'exercice de sa profession. Mais Raoul Spifame se rendait dès lors tous jours dans la salle des Pas-Perdus, où il arrêtait les passants pour les soumettre ses idées de réforme et ses plaintes contre les juges. Enfin, ses frères et sa fille elle-même furent contraints à demander son interdiction civile, et ce fut à ce titre seulement qu'il reparut devant un tribunal.

Cela produisit une grave révolution dans toute sa personne, car sa folie n'était jusque-là qu'une espèce de bon sens et de logique; il n'y avait en d'aberration dans ses imprudences. Mais s'il ne fut cité devant le tribunal qu'un visionnaire nommé Raoul Spifame, le Spifame qui sortit de l'audience était un véritable fou, un des plus élastiques cerveaux que réclamassent les cabanons de l'hôpital. En sa qualité d'avocat, Raoul s'était permis de haranguer les juges, et il avait amassé certains exemples de Sophocle et les autres anciens accusés par leurs enfants, tous arguments d'une furieuse trempe; mais le hasard en disposa autrement. Comme il traversait le vestibule de la chambre de procédures, il entendit une voix murmurer: «C'est le roi! voici le roi! place au roi!» Ce sobriquet, dont il eût dû apprécier l'esprit railleur, produisit sur son intelligence ébranlée l'effet d'une secousse qui détend un ressort fragile: la raison s'envola bien loin en chantonnant, et le vrai fou, bien et dûment écorné du cerveau, comme on avait dit de Triboulet, fit son entrée dans la salle, la barette en tête, le poing sur la hanche et s'alla placer sur son siège avec une dignité toute royale.

Il appela les conseillers: nos amis et féaux, et honora le procureur Noël Briilot d'un Dieu-gard rempli d'aménité. Quant à lui-même, Spifame, il se chercha dans l'assemblée, regretta de ne point se voir, s'informa de sa santé, et toujours se mentionna à la troisième personne, se qualifiant: «Notre ami Raoul Spifame, dont tous doivent bien parler». Alors ce fut un haro général entremêlé de railleries, où les plaisants placés derrière lui s'appliquaient à le confirmer dans ses folies, malgré l'effort des magistrats pour rétablir l'ordre et la dignité de l'audience. Une bonne sentence, facilement motivée, finit par recommander le pauvre homme à la sollicitude et adresse des médecins; puis, on l'emmena, bien gardé, à la maison des fous, tandis qu'il distribuait encore sur son passage force salutations à son bon peuple de Paris.

Ce jugement fit bruit à la cour. Le roi, qui n'avait point oublié son Sosie, se fit raconter les discours de Raoul, et comme on lui apprit

que ce sire improvisé avait bien imité la majesté royale: «Tant mieux ! dit le roi; qu'il ne déshonore pas pareille ressemblance, celui qui a l'honneur d'être à notre image.» Et il ordonna qu'on traitât bien le pauvre fou, ne montrant toutefois aucune envie de le revoir.

Gérard de Nerval, « Le Roi de Bicêtre », *Les Illuminés* (1852)

9

ANÁLISE SEMIÓTICA DO DISCURSO POLÍTICO E EMPRESARIAL

IZIDORO BLIKSTEIN

USP

INTRODUÇÃO

O discurso, do ponto de vista semiótico, tem, basicamente, a função de criar um efeito no receptor da mensagem. No caso do discurso político ou empresarial, a mensagem deve criar uma imagem positiva, mostrando a instituição como uma organização competente, ética e transparente. Na prática, entretanto, o discurso funciona de modo a “esconder” mais do que “mostrar”. Com efeito, a análise semiótica e linguística revela como o discurso é articulado, em sua face “direita”, para transmitir uma imagem de perfeição e de heroísmo (como uma manifestação da *síndrome de John Wayne, o invencível “cowboy”*), embora, em seu “avesso”, tal discurso contenha os pressupostos típicos de uma intertextualidade autoritária, conservadora e discriminatória. No presente artigo, nosso objetivo é demonstrar como, frequentemente, o discurso manipula os signos, por meio de uma narrativa marcada por estereótipos e incoerências semânticas. O discurso procura, então, *encobrir* o essencial, que se aloja em seu lado avesso, dando ênfase a detalhes que se encontram em sua face “direita”. O papel da semiótica é desvendar o avesso do discurso.

1. A NATUREZA DIALÓGICA DO DISCURSO

Em entrevista realizada no final de seu mandato, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, quando indagado sobre como se sentia “... nas vésperas de passar a faixa presidencial para um *líder operário*...”, declarou:

Eu acho que é isso o que me deixa mais contente. Quer dizer, naturalmente, qualquer outro que fosse eleito eu teria uma satisfação imensa, ... mas é claro que há um significado especial em passar para um líder operário, para um homem que vem de lutas sindicais, um homem que eu conheci nos anos 70, quando havia ainda uma ditadura e nós estivemos juntos em muitas campanhas, de modo que isto a mim me dá, eu diria, uma emoção. Eu espero com ansiedade o momento em que o mundo todo vai ver, mesmo que seja inabitual que uma pessoa com formação acadêmica, como a que eu tive, chegasse à Presidência, mais inabitual ainda que a faixa seja transmitida a um líder operário, e verão que mais inabitual ainda que será feito com esse espírito brasileiro que é de cordialidade.¹

Aparentemente, o sentido do texto é bem claro e não deixa margem a dúvidas: o presidente se diz contente, e até emocionado, por passar a faixa presidencial não a um mero candidato eleito, mas, em especial, a um líder operário, sindicalista e ativista político que lutou contra a ditadura. No entanto, uma releitura atenta poderá conduzir-nos a detectar, nas dobras desse mesmo discurso, significados implícitos que podem conferir-lhe um sentido bem diferente.

Com efeito, basta observar a abundante recorrência a adjetivos, advérbios e expressões “superlativas”, com que o sujeito do discurso valoriza o gesto de “passar a faixa”:

- *é isso que me deixa mais contente*
- *eu teria uma satisfação imensa*
- *isto a mim me dá, eu diria, uma emoção*
- *espero com ansiedade*

¹ Folha de São Paulo, Caderno Especial, 29-10-2002, p. 3.

Esse investimento superlativo parece reiterar o pressuposto básico de que “passar a faixa” é, habitualmente, uma atitude eufórica do presidente, pois teria, *naturalmente*, uma *satisfação imensa* com *qualquer* candidato. Esse gesto, todavia, agora torna-se magnânimo, na medida em que o eleito é *especial*, ou, mais ainda, *inabitual*: além de líder operário e sindicalista, o candidato é:

- *um homem que eu conheci nos anos 70*
- *quando havia ainda uma ditadura*
- *e nós estivemos juntos em muitas campanhas*

O sujeito do discurso coloca-se, assim, como tão *especial* quanto o líder operário. E não só *especial*, mas, sobretudo, *inabitual*, pois não é usual que:

- *uma pessoa de formação acadêmica, como a que eu tive, chegasse à Presidência*

Mas há algo *mais inabitual ainda que o mundo todo vai ver*, a saber, a transmissão da faixa será feita:

- *com esse espírito brasileiro que é de cordialidade*

Eis, talvez, o pressuposto-chave desse enunciado: o mundo inteiro é testemunha de que, ao transmitir a faixa, o presidente, tão excepcional quanto o sucessor, é, sobretudo, democrata, magnânimo e cordial.

Cabe uma pergunta: por que reiterar de forma tão superlativa a excepcionalidade e, principalmente, a cordialidade do gesto? Talvez porque a transmissão do cargo a um *inabitual* adversário político não seja *naturalmente* cordial. Esse poderá ser, então, o outro sentido do texto: o presidente é sempre cordial e sua cordialidade é exaltada pela ausência da *não cordialidade*. Fica bem ilustrado o princípio fundamental da análise linguístico-semiótica do discurso: todo enunciado poderá ser lido em seu “direito” ou em seu “avesso”. A transmissão da faixa ao eleito não é o tema central: o eixo do discurso é, em última análise, a oposição *cordial vs não cordial*. Estamos, portanto, diante de um diálogo entre dois textos e duas vozes (*cordialidade vs não cordialidade*). Dialogismo,

intertextualidade e polifonia estão na própria essência do conceito de discurso, tal como foi proposto por Mikhail Bakhtin: para constituir seu discurso, o enunciador tem de, inevitavelmente, levar em conta outros discursos que estarão em oposição dialógica com o seu próprio (BAKHTIN, 1992).

Pelo exposto, nenhum discurso é, em princípio, totalmente autônomo, monológico e monofônico. Suportado por toda uma intertextualidade, o discurso não é *dito* por uma única voz, mas por muitas vozes, geradoras de textos que se entrecruzam no tempo e no espaço, a tal ponto que, muitas vezes, se faz necessária uma escavação lingüístico-semiótica para recuperar a significação profunda dessa polifonia. A tarefa lingüístico-semiótica será, então, detectar a rede de *isotopias* (ou eixos semânticos, como é o caso de *cordialidade vs não cordialidade*) que governam as vozes, os textos e, finalmente, o discurso.

Tal escavação nos revelará como o sentido primeiro de um enunciado nem sempre corresponde necessariamente (e, em certos campos, como o político, quase nunca) à significação profunda do intertexto em que se teceu o discurso. Em outros termos, o discurso parece tratar do referente X, quando, na verdade, o tema é o referente Y, oculto nas malhas da intertextualidade. É a ilusão referencial. O enunciador leva o destinatário a dois níveis de decodificação: um, no plano da superfície, em que se capta o referente X (ilusório); outro, na estrutura profunda do intertexto, em que se absorve, “inconscientemente”, o referente Y, correspondente às verdadeiras intenções do enunciador.

A natureza do discurso tende a ser, destarte, intertextual, dialógica e polifônica.

2. FUNÇÃO DO DISCURSO

Poderia caber uma objeção: na medida em que pode abrigar níveis de sentido diversos, suscitando, então, diferentes leituras de uma mesma mensagem, será que essa natureza dialógica e polifônica

não desfiguraria o modelo clássico da comunicação (emissor, código, mensagem, receptor, entendimento e retroalimentação)? Ocorre que tal modelo é um truísmo insuficiente para explicar o funcionamento do *discurso* na comunicação, pois este vai além de *transmissão de informações de um emissor para um receptor*. É oportuno lembrar agora Émile Benveniste, cujas observações sobre a função do discurso permitem compreender o alcance da natureza dialógica proposta por Bakhtin. Segundo Benveniste, o discurso se caracteriza:

- *por uma enunciação, a qual supõe um enunciador e um destinatário (ou enunciatário, e não apenas um mero receptor);*
- *pela intenção do enunciador em gerar um efeito no destinatário, a fim de obter-lhe a colaboração ou resposta desejada (BENVENISTE, 1974).*

É evidente que o efeito deve ser positivo ou favorável, para que o destinatário produza a resposta desejada pelo enunciador. O dialogismo e a polifonia permitem ao enunciador conduzir (ou não) o destinatário, de forma velada, sutil, implícita, para o efeito e a resposta desejada. Os ingredientes geradores do efeito positivo (ou negativo) residem justamente no *avesso*, no *não dito*, no *intertexto*.

Cruzamo-nos aqui com a *função conativa* da linguagem, tal como foi proposta por Roman Jakobson, no conhecido modelo das seis funções da linguagem: referencial, emotiva, conativa, metalingüística, fática e poética (JAKOBSON, 2000). A natureza dialógica (Bakhtin) e a função geradora de efeitos (Benveniste) parecem estar contempladas pela função conativa, cujo objetivo básico é obter a resposta do destinatário. Tal resposta pode ser obtida por estratégias coercitivas e autoritárias (ordens, uso do imperativo: “faça!”). O dialogismo e a polifonia permitem, contudo, que a adesão do destinatário se realize de modo mais implícito, sutil, “inconsciente”.

É por esse itinerário teórico que desembocamos no conceito de *persuasão*. É oportuno lembrar que, etimologicamente, *persuadir*

- da mesma origem da palavra *suave* - significa “convencer de modo doce, suave”. Pelo exposto, a função do discurso é, então, persuadir o destinatário, isto é, convencê-lo de forma suave, sutil, o que pode tornar a persuasão uma forma velada de *manipulação*. Em última análise, o discurso tem a função de *fazer crer e*, conseqüentemente, *fazer fazer*.

É o caso do discurso nazista.

Com a frase *Arbeit macht frei*, “o trabalho faz (ou traz) a liberdade”, os administradores dos campos de concentração tinham a intenção de persuadir os prisioneiros a crerem na nobreza do trabalho; tal aviso, no entanto, estava enredado nas malhas da intertextualidade da doutrina do arianismo, baseada na oposição *ariano (aquele que trabalha) vs não ariano (aquele que não trabalha)*. Dentre os vários exemplos de discursos nazistas de cunho moralista e educativo, vale citar um texto cujo objetivo é “persuadir” os prisioneiros a alcançarem o caminho da liberdade, cultivando as seguintes qualidades: *obediência, zelo, honestidade, ordem, propriedade, temperança, verdade, espírito de sacrifício e amor pela Pátria* (BERBEN, 1976, p. 8). Parece claro que tais qualidades “arianas” se encontram no “direito” do enunciado, enquanto no “avesso” está dito que os prisioneiros (os não arianos ou as anti-raças) não têm nenhuma dessas mesmas qualidades; considerando que seria impossível cultivá-las no cenário perverso dos campos de extermínio, fica também implícito que a liberdade nunca será alcançada. Vale observar que pode haver duas percepções para esse mesmo discurso:

1 - Para a análise linguístico-semiótica, que permite a detecção dos níveis de sentido (direito e avesso), trata-se de um discurso manipulatório.

2 - Para os enunciadores e destinatários, o discurso não tem dois lados: ele é explícito, monológico e monofônico. O destinatário deve crer que o caminho da liberdade passa,

obrigatoriamente, pela prática das qualidades “decretadas” pelos administradores dos campos.

E o discurso empresarial? Não deve ser ele monofônico, a fim de comunicar de modo explícito a missão, as metas, a filosofia de gestão, os produtos e as mudanças da organização? É o que veremos a seguir.

3. O DISCURSO EMPRESARIAL

Já é lugar-comum falar da importância da comunicação para as empresas e o ensino da ciência da administração proclama que a comunicação é a ferramenta básica para propiciar visibilidade interna e externa da empresa, na medida em que possibilita não só a produção e distribuição, mas também a recepção de informações que circulam para dentro e para fora da organização. Ao zelar pela qualidade dos diversos fluxos de informação que circulam interna e externamente na organização, a comunicação empresarial deve, portanto, produzir um discurso estratégico, qual seja a de gerar um efeito positivo nos acionistas, nos *stake holders*, nos clientes, no mercado e na sociedade, de modo a preservar a identidade e a imagem da instituição. Numa primeira instância, tal discurso deve ser, em princípio, transparente, explícito e monofônico. Mas, na prática, ocorre que, para gerar efeitos positivos e obter a adesão do destinatário, o enunciador acaba por construir um discurso dialógico, em que se desenvolve uma relação polêmica entre o texto e o intertexto, o dito e o não dito, a voz explícita e a voz implícita. Essa obsessão pelo efeito positivo e, conseqüentemente, pela imagem sempre favorável da organização é o que se pode denominar a *síndrome John Wayne* (o herói imaculado e imbatível). Qualquer que seja a dimensão de uma crise, a empresa teria de, permanentemente, ostentar uma imagem favorável. Mas ocorre que o discurso dialógico e polifônico nem sempre gera efeitos positivos. Vejamos alguns casos.

I. O CASO DA EMPRESA ALFA

A ALFA, empresa responsável pela administração do turismo, recebeu a seguinte carta de uma cliente insatisfeita com o atendimento:

...liguei para a ALFA e pedi o telefone de uma empresa de turismo de Campinas. Fui atendida por um senhor de nome Manuel, que não está classificado nem para atender porta, quanto mais telefone. Pois bem, pedi-lhe o nome da empresa e, antes de verificar na listagem ou computador... ele já disse que o nome não estava certo. Retruquei que era impossível ele saber, pois não havia consultado nenhuma lista. Daí ele disse para ligar mais tarde, pois a pessoa que poderia me atender estava ocupada e não iria parar de fazer o que estava fazendo. A ALFA não é um órgão que tenta passar imagem de perfeição e ajuda ao turismo?...

Eis a resposta da ALFA:

Esclarecemos que o funcionário citado não exerce a função de prestar informações ao público. Trata-se, na verdade, de um servente de idade avançada, tido, mesmo entre os seus colegas, como uma pessoa rústica (grifos meus). Assim, ao mesmo tempo em que lamentamos o ocorrido, informamos à leitora que todas as providências já foram tomadas no sentido de evitar a repetição desse condenável incidente. Lembramos, ainda, que todos os funcionários do Centro de Atividades Descentralizadas (Cade) fazem questão de primar pela cortesia e pelo bom atendimento.²

Numa primeira leitura, percebe-se o empenho do enunciador em desfazer a má impressão e gerar um efeito positivo, por meio da menção explícita aos funcionários do Cade (nome longo e sofisticado), que primam pela cortesia. Se os funcionários da ALFA atendem bem, quem será o culpado pelo "condenável" incidente? O servente Manuel é claro. E o enunciador constrói um diálogo polêmico: *cortesia da ALFA vs rusticidade de Manuel*. Essa rusticidade

2 O Estado de São Paulo, Caderno Cidades, São Paulo Reclama, 26-3-1994, p. 2.

é explicada por tratar-se de *um servente de idade avançada*. No avesso do discurso, o sentido mais profundo é instaurado pela oposição discriminatória e preconceituosa entre *juventude/cortesia/competência vs velhice/grosseria/incompetência*. Nesse caso, a almejada imagem de perfeição é “arranhada” pelo pressuposto de que a causa da incompetência é a velhice rabugenta. O discurso poderia ser monofônico e transparente: “Erramos”.

II. O CASO DA EMPRESA BETA

Em razão de reportagem em que se questionava a pureza da água distribuída pela empresa BETA, essa organização, para defender seu produto e sua própria imagem, publicou a seguinte Nota Oficial na imprensa (O Estado de São Paulo):

A BETA... vem mais uma vez a público, para garantir a qualidade da água que distribui a mais de 24 milhões de pessoas e afirmar que estão equivocadas as informações contidas em reportagem sobre a presença de germes na água distribuída para a população... Essas afirmações poderão induzir, inadvertidamente, ao consumo de água em fontes alternativas e não controladas, nem pela BETA nem pela vigilância sanitária, o que representa riscos concretos à saúde pública. A BETA é uma empresa que prima pela qualidade da água que distribui e, por isso, teve todos os seus laboratórios certificados pela ISO 9002. A presença do protozoário ‘criptosporidium’ é um fato comum em águas de abastecimento, em todo o mundo. Em vários países, os cientistas estão fazendo pesquisas sobre as melhores técnicas para detectar e eliminar esse germe das águas para distribuição. Essas pesquisas ainda não estão concluídas, nem mesmo nos Estados Unidos, onde a rigorosa EPA – Agência América Ambiental – ainda não definiu os padrões mínimos aceitáveis da presença do ‘criptosporidium’. São Paulo coloca-se ao lado das grandes nações ao apoiar pesquisa realizada pela Universidade... As amostras que serviram como base para a pesquisa... indicam valores totalmente idênticos àqueles encontrados nas águas distribuídas nas cidades dos Estados Unidos, Canadá e outros países.¹

3 O Estado de São Paulo, Nota Oficial, 18-3-2000, p. 1.

Parece que, se a BETA pretendia gerar um efeito positivo, o resultado foi exatamente contrário a essa intenção, por várias razões:

1- Há uma flagrante contradição *entre negar a presença de germes e, depois, afirmar que estão sendo feitas pesquisas "... para eliminar esse germe..."*.

2- A verdadeira qualificação da empresa não é a outorgada pela ISO 9002, mas está baseada no pressuposto de que, ao conter os mesmo germes que se encontram nas águas americanas e canadenses, a BETA está no mesmo nível das empresas de Primeiro Mundo.

3- Outro pressuposto é o de que a BETA não é rigorosa, uma vez que o *averso* do discurso qualifica como rigorosos os Estados Unidos e a Agência América Ambiental. Essa qualificação se produz por meio de duas expressões não muito perceptíveis numa primeira leitura, quase *não ditas* (embora tenham sido ditas):

- ... *nem mesmo* os Estados Unidos...
- ... onde a *rigorosa* EPA.

Essas duas "pequenas" e "rápidas" expressões instauram, na verdade, a oposição fundamental do texto, escondida no intertexto: *Primeiro Mundo competente vs Terceiro Mundo incompetente*.

Ao partir dessas "fugazes" expressões para chegar aos grandes pressupostos do discurso, parece-nos possível demonstrar o alcance do método da semiótica, o qual consiste em decifrar o "grande" através do "pequeno", pois o que realmente interessa à semiótica não é o visível mas o inteligível. A idéia de que o "pequeno" conduz ao "grande" está impecavelmente sintetizada na frase *Deus se esconde nos detalhes*, de Flaubert e Warburg, citada em epígrafe no artigo *Chaves do Mistério: Morelli, Freud e Sherlock Holmes*, quarto e brilhante ensaio de Carlo Ginzburg, publicado em *O Signo de Três*, de Umberto Eco e Thomas Sebeok (ECO e SEBEOK, 1991, p. 96). No artigo, Ginzburg aponta o paralelismo entre Sherlock Holmes, Freud e o crítico de

pintura Giovanni Morelli, ressaltando o fato de que Freud ficara impressionado com o método interpretativo de Morelli, baseado na apreensão de detalhes marginais e irrelevantes enquanto chaves reveladoras.

Para Morelli, o pormenor insignificante é revelador na medida em que, como dificilmente pode ser falsificado ou camuflado (já que não é premeditado), pode conduzir à revelação do conjunto a que pertence. Outro não é o procedimento de Freud, ao deter-se nos pequenos lapsos de memória ou de linguagem para explicar, por exemplo, o esquecimento dos nomes próprios.

III. O CASO DA EMPRESA DELTA

Os candidatos a um emprego na empresa DELTA devem preencher uma condição básica para sua admissão, a saber, ler atentamente e praticar fielmente as regras de dois documentos:

1. A Declaração de Princípios
2. O Regulamento Disciplinar Interno (cf. SEGNINI, 1988)

A análise linguístico-semiótica desses textos demonstra como o efeito de sentido desejado pela organização é arquitetado por um diálogo entre o discurso da *normalidade comportamental vs a anormalidade comportamental*. O efeito de sentido desejado é que os funcionários da instituição tenham um comportamento normal. Esses documentos devem ser lidos, assinados e praticados pelos funcionários. Não será difícil detectar nesses textos o direito e o avesso: a afirmação de uma *qualidade* já implica a negação de um *defeito*, o qual se encontra num discurso implícito, em permanente polêmica com o explícito.

A Declaração de Princípios reflete o *ethos* da empresa. Eis alguns dos princípios:

Eu, fulano de tal, prometo, solene e fielmente, com otimismo e entusiasmo, que seguirei os princípios que a seguir declaro:

- *Amar o Brasil, dedicando-me integralmente a ele e trabalhando sempre mais e melhor, até onde minhas forças permitirem.*
- *Colocar os interesses públicos, os da instituição e demais organizações acima dos meus próprios interesses.*
- *Dentro da convicção de que "só o trabalho pode produzir riquezas", agir com plena dedicação, com todo o meu amor, minha disciplina e justa humildade.*
- *Respeitar e manter o princípio da hierarquia, condição essencial, quer no Estado, na Família e na Sociedade, para o aprimoramento do homem.*

No Regulamento Disciplinar Interno, vale destacar as seguintes regras:

- *trajar-se de modo conveniente e asseado, mantendo sua aparência física sem exageros e extravagâncias;*
- *zelar pela limpeza e boa ordem do local de trabalho...*

Percebe-se, nesses princípios e regras a exaltação do amor à pátria, da coletividade, do trabalho e da limpeza. Não deve ser exagero encontrar exaltação semelhante na intertextualidade da doutrina nazista em que se contemplam, como nos já citados aforismos nos campos de concentração, os pressupostos da obediência, da ordem, da limpeza e do amor à pátria, acima de tudo. A entronização do trabalho, como caminho para a liberdade e a riqueza fica patente no paralelismo das duas fórmulas:

- *Arbeit macht frei*
- *Só o trabalho pode produzir riquezas*

Mas a primazia do coletivo sobre o individual já fora proclamada, em 1924, pelo discurso de... Adolf Hitler:

A coroação de todo espírito de abnegação reside no sacrifício da própria vida individual em prol da existência coletiva.

... o idealismo genuíno não é mais nem menos do que a subordinação dos interesses e da vida do indivíduo à coletividade... Só ele é que conduz os homens a reconhecerem espontaneamente o privilégio da força e do vigor, fazendo deles uma poeirazinha insignificante... (HITLER, 1983, p. 194).

4. OBSERVAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, as organizações podem estar diante de um dilema de ordem ética: na obsessão de perseguir um efeito de sentido favorável para seus produtos e sua imagem, o discurso empresarial pode comprometer-se com uma intertextualidade, cujas vozes nem sempre são portadoras de conteúdos propriamente éticos. Tal envolvimento poderá levar a formulações contraditórias e incoerentes que beiram, muitas vezes, o absurdo semântico.

Esse absurdo semântico encontra um de seus exemplos mais perversos na *normalidade*, e até *naturalidade*, de que se investiu o discurso dos técnicos que se empenharam na construção de incineradores cada vez mais eficazes e econômicos em Auschwitz, Dachau, Buchenwald etc. Tal *naturalidade* fica evidente nos comentários de Jean Claude Pressac, em sua pesquisa sobre o funcionamento dos fornos crematórios de Auschwitz:

O construtor indicava, sugerindo assim a possibilidade de incinerar em série, que a segunda e a terceira incineração não exigiam nenhum combustível suplementar e que as seguintes poderiam ser praticadas quase sem acréscimo de combustível, apenas com insuflação de ar no crisol. Ele estimava em uma hora e meia a duração de incineração de um corpo de 70 kg num caixão de madeira de 35 kg. A partir desses dados, os SS deduziram que incinerar um corpo sem caixão permitiria ganhar uma meia hora e que, de manhã, 100 kg de coque lhes seriam suficientes para reduzir a cinzas uma vintena de corpos durante o dia.. (PRESSAC, 1993, p. 6).

Tal discurso – que poderia ter sido extraído de uma peça de Ionesco, Beckett ou Jarry – não seria tão absurdo assim: mudando os nomes, o espaço e o tempo, os argumentos utilizados, em 1939, pelo “competente” construtor de fornos industriais, o engenheiro Kurt Prüfer – da Topf und Söhne, firma vencedora da concorrência para a construção dos incineradores nos campos nazistas –

poderiam perfeitamente caber agora numa proposta em que uma empresa procurasse persuadir o cliente das vantagens de seus produtos.

Ao nos conscientizarem dos pressupostos alojados na intertextualidade dos discursos, a lingüística e a semiótica podem contribuir significativamente para garantir nossa liberdade de pensamento... pelo menos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1974.
- BERBEN, P. *Histoire du camp de concentration de Dachau*: Comité International de Dachau, 1976.
- ECO, U e SEBEOK, T. *O signo de três*, São Paulo: Perspectiva, 1991.
- HITLER, A. *Minha Luta*. São Paulo: Moraes, 1983.
- JAKOBSON, R. *Lingüística e comunicação*. 17ª ed. São Paulo: Cultrix, 2000.
- PRESSAC, J. Cl. *Les crématoires d'Auschwitz*. Paris: CNRS Éditions, 1993.
- SEGNINI, L. *A liturgia do poder*. São Paulo: Educ, 1988.

DISCURSO, POLÍTICA E SOCIEDADE*

J. B. DONADON-LEAL

UFOP

Quisera poder começar uma idéia nova sobre discurso, mas tenho que continuar na busca de relações a partir da doxa. Quisera poder começar um discurso político, mas não é politicamente correto, pois tenho que continuar a doxa. Quisera me envolver com uma nova idéia de sociedade, mas me aprisiona a doxa. O sentido comum das coisas amordaça-me e minha voz embargada teme sair do espectro delineado pelo conjunto das crenças e das opiniões partilhadas. O discurso de poder fazer querer, ou seja, o discurso de criação de vontades presente em todo e qualquer texto, em maior ou menor proporção, identifica o discurso político presente nas formações discursivas do convívio social. Quisera poder querer, mas me vejo preso a um poder fazer ditando o que eu posso querer. A ilusão de liberdade afasta cada vez mais a noção de autonomia dos sujeitos em detrimento da construção de um direcionamento à coreografia e para a padronização dos procedimentos sociais. O querer é coletivo. Isso se dá no reflexo das vozes sociais em cada poder fazer social, especialmente em cada poder querer, ou em cada autorização de querer. Fiel a uma teoria metonímica do discurso, proponho esta reflexão acerca da relação entre discurso, política e sociedade, numa pequena mostra

* Texto lido no I Encontro Mineiro de Análise do Discurso. Mesa redonda Discurso, política e sociedade. Belo Horizonte: UFMG/NAD, 24 de junho de 2005.

de procedimentos discursivos que circunscrevem a doxa, mas produzem novas autorizações de fazer, ou novo poder fazer querer.

Quisera poder começar uma idéia nova sobre discurso, mas tenho que continuar na busca de relações a partir da *doxa*, do lugar-comum, do sentido comum. Quisera poder começar um discurso político, mas não é politicamente correto, pois tenho que continuar a *doxa* e, no lugar-comum, reivindicar uma nova vontade. Quisera me envolver com uma nova idéia de sociedade, mas me aprisiona a *doxa*, o lugar-comum da convivência na diferença ou na igualdade. O sentido comum das coisas amordaça-me e minha voz embargada teme sair do espectro delineado pelo conjunto das crenças e das opiniões partilhadas. O discurso de *poder fazer querer*, ou seja, o discurso de criação de vontades presente em todo e qualquer texto, em maior ou menor proporção, identifica o discurso político presente nas formações discursivas do convívio social. Como se vê, eu não modalizo o discurso político como um *poder-er*, mas como um *poder-fazer-querer*. Vejo-o como um discurso de persuasão e não como um discurso de sedução. Por isso, quisera *poder querer*, mas me vejo preso a um *poder fazer* ditando o que eu posso *poder querer*. A ilusão de liberdade afasta cada vez mais a noção de autonomia dos sujeitos em detrimento da construção de um direcionamento à coreografia e para a padronização dos procedimentos sociais. O *querer* é coletivo. Isso se dá no reflexo das vozes sociais em cada *poder fazer* social, especialmente em cada *poder querer*, ou em cada *autorização de querer*. Fiel a uma teoria metonímica do discurso, proponho esta reflexão acerca da relação entre discurso, política e sociedade, numa pequena mostra de procedimentos discursivos que circunscrevem a *doxa*, mas produzem novas autorizações de fazer, ou novo *poder fazer querer*.

Retomo aqui algo que disse em 2002, no texto “corpo e aldravismo” (Donadon-Leal, J. B. *Aldravismo – a literatura do sujeito*. Mariana: ALA, 2002: 29-30)

Importante lembrar que as instituições contemporâneas primam pela busca da verdade; portanto, da persuasão, incentivadas pela superação da história de corrupção que comandou os exercícios de poder no Séc. XX, fato que levou os governos a criarem mecanismos de controle da utilização da verba pública e de divulgação da trajetória dessas verbas, a fim de conferir transparência ao fazer dos poderes e resgatar a credibilidade perdida. Assim, os governos buscam formas de atribuírem legalidade aos discursos da moral pública, esta que é intolerante ao roubo e veneranda do rei probo. Só que tanto os discursos quanto as instaurações dos Sujeitos são manipulados pelos poderes (digo dos poderes oficialmente instalados nas funções eletivas e/ou de confiança ou dos instalados nas militâncias de oposição aos primeiros, nos partidos, nos sindicatos, nas associações, nas igrejas, etc.), pois em ambos o Sujeito é tratado como "cidadão", instância de reivindicação ou de reclamação e não instância do fazer do Estado, não responsável, portanto, pela execução dos planos do Estado e incapaz de dizer, sem constrangimento de qualquer ordem: "o Estado sou eu".

O fazer de cada um, na execução do discurso da liberdade de dizer o que pensa, altera sempre e tanto as possibilidades de comportamento. Mesmo aquilo que expressa o íntimo, o pessoal, reflete, de algum modo, a formulação social sistêmica, presa a instituições culturalmente constituídas e edificadas nas memórias, para preservá-las e modificá-las a serviço dos tempos sempre novos. Essa é a trajetória do Estado dito democrático, sucessão de fazeres ditados pelas liberdades individuais, em nome do Estado ou em oposição a ele, mas sempre realizando as ações previstas nas normas elaboradas pelos poderes. A possibilidade de superação da instância de manipulação é a abolição do "também", próprio do Discurso autoritário, dividindo responsabilidade, para poder dizer que a sua parte contratual está cumprida e, assim, exigir, a ferro e fogo, o fazer do outro. Quem não se lembra da canção: "você também é responsável, então me ensina a escrever". A instalação do Estado democrático exige a clareza discursiva da persuasão, em que o Sujeito é inteiramente responsável pelos fazeres do Estado. Sem as realizações das tarefas de cada um, o Estado fracassa, ou fica refém do "também", este que se inscreve na criação de dependências aos abomináveis subsídios, sem os quais os fazeres não se concretizam.

Você também é responsável para ensiná-lo a escrever, porque também é responsável pelo seu analfabetismo. O “também” é a *doxa* da divisão das responsabilidades. No tempo do MOBREAL isso foi assim, depois o “também” foi substituído pela idéia de solidariedade, como a do Programa Alfabetização Solidária e Amigos da Escola. Por outro lado, o subsídio representa a *doxa* do favor. O povo responde ao governo que produz alimento se o governo oferecer subsídio para o plantio. Este dá subsídio não porque é bom, mas porque quer controlar a produção. Eis a forma com que o Estado toma para si o controle da sociedade. Ele articula a *falta*, de forma que a sociedade sempre dependa do seu favor. Não há gratuidade nisso, há uma espécie de controle das vontades, pois mantém um *poder querer* vivo na sociedade. Quem não tem, pode querer. As instâncias de reivindicação estão garantidas pelo Estado, aquele que luta pela probidade e pela verdade. Collor de Melo foi eleito por representar a luta eficaz contra a corrupção. Collor de Melo foi deposto por um Congresso que representava a luta sistemática contra a corrupção. Nada mais próprio que o episódio Roberto Jefferson para ilustrar a atualidade discursiva da probidade e da repulsa incondicional à corrupção. A construção da indignação, por um lado, constrói a da admiração por outro. Trata-se do paradoxo do discurso político em que o roubo instaura a probidade, e a pobreza extrema edifica a riqueza do jogo político. Há uma isotopia no plano do sentido em que o político busca demonstrar combate à corrupção, enquanto o povo recita em coro que todo político é ladrão.

Para não se debater em vão, o político propõe divisão de responsabilidades, embora faça prevalecer a probidade como baluarte do jogo político, e a *doxa* predominante se dá na sustentação da dignidade do cidadão – trabalho, saúde e educação. A circunstância do jogo faz a predominância de um desses valores políticos, espécie de moeda de troca das plataformas e dos palanques, embora os governos acentuem especial atenção à educação, uma vez que a escola se faz a voz do Estado para a

construção da cidadania. Cidadão não é aquele que faz, mas aquele que quer fazer. Veja como exemplificação disso os objetivos da educação brasileira traçados pela LDB, pelos PCNs e pelo CBC de Minas Gerais. Nestes, a formação da cidadania aparece como fundamento do ensino. O Estado de Minas Gerais, por exemplo, na introdução da *Série Cadernos Pedagógicos do CBC* (Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2005), enuncia de forma perlocutória:

Na proposta do CBC está implícita a idéia de que existe um conhecimento básico de cada disciplina que é necessário e fundamental para a formação da cidadania e que, portanto, precisa ser ensinado por todas as escolas e aprendido por todos os alunos que passam pela Educação Básica na rede estadual. (Vanessa Guimarães Pinto)

Se em algum momento anterior a tônica se deu no trabalho – *Paraná, aqui se trabalha* – em pleno período ditatorial, ou na justificação da existência das escolas técnicas – *educação para o trabalho* – a legislação atual busca atender a um apelo político voltado a uma *educação para a vida, para poder fazer*. Essa *doxa* educação para a vida aparece na LDB, nos PCNs e no CBC de Minas Gerais. É essa a formação da cidadania à qual se refere a Secretária de Educação de Minas Gerais. O discurso político que salta desses proferimentos oficiais deve ser lido naquilo que ele não revela em sua superfície, mas naquilo que ele vê como resposta à pergunta que a sociedade faz para o governo antes de ele editar o proferimento.

Nesse sentido, em 1998 o Ministério da Educação lança os PCNs, como resposta a uma demanda anterior, a LDB que é reposta à Constituição Federal que é resposta ao anseio de democratização do país analfabeto e sem perspectivas, recém egresso de um período ditatorial. Na apresentação dos PCNS, o então ministro Paulo Renato Souza diz:

Ao professor. O papel fundamental da educação no desenvolvimento das pessoas e das sociedades amplia-se ainda mais no despertar do

novo milênio e aponta para a necessidade de se construir uma escola voltada para a formação de cidadãos. Vivemos numa era marcada pela competição e pela excelência, em que progressos científicos e avanços tecnológicos definem exigências novas para os jovens que ingressarão no mundo do trabalho. Tal demanda impõe uma revisão dos currículos, que orientam o trabalho cotidianamente realizado pelos professores e especialistas em educação do nosso país.

Assim, é com imensa satisfação que entregamos aos professores das séries finais do ensino fundamental os Parâmetros Curriculares Nacionais, com a intenção de ampliar e aprofundar o debate educacional que envolva escolas, pais, governos e sociedade e dê origem a uma transformação positiva no sistema educativo brasileiro.

Qualquer semelhança entre esse proferimento de 1998 e o de Vanessa Guimarães de 2005 não é mera coincidência. Ambos são resultado de um mesmo jogo e se orientam por um mesmo universo discursivo – o político. Ambos falam em formação da cidadania, ambos requerem a participação da escola, dos pais, dos governos e da sociedade. É o lugar-comum enunciado pelo “também”. Sozinho o Estado nada faz; ele depende do envolvimento dos cidadãos. Não só do envolvimento, mas da atuação efetiva na resolução dos problemas. Ao Estado cabe a tarefa de estabelecer diretrizes.

Resolução SEE Nº 666, de 07 de abril de 2005. Estabelece os Conteúdos Curriculares Comuns – CBC a serem obrigatoriamente ensinados pelas unidades de ensino estaduais (...) com o objetivo de: estabelecer parâmetros para orientar as escolas na definição, organização, abordagem metodológica e avaliação dos conteúdos dos componentes curriculares das séries finais do ensino fundamental e do ensino médio, respeitando as especificidades e identidade de cada escola.

Se lhes parece contraditório, é mera formalização jurídica o proferimento inicial em relação ao seu objetivo: “Estabelece os

Conteúdos Curriculares Comuns – CBC a serem obrigatoriamente ensinados pelas unidades de ensino estaduais” – em que o ato perlocutório é direto, (obrigatoriamente ensinados) em contraposição a: “(...) com o objetivo de estabelecer parâmetros para orientar as escolas na definição, organização, abordagem metodológica e avaliação dos conteúdos dos componentes curriculares.” O objetivo de estabelecer parâmetros para orientar as escolas na definição soam também como perlocutórios, pois as escolas estão obrigadas pelo enunciado legal a ensinar obrigatoriamente aquilo que o Estado compreende como conteúdo básico que deve ser ensinado em cada disciplina.

Enquanto o discurso político propõe um *poder fazer querer*, aquele discurso da criação das vontades, democrático, instância de reivindicação, o Estado responde com um discurso político autoritário, de poder *fazer fazer*, e oferece à sociedade um discurso de trabalho via educação, isto é, prepara o cidadão para o trabalho, forma cidadania, ou aquele sujeito disposto a *poder fazer*, imaginando-se autorizado a *poder fazer*.

No entanto, como o discurso político é algo a que se tem acesso na própria aquisição da linguagem, no contato lingüístico, a sociedade “também” joga nesse jogo, pois sabe que o Estado a inclui e recita o verbo incluir, o substantivo inclusão. E o discurso político aparece como lugar-comum, *doxa*, nos mais variados tipos de texto. Ao contrário do que disse o Prof. Dr. Paulo Henrique Aguiar Mendes na mesa redonda de abertura deste I Encontro Mineiro de Análise do Discurso, no seu texto *Análise do Discurso, gênero e sociedade*, vejo como lícita e bela a apropriação que o discurso político faz dos mais variados tipos de texto. O texto de um comunicado do governo estadual, como exemplificou o professor em sua palestra, além de comunicar uma informação, veicula um discurso publicitário, um discurso político. Vejo-o lícito e belo, porque ele deixa de ser apenas um texto burocrático e se deixa

contaminado de quantos discursos a visão metonímica do leitor alcançar.

Os proprietários de veículos em Minas Gerais estão recebendo pelo Correio o Certificado de Licenciamento Anual (CLA) de seus veículos. Acompanha o documento uma carta do Delegado Geral de Polícia de Minas Gerais:

Prezado(a) senhor(a)

O certificado de Licenciamento Anual (CLA), anexo, foi expedido diante do cumprimento de suas obrigações para com as normas de trânsito.

Ressalva-se a hipótese de multas suspensas e/ou inexistência do registro de que a notificação tenha sido feita.

Cumprir as leis de trânsito também é exercer a cidadania.

TRÂNSITO TAMBÉM É SEGURANÇA PÚBLICA.

Desconsiderando o perlocutório explícito do cumprimento das obrigações, sejam as do proprietário, sejam as do Estado, o “também” aparece nos dois últimos enunciados do proferimento oficial. Se no que se entende por cidadania está incluída a idéia de cumprimento da lei, cumprir a lei de trânsito está implícito na macroproposição. O também aparece como enunciação de um discurso político, o de criar a vontade de cumprir as leis de trânsito. O segundo “também” pressupõe o trânsito como um item da segurança pública. Hei de ter vontade de compreender o trânsito como item da segurança pública. A metonímia trânsito também é segurança pública, ou seja, quando cidadão e Estado cuidam da segurança do trânsito estão “também” cuidando da segurança pública.

No dia 22 de junho de 2005, os noticiários de uma emissora de rádio diziam que “educadores protestam contra a propaganda da volkswagem que incentiva a cola no ensino fundamental.” Ora, “esses educadores” percebem no texto da propaganda veiculada pela televisão um discurso político que atenta contra a moral

pública, contra a probidade, aquela defendida pelo político, aquela que elege e depõe o político. A probidade é a *doxa* política. Esses tais educadores leram discurso político nesse texto publicitário e cobram do Estado uma posição política de proibição daquilo que eles consideram quebra de princípio da probidade, pois incentiva o roubo, ou, no mínimo, o favor à aluna requerente de cola.

Para concluir, desloco o foco do discurso político oficial para o discurso político do cidadão, aquele que o faz como instância de reivindicação e não de solução de problemas. Em 1930, o professor Carlos Goes do Ginásio Oficial de Minas, lançou um livro intitulado *Método de Redação*. O texto de apresentação do livro, apenas um texto de apresentação, nada mais que um texto de apresentação, é:

Razão deste livro. O ensino da 'redação' constituiu sempre um dos problemas mais sérios de quantos se antolham ao Professor de Português no árduo ministério de sua ingrátissima profissão.

O processo geralmente adotado tem sido o seguinte: reunidos os alunos em aula para 'prova escrita', o Professor enuncia-lhes o 'tema' e fornece-lhes as 'idéias gerais'. De posse destas, os alunos passam a alinbar a prova. Terminada esta, entregam-na ao docente. Este pega das provas e carrega-as para casa. Ai, em vigílias sucessivas, corrige-as uma a uma, com a paciência muçulmânica, que caracteriza tão penoso serviço. Este trabalho é feito em períodos de tempo roubados ao lar e ao convívio da família, ou roubados à higiene mental, que outros profissionais usufruem àquela mesma hora (passeio, convívio social, cinema, etc).

Acréscio que é um 'trabalho não remunerado', que o professor desempenha gratuitamente, por isso que os estabelecimentos de ensino (quer oficiais quer particulares) só remuneram o ensino ministrado IN LOCO, não levando em conta o trabalho oculto e obscuro da 'correção de provas', trabalho além de tudo exaustivo, monótono, enervante!..

Admitindo que a leitura e a correção de cada prova consumam 3 minutos (prazo por demais exíguo), - temos que a prova escrita

de uma turma de 50 alunos rouba ao Professor 150 minutos ou sejam 2 horas e meia!

Corrigidas as provas, o Professor leva-as para a aula, a fim de devolvê-las aos discentes. Lê algumas à aula toda (as mais selecionadas), apontando os erros, as emendas feitas, a razão das correções; salientando os trechos, em que o autor foi mais feliz na precisão vocabular, ou na disciplina gramatical. Não havendo tempo para ler todas as provas (porque a aula é de 50 minutos e a turma é numerosa), - ao soar a hora o Professor entrega a cada discípulo a prova não lida, recomendando-lhe que atente nas correções feitas, a fim de não reincidir, dias depois, nos erros; que passe a limpo a prova, copiando-a cuidadosamente, etc.

O aluno recebe sempre, de má sombra, as correções feitas, porque está sinceramente convencido de que sua prova é uma obra prima. Alguns nem se dignam baixar os olhos às emendas; outros abandonam a prova por cima das carteiras, donde voam e rolam ao chão; outros engolfam-na no bolso, donde nunca mais emergirão; muito poucos observam a recomendação feita: tomar nota dos erros, das emendas e passar a limpo a prova.

Isso que fica dito linhas acima é o que verifiquei durante longos e penosos anos de minha prática profissional.

Verificando que o processo tradicional da correção de provas de redação, além de nimamente exaustivo para o professor, era quase improdutivo em relação ao aluno, - deliberei substituí-lo pelo que se contém neste livro, processo que durante mais de 15 anos pus em prática no Ginásio Oficial de Minas, em Belo Horizonte, com excelente resultado. Posso afirmar, em consciência, que o processo deu excelente resultado, porquanto: nos exames de preparatórios os alunos do Ginásio referido faziam suas provas em comum com candidatos estranhos, de outra procedência, e, salvo uma ou outra exceção (sobretudo quando o candidato era maduro, ou quase adolescente), as provas dos ginásianos eram sempre as melhores, sobressaindo das demais pela relativa precisão vocabular, pontuação, ortografia e síntese.

Ilustre lente da Faculdade de Direito chegou a dizer-me que 'conhecia dentre os acadêmicos os que haviam passado pelo Ginásio, pela redação de suas provas escritas'.

Se o ideal moderno, em todos os campos da atividade, é O MÁXIMO RESULTADO COM O MÍNIMO ESFORÇO, - já é tempo de substituir o velho e anacrônico processo da CORREÇÃO SINGULAR das provas de redação por um PROCESSO COLETIVO, que, além de ser mais eficiente e atraente à aula inteira, seja menos cansativo e menos mortificante à nobilíssima classe dos Professores, - os homens abnegados que, esquecidos de si mesmos, passam a vida a fazer e a preparar a vida dos outros, habilitando-os para a escalada social, para a culminância e o fastígio das posições privilegiadas, sem outra recompensa senão a pobreza, o escárnio e a ingratidão!
Belo Horizonte, 7-3-1930.

O recuo foi de menos de um século, neste lugar, neste espaço discursivo chamado educação em Belo Horizonte, em que as instâncias discursivas de reivindicação já usavam as mesmas *doxas* utilizadas hoje (1. O ensino da 'redação' constituiu sempre um dos problemas mais sérios de quantos se antolham ao Professor de Português no árduo ministério de sua ingrátíssima profissão. (2. (...) é um 'trabalho não remunerado', que o professor desempenha gratuitamente, por isso que os estabelecimentos de ensino (quer oficiais quer particulares) só remuneram o ensino ministrado IN LOCO, não levando em conta o trabalho oculto e obscuro da 'corereção de provas', trabalho além de tudo exaustivo, monótono, enervante!.. (3. já é tempo de substituir o velho e anacrônico processo da CORREÇÃO SINGULAR das provas de redação por um PROCESSO COLETIVO, que, além de ser mais eficiente e atraente à aula inteira, seja menos cansativo e menos mortificante e (4. os Professores, - os homens abnegados que, esquecidos de si mesmos, passam a vida a fazer e a preparar a vida dos outros, habilitando-os para a escalada social, para a culminância e o fastígio das posições privilegiadas, sem outra recompensa senão a pobreza, o escárnio e a ingratidão!)

Qualquer texto, como se vê, pode ser abrigo de discurso político, basta *poder querer*. A sociedade na reivindicação, o Estado na resposta ao querer social. A fórmula é a da simplicidade, como

diria a glossemática, na utilização da *doxa*, pois quanto mais o sentido comum aparece, mais eficiente na persuasão esse discurso se faz.

Como se vê, trabalho num caminho em que o Analista de Discurso deve empreender esforço para compreender os mecanismos utilizados na produção e na veiculação de discursos. No caso do discurso político, identifiquei neste trabalho duas estratégias: de um lado, o cidadão representa uma instância de reivindicação ou de reclamação. Para isso utiliza-se de quantos textos dispõe para isso – o professor usa do texto de apresentação de um livro de método de redação para reclamar do esforço desumano a que é submetido o professor de redação e reivindica reconhecimento. Os educadores reclamam de uma propaganda que, na visão deles, incentiva a cola e reivindicam a retirada da propaganda do ar. Se as instâncias oficiais ouvem a reivindicação ou a reclamação e responde, o cidadão se vê feliz, pois realiza o ato perlocutório de *fazer* o Estado *querer*, ter vontade de atender à reivindicação.

Por outro lado, o Estado representa a voz do político que, de foro privilegiado, pode ser enunciador de respostas às reivindicações e às reclamações do cidadão, da sociedade. Via de regra, essa resposta se faz por proferimentos oficiais que conclama a sociedade para um novo fazer, mas de forma que a sociedade se sinta participante de um processo democrático, em que o “decreto” é apenas o enunciado de um conjunto de “diretrizes” que respeitam as liberdades individuais e coletivas. Daí, sobressai a persuasão, pois o cidadão se vê autorizado a fazer e não obrigado a fazer, instaura-se a ilusão da liberdade, e o Estado é feliz no seu ato perlocutório de conseguir a vontade de fazer do cidadão, o Estado consegue *poder fazer querer*.

FOCALIZANDO AS RELAÇÕES DISCURSIVAS EM UM REALITY SHOW

JANICE HELENA CHAVES MARINHO

UFMG

INTRODUÇÃO

Os estudos das relações discursivas bem como os estudos dos marcadores discursivos que expressam essas relações têm ocupado um lugar central na Análise do Discurso, tendo em vista a sua contribuição para a interpretação do discurso.

Dessa forma, proponho, neste estudo¹, investigar como alguns participantes do BBB4, programa televisivo transmitido pela Rede Globo de janeiro a abril de 2004, produzem e interpretam relações discursivas.

Escolhi focalizar uma interação desse programa, a de número 146, de que participam Marcela, Dourado e Juliana, com o objetivo de capturar a complexidade da organização discursiva nessa interação, levando em consideração informações provenientes das ordens referencial, interacional, hierárquica e relacional.

1 Este trabalho resulta de uma pesquisa, desenvolvida juntamente com Kátia M. VALÉRIO, que objetiva uma investigação sobre as estratégias usadas por participantes de *reality shows* nos atos de fala de aconselhamento. Espera-se, com essa pesquisa, contribuir com informações relevantes para o campo de estudos sobre a pragmática inter-cultural, uma vez que o ato de aconselhamento se mostra fundamental para o estabelecimento e a manutenção de relacionamentos sociais.

Neste trabalho, focalizo sobretudo a interação 146² na qual uma das participantes, Marcela, está aconselhando um outro participante, Dourado, a não se expressar mais como ele normalmente se expressa, enquanto uma terceira participante, Juliana, se mete na conversa e começa a falar ao mesmo tempo em que os dois, causando alguma perturbação na interação.

Adoto para essa análise, como referencial teórico-metodológico, o Modelo de Análise Modular do discurso, porque o considero um instrumento de análise que permite elucidar o complexo processo de interpretação que envolve as relações discursivas.

Alinhado às propostas de Bakhtin, o modelo concebe o discurso como uma interação verbal e propõe que ele seja descrito, numa abordagem descendente, com referência às situações reais de interação, às configurações textuais que ele origina e aos recursos convencionais que ele transporta (Filliettaz & Roulet, 2002).

A hipótese que se adota é a de que um objeto como o discurso, que possui uma organização bastante complexa, pode (e deve) ser decomposto num certo número de sistemas de informações simples e autônomos, que podem ser descritos, num primeiro momento, de maneira independente, sem referência a outros sistemas de informações para, num segundo momento, proceder-se à combinação das informações resultantes das análises de cada uma de suas dimensões.

Assim, nessa abordagem modular e interacionista do discurso, que combina informações provenientes de diferentes dimensões - lingüística, textual e situacional -, identificam-se inicialmente os sistemas de informações elementares (subsistemas) ou módulos que entram na composição dos discursos. Posteriormente, procura-se mostrar como as informações resultantes desses módulos se

2 Em anexo. Apresento-a segmentada em atos, ou seja, em unidades textuais mínimas.

combinam e se inter-relacionam na produção e na interpretação do discurso.

Início minha análise tratando do processo de negociação discursiva subjacente às interações e analiso o quadro interacional, por meio do qual são definidas as posições e os níveis interacionais. Em seguida, focalizando as relações concernentes à dimensão situacional do discurso, provenientes do módulo referencial³, descrevo seqüências de ações conjuntas que compõem a estrutura praxeológica, a qual evidencia a variedade de ações coordenadas pelos participantes das interações. Essas relações praxeológicas são importantes para a análise das interações sociais visto que estão estreitamente ligadas às atividades sociais - tais como abertura, interrupção ou fechamento da interação, por exemplo - nas quais os agentes da negociação discursiva estão engajados.

Finalmente, trato da Forma de Organização Relacional, a qual se ocupa das relações textuais, assim chamadas por permitirem a descrição da estrutura hierárquica. Com a análise dessa forma de organização, torna-se possível mostrar como os participantes do show constroem seu discurso usando manobras discursivas para expressar seus pontos de vista nos atos de fala de aconselhamento.

A NEGOCIAÇÃO DISCURSIVA SUBJACENTE À INTERAÇÃO

O Modelo de Análise Modular postula que as estruturas dialogais refletem um processo de negociação entre os falantes em que estes recursivamente iniciam proposições, reagem a elas e por último as ratificam (Filliettaz & Roulet, 2002).

Com a intenção de realizar uma negociação, os interactantes produzem constituintes comunicativos em três níveis hierárquicos:

3 O módulo referencial é o componente do modelo que estuda os elos que o discurso mantém com o mundo no qual ele é produzido, bem como as relações que o ligam com o(s) mundo(s) que ele representa.

trocas, intervenções e atos. As trocas, que funcionam como uma projeção dialógica máxima, são compostas por intervenções, que correspondem a cada fase do processo de negociação. As intervenções podem estar restritas a um ato ou podem ser formadas de uma configuração mais complexa: outras intervenções ou atos e trocas a elas subordinadas.

O desenvolvimento e o término de um processo de negociação se associa a dois princípios distintos: (1) o princípio da completude dialógica, que declara que uma troca termina quando é atingido um duplo acordo e (2) o princípio da completude monológica, que declara que cada constituinte de uma troca deve ser formulado de tal forma que seja suficientemente claro para funcionar como uma contribuição adequada a esse processo (Roulet, Filliettaz & Grobet, 2001).

A estrutura textual exposta na figura 1, abaixo, pode ilustrar, em linhas gerais, parte do processo de negociação subjacente à interação entre Marcela e Dourado, com a consideração da intromissão de Juliana.

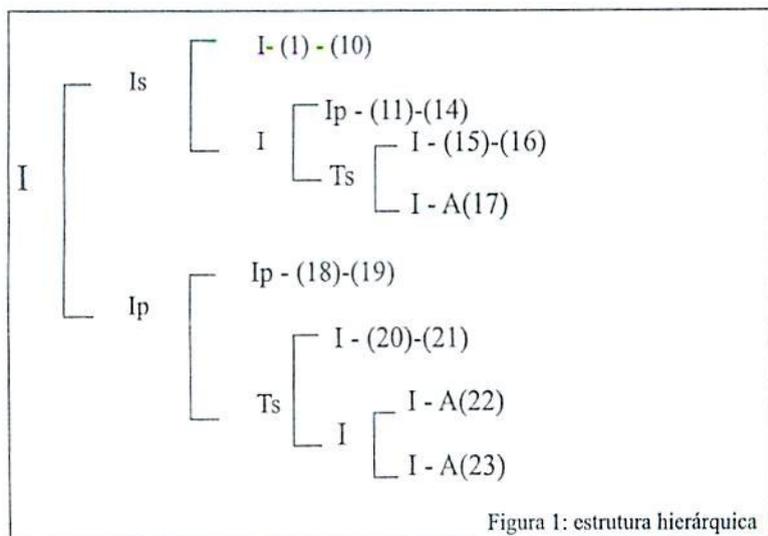


Figura 1: estrutura hierárquica

Essa configuração corresponde à interpretação de uma parte da interação 146. O princípio da completude monológica está ilustrado nesse esquema: a intervenção que verbaliza o pedido de esclarecimento feito por Marcela, composto pelos atos (18)-(19), não é suficientemente claro para Dourado, e assim permite-se a abertura de uma troca subordinada.

Uma descrição do quadro interacional, que lida com a dimensão material dessa interação, pode ser correlacionada à interpretação desse processo⁴. O quadro interacional define as propriedades materiais de uma interação em três parâmetros: canal (escrito ou oral), modo interacional (co-presença ou distância espaço-temporal) e elo interacional (reciprocidade ou não reciprocidade). Ele expõe as identidades de cada participante, definidas por sua posição interacional e ainda pelo nível da interação composto por duas posições. Cada nível contém um tipo de materialidade, que especifica as posições interacionais compartilhadas pelos participantes.

<p>TV <Rede Globo></p>	<p>interactante <Juliana>/<Marcela></p> <p>interactante <Dourado></p> <p>canal oral presença espaço-temporal reciprocidade <DIÁLOGO></p>	<p>telespectadores <público></p> <p>canal oral distância espacial co-presença ou distância temporal não reciprocidade</p> <p><PROGRAMA TELEVISIVO></p>
----------------------------------	--	--

Figura 2: quadro interacional

4 O papel do módulo interacional é delimitar os níveis de interação e especificar suas características. As informações interacionais, descritas no quadro, são interessantes para o estudo dos outros componentes do modelo de análise na medida em que se pode estabelecer correlações entre os dados interacionais e, por exemplo, a maior ou menor presença de conectores ou a maior ou menor frequência de traços tópicos no texto.

Esse quadro mostra o formato que pode ser proposto para essa interação. Como ela ocorre num programa televisivo, há dois níveis de interação e, em consequência, quatro posições interacionais que **definem a identidade dos interactantes relativamente** aos valores definidos pelos três parâmetros.

No nível mais interno, a ocupação do canal oral e a co-presença espaço-temporal favorecem a reciprocidade da interação, enquanto no mais externo a distância espacial favorece a não reciprocidade. Outra observação diz respeito ao modo interacional no nível mais externo. Como o programa é transmitido ao vivo e também **em videotape**, pode haver tanto a co-presença quanto a distância temporal.

Cada um dos níveis interacionais é constituído por duas posições de interação. Uma vez que Juliana se intromete na conversação entre Marcela e Dourado, ainda, uma vez que, quando ela fala, dirige-se principalmente para ele, e algumas vezes sua voz chega a se superpor à voz da Marcela, considero que ela divide com esta uma mesma posição interacional.

Os três participantes da interação falam para serem ouvidos não só por eles mesmos e pelos demais participantes do show, como também pelos telespectadores. Eles estão conscientes da presença das câmeras que registram tudo o que falam e fazem e de que serão avaliados pelos espectadores, haja vista a fala de Juliana para Dourado:

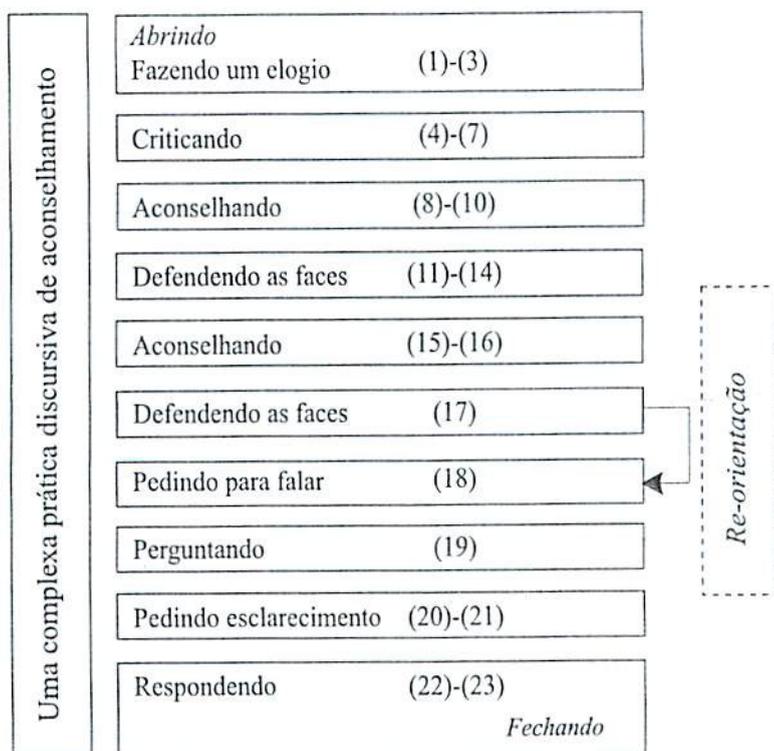
(15) tem milhões de pessoas te assistindo (16) você não pode dar um mau exemplo=.

E eles ainda sabem que o público vai influir na escolha do vencedor do show ao votar. Dessa forma, quando discutem entre si ou quando aconselham uns aos outros, estão constantemente negociando sua imagem pública, ou sua face, além de estarem tentando respeitar a face dos demais.

Uma prática discursiva complexa de ato de fala de aconselhamento ocorre nessa interação. Para capturar a complexidade desse processo de negociação em que os participantes precisam coordenar suas ações participativas, seqüências específicas de ações conjuntas podem ser descritas numa estrutura praxeológica.

As estruturas ou configurações praxeológicas são estruturas emergentes que resultam de realidades discursivas particulares. Elas explicitam a organização hierárquica e seqüencial das ações conjuntas, ou seja, explicitam como se estruturam hierarquicamente as seqüências de ações constitutivas das interações.

FIGURA 3: ESTRUTURA PRAXEOLÓGICA



Essa estrutura mostra que, para a prática discursiva complexa de aconselhamento ocorrer, os participantes passam por uma variedade de episódios estruturados: antes de penetrar no território do interlocutor, criticando-o para depois lhe dar um conselho, desejando mudar o seu comportamento, Marcela lhe faz um elogio com o intuito de amenizar uma possível ameaça.

*(1) cé é um cara extremamente inteligente e culto (2) lé bastante
(3) eu admiro isso em você (4) <você só tem um defeito> (5) voce é irreverente, (6) tem momentos que você fala (7) <e: e muitas vezes você pode até pensar (8) mas em certos momentos (9) em certas> <circunstâncias> (10) a gente às vezes deve poupar certos comentários*

E, diante da ação defensiva do interlocutor, ela re-orienta o seu discurso produzindo um pedido para falar seguido de uma pergunta.

*(18) =posso te dizer uma coisa? (19) <o que> Caetano Veloso
<fez prú ti?>*

Como fica evidenciado, exigem-se dos interactantes muitas ações para lidar com o ato de aconselhamento sem que seja ocasionada ameaça a si mesmos ou à sua integridade.

As ações conjuntas de aconselhamento conduzem à construção de uma organização textual complexa. No próximo item, focalizo um aspecto da organização textual buscando investigar as relações concernentes aos constituintes textuais que pertencem a essa interação. Chamo também a atenção para os marcadores discursivos que sinalizam essas relações ao tentar descrever, por meio de estruturas hierárquico-relacionais, sua função na produção dos atos de aconselhamento.

A DESCRIÇÃO DA FORMA

DE ORGANIZAÇÃO RELACIONAL DO DISCURSO

A descrição da forma de organização relacional é importante para o estudo da organização discursiva por contribuir para a elucidação

de sua interpretação. Segundo Roulet (2001), a organização relacional permite a descrição do perfil relacional do discurso, que evidencia as relações dominantes nessa organização.

Os segmentos da interação analisados até agora estão conectados em relações textuais, que numa lista genérica podem ser: (a) interrogação, intimidação e asserção (para as relações ilocucionárias iniciativas), pergunta e ratificação (para as relações ilocucionárias reativas) e (b) argumento, contra-argumento, reformulação, topicalização, preparação, comentário, sucessão e clarificação (para as relações interativas).

O primeiro tipo de relação pode ser identificado pelo uso de uma paráfrase, com uma transformação sintática (afirmativa, interrogativa ou imperativa) ou com a introdução de alguns marcadores tais como os verbos potencialmente performativos, como *diga*, *pergunte*, *responda*, *ratifique* (Roulet, 2001).

O segundo tipo pode ser identificado pela presença ou pela possibilidade de inserção de um conector numa seqüência discursiva, de tal forma que seja explicitada a relação interativa ali existente. Segundo Rossari (1999), os conectores presentes num texto funcionam como guias para o leitor na medida em que tornam explícita a relação entre as diferentes unidades e sinalizam sua estrutura.

As relações interativas podem também ser marcadas por uma construção sintática, como a de deslocamento à esquerda, que ocorre nas construções topicalizadas. E para a identificação das relações que não possuem marcadores específicos, como as de preparação e de comentário⁵, pode-se considerar a posição do constituinte subordinado, antes ou depois do constituinte principal respectivamente.

5 A relação de comentário pode ser marcada pelo pronome relativo usado em fronteira de ato. (cf. Marinho, 2002).

Com o uso dessas categorias, é possível descrever as relações textuais genéricas presentes entre os constituintes textuais e as informações implícitas, estocadas na memória discursiva.

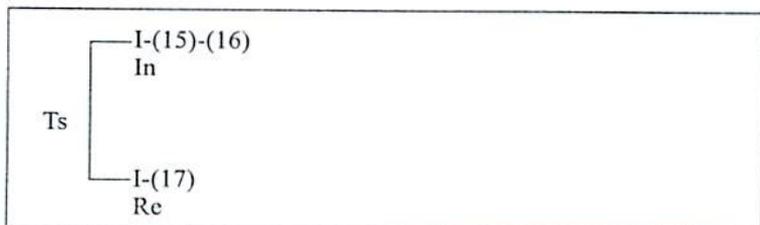
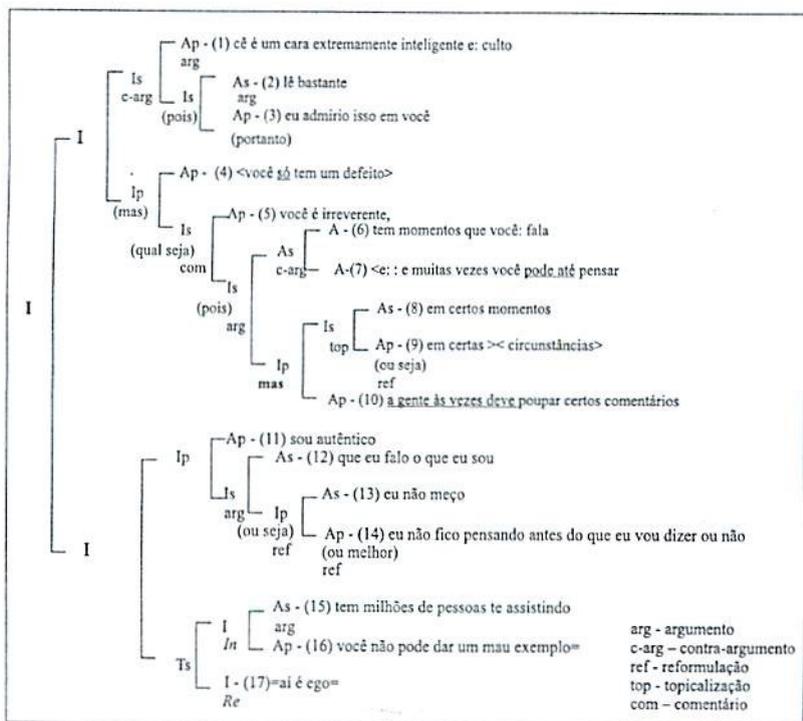


FIGURA 4: ESTRUTURA HIERÁRQUICO-RELACIONAL

Na figura 4, a estrutura mostra que a seqüência composta pelos atos (15) a (17) é analisada como uma troca em que uma intervenção iniciativa é seguida por uma reativa.

Na figura 5, a seguir, tem-se uma estrutura bem mais complexa, por meio da qual se pode descrever uma interpretação da seqüência composta pelas unidades textuais (1) a (17).



Duas grandes e complexas intervenções compõem essa intervenção. A primeira delas, em que ocorre um ato de aconselhamento, é composta por outras duas intervenções conectadas por uma relação de contra-argumento. Na Is-(1)-(3), Marcela inicia sua fala com um elogio a Dourado. Esse elogio é seguido por uma crítica, expressa na Is-(4)-(7) [(4) < você só tem um defeito >], e em seguida por um conselho, expresso na Ip-(8)-(10). Ela constrói essa fala sem marcar as relações textuais com o uso de conectores. O único que usa é o *mas*, marcador da relação contra-argumentativa, na ligação dos atos As-(6)-(7) com a Ip-(8)-(10). Por meio desse marcador contra-argumentativo, Marcela explicita o contraste entre a atitude de Dourado de falar de forma irreverente e o seu conselho de que “(8)em certos momentos (9)em certas > < circunstâncias > (10) a gente às vezes deve poupar certos comentários”.

Mas, com a adoção do instrumento heurístico que consiste na inserção de conectores que selecionam e evidenciam as relações existentes na seqüência, torna-se possível explicitá-las⁶.

A segunda intervenção, em que Dourado responde à crítica de Marcela, contém uma troca encaixada. Como Juliana se intromete na interação entre Marcela e Dourado antes que este finalize a sua resposta, ela provoca a abertura de uma troca subordinada. Enquanto Dourado está tentando defender a sua face, afirmando que é autêntico e que não mede suas palavras [Ip-(11)-(14)], Juliana o interrompe, contestando, de forma autoritária (com tom de voz elevado), sua opinião, e causando sua reação expressa em I-A-(17). Nessa intervenção, tem-se, de forma predominante, a relação de reformulação, presente entre a As-(12) e a Ip-(13)-(14) assim como entre a As-(13) e a Ap-(14). Um segmento recapitula o anterior, o que pode ser sinalizado com a inserção dos conectores

6 Apresentam-se entre parêntese os conectores que poderiam ser inseridos na seqüência, conforme a interpretação.

reformulativos tais como *ou seja* ou *ou melhor*. A relação argumentativa também se faz presente nessa seqüência, entre Ap-(11) e Is -(12)-(14), e é marcada pelo conector *que*. Ela também está presente entre As-(15) e Ap-(16) e pode ser calculada com a contribuição de uma informação de natureza referencial: *se tem milhões de pessoas te assistindo, então você não pode dar um mau exemplo*.

Finalmente, chega-se à seqüência composta pelos atos (18) a (23).

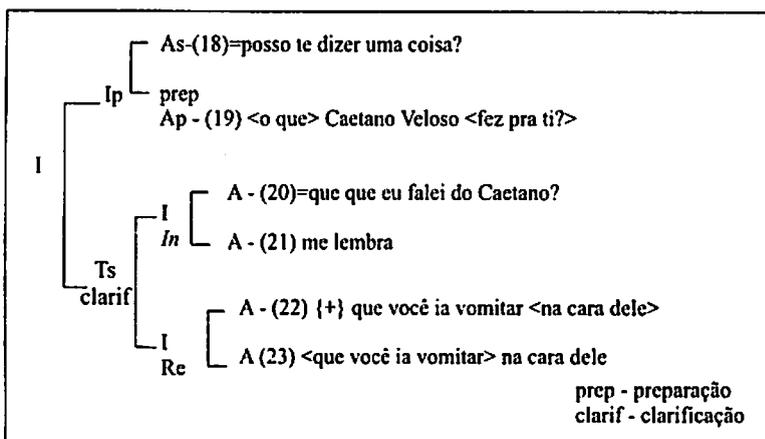


FIGURA 6

A complexidade dessa estrutura interna se deve a uma demora para o alcance da completude monológica. A pergunta formulada por Marcela, precedida de uma preparação [As-(18)], permite a abertura de uma troca encaixada por meio da qual se busca uma clarificação. Uma intervenção iniciativa e uma reativa compõem essa troca. A I-(20)-(21) iniciativa, composta por dois atos hierarquicamente independentes, introduz uma pergunta e um pedido feitos por Dourado. A I-(22)-(23) reativa traz a resposta enunciada por Juliana e por Marcela quase ao mesmo tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir este artigo, busco agora combinar as informações extraídas com as análises realizadas até então a partir da descrição

(1) da negociação discursiva que se instaura na interação entre os três participantes do BBB4 e do quadro interacional, (2) da estrutura praxeológica e (3) das estruturas hierárquico-relacionais.

As configurações textuais apresentadas na figura 1 mostram a complexidade do processo de negociação. Embora tenha sido descrita apenas parte da interação 146, foi possível elucidar como os interactantes administram as relações discursivas na prática dos atos de aconselhamento.

As complexas intervenções descritas nas figuras 5 mostram de forma detalhada as manobras julgadas necessárias na ação comunicacional ali empreendida visando-se à expressão de um ponto de vista sem a ameaça à face do interlocutor. Como mencionado anteriormente, antes de dar um conselho a Dourado, visando não correr o risco de ser mal educada (ou intrometida), Marcela o elogia, faz um censura a suas atitudes, suavizada pelo uso de determinados elementos lingüísticos, como o operador argumentativo *só*, o marcador de modalidade *pode até* ou mesmo o marcador diretivo *deve*. Como essas ações prévias contrastam com o ato de aconselhamento, ela escolhe usar o conector *mas*, cuja propriedade se relaciona à conexão de segmentos orientados para direções diferentes ou opostas, como já foi amplamente descrito pelos estudiosos da Análise do Discurso. Dourado, por sua vez, defende sua face com a afirmação *sou autêntico*, seguida de uma justificação enunciativa [(12) *que eu falo o que eu sou* (13) *eu não meço* (14) *eu não fico pensando antes do que eu vou dizer ou não*]. Vale a pena observar que seus atos de justificação são reformulados por duas vezes, revelando uma tentativa de reforçar a sua afirmação e a sua auto-imagem. Mas Juliana, por outro lado não evidencia o mesmo cuidado que teve Marcela. Ela interrompe Dourado dizendo, de forma autoritária, o que pensa que ele não pode fazer, ameaçando a sua face. Como ela interfere no curso da conversação entre Marcela e Dourado, a intervenção que introduz não se liga

sintaticamente ou hierarquicamente à subsequente e, dessa forma, nenhum conector é usado.

Buscando recuperar seu turno e dar continuidade à interação com Dourado, persistindo na manutenção do mesmo tema, Marcela reorienta sua fala, dando início a uma nova intervenção na qual ela introduz um pedido que serve de preparação para o lançamento da pergunta que faz logo em seguida. Essa pergunta, como já mencionado anteriormente, provoca a abertura de nova negociação. Dourado demanda um esclarecimento antes de responder à Marcela. A abertura dessa troca pode ser interpretada como uma estratégia usada por ele para não precisar dar uma resposta a Marcela e expor a sua face. Com essa estratégia ele busca manter a sua integridade. Nesse momento, Juliana e Marcela respondem em consonância, havendo inclusive certa superposição de suas falas, embora Juliana aumente o tom de voz, enfrentando tanto Dourado quanto Marcela, numa tentativa de assumir o controle da situação.

O estudo aqui apresentado buscou contribuir não só para o enriquecimento da interpretação dessa interação mas também para a abertura de interpretações alternativas que podem vir a superá-la. Por fim, a adoção do Modelo de Análise Modular do discurso para a análise desse corpus com o objetivo de evidenciar como os interlocutores produzem e interpretam relações discursivas se mostrou eficaz e o revelou como um instrumento que permite ao analista ir além de uma abordagem intuitiva e ingênua para tentar alcançar uma representação consistente da organização discursiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERRENDONNER, A. (1983) Connecteurs pragmatiques et anaphore. *Cahiers de Linguistique Française*. n.5. p.215-246.
- BURGER, M. (1997) Positions d'interaction: une approche modulaire. *Cahiers de Linguistique Française*. n.17.p. 7 - 46.

- FILLIETTAZ, L. (1999) La structure actionnelle et la structure textuelle des interactions verbales. *Cahiers de Linguistique Française*, n.21. p.79-100.
- FILLIETTAZ, L. (2000) *Actions, activités et discours*. Thèse de Doctorat. Université de Genève.
- FILLIETTAZ, L. & ROULET, E. (2002) The Geneva Model of discourse analysis: an interactionist and modular approach to discourse organization. In: *Discourse Studies*, 4(3). p.369-392.
- MARINHO, J.H.C. (2002) *O funcionamento discursivo do item onde: uma abordagem modular*. Belo Horizonte. Tese de Doutorado. UFMG.
- MARINHO, J.H.C. (2004) Uma Abordagem Modular e Interacionista da Organização do Discurso. *Revista da Anpoll 16*. São Paulo. jan/jun. p.75-100.
- MARINHO, J.H.C. (2004) Descrição da organização relacional de uma troca epistolar. In: MACHADO, I. & MELLO, R. (orgs). *Gêneros: Categorias de Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG. P. 299-313.
- ROSSARI, C. (1999) Les relations de discours avec ou sans connecteurs. *Cahiers de Linguistique Française*, n.21. p.181-192.
- ROULET, E. (1995). The description of discourse markers in a modular model of discourse [first draft]. *Workshop on discourse markers*. University of Amsterdam, Egmond aan Zee, 9-11 jan.
- ROULET, E. (2001). De la nécessité de distinguer des relations de discours sémantiques, textuelles et praxéologiques. Colloque international de l'Université d'Aarhus. Mai.
- ROULET, E. Une approche modulaire de la problématique des relations de discours. (2003) In: MARI, H. et aliii. *Análise do Discurso em Perspectivas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG. P. 149-178.
- ROULET E., FILLIETTAZ, L. & GROBET, A. (2001). *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Lang.
- SHIFFRIN, D. (1987) *Discourse Markers*. New York: Cambridge University Press.
- VALÉRIO, K.M. Dinâmicas da interação face a face no português. (versão inédita)
- VALÉRIO, K.M. Building Alliances in a Reality Show: Power and Solidarity in Advisive Speech Act Sequences. 9th International Pragmatics Conference. Italy: jul, 2005
- YULE, G. (1996) *Pragmatics*. Oxford, UK: Oxford University Press.

ANEXO: INTERAÇÃO 146

M	(1) <i>cê é um cara extremamente inteligente e: culto</i> (2) <i>lê bastante</i> (3) <i>eu admiro isso em você</i> (4) <i><você só tem um defeito></i> (5) <i>você é irreverente,</i> (6) <i>tem momentos que você: fala</i> (7) <i><e: e muitas vezes você pode até pensar</i> (8) <i>mas em certos momentos</i> (9) <i>em certas></i> <i><circunstâncias></i> (10) <i>a gente às vezes deve poupar certos comentários</i>
D	(11) <i>sou autêntico</i> (12) <i>que eu falo o que eu sou</i> (13) <i>eu não meço</i> (14) <i>eu não fico pensando antes do que eu vou dizer ou não</i>
J	(15) <i>tem milhões de pessoas te assistindo</i> (16) <i>você não pode dar um mau exemplo=</i>
D	(17) <i>=ai é ego=</i>
M	(18) <i>=posso te dizer uma coisa?</i> (19) <i><o que> Caetano Veloso <fez pra ti?></i>
D	(20) <i>=que que eu falei do Caetano? (21) me lembra</i>
J	(22) <i>{+} que você ia vomitar<na cara dele></i>
M	(23) <i><que você ia vomitar> na cara dele</i>
J	(24) <i>se você não gosta</i> (25) <i>você vira e fala</i> (26) <i>"não curto o som do cara"</i>
M	(27) <i><acabou, ></i> (28) <i>é isso que eu acho que cê deve melhorar</i> (29) <i>só isso</i>
J	(30) <i><ai chegar</i> (31) <i>e vou vomitar na cara dele</i> (32) <i>é questão de educação></i> <i>e bom senso,</i> (33) <i><educação> que isso</i>
M	(34) <i>ó eu não tô:> julgando tá,</i> (35) <i>é uma opinião minha,</i> (36) <i>única coisa,</i> (37) <i>expõe os teus pensamentos</i> (38) <i>quem tu não gosta num "olha puta cês curte o som do Caetano</i> (39) <i><pô é um som que eu num curto</i> (40) <i>eu prefiro"</i>
J	(41) <i><de uma forma educada brother cê acha ></i>
M	(42) <i>ó, psiu psiu [chamando atenção da Juliana]</i> (43) <i>ó pára pára ó Ju</i>
J	(44) <i><que eu vou eu vou discordar de você</i> (45) <i>se você não gosta de Caetano pó ></i>
M	(46) <i>espera Ju</i> (47) <i>que cê é muito agressiva Ju</i> (48) <i>espera></i> , (49) <i>o que eu penso é</i>
J	(50) <i><seu problema é a forma de falar></i>
M	(51) <i>assim "ó eu num curto o som do cara,</i> (52) <i>pô cês tão falando de Caetano pó</i> (53) <i>eu num curto muito o som de Caetano mas"</i>
J	(54) <i>{+} ou então nem fala nada</i>
M	(55) <i>{+} fica quieta Juliana</i>
J	(56) <i>=exatamente</i> (57) <i>não ele <que fica></i> (*)
M	(58) <i><caceta></i>

DIALÉTICA E ARGUMENTAÇÃO:
AS CATEGORIAS ARISTOTÉLICAS E O DISCURSO

JÚNIA DINIZ FOCAS
UFMG

INTRODUÇÃO

Iniciemos com uma afirmação essencialmente dialética: “O signo é exatamente aquilo que ele não é”¹. Portanto, do ponto de vista de SAUSSURE, o signo é definido por seu valor em relação aos outros signos da Língua, inserido em uma estrutura cuja principal característica é a hierarquia e o equilíbrio das unidades no interior do sistema lingüístico, equilíbrio esse mantido essencialmente pelo valor diferencial e correlativo de seus elementos. Embora, na teoria, prevaleça a concepção de Língua, de sistema, em detrimento da Fala, compreendemos que o aspecto opositivo dos signos, em suas relações semióticas, requer uma interpretação mais complexa da análise saussuriana da Língua, atualizada como elemento formal do que Kant define como uma *experiência* que se manifesta através da Fala. Como Saussure já o esclarece: *...historicamente é o ato da fala que vem sempre antes. Como se imaginaria associar uma idéia a uma imagem verbal se não se surpreendesse de início*

1 “Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subtende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são.” SAUSSURE (p.136)

esta associação num ato de fala? ...Existe, pois, interdependência da língua e da fala; aquela é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta.²

Dessa perspectiva, a dicotomia saussuriana Língua/Fala apresenta assim uma estreita convergência com o pensamento filosófico de Kant³ que preconiza uma forma de conhecimento na qual a *experiência* antecede o próprio objeto de análise, opondo-se assim à clássica concepção filosófica de que seria o objeto que antecederia as explicações científicas de determinado fenômeno. Quanto a isso, o próprio SAUSSURE reconhece: *Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto; aliás, nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras.⁴*

A formulação do postulado da *experiência* está relacionada à distinção que KANT estabelece entre “conhecimento *a priori*”, referente à necessidade, ao rigor de princípios científicos, definido como um *juízo analítico*, descrito por conceitos e o “conhecimento *a posteriori*”, interligado à *experiência*, entendido assim como um *juízo sintético*. Tais considerações empreendem a formulação inédita de um exame crítico do conceito filosófico de *razão*, impondo assim limites à sua própria atividade, ao que é possível ou não quanto à prevalência da *razão* como fonte inquestionável de todo pensamento.

Retomando a teoria saussuriana do signo, podemos compreender melhor a prevalência da Língua sobre a Fala, ou o postulado de uma “Linguística da Língua” que institui uma forma de conhecimento *a priori* do sistema lingüístico, sem que dele esteja desvinculada a *experiência*, no caso a Fala. Saussure não apenas descreve o sistema, mas o prioriza como forma de conhecimento

2 SAUSSURE (p.27)

3 “ todo o nosso conhecimento começa com a experiência (...) portanto, nenhum conhecimento em nós precede a experiência, e todo ele começa com ela.” 3 KANT (1991:25).

4 SAUSSURE (p.15)

que só se pode conceber como um dado da *experiência* que possibilita a explicação científica da Língua no seu aspecto formal (*a priori*).

Esse panorama teórico é imprescindível na descrição do sistema lingüístico como um conhecimento formal, contudo dele não podemos desvincular o exercício da linguagem, as formas de subjetividade, os atos do discurso que instituem o lugar do sujeito, indiretamente reconhecidos por SAUSSURE: *Cumprer reconhecer, porém, que no domínio do sintagma não há limite categórico entre o fato de língua, testemunho de uso coletivo, e o fato de fala, que depende da liberdade individual.*⁵

Assim sendo, analisar a subjetividade lingüística, entender o falante enquanto ator e construtor de uma realidade mediatizada pela e na linguagem implica também considerar parâmetros de análise que privilegiem uma concepção formal de Língua que, ao mesmo tempo, incorpore e defina os limites da interlocução e do discurso. Um lugar de (re)desconstrução, simultâneo e, ao mesmo tempo, contraditório, no qual as explicações teóricas, sejam elas ideológicas, sociais ou históricas encontram seu ponto de instabilidade.

É dessa perspectiva que situaremos nossa discussão sobre a Dialética, cujas marcas nas teorizações do sistema lingüístico são indiretamente reconhecidas por Saussure ao formular o aspecto opositivo do signo lingüístico, expresso na noção de “valor”, o que nos possibilita atribuir-lhe uma outra interpretação, contrapondo-o à concepção filosófica amparada nas formulações das Categorias aristotélicas.

DEFINIÇÃO DE DIALÉTICA

A conceituação de Dialética abrange desde a filosofia clássica, nos diálogos platônicos, até uma concepção mais moderna,

5 SAUSSURE (p.145)

especialmente na Nova Retórica, com Perelman e na Teoria da Ação Comunicativa, com Habermas.

Em uma interpretação moderna, HOCKHEIMER reverbera o pensamento dialético da Escola de Frankfurt, definindo-o como o espaço da “impossibilidade” do entendimento, fruto dos conflitos gerados por uma sociedade excessivamente Iluminista, prisioneira de uma “razão lógica” cujo resultado foi a destruição dos mitos e da Natureza, fios condutores de nossa relação com o mundo e com a realidade. A Dialética passa a ser o espaço do “vazio”, do vácuo construído por uma sociedade que se perdeu de si mesma, conflitante entre Razão e Natureza. Sociedade desestruturada nas armadilhas das significações mercantilizadas, das uniformizações de comportamento, do nada a que se resumiu o mundo moderno, consumista e imediatista⁶.

Nesse ponto, podemos desenvolver a conceituação de Dialética que, embora indiretamente enfocada por Saussure através do signo linguístico, encontra suas bases na moderna formalização filosófica entre sociedade e discurso, englobando um processo de interlocução que, concomitantemente, é subjetivo e social, sem contudo nos desviarmos da percepção de que é por intermédio da Língua que o discurso se manifesta como elemento mediador de uma racionalidade na linguagem.

Também para HABERMAS é fundamental que a filosofia expresse uma “dialetização” do mundo da vida para conceber a moderna concepção de racionalidade que se manifesta via discurso, fator introdutório de uma teoria da argumentação. E é exatamente a utilização comunicativa dos atos de fala que pressupõe uma *racionalidade comunicativa*, capaz de gerar consenso em uma fala

6 FREUD (1969) já assinala esse “não lugar”, o desprendimento das tradições, das raízes mais profundas de nossa psique. A personalidade é cada vez mais vítima da civilização e da cultura e agora, irreversivelmente, remoemos o remorso da culpa pelo fracasso na construção de uma civilização mais humanitária.

argumentativa, motivadora da unidade do mundo objetivo e da intersubjetividade.

No que se refere a esse tema, Habermas estabelece uma distinção entre o “*sujeito agente*” e o “*sujeito socializado*”, concepção que transfere a racionalidade idealizada para uma racionalidade articulada lingüisticamente pelos sujeitos socializados no *mundo da vida*, externalizando assim não apenas uma racionalidade, mas também e, sobretudo, uma performatividade. HABERMAS, ao afirmar que *o fórum do discurso racional é estipulado por bons fundamentos que devem ostentar sua arte de convencer*⁷, significa que *os participantes da argumentação se deixam convencer diretamente da substância dos fundamentos e não do desempenho comunicativo para o intercâmbio de fundamentos*.⁸ Vemos aqui, implicitamente, uma diferenciação entre retórica e dialética, já por ele definida ao estipular que a Retórica pode ser então entendida como uma argumentação como *processo*. Já a Dialética desenvolve *procedimentos* pragmáticos da argumentação, formalizados como estruturas distintas da argumentação.

Segundo Habermas, não se é possível uma “*certificação da verdade*”, mas sim uma “*aceitabilidade racional*”. O que implica que as evidências ou argumentos nunca são totalmente relativos à verdade, mas passíveis de nos convencer de “*afirmações problemáticas*”.

Portanto, podemos concluir que se nossa compreensão do mundo é Dialética, somos imediatamente conduzidos ao raciocínio de que o discurso é essencialmente dialético, sendo, obviamente, marcado pela subjetividade lingüística. Mas de que maneira poderíamos interpretá-lo como uma categoria da Análise do Discurso? Só vislumbro um caminho: o das Categorias de

7 HABERMAS (2002:44)

8 HABERMAS (2002:69)

Aristóteles, fundamentadoras da racionalidade do pensamento, principal objeto de nosso trabalho.

AS CATEGORIAS E A ARGUMENTAÇÃO

Lidar com a conceituação das Categorias de Aristóteles requer uma perspectiva de análise mais acurada, visto que apresenta um intrincado raciocínio lógico, consistindo então em uma forma de ordenação do pensamento e, evidentemente, em fator orientador do discurso argumentativo, no qual as Categorias são mediadoras de uma lógica discursiva cujos raciocínios partem não apenas de argumentos, mas de “lugares” (os *topói*), entendidos como a articulação do pensamento com a lógica de um raciocínio marcado por elementos indissociáveis em sua estruturação.

Assim, consideramos as Categorias como instâncias delimitadoras da Retórica e da Dialética no que se refere às construções de uma discursividade na qual a marca da intersubjetividade não é mais fruto apenas da linguagem, mas também da complexidade da racionalidade dos processos argumentativos.

Segundo Habermas, principalmente no que se refere à teoria da Ação Comunicativa, a intersubjetividade se processa via um consenso discursivamente mediatizado no âmbito da razão, de uma racionalidade construída pelos interlocutores, implícita no próprio intercâmbio lingüístico, apreendida pela relação língua/linguagem. Serão exatamente esses elementos transgressores da “primazia da lógica” que as Categorias representam ao nos fornecer subsídios para compreender mais profundamente o mecanismo de nossas representações lingüísticas.

Uma primeira observação a respeito das Categorias é a de que elas, ao marcar o “lugar” do discurso, marcam também a estruturação de um raciocínio que define a origem do argumento de um ponto de vista subjetivo e argumentativamente marcado. *Definição (essência), propriedade (peculiaridade), gênero (inerência, espécie)*

e *acidente* (*transitoriedade*)⁹ são marcas que determinam ou pressupõem uma relação dialética que podemos depreender no interior dos sistemas linguísticos¹⁰, daí se inferindo a discursividade da linguagem.

O argumento então passa a ser compreendido não apenas como uma possibilidade retórica, ultrapassando assim os seus próprios limites no que se refere a produzir um efeito, convencer, persuadir, etc. O raciocínio assume aí uma importância inquestionável, já que *definir* algo implica obrigatoriamente, além de explicitar uma essência, distinguir suas *propriedades*, seus *gêneros* e seus *acidentes*. Clareando essas explanações, podemos admitir, como exemplo, a palavra homem, definido, por um acordo tácito entre interlocutores, como sendo “humano, racional”, etc. No entanto, apenas essa definição é insuficiente, pois o “ser homem” presume não apenas essa definição, mas um complexo de relações que o especificam como “bondoso”, perverso”, etc (*propriedade*); ser dotado de inteligência (*gênero*); e, obviamente aspectos circunstanciais, como exemplifica o próprio Aristóteles, o fato de estar sentado ou em pé (*acidente*). Dito de outra forma, as *categorias* constituem o núcleo do processo argumentativo, se concluirmos que argumentar é partir de *lugares* que privilegiem uma determinada interpretação ou intenção.¹¹

Assim, as Categorias, além de serem categorias de pensamento, estruturam e condicionam a própria Língua, estando nela inscritas

9 Além dessas quatro categorias, Aristóteles postula mais dez, desdobramentos lógicos daquelas. Não nos ocuparemos delas nesse trabalho, já que o que nos interessa é a estruturação da argumentação na linguagem.

10 Essa “relação dialética” fundamenta todo o pensamento de Saussure, mais especificamente no eixo paradigmático e sintagmático e na definição de signo: “o signo é aquilo que ele não é”.

11 PERELMAN também reconhece essa estrutura mais profunda nas argumentações lógicas quando elabora o conceito de “valor”, mais especificamente quantidade e qualidade, como também ao caracterizar o “auditório universal e particular”.

como uma forma de expressar o pensamento cultural e socialmente marcado na e pela linguagem. Sobre isso BENVENISTE assinala:

Na medida em que as categorias de Aristóteles se reconhecem válidas para o pensamento, revelam-se como a transposição das categorias de língua. É o que se pode "dizer" que delimita e organiza o que se pode pensar. A língua fornece a configuração fundamental das propriedades reconhecidas nas coisas pelo espírito. Essa tábua dos predicados informa-nos, pois, antes de tudo, sobre a estrutura das classes de uma língua particular.¹²

As categorias, portanto, traduzem tipos de argumentação que se processam por intermédio de um lugar que privilegia uma determinada posição enunciativa e subjetiva, sendo o espaço da relativização das idéias, já em si fluídas, mas ao mesmo tempo revestidas de materialidades que se refletem e se resolvem no próprio discurso ao confrontar identidades e diferenças intrínsecas às formas lingüísticas, articulando uma semântica do sentido unicamente possível via uma relação de oposição e contradição, tal como o preconizou Saussure.

Associar as Categorias à argumentação significa considerar a discursividade por um outro ângulo de visão, visto que seus elementos intermediadores não são apenas categorias da Análise de Discurso, mas sim formas de raciocínio lógico que delimitam as fronteiras entre a linguagem e seus aspectos lógico-filosóficos. Uma primeira observação diz respeito à articulação de um raciocínio argumentativo, especificamente semelhante aos processos argumentativos definidos ou especulados pela Lingüística.

De que forma, então, poderemos efetuar essa "convergência" com uma concepção puramente lingüística? Ao definir as Categorias, a sua natureza e seu processo inicial, poderemos considerar a afirmação de KANT:

12 BENVENISTE (1976: 76)

Não podemos pensar objeto algum senão mediante categorias: não podemos conhecer objeto pensado algum senão mediante intuições correspondentes àqueles conceitos. (...) as categorias contêm, por parte de entendimento, os fundamentos da possibilidade de toda experiência em geral.¹³

Para nós, portanto, argumentar pressupõe necessariamente um enfoque no que KANT define como uma *experiência*, entendida como uma concepção filosófica que intermedia a distinção entre “entendimento” e “conhecimento”, sendo que não há nenhuma outra maneira de “conhecer” a não ser por “conceitos” e, previsivelmente, *“o entendimento em geral pode ser representado como uma “faculdade de julgar”*¹⁴ E, assim sendo, só podemos “julgar” através de “conceitos” esses relativos às categorias aristotélicas. Logo, argumentação, para nós aqui está interligada à faculdade de julgar, ou de estabelecer um juízo mediante a postulação de “conceitos” que se expressam via categorias. Nisso consiste a inserção da Dialética como parte de uma argumentação discursiva que pode ser inscrita como um postulado da Análise do Discurso.

Quanto a essa questão, é importante esclarecer que definir ou explicar a Dialética significa levar em consideração dois aspectos primordiais: o primeiro que advém de uma interpretação clássica de dialética, debate entre interlocutores, não visando à verdade, mas sim à plausibilidade de uma argumentação que se processa como um raciocínio baseado em premissas não necessariamente lógicas, mas aceitáveis como ponto de partida da argumentação, o que a diferencia, em certo aspecto, da Retórica, que visa a surtir um efeito, convencer, persuadir. Dialética, nesse sentido, consiste em uma forma da racionalidade estruturada na discussão entre fatos opostos ou contraditórios. O segundo aspecto diz respeito também à racionalidade, mas a Dialética atual compreende postulados distintos da clássica, principalmente porque a oposição

13 KANT (1991: 94, 95)

14 KANT (1991: 64)

ou contradição não são mais elementos primordiais, prevalecendo a idéia de argumentação na qual se tem uma tese e uma antítese, delas derivando uma síntese, consistindo, portanto, em um diálogo crítico. Sobre isso PERELMAN nos diz:

No diálogo crítico põe-se à prova uma tese do interlocutor ou uma hipótese que a própria pessoa pode sustentar, para ver se ela não é incompatível com outras teses asseguradas. O raciocínio dialético, em Aristóteles, é aquele cujas hipóteses iniciais são racionais, ou seja, aceitas pelo senso comum, pela grande maioria dos homens ou pelo menos pelos mais sensatos dentre eles.¹⁵

Portanto, entenderemos aqui Dialética como um “diálogo crítico” e a distinguiremos da Retórica, que se baseia na verossimilhança¹⁶, reivindicando para aquela a marca distintiva das categorias aristotélicas definidoras do conhecimento que se processa via conceitos, ou seja, as categorias ou lugares que delimitam as argumentações no discurso.

“Diálogo crítico” implica a presença de enunciadores que se posicionam em uma relação discursiva, por assim dizer, “polêmica”. Serão, desse modo, “enunciadores polêmicos” no sentido de que os argumentos do discurso revestem-se de uma característica na qual os raciocínios que os embasam estão circunscritos às relações lógicas das categorias. Parte-se de argumentos conceituais, embasados na relatividade dos conceitos polemizados, relatividade essa validada pela categorização dos argumentos nos raciocínios argumentativos.

Assim, um interlocutor, ao expor uma posição fundamental, estipula discursivamente aquilo que reconhece como plausível, estabelecendo, assim, a possibilidade de interpelação, não pelo diálogo ou argumento em si, mas pela racionalidade, pela

15 PERELMAN (1999: 07)

16 É exatamente a verossimilhança que determina a natureza da Retórica, pois a realidade que é ao mesmo tempo aparência não é a verdadeira, mas sim a verossímil.

plausibilidade do argumento enquanto lugar categoricamente marcado no próprio discurso.¹⁷

No contexto da Análise do Discurso, essas categorias podem estar articuladas a uma representação semântica que se processa por uma dupla referência: como “polêmica” e como “subjativa”. Por “polêmico”, poderemos entender uma “categorização específica” que se atribui ao valor da argumentação, categorizada dialeticamente conforme a racionalidade subjetivamente expressa e requerida entre interlocutores. Estendendo nossa análise, essa “categorização específica” atribui à argumentação um ponto de partida ou um ponto de vista que desencadeia o diálogo na esfera da interlocução, racionalmente mediatizado pela polarização tese/antítese que, marcadas pelas categorias, polemizam semanticamente o discurso. Vejamos um exemplo em um texto jornalístico de Clóvis Rossi a respeito do julgamento que fez do governo de FHC:

O fato é que Fernando Henrique termina seu período, a rigor, como exerceu todo o seu mandato: com o copo meio cheio ou meio vazio, conforme a ótica de cada qual. Em qualquer área, sempre haverá argumentos para atacá-lo e para defendê-lo, o que, bem feitas as contas, fala a favor do presidente”

Claro está que o julgamento definitivo de FHC será feito pela história. Por isso, despeço-me dele hoje na dívida de ter sido, talvez, mais impiedoso do que o presidente mereceu. Talvez porque esperasse um copo mais cheio do que ele entregou.¹⁸ (grifos meus)

Primeiramente, o raciocínio dialético, ou a argumentação, oscila entre os conceitos de “período” e “mandato” cujas determinações, categoricamente, são distintas, pois o que é inerente (*gênero*) a “período” é uma idéia de cronologia, ao passo que para “mandato” tem-se uma *definição* de, suponhamos, “gestão administrativa”. A

17 Ao que parece, “esse lugar categoricamente marcado” está presente na análise do signo lingüístico formulada por Saussure, mais especificamente no eixo sintagmático/paradigmático.

18 Folha de São Paulo, 31/12/2002

“categorização específica” reside exatamente na polemização do argumento através do qual se estabelece um paralelismo entre esses dois termos, levando-se em conta seus respectivos conceitos ou categorias, ou seja, “período”, na argumentação, acaba prevalecendo sobre a categoria de “mandato”, o que, de alguma forma, desqualifica o “mandato”, posto que o raciocínio dialético e, obviamente a argumentação, impõe a ele um sentido negativo. Nesse caso, parte-se do ponto de vista subjetivo do qual se argumenta, ou seja, do *gênero* de “período” e não da *definição* de “mandato”. Quanto a esse fato, o próprio autor do texto reconhece a subjetividade, ao afirmar: “em qualquer área, sempre haverá argumentos para atacá-lo e para defendê-lo” o que já pressupõe que as argumentações convergentes ou divergentes partirão de pontos de vista que privilegiem uma ou outra categoria (*gênero* ou *definição*), pois são elas, nesse exemplo, a origem e a fundamentação das argumentações dialéticas.

Contudo, é interessante notar que, além do argumento dialético, temos no exemplo também uma argumentação retórica, traduzida na imagem do “copo meio cheio ou meio vazio”, oscilando entre duas idéias contraditórias que resultam em uma verossimilhança baseada em critérios avaliatórios da realidade da qual se especula e cuja conclusão nos remete a um sentido de indefinição metaforizado na imagem do “copo”, não especificando aí uma categorização dialética evidenciada por uma síntese entre dois elementos contraditórios, apesar da expressão “meio cheio ou meio vazio” que nada mais fazem do que introduzir uma avaliação retórica na qual se percebe uma contínua gradação entre o pior e o melhor¹⁹, desprovida de uma argumentação polêmica quanto à verdade ou plausibilidade dos argumentos. Contudo, esse argumento retórico somente acarreta o efeito que se lhe deseja

19 Na filosofia, a discussão entre o verdadeiro e o verossímil é muito controvertida, pois o verdadeiro sem o verossímil é discutível. Exemplo clássico: “Não basta ser honesto, tem que parecer honesto”.

atribuir se vier sustentado pelo argumento dialético que pressupõe um “mandato” que nada mais foi do que um “período” (cronologia) marcado, agora retoricamente, pela ausência de uma atuação política mais empreendedora, expressa em: *Talvez porque esperasse um copo mais cheio do que ele entregou.*

É exatamente essa possibilidade semântica de mudança e de instabilidade do termo na sua proposição que caracteriza a nossa reivindicação da natureza lingüística da Categoria aristotélica., analisando de que maneira ela pode contribuir para explicitar a estruturação dos processos argumentativos. Portanto, a questão em relação a essas exposições é a do papel desempenhado pela dialética, focalizada na semântica da linguagem, na pertinência das argumentações (os *topói*) que validam a relação do termo com as suas diferenças de sentido, consistindo, portanto, no *método dialético*.

CONCLUSÃO

A questão da Razão e da Racionalidade constitui o cerne do pensamento filosófico ocidental. No que se refere ao pensamento filosófico, os estudos modernos privilegiam a Razão não apenas como forma de pensamento lógico, mas, principalmente, como estruturação de um pensamento que se constrói na linguagem, nos discursos, nas ações.

Ao formular o conceito de “razão”, HABERMAS localiza essa definição no “entendimento lingüístico”, ancorada por uma pragmática formal. No âmbito de suas discussões, a questão das categorias não estão diretamente formalizadas, mas podemos depreender alguns traços na seguinte formulação: *um falante competente expressa uma sentença de observação a partir da posição fundamental do “significado léxico” conhecido das asserções utilizadas, apenas em ligação com o que acredita observar naquela situação dada, assim como com aquilo que tem por verdadeiro.*²⁰

20 HABERMAS (2002:78)

Daí, voltamos à nossa reflexão inicial a respeito da Categoria enquanto elemento de uma fundamentação dialética, não como algo já pré-estabelecido por uma “razão” mediada pelos objetos e sua respectiva referência, mas sim como a relativização de sentidos que se concretizam na e pela linguagem e de sua relação com o mundo da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES – *Tópicos*. Livros I, II e III. Coleção Os Pensadores. Nova Cultural, São Paulo, 1991
- BENVENISTE, E. – Categorias do pensamento e categorias de língua. *Problemas de Linguística Geral*. São Paulo, Cultrix, 1976
- FREUD, S. – O mal-estar na civilização. *Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro, Imago, 1969
- HABERMAS, J. – *Agir comunicativo e razão destranscendentalizada*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2002
- KANT, E. - *Crítica da Razão Pura*. São Paulo, Abril Cultural, 1991.
- PERELMAN, C - _ Dialética e Diálogo. *Retóricas*. São Paulo, Martins Fontes, 1999
- PERELMAN, C - Os âmbitos da argumentação. *Tratado de Argumentação*. São Paulo, Martins Fontes, 2002

IDENTIDADE E LINGUAGEM: UM ESTUDO DE ATOS DE FALA DE ACONSELHAMENTO EM UM *REALITY SHOW*

KÁTIA MODESTO VALÉRIO

UFMG

RESUMO

Examinamos, nesse estudo, o papel de atos de fala de aconselhamento – conselhos e avisos – para a construção da identidade social de participantes do *reality show* “*Big Brother Brasil IV*”, transmitido pela Rede Globo de Televisão de janeiro a abril de 2004. Considerando Descrevemos algumas seqüências de aconselhamento disponíveis em comunidades brasileiras de fala para a realização desses atos assim como sua utilização para o estabelecimento de alianças e coalizões. Observamos também, nas interações selecionadas, as marcas do trabalho de face por parte dos participantes, codificada na modificação à força ilocucionária desses atos de fala.

Sabemos que nossas intuições acerca da realização de atos de fala podem levar-nos a exemplos pré-fabricados que muito se distanciam das elocuições produzidas em interações reais. Somente a linguagem que ocorre espontaneamente pode nos informar acerca dos meios de que membros de uma comunidade de fala dispõem para trocar significação social (Boxer e Pickering, 1995). Nesse trabalho buscamos descrever seqüências de aconselhamento espontâneas produzidas em um evento de mídia, o programa *Big Brother Brasil IV*.

Por seqüências de aconselhamento nos referimos a toda uma classe de atos de fala que têm como ato nuclear um conselho ou um aviso. Aconselhar e avisar são diretivos cujo conteúdo proposicional remete à realização, por parte do ouvinte, de uma ação futura (Searle, 1975; Tsui, 1994). As condições preparatórias para esses atos incluem as pressuposições de que a ação pretendida é necessária e benéfica para o endereçado e que este possa e esteja disposto a realizar a ação, mas que não o faria sem a intervenção do falante (Tsui, 1994).

Além de seu comportamento lingüístico e discursivo, atos de fala de aconselhamento podem ser estrategicamente usados para o estabelecimento de solidariedade entre os interlocutores uma vez que parecem ser uma clara indicação da disposição do falante em promover aproximação na interação. Frequentemente utilizados como respostas encorajadoras para reclamações indiretas (Boxer e Pickering, 1995), esses atos podem ajudar no estabelecimento de um etos caracterizado pela solidariedade, no qual a face positiva dos participantes é altamente valorizada.

Devido ao seu alto potencial para a troca de significação social positiva e para o estabelecimento de laços, tentamos descrever o modo como falantes se servem de seqüências de atos de fala de aconselhamento. No contexto do *BBB*, os participantes de uma interação podem transformar esses atos claramente orientados para o ouvinte em estratégias altamente persuasivas que revertem, em última instância, em benefício do próprio falante.

MÉTODO

Selecionamos como objeto de estudo as seqüências de aconselhamento produzidas pelos participantes do *Big Brother Brasil IV*, um *reality show* transmitido em 2004 pela Rede Globo de Televisão.

Tal programa é um jogo no qual os participantes competem para permanecer em uma casa, montada especificamente para o *BBB*,

repleta de câmeras de vídeo. Semanalmente, há uma competição para a escolha do líder da casa. Esse líder deverá indicar um dos participantes que concorrerá com um outro, apontado pela maioria do grupo em votação secreta, pelo voto do público para permanecer na casa – o chamado “paredão”. Percebe-se que há normas de conduta pré-estabelecidas pelo programa – são vedadas a agressão física, a retirada do microfone, a comunicação com o mundo exterior à casa etc. No entanto, grupos dentro da casa estabelecem suas próprias regras, que podem incluir a combinação de voto, por exemplo. O vencedor do jogo e ganhador de um prêmio em dinheiro será aquele que conseguir, até o final, evitar a eliminação.

PARTICIPANTES

Os participantes da pesquisa são as quatorze pessoas, sete homens e sete mulheres, com idade entre 18 e 26, selecionadas pela Rede Globo de Televisão para participar da quarta edição do programa. Com exceção de uma concorrente da Argentina, todos os participantes são brasileiros, provenientes de diferentes regiões do país. Como, aparentemente, um dos critérios adotados pela rede de televisão em questão é a diversidade, os participantes têm as mais diversas origens sociais e étnicas assim como as mais diferentes ocupações e interesses.

Utilizando a estrutura de participação proposta por Goffman (1981) e revisitada por Kerbrat-Orecchioni (2004:11), de acordo com a qual “todos aqueles que estão dentro do campo de percepção do evento terão algum status de participação, as interações no *reality show* analisado podem ser consideradas como de estrutura múltipla. Em um nível local; ou seja, dentro da casa, os quatorze participantes podem interagir em diversos níveis de ratificação e endereçamento. Eles podem ser espectadores¹ ou bisbilhoteiros², dependendo do conhecimento dos participantes

1 Tradução sugerida para *bystanders*.

2 Tradução sugerida para *eavesdroppers*.

ratificados com relação a sua condição de espectador. Dentro de uma estrutura mais ampla, as interações que ocorrem no *reality show* também estão no alcance perceptivo da equipe técnica do programa, que selecionará os episódios a serem editados e transmitidos pela emissora. A audiência do programa, por sua vez, também é reconhecida pelos participantes. No entanto, seu status difere daquele da equipe técnica, já que, por decidirem quem fica ou quem sai da casa, são os receptores alvo de grande parte das elocuições transmitidas no programa. Diferentemente de um *talk show*, no qual a audiência, na maior parte do tempo, é claramente o receptor alvo das interações produzidas nesses eventos de mídia, em um *reality show* como o *Big Brother Brasil*, o status de participação da audiência parece não poder ser claramente definido, pois é difícil de se dizer se os participantes estão agindo dessa ou daquela maneira a fim de estabelecer relações sociais na casa a despeito da audiência ou por causa dela. O status de participação dos telespectadores pode, portanto, flutuar de receptores alvo para espectadores, dependendo do grau de preocupação dos interagentes com a constante vigilância. Na verdade, podemos dizer que, com relação à endereçamento, o papel dos telespectadores na estrutura de participação desse evento de mídia seria tão fluida quanto as intenções comunicativas dos competidores do *game show*.

ANÁLISE

Os parâmetros utilizados para analisar as seqüências de aconselhamento foram elaborados com base na codificação proposta por Blum-Kulka, House e Kasper (1989) para o estudo de pedidos e pedidos de desculpas. Para o exame da modificação aos atos de fala e do gerenciamento do trabalho de face, nos valem da leitura de Valério (2003) de Goffman (1967) e Brown e Levinson (1987) para o estudo de representativos.

A exemplo de Blum-Kulka, House e Kasper (op.cit.), iniciamos nossa análise segmentando as seqüências de aconselhamento a

fim de identificar o ato nuclear – a unidade mínima usada para se dar um aviso ou um conselho.

Após selecionar o ato nuclear, consideramos os elementos opcionais para a realização do ato de aconselhamento. Quando antecedem o ato nuclear, podem ser considerados movimentos preparatórios. Já aqueles atos que seguem o ato nuclear podem servir como movimentos de apoio que dão sustentação ao ato nuclear.

No entanto, podemos identificar elementos opcionais modificadores da força ilocucionária utilizados para modalizar – mitigar e/ou intensificar – o ato de aconselhamento. Esses elementos opcionais podem ser relacionados ao tipo de trabalho de face o falante deseja implementar.

DISCUSSÃO

Tomando uma interação entre três competidores – Marcela, Dourado e Juliana – como insumo para nossa discussão, examinaremos como duas participantes trocam significação social ao manipularem estratégias de aconselhamento, movimentos preparatórios e de apoio assim como modificadores da força ilocucionária internos aos atos nucleares.

INTERAÇÃO 146³ (CONFORME QUADRO ANEXO)

A partir da edição realizada pela equipe técnica da emissora, identificamos Marcela como a interagente que realiza o movimento iniciador. Ela, aparentemente, deseja que Dourado mude seu comportamento. No entanto, ela trabalha a face positiva de seu interlocutor, habilmente preparando-o para a seqüência de aconselhamento que se segue com elogios (*cê é um cara extremamente inteligente e: culto lê bastante*) e com o expressivo (*eu admiro isso em*

3 Cf. Anexo para notas sobre os critérios adotados para transcrição dos dados.

	Marcela	Juliana	Douredo
1	cê é um cara extremamente inteligente e:		
2	culito lê bastante eu admiro isso em você (.)		
3	voce só tem um defeito você é irreverente		
4	tem momentos que você fala e: e muitas		
5	vezes você pode até pensar mas em certos		
6	momentos em certas circunstâncias a		
7	gente às vezes deve poupar certos		
8	comentários		(Marcela critica Douredo)
9			
10			sou autêntico que eu falo o
11			que eu sou eu não meço eu
12			não fico pensando antes do
13			que eu vou dizer ou não
14	(Diretivo de Juliana)	tem milhões de pessoas te assistindo você não pode dar um mau exemplo	
15			ai é ego
16	«posso te dizer uma coisa? o que Caetano		
17	Veloso fez pra tie		
18			«que que eu falei do Caetano
19			me lembra?
20		(+) que você ia vomitar	
21	que você ia vomitar na cara dele	na cara dele	
22		se você não gosta você vira e fala "não curto o som	
23		do cara"»	(Diretivo de Juliana)
24	«acabou	ei chegar e vou vomitar na cara dele	
25	é isso que eu acho que cê deve melhorar		
26	só isso		
27		é questão de educação e bom senso	
28	ô eu não tô:	educação	(conselho de Marcela)
29	Julgto tá?		
30	é uma opinião minha	é questão de educação e bom senso	
31	única coisa expõe os teus pensamentos		
32	quem tu não gosta num "olha puta cês		
33	curte o som do Caetano?		
34	pô é um som que eu num curto eu pretiro?	de uma forma educada brother cê	
35		cê acha que	
36	ô psiu psiu ô pára pára ô Ju	eu vou eu vou discordar de você se	
37		você não gosta de Caetano? pô	(Reclamação de Douredo)
38	espera Ju que cê é muito agressiva Ju	o seu problems é a forma de falar	
39	espera o que eu penso é assim ô "eu num		
40	curto o som do cara pô cês tão faleo de		
41	Caetano? pô eu num curto muito o som de	(Marcela censura Juliana)	
42	Caetano		
43	mas?	(+) ou então nem fala nada	
44	(+) fica quieta Juliana		(Expletivo de Marcela)
45		«exatamente não ele que fica	
46			

voce), transcritos nas linhas 1 e 2 do excerto. Após a lubrificação social desses movimentos preparatórios, Marcela, nas linhas 3-5, dá início a novo movimento preparatório, dessa vez descrevendo a situação problema com um ato altamente ameaçador da face positiva, a crítica (*voce só tem um defeito você é irreverente tem momentos que você: fala e:: e muitas vezes você pode até pensar mas*). No entanto, seu ato de fala é mitigado por uma série de marcadores de polidez negativa. O uso de *só* em *voce só tem um defeito* minimiza sua crítica e as expressões *tem momentos* e *muitas vezes* (em oposição a *sempre*) reduzem a frequência com a qual a crítica prevalece. Somente após todos esses movimentos preparatórios, Marcela realiza seu conselho.

Como ato nuclear, ela opta pela estratégia canônica para a realização de conselhos, aquela que contém o modalizador *dever* (*em certos momentos em certas circunstâncias a gente às vezes deve poupar certos comentários*). A fim de reduzir a força ilocucionária indicada pelo modal *dever*, Marcela se inclui na perspectiva do aconselhamento (*a gente*). Como seu conselho também se aplica a ela própria, o ato tem leitura dupla – a situação, compartilhada por falante e ouvinte, aproxima-os e traz à interação a empatia característica da polidez positiva. Ao mesmo tempo, a imposição que o ato de fala impingiria ao seu interlocutor é imposta também à falante, reduzindo, assim a gravidade de sua intromissão. Além da aproximação promovida pela manipulação do ponto-de-vista do ato de aconselhamento, Marcela também expressa seu respeito ao território de Dourado ao preferir mitigadores que promovem a distância entre os interlocutores, característicos da polidez negativa – o uso de *certos momentos, em certas circunstâncias e às vezes* reduz as circunstâncias às quais o aconselhamento se aplica. O uso de *certos*, modificando *comentários*, também limita a abrangência de seu conselho. Em toda a interação, Marcela tenta equilibrar sua preocupação acerca do modo como apresenta sua auto-imagem e seu aparente desejo de persuadir Dourado. Evidências dessa preocupação estão no uso de outros marcadores de polidez negativa como no minimizador metadiscursivo (*ó eu não tô julgando tá*), do índice de modalidade (*é uma opinião minha*) e do minimizador (*única coisa*).

Podemos ver que Marcela e Juliana compartilham a mesma opinião. A partir do conteúdo proposicional de suas elocuições, podemos concluir que ambas gostariam que Dourado fosse mais cuidadoso ao expressar suas opiniões. Entretanto, as participantes apresentam-se de modo totalmente distinto. Diferentemente de Marcela, Juliana é contundente em suas observações.

A modificação externa por qual opta Juliana aumenta a gravidade da ameaça à face de seu interlocutor. No ato pré-nuclear ela explica

porque o curso de ação proposto deve ser seguido (*tem milhões de pessoas te assistindo*). Esse movimento preparatório é agravado pelo uso do quantificador *milhões*, hipérbole que aumenta a gravidade da ação criticada. Seus movimentos de apoio são igualmente impositivos. Ela continua a descrever a situação problemática com a elocução “*é questão de educação e bom senso educação*”, gerando implicaturas ameaçadoras da face, que é ainda mais agravada pela reiteração da palavra *educação*.

O ato nuclear realizado por Juliana é realizado por intermédio de um imperativo; no entanto, a contundência com a qual realiza o diretivo remete à possibilidade da ação proposta não ser mais vantajosa para seu interlocutor do que para ela própria. Em outras palavras, seu ato nuclear “*you não pode dar um mau exemplo*”, cujo ponto ilocucionário pode ser derivado da própria locução, pode ser interpretado mais prontamente como uma ordem do que como um conselho.

Nesse momento, devemos fazer uma observação a respeito dos eventos que serviram de pano de fundo para a interação observada. Juliana e Dourado haviam tido um relacionamento amoroso por algumas semanas durante o programa. Seu romance poderia, então, ter permitido alguma intimidade entre eles, o que teria deixado Juliana mais a vontade para criticar Dourado e impor suas opiniões sem muita preocupação com a preservação de seu território.

A despeito do contraste entre as estratégias adotadas, Marcela e Juliana se alinham em sua tentativa de persuadir Dourado a mudar de atitude. Essa coalizão encontra evidência em seu discurso (Bruxelles e Kerbrat-Orecchioni, 2004). Na linha 20, Juliana responde à elicitación endereçada a Marcela (= *que que eu falei do Caetano me lembra*). Esta, por sua vez, ecoa o turno de Juliana, gerando uma sobreposição cooperativa. O mesmo tipo de construção colaborativa pode ser identificado na linha 24, quando Marcela se apropria do turno de Juliana e o conclui com “*acabou é isso que eu acho que você deve melhorar só isso*”.

Entretanto, a semelhança entre os pontos ilocucionários de seus atos é sobrepujada pela discrepância entre as condutas adotadas e a coalizão entre as participantes é rompida. Depois de uma série de sobreposições por parte de Juliana (linhas 28, 30 e 34), Marcela, em vão, tenta silenciá-la na linha 36 – “*ó psiu psiu ó pára pára ó Ju espera Ju que cé é muito agressiva Ju espera*”. Nesse momento, Marcela ainda usa o apelido de Juliana, “*Ju*”, que é, na linha 44, substituído por seu nome. A ordem final “*fica quieta*”, seguida pelo distanciamento imposto pela enunciação de seu nome “*Juliana*” e pelo expletivo “*caceta*”, todos enunciados em volume sensivelmente mais alto, parecem por um fim a seus laços interacionais. O rompimento da coalizão promovida pela identificação das opiniões das interagentes pode ser uma indicação de que a conduta adotada em determinadas situações pode ser mais significativa para o desenrolar de uma interação do que o ponto ilocucionário que se pretende atingir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo reportamos um recorte de um estudo de atos de fala de aconselhamento produzidos por brasileiros em interação. A fim de descrever a estrutura das seqüências de atos de fala de aconselhamento, observamos 57 interações ocorridas no decorrer do programa, 35 das quais continham avisos ou conselhos.

Esperamos ter demonstrado que os atos de fala de aconselhamento podem ser realizados por intermédio de diversas formas lingüísticas, que, opcionalmente modificadas interna e/ou externamente, parecem servir diferentes fins comunicativos e expressar vários significados interacionais. Também, a alta incidência desses atos em nosso corpus, por si só, aparentemente indica a relevância de sua significação social. Além de sinalizar a preocupação do falante com relação ao endereçado, atos de fala de aconselhamento figuram-se com destaque na construção de uma atmosfera de polidez positiva, atuando como eficientes marcadores de solidariedade.

Cremos, também, que a análise realizada aponta para o fato de que o estudo das estratégias utilizadas para a realização de seqüências de atos de fala pode ser estendido e refinado por contribuições provenientes de investigações a respeito do gerenciamento do trabalho de face na troca de significação social. Também esperamos que tenhamos podido demonstrar que o estudo das seqüências de atos de fala de aconselhamento, quando investigadas em um contexto social determinado, pode iluminar nossa compreensão dos imbricados movimentos interacionais adotados pelos participantes de uma conversa para a troca de significação social, contribuindo, assim, para o estudo da interação entre discurso e contexto social.

Gostaríamos de salientar, ainda, a adequação do uso de *reality shows* como fonte de dados lingüísticos. Embora sejam produtos internacionais de mercado, esses programas podem refletir construtos sociais uma vez que, além de sofrerem adaptações para se ajustarem a especificidades culturais, seus participantes são seres sociais, pertencentes a comunidades de fala reais, que se engajam em interação espontânea com propósitos sociais legítimos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLUM-KULKA, S., HOUSE, J. & KASPER, G. (Ed.) 1989. *Cross-cultural pragmatics; requests e apologies*. (Advances in Discourse Processes Series, 31). Norwood: Ablex.
- BOXER, D. e PICKERING, L., 1995. Problems in the presentation speech acts in ELT materials: the case of complaints. *ELT Journal*, 49(1):44-58.
- BOXER, D., 2004. Discourse issues in cross-cultural pragmatics. *Annual Review of Applied Linguistics*, v.22, 150-167.
- BROWN, P. e LEVINSON, S., 1978. Universals in language usage; politeness phenomena. In: GOODY (Ed.). *Questions e politeness*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 56-324.
- BRUXELLES, S e KERBRAT-ORECCHIONI, C., 2004. Coalitions in polylogues. *Journal of Pragmatics*, v.36, 75-113.
- CAMERON, D., 2001. *Working with spoken discourse*. London: Sage.
- GOFFMAN, E., 1967. *Interaction ritual; essays on face-to-face behavior*. New York: Anchor Press.

- GOFFMAN, E., 1981. *Forms of talk*. Blackwell: Oxford.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C., 2004. Introducing polylogue. *Journal of pragmatics* (36) 1-24.
- LABOV, W., 1972. Some principles of linguistic methodology. *Language in Society* I, p.97-120.
- MARINHO, J.H. Evaluating Discursive Relations in Brazilians' Advice-giving. 9th International Pragmatics Conference. Italy, jul, 2005
- SEARLE, J. R., 1972. A taxonomy of illocutionary acts. In: GUNDERSON, K. (Ed.). *Language, mind e knowledge*. (Minnesota Studies in the Philosophy of Science, 7). Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 59-82.
- THOMAS, J. 1983. Cross-cultural pragmatic failure. *Applied Linguistics*, 4(2):91-112.
- TSUI, A.B.M. 1994. *English conversation*. Oxford: Oxford University Press, 298p.
- VALÉRIO, K.M. 2003. *Dinâmicas interativas no discurso da mulher; o papel da inserção social*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 282p.
- WIERZBICKA, A. 1985. Different cultures, different languages, different speech acts, Polish vs. English. *Journal of Pragmatics*, v.9, n.2/3, p.145-178.

ANEXO: CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA TRANSCRIÇÃO

Para transcrição optamos pelo formato de tabela proposto por Arabela Vieira dos Santos Silva e Franco, aluna do programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Nesse modelo, os nomes dos participantes estão listados nas células da primeira linha da tabela. Como as linhas subsequentes representam a seqüência de turnos na interação, a fala simultânea é identificada quando células de colunas diferentes ocupam a mesma linha na tabela, o que facilita sobremaneira não só a interpretação dos excertos como também a identificação da fala produzida por um mesmo participante na troca.

Outros símbolos usados na transcrição:

= para ausência de qualquer pausa entre os turnos;

: para prolongamento de som;

- para entonação ascendente;

(.) para pausa curta no decorrer de um turno;

{+} para volume mais elevado;

{-} para volume mais baixo;

] para truncamentos;

Sublinhe para entonação enfática;

"aspas" para mudança de tom devido ao uso de discurso direto.

NOÇÕES DA ANÁLISE DE DISCURSO CRUCIAIS PARA
PROBLEMATIZAR REPRESENTAÇÕES DO CAMPO DA
LINGÜÍSTICA APLICADA

MARALICE DE SOUZA NEVES¹

UFMG

Neste trabalho, proponho-me a apresentar, dentro do campo aplicado, algumas noções fundamentais da Análise de Discurso (AD) filiada aos trabalhos de Michel Pêcheux e seus colaboradores. Quero ressaltar o que é do lugar de pesquisadora em Linguística Aplicada que busco problematizar questões desse campo de estudo mobilizando categorias da AD e da Psicanálise.

Uma concepção com a qual opero é a de sujeito que extrapola o sujeito da sociologia e é portanto entendido como cindido, pois atravessado pelo inconsciente e pelos esquecimentos conforme formulação de Pêcheux e Fuchs (1990), desdobrado em sujeito enquanto posição discursiva (daquilo que pode e deve ser dito em uma dada formação discursiva) e também imbricado em sujeito do desejo, da falta, definido pela psicanálise lacaniana.

Abordarei também a noção de Formação Discursiva, (FD) já concebida numa terceira fase dos trabalhos de Pêcheux como

1 Texto resultante da pesquisa teórica feita para a minha tese de doutorado (Neves, 2002) com o auxílio do programa PICDT da CAPES.

condensações de regularidades enunciativas heterogêneas em relação a si mesmas e contraditórias. Em conseqüência, apresentarei duas FD's que pude apreender ao problematizar as representações de professores e alunos na prática de avaliação do ensino de inglês como LE em uma instituição universitária. Entendo que este tipo de análise pode contribuir para a compreensão da incidência de fatores discursivos no processo de enunciação em segundas línguas.

Embora eu reconheça a maneira bastante resumida com que coloco a questão, é pressuposto na Linguística Aplicada à pedagogia de línguas, que o controle da aprendizagem seja realizável mesmo que não satisfatoriamente. Busca-se acomodar em abordagens e metodologias, tanto no ensino como nas práticas de avaliação, um processo que, segundo Revuz (1998), solicita um trabalho em três dimensões: a dimensão cognitiva – língua como objeto de conhecimento intelectual; afirmação do eu – língua como prática que solicita do sujeito o seu modo de se relacionar com os outros e com o mundo; e trabalho do corpo – língua que põe em jogo a flexibilidade de todo um aparelho fonador. Já há mais de 20 anos que está em voga no Brasil a abordagem comunicativa ao ensino de línguas estrangeiras que enfatiza, no trabalho do ensino e na compreensão da aprendizagem, a dimensão cognitiva. No entanto, partilho com Serrani (1997b, 1998 e 2001) que fatores não cognitivos sejam abordados mobilizando também as dimensões simbólica e significante do processo de constituição do discurso.

A partir de Pêcheux (1995), entendo que as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são vários e múltiplos; vemos que a linguagem serve para comunicar e para não comunicar. A língua não é um código e nem é meramente referencial; o sentido nas línguas é determinado pelo implícito (ideológico, inconsciente). Em suma, não comunicamos, mas produzimos sentidos e estes são constituídos no espaço do real da língua e do real da história. O olhar teórico da AD, por sua vez, procura compreender esses sentidos na articulação da

Linguística com a Filosofia e com as Ciências Sociais assim como também na concepção de subjetividade psicanalítica (concepção lacaniana do elo entre sujeitos do desejo). Dessa forma, sujeito e língua são inseparáveis, porque é no elo estabelecido entre os sujeitos pelo discurso que se realizam os efeitos de sentido.

Authier (1998, P.16) distingue duas concepções de sujeito, sendo a primeira a que ela nomeia "o 'sujeito-origem' - da psicologia e das suas variantes 'neuronal' ou sociais". Este é fonte intencional do sentido 'transparente' que é expresso através da língua como instrumento de comunicação. O indivíduo, ser distinto dos demais, é concebido como uno, estável, autônomo e 'dono' de seu dizer de acordo com a visão cartesiana. A segunda concepção é a do 'sujeito-efeito', porque também efeito do inconsciente da psicanálise além das filiações históricas do sentido que lhe retiram o domínio da intencionalidade. É efeito de linguagem, e portanto "só é sujeito quando fala" (1998, P.169). O sujeito é, portanto, posição enunciativa.

Entendo essa segunda concepção de Authier como um desdobramento da concepção de Pêcheux (1995, P.159) da 'forma sujeito'² - "aquele que..." sob diversas formas de ser (com um nome, uma família, amigos, idéias, lembranças, intenções, compromissos) se evidencia como sendo realmente si, mas se esquece de que sofre um processo de interpelação/identificação "impostas pelas relações sociais jurídico-ideológicas". Este sujeito não é entendido como indivíduo, mas assujeitado em indivíduo falante. Ou como bem o resume Orlandi (1999), a forma-sujeito (de Pêcheux) ou 'sujeito-efeito' (de Authier) representa uma contradição: aquela do sujeito ao mesmo tempo livre e submisso, podendo tudo dizer, contanto que se submeta à língua para fazê-lo.

2 Essa expressão, segundo nota de Pêcheux (1995, P.183) foi introduzida por Althusser. Trata-se, de fato, "da forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais".

Desdobrando a concepção de Authier (1998, P.187), pode-se dizer que a função de sujeito como centro, uno, domínio (ilusão) é assegurada pelo Ego (na concepção freudiana) "ocupado em anular, no imaginário, a divisão, a falta, a perda, o descentramento que afetam o eu". O sujeito é dividido, mas não desaparece. Fala e continua no fantasma do Ego. O inconsciente permite significar essa divisão inaugural, mostrando a permanência da ilusão do centro inerente à constituição do sujeito.

Ainda na concepção do sujeito-efeito, Pêcheux & Fuchs (1995) afirmam que o sujeito do discurso se caracteriza por dois esquecimentos, ou ilusões. No *esquecimento número 1*, o sujeito tem a ilusão de que é origem do sentido - 'esquece-se', em nível consciente, que o discurso se caracteriza pela retomada do já-dito e que a novidade ou originalidade está na nova situação de enunciação. Esquece-se também que, enquanto sujeito, aparentemente uno, autônomo, se caracteriza pela dispersão de outros sujeitos (a heterogeneidade, tal qual formulada por Authier, 1984), e por isso mesmo, não tem controle total sobre seus atos.

No *esquecimento número 2*, o sujeito tem a ilusão de que o que diz tem um significado transparente, e que será entendido igualmente pelo(s) interlocutor(es). Esquece-se de que não tem o controle consciente da linguagem, e, em consequência, do significado, deixando resvalar significados indesejáveis, ou assim considerados. Tal fenômeno é um recalque de natureza inconsciente, uma vez que a ideologia é constitutivamente inconsciente de si mesma. Pêcheux & Fuchs (op. cit.) sintetizam, então, que o efeito da forma-sujeito do discurso, ou o do sujeito-efeito na acepção de Authier, é mascarar o objeto do esquecimento número 1, pelo viés do funcionamento do esquecimento número 2.

Estando o sujeito fundamentalmente unido à situação, ao imbricar sujeito e esquecimentos, cabe levantar questão das *condições de produção do discurso* articuladas por Pêcheux (1990), a partir de

Foucault, para fugir da noção de 'papel' da sociologia e das características individuais psicossociais. As condições de produção são, portanto, articuladas às determinações históricas aliadas ao discurso. Ao considerarmos as condições de produção em sentido amplo, estamos incluindo o contexto sócio-histórico, ideológico e ao considerarmos essas mesmas condições em sentido estrito, temos as circunstâncias da enunciação, ou seja, o contexto imediato.

As condições de produção em sentido amplo nos levam a desenvolver a noção de assujeitamento ideológico, na qual Pêcheux (1995, P.160) demonstra que a ideologia, através do 'hábito' e 'uso' designa, ao mesmo tempo, '*o que é e o que deve ser*'. É ela que fornece as evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado "queiram dizer o que realmente dizem" e que mascaram o que o autor chama de "caráter material do sentido das palavras e dos enunciados" sob a pretensa "transparência da linguagem". As palavras, expressões, proposições etc., não têm sentido em si mesmas, mas "mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam", isto é, "em referência às formações ideológicas" que regulam essas posições. Esta dimensão é imaginária e não é a única, como veremos mais adiante.

As formações ideológicas comportam, como um de seus componentes, uma ou várias *Formações Discursivas* (FD) interligadas, que determinam aquilo "que pode e deve ser dito" (Pêcheux, op. cit.) a partir de uma dada posição em uma determinada conjuntura. Diz-se, então "que os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas FD's que representam 'na linguagem' as formações ideológicas que lhe são correspondentes". Os sentidos são constituídos nas FD's a partir das relações entre as palavras combinadas em construções. As palavras mudam de sentido ao passar de uma FD à outra. Os sentidos são então essencialmente *metonímicos* (realizados em efeitos de paráfrases, substituições, formação de sinônimos) e *metafóricos*

porque se referem a uma deriva, a um deslize no registro do simbólico, o que se dá através da *interpretação*, e aí o sentido pode sempre ser um outro possível que o constitui. Afetados pelo efeito metafórico, tanto o diferente como o mesmo são produções da história, já que o dizer faz história (Orlandi, 1999).

Ressalto aqui que esse entendimento é de *processo* discursivo quando não há como caracterizar as fronteiras reais dos conceitos, como, por exemplo, de formação ideológica e formação discursiva (Pêcheux & Fuchs, 1990). Como explica Serrani (1997a: 26)³, surge a noção de *interdiscurso*, ao irromper, na análise "o exterior específico de uma FD, concebida como constitutivamente composta por elementos exteriores a ela", ou melhor, por elementos de outras FD's. Caracterizam-se, então, as dimensões da alteridade e da diversidade na noção de *interdiscurso*, operacionalizado no estudo de Authier (1984) pelas noções de *heterogeneidade constitutiva* e de *heterogeneidade mostrada*.

A *heterogeneidade constitutiva* refere-se aos processos *reais* de constituição de um discurso, isto é, é a alteridade enquanto condição de existência do discurso de um sujeito que não é fonte primeira do seu dizer. A heterogeneidade constitutiva é não-localizável, não-representável. É a dimensão onde se opera o *esquecimento número 1*. Por outro lado, a *heterogeneidade mostrada* se refere à representação, no discurso, da sua constituição. Aí se estuda a representação que o locutor dá (e se dá) de sua enunciação. Essa representação é necessariamente fantasmática, pois não há uma correspondência direta entre os dois tipos de heterogeneidade. A *heterogeneidade mostrada* consiste na delimitação - ilusória, no

3 Nessa articulação, a autora retoma a questão das três épocas na AD, importante para acompanharmos as mudanças na noção de Formação Discursiva e o posterior aprofundamento dos estudos da heterogeneidade, em sua terceira época. Opto por não repetir aqui tais considerações e sugiro a leitura do texto "A Análise de Discurso: três épocas" por Pêcheux (1983/1990), assim como também a recapitulação das três épocas em Serrani-Infante (1997a).

entanto, necessária, do (Um) - do sujeito e do discurso - em relação à pluralidade de outros. Nessa dimensão opera o *esquecimento número 2*, o que resulta na opacidade do texto e não na sua transparência. Vale ressaltar, porém, que apesar de distintos e específicos, os tipos são interdependentes; da mesma forma o *intradiscurso* existe porque o *interdiscurso* o constitui. Podemos distingui-los, mas não separá-los.

Cabe ainda salientar o papel estruturante do discurso outro em Pêcheux (1990a, P.316-7). Mais do que marca de polifonia respaldada pelos estudos em semântica discursiva (Ducrot, 1987 a partir da polifonia bakhtiniana), este é concebido sob a influência da teoria psicanalítica de Freud e Lacan. Pêcheux assim coloca as formas lingüístico-discursivas do discurso-outro:

- a) o discurso de um outro colocado em cena pelo sujeito, ou discurso do sujeito se colocando em cena como um outro [].
- b) mas também, e sobretudo a insistência de um "além" interdiscursivo que vem, aquém de todo autocontrole funcional do "ego-eu[] estruturar essa encenação [] ao mesmo tempo em que a desestabiliza [].

Pois bem, o *interdiscurso*, como já assinalado anteriormente, remete à rede complexa de FD's em que todo dizer está inserido. Trata-se da dimensão não linear, vertical do discurso, que fornece a matéria-prima para a constituição do sujeito. A materialidade, ou aquilo que o sujeito enuncia é chamado por Pêcheux de *intradiscurso* - a dimensão linear da linguagem, o fio do discurso, o que o enunciador efetivamente formula num momento dado, em relação ao que disse antes e dirá depois. Na análise do *intradiscurso*, tem-se como eixo o sentido produzido pela formulação e estuda-se a construção de representações de semelhanças e diferenças, as *formações imaginárias ou representações*.

A representação, ou formação⁴ imaginária na ordem do discurso resultou da articulação da linguagem com a ideologia e o político.

4 Entendo esses termos com a mesma significação, e os uso indistintamente.

Nesta ordem, todo material significante⁵ tem uma dimensão imaginária e não se trata, portanto, de um substituto analógico de um real ausente, mas de uma ilusão necessária à existência da discursividade. Pêcheux (1990), para definir o que chamou de formações imaginárias, inicialmente incorporou a noção de projeção que há nos mecanismos de toda sociedade. Tais regras estabelecem relações (objetivamente definíveis) e posições (representação dessas situações) que os sujeitos ocupam no discurso. Funcionam nessa articulação *relações de sentido* – todo dizer tem relação com os outros dizeres, imaginados, realizados, ou possíveis – o *mecanismo de antecipação* – direção do processo de argumentação segundo os efeitos esperados sobre o interlocutor – e as *relações de forças* – sustentadas no poder dos lugares que ocupam os sujeitos. A troca de palavras é, portanto, presidida por todo um jogo imaginário.

Assim, como exemplifica Orlandi (1999), na relação de forças de nossa formação social universitária, se o sujeito fala do lugar do professor, suas palavras significam ou valem mais do que valeriam se falasse do lugar do aluno, obrigando por via da noção de antecipação, que os sujeitos ajustem seus dizeres aos seus objetivos políticos, embora esse processo se dê na tensão entre o consciente e o inconsciente.

Entretanto, diante das limitações dessa concepção fenomenológica calcada somente no político e ideológico, Pêcheux & Fuchs (1990)

5 Noção que no sentido semiológico se refere à parte do signo que é perceptível (visível, audível) e que é aceita na psicanálise para o que se refere ao consciente (cf. Fages, 1971). Na concepção laciana, o significante é uma entidade, estritamente formal, indiretamente referida a um fato que se repete, um equívoco, um lapso, uma expressão involuntária de um ser falante. Nessa concepção, só existe significante (e não é este a outra face do significado como apresentado no *Cours de Saussure*) que pode ter um ou vários significados, embora não haja relação alguma entre os dois. Um significante nunca existe sozinho, mas em relação a uma série de outros significantes. O significante é, a um só tempo, matéria prima e instrumento de constituição do inconsciente. (Lacan, 1966/1998).

revisam a noção de imaginário à luz da psicanálise lacaniana e passam a levar em conta uma noção de imaginário em relação ao real. Portanto, as representações correspondem predominantemente ao registro imaginário do *eu* (*ego*) do dizer. Assim, o que constitui a realidade para o sujeito, o representável, corresponde às propriedades atribuídas aos objetos, as relações de semelhança e dessemelhança; organizados em classes, localizados em um espaço e em um tempo. O âmbito de ligação dos objetos é o imaginário.

Mas a essa noção falta a questão da língua, ou seja, do simbólico, através da nomeação dos objetos. É através da nomeação que dois sujeitos ao mesmo tempo concordam em reconhecer o mesmo objeto. O mundo é construído pelo dizer e a nomeação é sempre e simultaneamente operação de predicação (Revuz, 1998, Serrani, 1997b). Na nomeação surge a dimensão do simbólico, a dimensão da linguagem que precede e faz o sujeito. Segundo Lacan (1985), a função de nomeação é possível apenas pela relação simbólica, uma vez que o homem só pode perceber o que está dentro de uma zona de nomeação, ou seja, 'o nome é o tempo do objeto'. A produção do sentido é, então, feita através dos três registros que se entrelaçam: o real, o simbólico e o imaginário. O vínculo entre o real e o imaginário é representado via identificação *simbólica*, ou seja, através das 'leis da língua', de modo que "todo discurso é ocultação do inconsciente" (Pêcheux, 1995, P.175) e que só irrompe via simbólico, ou seja, quando o sujeito fala. O real, por sua vez, é inominável, o *non-sens*, o sem-sentido, aquilo que não é possível não ser assim. É um limite posto pelo real da língua e pelo real da história, pela contingência (esta tem uma materialidade e não outra).

Diante de todas essas condições, se postulamos o sujeito cindido, heterogêneo, incapaz de se definir como uno, a não ser na dimensão das representações imaginárias enquanto *eu* (*ego*), na busca do desejo do outro, não podemos pensar numa identidade acabada,

formada, mas sim postular *momentos de identificação*, em movimento constante e em constante modificação (Serrani, 1997b; Coracini, 1998). Em outras palavras, constituídas no interdiscurso, as representações são dinâmicas, mudam o tempo todo, acontecendo via identificação.

Vou me ater brevemente à categoria laciana de identificação imaginária e uma categoria de análise nomeada por Serrani (2001) de *Ressonância Discursiva*. A noção de identificação e a categoria de ressonância discursiva me possibilitaram levantar duas FD's predominantes no discurso da avaliação da produção oral na aprendizagem de inglês como língua estrangeira em um curso de Letras, de modo a explicitar o que chamo de momentos de identificação dos professores e alunos com as imagens da língua, das metodologias de ensino e da avaliação e as imagens que fazem de si e do outro.

De acordo com Násio (1988) a identificação *imaginária* está na origem do eu e é resultante da junção de uma estratificação incessante de imagens continuamente inscritas em nosso inconsciente e o mundo externo, que é fundamentalmente composto de imagens, e não de coisas e seres. Então, entre o eu que se nutre de imagens e o mundo externo que é fonte das imagens estende-se uma dimensão imaginária única (o *ideal do eu*). Abolse o interno/externo e o eu situa-se ali, na imagem aparentemente externa (aquela do semelhante, por exemplo) mais do que no sentimento consciente do de si mesmo. O eu só se identifica com as imagens em que se reconhece. E nessas imagens, a coisa que prende, atrai e aliena o eu na imagem do outro, é aquilo que não se percebe na imagem. Diz Octave Mannoni (1994, P.196) que "aquele que se identifica talvez creia que está capturando o outro, mas é ele quem é capturado". E esse é um processo inconsciente.

Por outro lado, lembro com Orlandi (1999), que o fundamento da produção de sentidos na linguagem está na existência dos processos

parafrásticos, e que são estes que possibilitam aos lingüistas estudarem o suporte lingüístico dos processos sócio-históricos. Serrani observou num estudo do fenômeno social da imigração européia na região do rio da Prata, Argentina (Serrani, 1997a) os funcionamentos parafrásticos na constituição do espanhol riopratense. A partir desta pesquisa ela concebeu a noção, mais tarde revisada, de que “existe ressonância discursiva quando determinadas marcas lingüístico-discursivas se repetem, contribuindo para construir a representação de um sentido predominante” (Serrani, 2001). Para ela a regularidade das ressonâncias está ligada à noção de FD, que, após passar por várias reformulações, hoje se configura como ‘redes de memória e filiações histórico-discursivas de identificação, heterogêneas, contraditórias e de fronteiras fluidas’ (Pêcheux, 1990a; Orlandi, 1999), ou, na definição de Serrani (2001, P.47), “condensações de regularidades enunciativas em processos constitutivamente heterogêneos e contraditórios de produção de sentidos em diferentes domínios do saber”.

No domínio da avaliação de aprendizagem de LE numa faculdade de Letras procurei levantar, no eixo da análise das ressonâncias discursivas em depoimentos de alunos e professores e observações em sala de aula, “momentos de identificação assumidos e não negados” (cf. Pêcheux em *O Discurso: estrutura ou acontecimento, 1990b*) para observar os momentos de interpretação caracterizados nas tomadas de posição dos sujeitos da enunciação. Nomeei duas FD's, *Inclusiva* e *Excludente*. A FD *Inclusiva* apresenta como preponderância discursiva a aceitação da falta, nos sujeitos professores e alunos. Esta aceitação é representada por uma maior tolerância aos erros, e a inclusão de algum progresso na aprendizagem de modo a relativizar o conceito de desempenho perfeito. Na FD *Excludente*, exclui-se a falta e busca-se o imaginário da perfeição. Nela, os gestos de interpretação são representados como bastante rigorosos em relação à atribuição de notas e à rigor de adequação das produções acadêmicas. Os efeitos aí produzidos

são os da visibilização dos defeitos mobilizados pela ideologia da excelência, do zero-defeito (de um mercado globalizado) e da busca da perfeição no desempenho lingüístico.

Para terminar, volto a insistir, citando Serrani (1998), que o processo de ensino e aprendizagem assim como as outras práticas sociais acontecem na operação interdependente do processo discursivo, composto de FD's, com a materialidade lingüística. Ambos operam na dimensão da intenção e na dimensão fundamental da subjetividade inconsciente aliada às determinações sócio-históricas (ideológicas). As posições enunciativas são tomadas via mediação imaginária e na dimensão simbólica e o que resulta são processos identificatórios. Não se trata, afinal, da eficácia da metodologia de ensino e de avaliação que prepondera, mas de gestos de interpretação como efeito de FD's nas quais se dão os processos de identificação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUTHIER, J. Hétérogénéité(s) énonciative(s), *Langages*, n. 73, p.91-151, 1984.
- . *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- . Língua estrangeira e língua materna: uma questão de sujeito e identidade. *Letras & Letras*, vol.14, n.1, p. 153-170, 1998.
- FAGES, J-B *Para compreender Lacan*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1971
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 5ª. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- . *O Seminário, livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- MANNONI, O. A desidentificação. In: ROITMAN, A. (Org.) *As identificações*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p.173-200.
- NASIO, J.D. *Os 7 conceitos cruciais da psicanálise*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 99-125.
- NEVES, M. S. *Communicative teaching of English as a foreign language: an approach haunted by traditional and structural myths*. 293 f. Dissertação (Mestrado em Letras – Inglês) Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 61-161.

_____. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990a, p.311-318.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990b.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F., HAK, T. (Org.) *Por Uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p. 163-246.

REVUZ, C. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: SIGNORINI, I. (Org.) *Língua(gem) e identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 213-230.

SERRANI, S.M. *A Linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. Campinas: Editora da Unicamp. 2ª. ed. 1997a.

_____. Formações discursivas e processos identificatórios na aquisição de línguas. *D.E.L.T.A.*, vol. 13, n. 1, p. 63-81, 1997b.

_____. Abordagem Transdisciplinar da Enunciação em Segunda Língua: a proposta AREDA. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M.C. (Orgs.) *Linguística aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 143-167.

_____. Resonancias discursivas y cortesía en prácticas de lecto-escritura. *D.E.L.T.A.*, v. 17, n. 1, p. 31-58, 2001.

DISCUTINDO AS IDENTIDADES SOCIAIS NO GÊNERO DISCURSIVO HÍBRIDO REPORTAGEM-PUBLICIDADE

MARIA CARMEN AIRES GOMES

UFV

O estudo sobre gêneros discursivos midiáticos tem sido um tópico de pesquisa amplamente debatido não só por analistas críticos do discurso, mas também por especialistas em mídia preocupados principalmente com a concepção do que seja o papel da informação hoje e seus efeitos na sociedade. Para alguns especialistas, os gêneros discursivos midiáticos não conseguem desvencilhar da supremacia da lógica do mercado, do avanços tecnológicos e, principalmente, da ultraliberdade, cuja maior característica é a volatilidade. Nesse espaço contingencial, a informação passa a ser tratada como um produto, uma mercadoria a ser desejada por um público-consumidor ávido, gerando transformações nas relações entre as esferas pública e privada.

Para muitos pesquisadores, de modo geral, o gênero discursivo jornalístico impresso, por exemplo, é considerado uma Hiper mídia (Bonini, 2005), gênero Colônia (Hoey, 1984), ou seja, um gênero discursivo que comporta, agrupa, outros gêneros discursivos. Algumas pesquisas ainda apontam que o anúncio publicitário tenha uma função unicamente periférica na composição do jornalismo impresso, ao contrário, da reportagem que seria considerada um

gênero fixo, preso (Bonini,2005). Entretanto, não é isso que se tem observado. Será realmente que a publicidade já não poderia estar sendo considerada um gênero fixo? Não estaria ocorrendo um processo de hibridização nas reportagens, ocasionando uma espécie de gênero reportagem-publicidade, em função da marquetização?

O objetivo desse artigo é debater sobre o papel da marquetização na constituição do que denomino gênero discursivo reportagem-publicidade e a construção das identidades decorrentes deste processo. A discussão será norteada pela tese de que as mudanças sócio-históricas e culturais estão constituindo novas formas de se fazer jornalismo, ou seja, de se representar os fatos e constituir novas identidades. Este debate procederá a partir dos estudos em Análise Crítica do Discurso, principalmente, o modelo teórico proposto por Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003), além dos estudos sobre mídia Marshall (2003), Bourdieu (1997) e Arbex Jr. (2001).

A discussão versará inicialmente sobre a forma como a doutrina do livre mercado e a lógica da marketização, imperantes na sociedade da pós-modernidade, estão determinando a transformação do fazer jornalístico, isto é, como a lógica das aparências estaria dando lugar hoje a um jornalismo “amorfo, insípido e vazio”. Para tanto, O foco deste trabalho está na análise de algumas reportagens extraídas da revista de variedades *Veja*.

1. MARQUETIZAÇÃO SOB A ÓTICA DA ACD

Fairclough (1989:164), ao discutir sobre a mudança social, “assevera que as imposições da economia e do estado sobre a vida têm resultado em problemas e crises da identidade social “(...), mudando o foco ideológico da produção econômica para o consumo, transformando assim a esfera cultural. O autor argumenta ainda que as ordens do discurso estabelecidas hoje pelas

instituições são as do consumo e publicidade, as da tecnologia e democracia. Esse debate leva Fairclough (2001) a discutir as implicações do discurso na mudança social com base em três tendências discursivas, a saber: democratização, comodificação e tecnologização. Dentre estas três tendências, discutiremos aqui a Comodificação ou o que denomino de marquetização.

A nova ordem sócio-econômica baseada no domínio social do consumo influencia, sobremaneira, a “colonização do mundo da vida pelos sistemas mercadológicos” (Habermas, 1986), causando uma relexicalização da linguagem e uma nova forma de práticas sociais. Essa mudança sócio-cultural decorre do trabalho de corporações multinacionais que dominam a produção consumista do novo capitalismo, sob a égide da mundialização da cultura e da política neo-liberal, o que resulta numa cultura promocional do discurso.

A mercadologização ou cultura promocional do discurso é a ordem de uma linguagem dúbia: ao mesmo tempo que reforça as relações de dominação, luta contra a hegemonia ideológica, através de diálogos da diferença. Fairclough (1989) argumenta que a mudança sócio-econômica para as relações mercadológicas é uma mudança “em cascata”: instituições sociais e suas práticas sociais e discursivas passam a ser organizadas e construídas em termos de produção, distribuição e consumo de bens de consumo. A matriz dessa nova linguagem promocional é o evento discursivo como bem de consumo; e a racionalidade instrumental e a normalização lingüística como bases para uma nova ordem do discurso, que sustenta não só as reestruturações das instituições sociais como também as ordens do discurso e as práticas sociais decorrentes delas.

Esta linguagem promocional é basicamente elaborada no discurso estratégico da publicidade, ou seja, elaboram-se textos com fins persuasivos e sedutores, com o objetivo de vender as mercadorias,

não importando se essa mercadoria seja, muitas vezes, informação. Assim, a lógica do mercado, das aparências, requer que as instituições comercializem seus produtos, quaisquer que sejam estes.

Discutindo sobre o macrodiscurso da publicidade na mídia, Marshall (2003:105) argumenta que a função promocional da linguagem torna-se “o verbo uníssono, construtor e racionalizador de culturas e consciências, que tudo universaliza, tudo aspira e liquidifica”. O grande dilema decorrente deste macrodiscurso na mídia jornalística são os construtos ali presentes: imaginário, idealizado e onírico. Isto é, o jornalismo é obrigado a se submeter às mesmas regras e valores do capital, levando-o a relativizar o compromisso factível das informações noticiadas.

Na ordem do discurso jornalístico, por exemplo, priorizam-se muitas vezes os elementos visuais em detrimento do conteúdo da informação (Kurtz, 1993; Marshall, 2003).

2. MARQUETIZAÇÃO E GÊNERO DISCURSIVO REPORTAGEM JORNALÍSTICA IMPRESSA

Para Marshall (2003:39), “a idéia de um jornalismo preso ao objeto deu lugar a um jornalismo do sujeito, só que do sujeito do marketing”. Isto implica que o sujeito escolhe e trabalha a notícia de forma a favorecer a “mentalidade-índice-audiência” (Bourdieu,1997) que objetiva ler uma “informação” híbrida que associa ora publicidade, ora entretenimento, ora consumo e persuasão. Isso indica uma transposição de interesses, isto é, não se relata apenas os fatos, mas também e, principalmente, os carrega de interesses, utilidades, desejos.

Admitindo junto a Marx (1982) e seu debate acerca da mercadoria como base da sociedade capitalista, Marshall (2003:47) assevera que “os jornais contemporâneos viram mercadorias, submetidas à lógica do mercado, da audiência e do lucro, que passam a ser

produzidas e vendidas dentro da mesma lógica que produz e vende detergentes em pó”. Dentro dessa lógica, é comum encontrar na mídia seja visual ou televisual os *fait divers*, produtos noticiosos baseados no espetáculo, entretenimento, em fatos bizarros, anormais e banalidades.

É neste sentido que o gênero reportagem tem a sua prática social deslocada para um processo de produção, distribuição e consumo da informação essencialmente light, marketizado e relativista.

Marshall argumenta, neste direcionamento, que:

capitalismo e publicidade cresceram e se desenvolveram juntos no séc. XX; com a conquista de cada novo mercado, com a aceleração do capitalismo e a conseqüente dinamização das relações econômicas na vida em sociedade durante o séc. XX acabou sendo promovida, simultaneamente, a aceleração do processo de expansão e hegemonia da publicidade... (Marshall, 2003:97)

Corroborando tal debate, Ciro Marcondes Filho (1989:13) observa que “a notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais (...)”. Adaptando então a informação aos padrões estéticos generalizados, simplificados e globais. De fato, tal incorporação da lógica publicitária na ordem discursiva jornalística acaba produzindo uma notícia híbrida, um amálgama de discursos, fatos e cores.

Ainda neste debate, Arbex Jr. (2001) afirma que assim como o marketing que formata e modela os anseios e desejos da esfera pública no mundo contemporâneo, a mídia jornalística também vem adquirindo o poder de ditar normas, padrões comportamentais, via relatos noticiosos. No enquadramento dubio informar-para-vender ou vender-para-informar, a mídia jornalística pode estar adquirindo o poder de “fabricar consenso”, assim como o faz a publicidade.

Se as mudanças sócio-culturais se relacionam dialeticamente com as mudanças discursivas, como as contingências decorrentes da lógica do mercado estão constituindo novas formas de se fazer jornalismo, ou seja, de se representar os fatos e constituir novas identidades? Como se constituirão o leitor-interpretante e o sujeito-produtor dessa notícia, em função de tais contingências?

Hall (1997), discutindo sobre as identidades na pós-modernidade, argumenta que hoje há um novo sentido de identidade, resultante das transformações nas relações sociais e nas novas e híbridas constituições de gêneros discursivos. Partindo do princípio de que “ao significar, nos significamos”, não há como discutir identidade sem relacioná-la com a produção da linguagem (Orlandi, 1998). Neste direcionamento, Fairclough (2001) relaciona a construção da identidade aos mais variados processos intertextuais, isto é, ressalta a necessidade de se pensar a constituição da subjetividade (identidade social) de forma dinâmica, fluida e plástica, ou seja, em função das ações, interações e relações entre os participantes nas mais variadas atividades comunicativas. Então se as identidades são construídas em processos, eventos comunicativos e sócio-políticos, e se estes eventos se transformam em função das contingências sócio-culturais e políticas, o dilema aqui será refletir como a notícia é construída no cruzamento transgredido entre informação e publicidade, e quais as novas combinações decorrentes desta conjuntura.

Este cruzamento pode ser observado não só nos traços lingüístico-discursivos contraditórios, mas também na própria constituição do gênero discursivo, que deixa de ser um amontoado de fatos desconexos, uma colcha de retalhos, para se formar um todo coerente. Este todo coerente é o reflexo da recente colonização recorrente das ordens do discurso, como por exemplo, a jornalística, pela publicidade e as hegemonias a ela atribuídas.

3. ALGUNS EXEMPLOS DO HIBRIDISMO NO GÊNERO REPORTAGEM EXTRAÍDO DA VEJA

Os gêneros são como instituições, verdadeiros modelos de expectativa e escritura. Estes modelos estão em constante mudanças e redefinições uma vez que estão condicionados aos fatores sócio-históricos de produção, daí o seu caráter relativamente estável. A idéia é a de que os gêneros discursivos se modificam constantemente, fundindo em outras matrizes e/ou modelos, originando hibridismos. Este processo incessante se deve à inserção do gênero em um panorama cultural e histórico e ao seu objeto mercadológico, que o impele a satisfazer os desejos das audiências.

O gênero reportagem de notícias pode ser caracterizado como aquele que objetiva relatar um fato, através de uma comunicação pública e informal. O fato relatado geralmente de natureza privada torna-se público para uma ampla e heterogênea audiência. Fairclough (2001) denomina as reportagens como “representações do discurso”, ou seja, relatos significativos do que as pessoas falaram e evidências de eventos que “merecem” ser notícia. Assim, reportagem jornalística não é apenas uma forma linguística, mas uma prática social, isto implica caracterizá-la enquanto um gênero discursivo, já que é uma forma de ação e interação social, sujeita à diversos deslocamentos, aberturas e flexibilidades de formatação e construção.

Assim, podemos caracterizar o gênero discursivo reportagem enquanto estrutura discursiva e prática social. Enquanto estrutura textual, o gênero reportagem se caracteriza da seguinte forma: título, corpo do texto, foto e legenda, além do padrão retórico narrativo, como imperante na construção da notícia. Já enquanto prática social, o gênero reportagem implica processos particulares de produção, distribuição e consumo de textos. Isso implica se há mudanças nas práticas sociais conseqüentemente haverá

transformações nas formas de produção, distribuição e consumo dos textos.

Marshall (2003) propõe alguns modelos para o que denomina de um novo gênero de jornalismo, o gênero cor-de-rosa, que se caracteriza pela pulverização da publicidade no jornalismo. Das 25 variantes propostas pelo autor, discutirei aqui a variante denominada, por ele, de **composição: notícia apresentada com caráter de publicidade**.

O gênero reportagem notícia apresentada com caráter de publicidade tem como propósito comunicativo relatar algum fato com intenções explícitas ou implícitas de promoção mercantil. A informação é construída em função das qualificações, típicas de anúncios comerciais, para motivar o leitor ao consumo. Embora, a reportagem tenha uma estrutura linguístico-discursiva jornalística, traz explicitamente a natureza publicitária da informação: a persuasão e sedução da venda. Ou seja: o padrão retórico recorrente pode ser Problema/Solução, muito usado em textos do gênero publicitário.

Marshall (2003:122) argumenta que “muitas vezes essas notícias são redigidas por publicitários ou pela própria diretoria comercial da empresa e plantadas em meio ao espaço editorial, ou mesmo produzidas por jornalistas a serviço do departamento comercial”. Assim, a notícia deixa de ser informação e passa a ser persuasão, venda. O que seria um espaço propício à reflexão, construção de conscientização, passa ser uma esfera privada mercantilizada. O fato é que o produto veiculado sob o ícone da notícia terá mais credibilidade e legitimidade perante os leitores da reportagem. Essa cordialidade entre o espaço anunciante e o jornalístico resulta em novas identidades de leitores: “leitores transgênicos portadores da ética pós-moderna do consumo” (Marshall,2003:131).

Também discutindo tal ética, Chouliaraki e Fairclough (1999) argumentam que o alastramento do discurso promocional para

outras instituições, como a família, a saúde, e educação, gera problemas sérios e perigosos para o que poderíamos razoavelmente chamar de ética da linguagem e do discurso. O fato é que a notícia-mercadoria transcende a construção do fato noticioso, do conteúdo informativo, construindo identidades previstas pelo social e reforçadas pelo sistema midiático. Identidades dúbias, dispersas, mas amparada na "ilusão de completude": identidades, que consomem informações, como se fossem a razão única de existência da mídia. Como se mídia não existisse para si e seus conglomerados econômicos.

ANÁLISE DO TEXTO

Foi selecionada para o debate uma reportagem extraída da revista de variedades *Veja*, em função não só de sua tiragem (uma média de 1 191 000 exemplares), mas também por ser uma revista consumida por grande parte da sociedade brasileira. Para a análise do texto, trabalharei com três categorias: título e subtítulos, padrões retóricos e tipos de processos empregados (Halliday, 1978).

CATEGORIA TÍTULO E SUBTÍTULO

Título	Subtítulo
(1) Na Europa, com lulu	- para quem não sabe: hotéis de luxo aceitam, sim, bichinhos de estimação. E os enchem de agrado. (Veja, 03/11/2004)

O título e subtítulo já trazem um conflito de vozes: de um lado, uma informação nominalizada de maneira informal (com lulu, apelido carinhoso do senso comum usado para animais de estimação). De outro lado, a divulgação de uma notícia-produto: hotéis de luxo aceitam bichinhos de estimação. O subtítulo já traz o produto-notícia como agente/herói de ações desejadas e requeridas (aceitam, enchem "de agrado") pelo público-leitor-consumidor.

A mensagem publicitária lingüística manifesta-se por três atos fundamentais: (i) nomear, consiste em criar uma identidade por meio de um nome, (ii) qualificar, atribuir qualidades a partir da visão do sujeito sobre o mundo e (iii) exaltar, promovendo o nome e seus atributos. É visível no gênero reportagem-publicidade a construção destes três atos fundamentais.

No texto analisado, observou-se as seguintes categorias qualificadoras e atributivas da notícia-produto: Hotéis de Luxo que aceitam bichos de estimação.

a. **Ser:** quanto mais luxo, mais os bichos são bem tratados: Trianon Palace de Versalhes, Starwood Hotels e Resorts, W, Crillon, Lancaster, Water Club, Unique, Copacabana Palace

b. **Ter:** pacote para cães “tem prazer em acomodar bichinhos”.

c. **Fazer:** acomodação de primeira, serviço de quarto, massagem com terapeuta especializada em animais, funcionários para sair com o cachorro, camas especiais, veterinário bilíngüe, ou seja, os hotéis de luxo fazem o que os donos dos animais querem ou pensam querer.

Observou-se ainda no texto analisado que o padrão retórico mais recorrente foi problema/solução, ressaltando os atributos da notícia-produto, através de avaliações, modalizações e processo do tipo relacional. Este tipo de padrão retórico é muito comum em textos do gênero publicitário.

CATEGORIA PADRÃO RETÓRICO:

PROBLEMA	SOLUÇÃO
peças que viajam e não agüentam ficar longe de seu animal de estimação	hotéis cinco estrelas, palácios de mordomia, recebem donos e animais como reis.

O texto “Na Europa, com lulu”, contém muitos processos relacionais não só com a notícia-produto como agente/atribuidor,

mas também “lulu, bichinhos de estimação, cães”, como agentes, além de muitos processos materiais associados aos hotéis/agentes/heróis, dessa narrativa de busca. Por exemplo,

1. produto-notícia como agente de processos materiais :

não só deixam o dono ficar com seu bichinho no quarto como recebem ambos como reis; oferecerá um pacote para cães; passariam a aceitar hóspedes acompanhados de cães; inclui acomodação e brinquedinhos, recebemos um cãozinho, mandamos fazer, acomodam animais pequenos.

2. processos relacionais relativos aos atributos do produto-notícia:

Têm à mão uma solução cara, mas amplamente difundida: hospedar-se em hotéis cinco-estrelas, quanto mais luxo, mais os bichos são bem tratados; caminhas especiais, serviço de quarto com três ou quatro opções de pratos e funcionários para sair com o cachorro são mordomias oferecidas; serviço de quarto em comedor de prata e babá são extras; tem prazer em acomodar bichinhos, os lulus podem desfrutar de massagem de uma hora.

3. produto-notícia avaliando/atribuindo qualificações para o consumidor:

donos de cachorro são um nicho de mercado; eles (cães) são muito comportados.

Além dessas características, o gênero discursivo reportagem-publicidade “Na Europa, com lulu” traz ainda testemunhos de vozes legitimadas socialmente acerca da notícia-produto, ou seja, o que os agentes/heróis/hotéis falaram que merece ser noticiado/representado. O fato é que se optou por incluir vozes específicas, atribuindo qualidades à notícia-produto, como um argumento de autoridade. Um exemplo disso no texto é o seguinte fragmento: *Recentemente, recebemos um cãozinho acostumado em casa a frango cozido na água e sal e desfiado. Mandamos fazer todos os dias, no almoço e no jantar.*, conta Soraya Karrer, do Unique, em São Paulo.

O texto finaliza com voz relevantemente argumentativa de quem relata, com o objetivo de dar o xeque-mate acerca das qualificações da notícia-produto: *O Copacabana Palace, do Rio de Janeiro, e o Emiliano, de São Paulo, também acomodam animais pequenos – Gisele Bündchen já ficou em ambos com sua yorkshire, Vida.*

O texto traz ainda fotos da notícia-produto: hotel de luxo, cachorros, e perfume da marca Oh my dog!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, o uso recorrente do padrão retórico problema/solução evidencia um conflito de vozes enunciadoras neste tipo de gênero discursivo: por um lado, tem-se a voz do jornal, anunciando um fato que merece ser notícia, só que este fato é um produto, tornando-se então uma voz conflituosa, dúbia, interpelando um público-leitor não mais da notícia factual, mas de frações mercadológicas, instanciadas de atributos e descrições, estratégias lingüístico-discursivas, decorrentes do gênero publicidade.

Segundo Threadgold (1989), a constituição dos gêneros instaura relações de poder entre produtores e interpretantes, ou seja, novas relações de identidade são construídas. O uso de atributos, avaliações e processos relacionais, no gênero discursivo reportagem-publicidade, gera ou desperta no leitor-interpretante expectativas, desejos acerca do produto divulgado. O importante neste gênero já não é mais a notícia, mas uma informação geneticamente modificada em produto, bem de consumo.

O que se verifica é a construção de um gênero híbrido reportagem-publicidade submetido à lógica das aparências, representada pela imposição não só mercadológica, mas também do processo econômico capitalista vigente, ou seja, a pressão das grandes corporações, vendagem, audiência, público-consumidor. Tudo isso se incorporando à dinâmica das produções midiáticas, de forma naturalizada. A consequência dessa imposição mercadológica, principalmente, na mídia jornalística impressa de notícias é a neutralização consensual da informação, a deturpação dos fatos noticiosos, a transformação da notícia factual em questões fractuais, lights, através da racionalidade instrumental, estabelecendo o consenso, a apatia, com base na estetização da

sociedade do consumo. De leitores críticos, reflexivos, esse processo de estetização constrói leitores consumistas, amorfos, apáticos, interessados apenas em adquirir a notícia-produto de seus sonhos, desejos e ambições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P. Sobre a televisão: seguido de a Influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- CHOULIARAKI, L E FAIRCLOUGH, N. Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis. Endinburgh: Endinburgh University Press, 1999.
- FAIRCLOUGH, N. Language and power. London and New York: Longman, 1989.
- _____. Discurso e mudança social. Brasília: Editora UnB, 2001.
- _____. Analysing Discourse: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.
- HALIDDAY, M.A.K. Na introduction to functional grammar. London: Edwrad Arnold, 1985.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.
- HOEY, M. The discourse colony: a preliminary study of a neglected discourse type. In: COULTHARD, M. (org.) Talking about text. Birmingham: Birmingham and Instant Print Limited, 1986.
- KURTZ, H. Media circus: the trouble with America's newspaper. Estados Unidos: Times books, 1993.
- MARCONDES FILHO, C. O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Ática, 1989.
- MARSHALL, L. O jornalismo na era da publicidade. São Paulo: Summus, 2003.
- MARX, K. O capital. São Paulo: Difel, 1982. tomo 1.
- ORLANDI, E. Identidade lingüística escolar. In: SIGNORINI, I. (org.) Língua(gem) e identidade. Campinas: Mercado de Letras, São Paulo, 1998.
- THREADGOLD, T. Talking about genre: ideologies and incompatible discourses. Cultural Studies, 3/1. 1989. p. 101-127.

OS ESTUDOS DOS GÊNEROS DO DISCURSO: LEITURAS E EFEITOS DA ABORDAGEM BAKHTINIANA*

MARIA DE LOURDES MEIRELLES MATENCIO

PUC/MG

INTRODUÇÃO

Assumindo que a estruturação e a transformação dos processos sociais efetivam-se em eventos de interação social e orientam-se pela socioconstrução dos gêneros do discurso em tais eventos – nos quais (e dos quais) emergem os textos que (ex)põem a língua(gem) em seu funcionamento social, neste trabalho, trato dos estudos dos gêneros em relação aos efeitos positivos que promovem e às polêmicas que acentuam no campo dos estudos da língua e da linguagem. Pretendo, particularmente, retomar alguns princípios evidenciados por Bakhtin ao tratar da problemática dos gêneros, assim como os traços pelos quais o autor pretende caracterizá-los, a fim de refletir sobre as leituras de sua abordagem e o impacto atual que essa perspectiva vem alcançando.

* O presente trabalho integra projeto de pesquisa, iniciado em 2005, no qual se estudam textos de referência dos estudos lingüísticos e sua recepção, seja pelas instâncias de formação de professores, seja por diferentes instâncias sociais. O referido projeto, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas, é intitulado “*Estudos da linguagem e formação de professores: processo de letramento, construção e formas de circulação de saberes*”.

A reflexão empreendida defende, por um lado, que a perspectiva bakhtiniana tem contribuído significativamente para a investigação do funcionamento da língua(gem), para as práticas de ensino/aprendizagem e, por conseqüência, para o impacto social dos estudos lingüísticos. Por outro lado, salientam-se as dificuldades que se impõem aos estudiosos para a investigação do funcionamento da língua(gem) nos textos pelos quais se atualizam os gêneros do discurso, em razão dos problemas com os quais se defrontam ao tratar dos múltiplos objetos de estudo implicados nessa abordagem dos gêneros.

LEITURAS DA ABORDAGEM BAKHTINIANA

Muito já foi dito relativamente à fluidez de algumas das categorias centrais da obra bakhtiniana – particularmente a respeito das relações entre enunciado e gênero, da delimitação das noções de conteúdo temático, construção composicional e estilo, ou, ainda, de gêneros primários e secundários. Não tenho intenção de tratar a questão sob o ângulo da pretensa incompletude da obra bakhtiniana, fruto do que seria uma delimitação imprecisa de algumas das categorias com as quais lida o autor. Defendo, ao contrário, que essa aparente imprecisão é resultado da complexidade com a qual o autor aborda a questão, o que lhe permite antever articulações possíveis, necessárias e desejáveis entre os fenômenos que se imbricam na produção de sentidos, mesmo que não possa dar conta, no momento em que produz suas reflexões¹, de todos esses fenômenos, em razão do estágio dos estudos da Lingüística e das disciplinas afins.

A leitura que faço da proposta bakhtiniana procura salientar que, a despeito das lacunas que se podem apontar na obra do autor, a coerência na tentativa de abarcar a complexidade da questão é

¹ Nessa medida, faço um gesto da mesma natureza que o grupo de Genebra vem executando na retomada de Bakhtin, ou que autores como Barros, Brait, Fiorin ou Rojo vêm realizando no Brasil (cf. referências bibliográficas).

grande. Baseio-me em alguns excertos de *Estética da criação verbal*² (2000) – nos quais o autor trata não só do fenômeno como das condições efetivas que se tem para abordá-lo –, procurando demonstrar que Bakhtin aponta para aspectos que só mais recentemente os estudos lingüísticos têm dado conta de contemplar e, mais do que isso, de compreender.

Embora procure retomar excertos que não têm sido habitualmente foco de atenção em relação à discussão desenvolvida pelo autor, dou início à reflexão aqui empreendida com base num trecho aos quais recorrem inúmeros trabalhos, em que o autor procura delimitar, a partir de diferentes dimensões, os gêneros do discurso:

*Excerto 1: Gêneros e enunciados: esferas de atividades e enunciação*³

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissoluvelmente no todo do enunciado e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. (p. 280)

Esse trecho, extraído do parágrafo que abre o capítulo em que o autor introduz a questão, anuncia que conteúdo temático,

2 É preciso lembrar que a obra, de publicação póstuma, é fruto de arquivos não revistos pelo autor, elaborados nos anos de 1952 e 1953. Deve-se ressaltar, ainda, que a primeira tradução da referida obra no Brasil foi feita a partir do francês; uma nova tradução, feita diretamente do russo, foi publicada recentemente, também pela Martins Fontes.

3 Os segmentos de maior importância do ponto de vista conceitual aparecem em negrito.

construção composicional e estilo são os traços que permitem identificar todo e qualquer gênero, totalidade que, para o autor, não é passível de delimitação formal, dada sua natureza⁴.

Nos excertos apresentados a seguir, essa concepção vai ganhando maior clareza e também maior complexidade, pois os traços que se relacionam para constituir a realidade dos gêneros do discurso vão construindo a noção de gênero como um instrumento de mediação entre o sujeito e o outro, entre o sujeito e o objeto, entre o sujeito e uma dada atividade e, enfim, entre o sujeito e uma dada esfera social, ou, reportando-nos a Schnewly (2004: 28), vão orientando-nos a conceber os gêneros como “uma configuração estabilizada de vários subsistemas semióticos”:

Excerto 2: Gêneros do discurso e funcionamento da língua

Saussure definiu o enunciado (a fala) como ‘ato individual de vontade e de inteligência, no qual convém distinguir: 1) as combinações pelas quais o sujeito falante utiliza o código da língua a fim de expressar seu pensamento; 2) o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações’ [...] Saussure ignora portanto o fato de que, além das formas da língua, há também as formas de combinação dessas formas da língua, ou seja, ignora os gêneros do discurso. (nota 3, p. 304)

Assumindo que os gêneros são *formas de combinação das formas da língua*, Bakhtin assume, também, que as variações na língua não podem ser dissociadas da variabilidade dos gêneros. A assunção desse ponto de vista está vinculada, na perspectiva do autor, ao fato de que o gênero é uma realidade ao mesmo tempo social e cognitiva, coletiva e individual. É a crença nesse princípio que o

4 A discussão do autor, no capítulo seguinte, centra-se justamente na delimitação das distinções entre oração e enunciado, assim como das relações entre palavra e enunciados típicos, o que o leva a desenvolver reflexão acerca da delimitação funcional do enunciado, assim como das fases pelas quais ele ganha seu caráter de tipicidade.

leva a anunciar as relações que o sujeito produz entre contexto de situação e representação da materialidade lingüística:

Excerto 3: Representações das circunstâncias e da materialidade do enunciado

Quando construímos nosso discurso⁵, sempre conservamos na mente o todo do nosso enunciado, tanto em forma correspondente a um gênero definido como em forma de uma intenção discursiva individual. (nota 5, p. 310)

Trata-se, portanto, de compreender a interação social como implicando o social e o cognitivo, na medida em que, se, de um lado, as representações do sujeito envolvem a natureza dos processos de interação (de socialização) por ele vivenciados, de outro, o sujeito tem autonomia na seleção dos recursos da linguagem – os quais, envolvendo o gênero, envolvem a representação que têm os sujeitos interlocutores não só de seu estilo como também de sua construção composicional e de seu conteúdo temático, materializados em uma língua. Finalmente, essa autonomia ganha vida, de forma dinâmica, numa situação de interação:

Excerto 4: A ação dos sujeitos na atividade de interação

Nos cursos de lingüística geral (até nos cursos sérios como os de Saussure), os estudiosos comprazem-se em representar os dois parceiros da comunicação verbal, o locutor e o ouvinte (quem recebe a fala), por meio de um esquema dos processos ativos da fala no locutor e dos processos passivos de percepção e de compreensão da fala no ouvinte. Não se pode dizer que esses esquemas são errados e não correspondem a certos aspectos reais, mas quando estes esquemas pretendem representar o todo real da comunicação verbal se transformam em ficção científica. De fato, o ouvinte que recebe e compreende a significação (lingüística)

⁵ Saliente-se que, para o autor, a noção de discurso mereceria mais atenção, dada sua indeterminação (cf. p. 292).

de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude responsiva [...] e esta atitude do ouvinte está em elaboração constante durante todo o processo de audição e de compreensão desde o início do discurso, às vezes já nas primeiras palavras emitidas pelo locutor.
(p. 290)

Especificamente quanto ao estudo dos gêneros, Bakhtin deixa claras tanto as dificuldades que representa quanto as contribuições que pode acarretar. Noutros termos, de um lado, o autor acentua os possíveis contra-argumentos a seu ponto de vista, de outro, a relevância de não se dobrar frente aos problemas que a natureza complexa dos fenômenos relativos ao funcionamento da língua(gem) pode evidenciar. Segundo o autor:

Excerto 5: A complexidade do fenômeno

A diversidade funcional [dos gêneros] parece tornar os traços comuns a todos os gêneros do discurso abstratos e inoperantes. (p. 280)

Essa aparente dificuldade, entretanto, não pode significar uma recusa à compreensão do fenômeno, como afirma o autor:

Excerto 6: A heterogeneidade dos gêneros

Não há razão para minimizar a extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso e a conseqüente dificuldade quando se trata de definir o caráter genérico do enunciado. (p. 281)

De fato, sua perspectiva é a de que os estudos do gênero promovam avanços efetivos no campo dos estudos lingüísticos. Segundo ele:

Excerto 7: Função do estudo dos gêneros para a compreensão do sistema lingüístico

O estudo da natureza do enunciado e dos gêneros do discurso tem uma importância fundamental para superar as noções simplificadas acerca da vida verbal [...] Irei mais longe: o estudo do

enunciado, em sua qualidade de unidade real da comunicação verbal, também deve permitir compreender melhor a natureza das unidades da língua (da língua como sistema): as palavras e as orações. (p. 287)

Essa breve reflexão sobre a abordagem bakhtiniana dos fenômenos imbricados na ação de produção de língua(gem) traz à tona as inúmeras dificuldades que se impõem aos estudiosos na compreensão das relações entre o social e o individual nos processos de interação social dos quais emergem os textos. Mas a principal dificuldade reside, a meu ver, no fato de que conceber o estudo dos gêneros como uma via para que se compreenda o funcionamento da língua(gem) na emergência dos textos coloca em interface registros da memória social e sua instanciação pelos sujeitos. E os percalços para se compreender a construção social da cognição são múltiplos!

A PROBLEMÁTICA DOS GÊNEROS E SUA COMPLEXIDADE

Façamos, agora, uma tentativa de, à luz da abordagem bakhtiniana e sem desconsiderar os avanços nos estudos da língua e da linguagem, delimitar o que está em jogo quando se investiga a língua e os textos em que ela se materializa, os quais atualizam os gêneros do discurso.

Como pretendi demonstrar, desse ponto de vista, estudar os gêneros do discurso significa não apenas estudar textos, trata-se, isso sim, de estudar as condições sociais, históricas e, também, circunstanciais pelas quais um gênero do discurso ganha uma certa materialidade. Nessa medida, pode-se dizer que estudar os gêneros implica considerar, a um só tempo⁶:

6 Para Schnewly (1988, 2004), essas diferentes dimensões envolvem tanto a ancoragem da ação de linguagem numa dada situação material quanto a planificação textual e a verbalização.

- (i) as instâncias ou *esferas de atividades sociais* que delimitam historicamente os discursos e seus processos, particularmente no que se refere às relações entre instituições, sujeitos e suas representações;
- (ii) as práticas de produção discursiva efetivamente em construção nessas instâncias num dado evento de interação, num *aquí-agora*, ou seja, a assunção efetiva de uma *posição de locutor*, assim como as representações das ações que se deve empreender e dos modos pelos quais elas podem se materializar numa forma de linguagem; e
- (iii) os processos de textualização que daí resultam, isto é, a produção de ações linguageiras, por um *eu* e por um *tu*, no *aquí-agora*.

Trata-se, em síntese, de identificar a significação que recebem, na atividade de interação, as ações de linguagem dos sujeitos – seres sociais e históricos, mas nem por isso despidos de sua singularidade⁷.

Ora, se os processos linguageiros envolvidos na atualização dos gêneros do discurso em diferentes instâncias sociais são política e ideologicamente delimitados, suas abordagens não podem se furtar desse fato. Assim, é preciso dizer que assumir a importância dos estudos dos gêneros do discurso na perspectiva bakhtiniana envolve, também (o que parece óbvio, mas nem sempre o é!), pautar-se em determinados princípios epistemológicos acerca da relação entre homem/homem, entre homem/mundo, entre homem/linguagem, entre linguagem/pensamento e, como decorrência, defender uma posição política e ideológica em relação ao(s) objeto(s) dos estudos lingüísticos e, mais amplamente, ao campo das Ciências Humanas. Noutros termos, não se pode desvincular a perspectiva do autor dos princípios epistemológicos mais gerais que a sustentam, os quais estão ligados ao intera-

7 Nessa medida, questões relativas ao registro inconsciente e a atuação consciente do sujeito na interação social parecem ganhar um estatuto secundário, pois o que está em jogo é a significação da ação, os efeitos de sentido.

cionismo simbólico e compreendem, dentre outros pontos, a defesa de que (i) a atividade humana é mediada pelo instrumento; (ii) a ação do indivíduo na atividade é orientada pelo instrumento; (iii) o instrumento é um “objeto” elaborado socialmente, que atribui uma certa configuração à atividade e, ao mesmo tempo, a significa e a materializa; e, ainda, de que (iv) a língua e as demais formas de manifestação da linguagem são instrumentos – forjados, historicamente, nas interações sociais.

Esses princípios explicariam por que se pode identificar, além da natureza genérica do enunciado, a natureza genérica na ação de enunciar e, ainda, a natureza genérica das atividades de uma dada esfera social. À luz desses princípios pode-se, também, compreender por que os gêneros guardam tanto uma relativa convencionalidade – são *enunciados típicos* – quanto uma certa singularidade – são *concretos e únicos*: afinal, são formas de ação, ou, mais precisamente, formas de concretização das ações singulares de sujeitos históricos em interação. Por essa razão, pode-se concebê-los tanto como formas de continuidade no registro da memória – social e individual – quanto como formas pelas quais se efetuam as transformações sociais e individuais. Finalmente, pode-se dizer, com base nesses princípios, que os gêneros de discurso emergem em razão de certas condições históricas, em que o real e o simbólico resistem ao sujeito, que, por sua vez, age sobre o real e o simbólico.

As investigações que tenho desenvolvido nos últimos anos têm fornecido muitos indícios da relevância desses princípios e sobretudo de uma abordagem dos fenômenos da língua e da linguagem que se fundamente na noção de gêneros. Na segunda metade dos anos 1990, desenvolvi pesquisa cotejando aulas de língua materna no Brasil e na França (cf. Matencio, 2001). Na referida pesquisa, a despeito das particularidades resultantes do país, da língua, das práticas de interação social, ou mesmo da formação dos professores, da realidade de seus alunos, da série

em que se encontravam, dos objetos de ensino em foco, etc., pude identificar inúmeras regularidades nas ações de linguagem que configuravam a aula como um gênero de discurso, indiciando movimentos comuns aos professores acompanhados nos dois países. Mais recentemente, pesquisa sobre a inserção de alunos com diferentes histórias de letramento nas práticas acadêmicas de produção e recepção de textos evidenciou, novamente, a pertinência de uma abordagem que considere o gênero como um instrumento pelo qual se pode vincular a dimensão das práticas sociais à dimensão da ação do sujeito (cf., dentre outros, Matencio, 2002, 2003 e 2005 e Matencio & Silva, 2003 e 2005). As similaridades dessas pesquisas ultrapassam em muito o interesse na formação e atuação do professor; na duas frentes de trabalho, pude depreender, em meio às múltiplas singularidades, regularidades que emergem do gênero de atividade em que estão engajados os sujeitos. Noutros termos, as referidas investigações indicaram que as demandas com as quais se vêem confrontados os sujeitos num dado evento de interação parecem orientá-los a determinadas formas de organizar e regular suas ações, a determinadas formas de fazer e de dizer, a determinadas formas de lidar com os recursos semióticos e com a resistência que tais recursos interpõem na relação entre sujeito e objeto, provocando efeitos de estabilidade. Ilustram essa percepção o modo como esses sujeitos-professores constroem formas de dizer – *o conteúdo composicional* –, assim como os modos pelos quais ganha corpo a organização das aulas ou de gêneros acadêmicos – a qual envolve uma certa *construção composicional* e um *estilo*. Tem-se, nas aulas acompanhadas nos dois países, por exemplo, representações similares de objeto de ensino, assim como etapas relativamente estáveis e modos de textualização regulares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrar esta discussão, ressalto que o fato de se assumirem os princípios mais gerais do interacionismo na abordagem dos

gêneros, os quais possibilitam investigações que implicam as relações efetivas entre o cognitivo e o social, produzem, a meu ver, contribuição significativa para a abordagem que a Linguística pode realizar dos fenômenos da linguagem – e, portanto, para que esse domínio disciplinar alcance um impacto social mais efetivo. Afinal, os estudos dos gêneros permitem-nos investigar a relação entre língua e sociedade, entre linguagem e pensamento, entre ações de linguagem e aprendizagem.

E embora pareçam óbvias as razões pelas quais uma abordagem que promove a interface entre essas dimensões é bastante produtiva para os estudos lingüísticos, para a formação de professores e para as práticas de ensino/aprendizagem de línguas – como é o caso da perspectiva bakhtiniana –, é preciso ressaltar que, em razão justamente de sua complexidade, tal abordagem pode promover, muitas vezes, um olhar que se distancia, em larga medida, daquele que se pretenderia priorizar.

De fato, os avanços hoje obtidos nos dão pistas de que as práticas escolares devem, diferentemente do que sugerem propostas pedagógicas amplamente difundidas, promover situações de ensino e de aprendizagem à luz dos gêneros, e não propriamente ensinar os gêneros; tais avanços indicam, ao que me parece, que os gêneros não se ensinam, se aprendem, em processos de socialização!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. LAHUD, Michèl & VIEIRA, Yara Frateschi. São Paulo: Hucitec, 1979. (Original de 1929).
- BAKHTIN, Mikhail. *A estética da criação verbal*. Trad. PEREIRA, Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Original de 1979).
- BARROS, Diana Luz Pessoa & FIORIN, José Luiz. (Org.) *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- BRAIT, Beth. PCNs, gêneros e ensino de língua: faces discursivas da textualidade. In: ROJO, Roxane (Org.) *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000.

- BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Trad. MACHADO, Anna Rachel & CUNHA, Péricles. São Paulo: EDUC, 1999.
- BRONCKART, Jean-Paul. Les genres de textes et leur contribution au développement psychologique. In: *Langages*, n. 153. Paris: Larousse, 2004.
- FREITAS, Maria Tereza de Assunção. *O pensamento de Vygotsky e Bakhtin no Brasil*. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. *Estudo da língua falada e aula de língua materna: uma abordagem processual da interação professor/alunos*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.
- MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Atividades de (re)textualização em práticas acadêmicas: um estudo do resumo. In: *Revista Scripta*, v. 6, n. 11. Belo Horizonte: PUC Minas, 2002. p. 109-122.
- MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Referenciação e retextualização de textos acadêmicos: um estudo do resumo e da resenha. In: *Anais do III Congresso Internacional da ABRALIN*. Rio de Janeiro, março de 2003. <site da ABRALIN>.
- MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. O recurso ao discurso do outro na formação inicial: um estudo de textos de alunos de Letras. In: *ANAIIS do 14º InPLA. Revista Intercâmbio*, n. 14. São Paulo: LAEL/PUC-SP, 2005. (Cd room).
- MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles & SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. Retextualização: movimentos de aprendizagem. In: *ANAIIS do II Encontro Internacional Linguagem, Cultura e Cognição: Reflexões para o Ensino*. Belo Horizonte: FAE, julho de 2003. (Cd room).
- MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles & SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. Referência pessoal e jogo interlocutivo: efeitos identitários. In: KLEIMAN, Angela Bustos e MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles (Org.). *Letramento e formação do professor: práticas discursivas, representações e construção do saber*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005.
- PINO, Angel. O biológico e o cultural nos processos cognitivos. In: MORTIMER, Eduardo & SMOLKA, Ana Luiza (Org.). *Linguagem, cultura e cognição*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- SCHNEUWLY, Bernard. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: ROJO, Roxane & CORDEIRO, Gláís (Org.). *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.
- SCHNEUWLY, Bernard. *Le langage écrit chez l'enfant*. Genebra: Delachaux & Niestle, 1988.
- VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. Trad. CIPOLLA NETO, José et al. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- VIGOTSKY, Lev S. *Pensamento e linguagem*. Trad. CAMARGO, Jeferson. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1991. 3ª edição.

REFLEXÕES SOBRE A LINGUAGEM LITERÁRIA

MARIA NAZARETH SOARES FONSECA

PUC/MG

RESUMO

O texto propõe discutir alguns pressupostos sobre a linguagem literária, tomando como matéria de análise textos que pretendem construir/ caracterizar espaços de exclusão social e/ ou configurar as relações entre esses espaços e as vozes que se instalam na função "sujeito poético". A partir da análise dos mecanismos linguageiros selecionados para a construção dos textos, o artigo procurará refletir sobre as articulações produzidas para fazer significar tais espaços e dizer dos conflitos que eles podem produzir no campo da linguagem.

Palavras-chave: Linguagem literária; Estratégias linguageiras; Sujeito e sentido;

2

É fértil este tempo de palavras
em busca do poema
que foge na curva das palavras
usadamente soltas e antigas

(...)

3

Proponho um verso novo
para as laranjas (por exemplo) matinais
e os namorados

com que havemos de encher todos os dias
os mercados.
(RUI, 1984, p. 65-66)

Em vários momentos da minha profissão, quer como estudiosa da teoria literária, quer como professora de literaturas produzidas em diferentes espaços culturais – Brasil, América Latina, Antilhas francesas e África de língua portuguesa – procurei refletir, com o apoio de variados pontos de vista teóricos, sobre o trabalho com a linguagem, próprio da literatura e sobre uma possível especificidade do texto literário. Quase sempre, depois de muita reflexão sobre os processos de constituição dos textos e sobre os critérios de classificação propostos pela crítica e pelos teóricos da literatura, chegava sempre à certeza de que, com relação ao estudo do funcionamento do texto literário, estamos sempre muito desamparados. Esse desamparo sempre foi considerado por mim como uma recusa do texto literário a se deixar prender por armadilhas teóricas. Tocamos nele com o auxílio das mais diversas teorias, mas ele nos escapa sempre. Mostra-nos outros aspectos que a leitura crítica deixa descobertos, apesar da utilização eficiente de um arcabouço teórico que nos dá segurança. Analisar textos literários é, portanto, uma tarefa bem diferente daquela que nos faz apaixonar pelo texto, lê-lo “levantando a cabeça”, como observa Barthes ou talvez querendo alcançar, com a intermediação da letra, “o que a Ralenkova/faz com o arco” (VIEGAS, 1989, p. 13).

Terry Eagleton (2001) nos diz que a “categoria” literatura é passível de uma definição satisfatória pelo menos quando se considera que: “Qualquer coisa pode ser literatura” e, ao mesmo tempo, que “qualquer coisa que é considerada literatura pode deixar de sê-lo”. A afirmação do teórico destrói de maneira irônica a ilusão de que o que se apresenta como literatura ou como discurso literário possa ser definido de forma objetiva, ou mesmo que a literatura possa ser pensada como eterna e imutável. Se é possível

definir literatura por aquilo que ela não é - não é cinema, não é pintura, não é fotografia, não é jornalismo -, talvez seja impossível identificar, no texto literário, marcas discursivas específicas que não possam estar presentes na construção do texto fílmico, em recursos utilizados pela fotografia, pela reportagem de jornal e mesmo em recursos utilizados pelo pintor para construir seus quadros.

Durante muito tempo muitos estudiosos defenderam o fato de a literatura inscrever-se no campo de sistemas complexos de significantes e significados (Barthes, 1984). Logo se percebeu que outras áreas - e não apenas a literatura - poderiam utilizar os mesmos processos sem que, por isso, pudessem ser consideradas como literatura. Por outro lado, se observarmos textos considerados literários que se constroem com a utilização de material fornecido por pesquisa objetiva, com a observação de fatos históricos ou jornalísticos ou que se apropriam das interações comunicativas nas quais transitam as palavras vivas, veremos que o discurso literário, ao mesmo tempo em que pode se aproximar de outros discursos, a ponto de, em alguns momentos, parecer se confundir com eles, não se identifica com nenhum deles.

Ainda quando se defende a existência de "uma escrituralidade literária", herdeira em certo sentido do conceito de "literariedade" utilizado pelos formalistas russos, a questão da especificidade do discurso literário esbarra em entraves complicados e quase sempre obriga o estudioso a trilhar caminhos que podem desviá-lo do seu objeto de análise. Isto explica, por exemplo, a possibilidade de haver excelentes teóricos da literatura que sejam incapazes de ser leitores "desarmados" de literatura; que possam deixar de lado a teoria e "entrar no texto", confundir-se com personagens que transitam no palco literário. Se de fato parece ser problemático definir literatura pelo que ela é - e sua existência está comprovada por uma tradição e pela multiplicidade de obras que mantêm viva essa tradição - talvez seja mais prudente concordar com a

existência de um “estatuto do literário” que por vezes se vale de critérios externos ao texto mais do que de uma observação minuciosa de sua produção. Parece prudente a observação de Eagleton de que “Alguns textos nascem literários, outros atingem a condição de literários, e a outros tal condição é imposta” (p. 12). Ou a de Freedmann e Miller, (1994, p. 12) que, procurando encontrar uma função para o texto literário, concluem que o texto literário “como qualquer outro texto escrito” tem o poder de construir ou reproduzir relatos sobre o mundo”. A observação de Freedmann e Miller leva em conta o fato de que há diferentes tipos de textos literários e diversos tipos de leitor. Observam também que o leitor, ao se apossar de pontuações de leituras fornecidas pelos textos, organiza um modo peculiar de interagir com eles. No processo de leitura o texto será sempre reconstruído, reorganizado, ainda que se aceite haver uma espécie de “planta baixa” sobre a qual deslizam os investimentos de leitura acionados pelo leitor.

Para discutir algumas questões presentes em textos legitimados como literários, escolhi trabalhar, neste momento, com três textos - um fragmento de conto e dois poemas - que encenam a exclusão social, tomando-a como motivação para a escrita. Tomo como um dos “operadores de leitura” o elemento “espaço”, porque ele me permite considerar a relação entre a noção de *espacialidade* e as diferentes entonações de vozes que se deixam ouvir nos textos, nos quais se montam cenografias e se registram os modos como os enunciadores (narradores e sujeitos poéticos) se inscrevem em busca de interlocutores textuais e extra-textuais.

O primeiro texto é um pequeno fragmento de um conto publicado em 2000 e encena cenas do cotidiano nosso nos dias atuais:

Digitei, trêmulo. Ele poderia atirar a qualquer momento. Puxar, em meu lugar, o gatilho. Quer mais dinheiro, não tenho. Leve o

meu carro, me deixe sozinho. Caminharei mil caminhos. Leve-me o sapato. A roupa. Andarei nu, como um rei. Terei a noite a meus pés e o pensamento, mais uma vez em Elisa. (FREIRE, 2000, p. 70).

O discurso em primeira pessoa registra uma situação de conflito e as negociações propostas por aquele que tem a voz em destaque. Ao mesmo tempo é essa voz que comanda o espetáculo da escrita uma vez que o lugar de produção do discurso é o que dissemina efeitos de sentidos que permitem a interação do texto com significantes da cena social. Percebe-se na composição do fragmento a conclamação de recursos da intertextualidade, da alusão e uma marcação rítmica que se mostra no uso intencional de frases curtas e de cortes rápidos feitos no sistema de significação mais do que na organização do texto.

Merece destaque a contraposição brusca entre a narração do assalto à mão armada e a alusão a Elisa, que o leitor apreende a partir de um outro campo de significação porque percebe uma significativa mudança na tonalidade na voz que descreve o assalto. A leitura do fragmento do conto “Angu de sangue”, do livro de mesmo nome, do escritor Marcelino Freire, mostra-se eficaz para a compreensão de algumas estratégias narrativas postas em prática para organizar os recursos de sedução acionados pelo narrador para narrar um episódio que se inicia com a frase “Quando o bandido entrou no meu carro, eu pensava em Elisa” e conduz o leitor pelos becos da violência e da alucinação postas em diferentes lugares no texto. Seriam as estratégias discursivas exploradas pelo escritor suficientes para garantir o estatuto de literatura do texto e do livro ou também entram em jogo a força do título que também serviria para compor uma chamada na primeira página de um jornal? O que é mais importante no texto: a encenação de um espaço de interlocução marcado pela violência ou o relato feito sobre um mundo de violência? Ou o modo como esse relato se

organiza como linguagem? Quais desses detalhes poderiam garantir o estatuto de literatura dado ao texto pela editora que o publicou ou pelo escritor que o produziu com a intenção de caminhar na corda bamba entre a criação e uma intenção ajustada com as páginas do jornal ou com os cenários dos centros urbanos por excelência?

Passemos à leitura de dois poemas em que a questão espacial é explorada não somente para insistir em possibilidades próprias à escrita do texto literário, mas também no modo como o texto explora, de forma bastante peculiar, o espaço da folha de papel, organizando o poema e procurando produzir efeitos de visualização, no primeiro poema, e de vocalização, no segundo.

Os poemas pertencem a um livro, *Estudos sobre a cidade (& exercícios de sobrevivência)*, lançado, pelo poeta Marcos Dias, durante a comemoração dos 100 anos de Belo Horizonte, em 1997. O livro em questão apresenta-se como um espaço de concretização de “guerras de linguagens”, porque nele os poemas distendem os versos e os sentidos para outros espaços não conclamados para a festa dos 100 anos da cidade. Na contramão das celebrações, o poeta percorre os espaços degradados da cidade - os becos, as favelas, as sarjetas -, explorando estruturas sintático-semânticas e estratégias discursivas que privilegiam outras linguagens mais do que a articulação de palavras e frases.

No poema “Taquaril & Cia”, as indicações espaciais são construídas por recursos que se mostram no modo de organização das palavras, possibilitando a leitura/visão de um espaço físico-geográfico extralingüístico e de estratégias que explicitam os sentidos político-sociais agenciados.

À
SÔFREGA
DANÇA
DOS BAR
RACOS
,
DES
AJEITADOS
G/
EM CÓPULA
COM AS ANCAS
DOS
MORROS
,
OS
SILVOS
DOS
VENTOS
É
VOZ
QUE SUB
VERTE
UM DITADO
:
DEPOIS DAS
TEMPESTADES
VIRÃO OS
DESMORONAMENTOS

6. (TAQUARIL & CIA)

A precariedade do espaço em que se constroem as favelas de Belo Horizonte – da qual a do Taquaril é referência significativa – explicita-se no modo como são escritos os versos e são organizadas as estrofes. Recursos gráficos, como os construídos a partir de uma releitura irônica (e amarga) do provérbio popular “depois da tempestade vem a bonança”, instigam deslocamentos de sentidos. O trabalho gráfico concretiza a sugestão de desmoronamentos e se faz agenciador de dados de um espaço físico que o poema retoma. Recursos próprios da escrita remetem aos desabamentos frequentes nas favelas, que podem ser percebidos tanto nos versos iniciais, quanto em cortes de palavras e na colocação inusitada das vírgulas e dos dois pontos. Para que a intenção crítica do poema não se perca, a proposta poética espera alcançar um leitor capaz de reconhecer a circulação de sentidos no espaço do texto,

motivada por agenciamentos linguageiros e por determinadas relações com uma realidade extralingüística constantemente referida. Algumas dessas alusões, como as que se mostram na segunda estrofe, atualizam a referência a problemas comuns aos grandes centros urbanos, como a ocupação desordenada das áreas de risco por indivíduos socialmente expulsos do plano arquitetônico das cidades. O poema explora o tema da marginalização de espaços e de pessoas, conclamando o erotismo com que se acentua a teimosia dos “barracos desajeitados”, e o impulso à sobrevivência explica a forma como se agarram aos morros frágeis. O apelo ao erotismo é também motivação para que a precariedade dos barracos e os constantes desmoronamentos sejam relidos como insistência da vida em resistir aos ventos, às chuvas fortes e, principalmente, à inexistência de ações concretas contra a situação social conclamada pelo poema.

Um outro poema do autor radicaliza o trabalho com a linguagem para explicitar a relação com o social, que nele pode ser percebido de forma mais intensa:

PEJOR
ATIVS
PA
LAVRS

ES
CUL(S)P
INDO
PEJOS

LAMP
EJOS
E ÓDIOS

COMO DOIS
PANTHERAS
MEUS OLHOS

5.(NA PERIFERIA, BATIDA POLICIAL)

Arranjos verbais e visuais dificultam, numa primeira leitura, a compreensão do texto. A opção por letras em caixa alta, pela divisão

das palavras contrária ao que dispõem as regras ortográficas, a supressão de grafemas e a indicação de diferentes direções para a descodificação do significante pretendem criar uma resistência à leitura linear. Todavia, o leitor atento terá condição de perceber peculiaridades no modo como o texto ocupa a página ou como as palavras são agrupadas nos versos e estes nas estrofes, ou mesmo na direção apontada pelo título, bastante sugestivo e instigador de entradas no texto por diversos becos linguajeiros.

Observam-se possibilidades de intervenção no significante e a construção de diferentes direções de leitura, como em “esculpindo pejos”, que também pode ser lido como “cuspindo pejos”. É importante também observar a intenção do poema de se construir como uma fala de “gueto”, de grupo, de “gangue”, que se esconde na linguagem cifrada para enfrentar a batida policial anunciada no título, mas também constrói espaços interativos em que a língua ganha outros contornos. O poema torna perceptível a motivação para se lê-lo como uma mensagem cifrada, como um *rap* ou em performances entre palavra e gestos, palavra e movimentos corporais.

A visualização dos espaços periféricos, aspecto constante dos poemas que compõem o bloco “Instantâneos e circunstanciais” do livro de Marcos Dias, torna-se, assim, parte integrante da significação crítico-social do poema. O aspecto visual é, pois, importante nos arranjos que o poeta elabora com as palavras. E a leitura do poema demanda, por isso, a percepção do modo como o poeta se apropria da escrita para levar ao leitor o seu olhar sobre a questão social.

Vê-se, pois, nos textos examinados, que as referências espaciais e as construções metafóricas podem ser excelentes auxiliares para uma leitura mais pertinente de textos literários, porque ajudam a compreender as relações que estes produzem a partir do momento em que o leitor lança sobre eles o seu olhar curioso ou indagador.

Motivados por uma perturbação que impulsiona diferentes relações do texto com outros textos, os gestos de leitura ativam, como vimos, peculiaridades do trabalho que a literatura realiza ao tomar como tema a paisagem urbana, privilegiando, como se mostrou nos textos, as áreas marginalizadas e os espaços que obriga o escritor a observar estratégias de linguagens outras com as quais o discurso literário pode-se mostrar em intensa tensão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHES, R. *Le bruissement de la langue*. Paris: Seuil, 1984.
- CULLER, Jonathan. *Teoria da literatura: uma introdução*. Tradução de Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda., 1999.
- CUTI (Luiz Silva). *Negros em contos*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1996.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. Trad.: Waltensir Dutra. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FONSECA, Maria Nazareth. Texto literário: condições de produção de sentido. In: *Itinerários*: revista de literatura, Araraquara, São Paulo, n. 17-18, p. 35-48, 2001.
- FREADMAN, Richard & MILLER, Seumas. *Re-pensando a teoria: uma crítica da teoria literária contemporânea*. Trad.: Aguinaldo Gonçalves, São Paulo: EDUSP, 1994.
- FREIRE, Marcelino. *Angu de Sangue*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.
- DIAS, Marcos. *Estudos sobre a cidade (e exercícios de sobrevivência)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.
- LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- PAULINO, Graça et al. *Tipos de textos, modos de leitura*. Belo Horizonte: Formato, 2001.
- RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- RUI, Manuel. "Poesia necessária". In: *Cinco vezes onze: poemas em novembro*. Lisboa: Edições 70, 1984. P. 65-67
- VIEGAS, Jorge. Ao escreveres um poema. In: VIEGAS, Jorge. *O núcleo tenaz*. Lisboa: Edições 70, 1981. p. 27.

GÊNERO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A PUBLICIDADE NA MÍDIA TELEVISIVA

MÔNICA SANTOS DE SOUZA MELO

UFV

Pretendemos propor, aqui, algumas reflexões sobre as características da publicidade na mídia televisiva, sobretudo no que diz respeito à identificação da publicidade de TV como gênero discursivo e às restrições e estratégias próprias desse gênero.

Vivemos na “*civilização da visão*” (Eco, 1970:355). Nesse momento, a imagem é um importante veículo de expressão e comunicação entre os indivíduos. Seu papel como instrumento de captação e sedução vem sendo cada vez mais reconhecido e explorado nos meios de comunicação de massa, sobretudo na televisão. É nos diversos gêneros discursivos que a televisão oferece que essa sedução chega ao extremo, já que, nesse caso, a exposição de qualquer imagem resulta de um planejamento cuidadoso executado sob a responsabilidade de uma equipe de profissionais que contam com recursos técnicos a cada dia mais sofisticados.

Os trabalhos que abordam a influência da TV revelam, freqüentemente, uma visão paradoxal desse meio de comunicação que, ao mesmo tempo em que fascina, assusta. A TV é fascinante pelo alcance que tem, pelo poder de relativizar os conceitos de

tempo e espaço; por ser capaz de aproximar o que está distante, possibilitando, com isso, uma maior cooperação e solidariedade entre os homens. Ela fascina porque pode ser usada como meio de informação, de educação, mas ao mesmo tempo, como uma fábrica de sonhos, de fantasias e, conseqüentemente, como estímulo à imaginação, como forma de relaxamento, como válvula de escape para as tensões do dia-a-dia. A televisão fascina porque representa, reflete, mas ao mesmo tempo molda e recria uma cultura. No entanto, ela assusta pelo crescente poder político e econômico daqueles que detêm seu controle: a TV é, hoje, sem dúvida, um importante instrumento de imposição de valores e padrões culturais de um grupo para toda a sociedade.

Fonte de discussões e de posicionamentos controvertidos, a TV é, porém, indiscutivelmente, um dos mais importantes “*artefatos do século em sua capacidade de marcar a vida diária*” (Cashmore, 1998). Seja como for, no mundo moderno, dela dificilmente podemos “escapar”.

O PAPEL DA AUDIÊNCIA

A TV, assim como os demais meios de comunicação de massa, é produto de uma indústria cultural que se submete à lei da oferta e da procura e que, por isso mesmo, esforça-se para atender a um gosto médio do público, que, muitas vezes, é determinado estatisticamente. O *rating* é um exemplo dos meios adotados pela TV para satisfazer a essa exigência. Consiste na imagem estatística através da qual se determinam os estratos de público que assistem determinado programa, assim como o índice de receptividade deste. O *rating* resulta de uma enquete feita através de mecanismos que vão desde telefonemas a telespectadores à utilização de contadores aplicados aos televisores para verificar os canais e horários de maior audiência durante a semana.

Esse tipo de investigação é estimulado por uma necessidade de se dirigir a um público mais ou menos determinado, o que

proporciona, pelo menos em parte, a segurança de se comunicar de acordo com um gosto preferido. E essa orientação determina não só o posicionamento que será assumido na programação, mas também o tipo de anunciante mais adequado para certo tipo de programa e, conseqüentemente, a temática e o formato das publicidades veiculadas. Assim, um programa para adolescentes é proposto para um adolescente “modelo”, ou seja, modelo de futuro cliente.

Eco (1970) refere-se a essa capacidade que a televisão possui, através dessa tendência, de se adaptar aos gostos médios do espectador, tornando-se um instrumento eficaz para a conservação da ordem estabelecida. Essa tendência revela, de um lado, a existência de uma competição comercial, pela qual deve-se evitar desagradar o público. Para entender esse fenômeno, devemos observar que a televisão vive da venda de cada minuto de programação. Com isso, se um determinado canal perde audiência, ele perde patrocinadores e, conseqüentemente, perde dinheiro.

O esforço de adaptação aos gostos do espectador revela, de outro lado, uma tendência para promover gostos e opiniões de um cidadão ideal, um espectador perfeito, que satisfaça às necessidades daqueles que detêm o poder, submetendo-se a eles e aceitando a orientação que esses propõem, sem questionamentos. Mas, se isso é verdade, é verdade também que a televisão tem, freqüentemente, o papel de espelho refletor da sociedade: ela impõe o social, mas também o copia.

CONTRATO DE COMUNICAÇÃO MIDIÁTICO

Entendemos que todo ato de comunicação para ser válido deve estar submetido a um *contrato de comunicação*, expressão que designa as condições para que os parceiros de um ato de linguagem se compreendam e interajam. A comunicação midiática se baseia num contrato de comunicação específico. Assim, as atividades

discursivas que compõem o contrato midiático caracterizam-se por finalidades particulares; identidades e papéis específicos dos sujeitos envolvidos; formas específicas dos esquemas situacionais de cada mídia. Em outros termos, o comportamento linguageiro dos falantes obedece a restrições impostas pela situação na qual eles se inscrevem e, ao mesmo tempo, esses falantes dispõem de liberdade para adotar formatos diferentes para o dito.

Grande parte da comunicação midiática pressupõe uma finalidade econômica, subjacente a outras finalidades específicas. Quando se fala da TV, por exemplo, temos basicamente três finalidades: informar, divertir e anunciar, sendo que essas três atividades obedecem a interesses econômicos: na TV, tempo é dinheiro.

Com relação às identidades dos sujeitos envolvidos, pode-se dizer que toda produção midiática é produzida por uma equipe e se direciona para uma coletividade. A princípio, esse tipo de comunicação é monologal, pois além de o destinatário não estar presente no lugar e no momento da produção da mensagem, não há possibilidade de reversibilidade. No entanto, existe uma tentativa por parte da instância de produção desse tipo de discurso, de estabelecer um “pseudo-diálogo” com a instância de recepção. É o que Lochard (1998) chama de “dialogismo midiático”.

O discurso midiático deve ser estudado, portanto, num quadro onde sejam observados tanto a sua estruturação semiodiscursiva quanto os discursos de representação que nele circulam.

A PUBLICIDADE TELEVISIVA COMO GÊNERO DISCURSIVO

Ao abordarmos a publicidade de TV, estamos a encarando como um gênero discursivo. Ao fazê-lo, adotamos o ponto de vista comunicacional, segundo o qual os gêneros dependem da *natureza comunicacional* da troca verbal (Bakhtin, 1984). Para Charaudeau (2004), para quem existe uma profunda relação entre linguagem e contexto, os gêneros devem ser determinados no ponto de

articulação entre “as coerções situacionais determinadas pelo contrato de comunicação” (Charaudeau, 2004, p 213), as coerções da organização discursiva e as características das formas textuais” (Charaudeau, 2004)

Para Charaudeau os gêneros podem ser definidos a partir de três níveis:

- (i) o nível situacional, que diz respeito ao contrato global do domínio de comunicação com suas variantes, e remete aos dados situacionais;
- (ii) o nível das escolhas discursivas, que se refere à organização discursiva. Refere-se ao conjunto de procedimentos que são buscados pelas instruções situacionais para especificar a organização discursiva;
- (iii) o nível da configuração textual, que diz respeito às formas textuais que mostram regularidades da configuração textual. Apesar das recorrências textuais serem voláteis para tipificar definitivamente um texto, podem, no entanto, fornecer índices deste.

Estamos, portanto, encarando a publicidade televisiva como um gênero de discurso que, como tal, está inserido numa atividade comunicacional e submete-se a certos *critérios de êxito*, dentre os quais destacamos os seguintes:

- (i) *Uma finalidade reconhecida*: toda publicidade visa à modificação da situação na qual se insere. Tem como objetivo, em última instância, transformar o telespectador em comprador de um produto.
- (ii) *Um estatuto de parceiros legítimos*: na publicidade estão bem definidos os papéis que devem assumir o enunciador e o destinatário.
- (iii) *Lugar e momento legítimos*: insere-se num determinado lugar e num determinado momento e essa localização é constitutiva do discurso, podendo afetar o formato que esse vai adquirir.

Assim, uma propaganda de TV tem características bem diferentes de uma publicidade de revista. Enquanto essa última se direciona a um público definido, que dispõe de tempo para ler um número maior de informações e apreciar detalhes da imagem que lhe é mostrada, a propaganda de TV passa rapidamente diante dos olhos de um público heterogêneo, que não tem tempo suficiente para ler ou ouvir textos muito longos ou observar detalhes da cena. Essas diferenças nas condições de recepção determinam a utilização de estratégias bastante diferentes nos dois casos.

(iv) *Um suporte material*: o suporte através do qual esse tipo de publicidade é veiculada (a televisão) lança mão de recursos bastante diferentes dos usados em *outdoors* ou em revistas, relacionados, basicamente, à imagem em movimento.

(v) *Uma organização textual*: as publicidades de TV, como qualquer outro gênero, obedecem a certas ritualizações em termos de sua organização textual. A maioria delas lança mão, por exemplo, do componente narrativo para conscientizar o público de suas necessidades, levando-o à aquisição do produto.

Da utilização da TV como suporte material das mensagens decorrem características próprias das publicidades de TV, dentre as quais:

- o tempo de veiculação (períodos de aproximadamente 30 segundos com possibilidade de repetição da emissão ao longo da programação);
- o espaço em que ela se insere: o espaço midiático (dentro da programação); e o espaço físico (ambiente doméstico);
- os códigos utilizados: a possibilidade de utilização do estrato verbal (tanto oral quanto verbal), visual e fílmico;
- a possibilidade de adoção de diferentes tipos de dispositivos enunciativos.

IMPERATIVO DE CAPTAÇÃO: EFICÁCIA, ESPETACULARIZAÇÃO E EMPATIA

As publicidades televisivas devem se submeter ao chamado “imperativo de captação”, conforme definidos por Boyer (1994).

Boyer (1994), ao avaliar as representações coletivas emprestadas do imaginário sociocultural das publicidades de TV, afirma que essas estão submetidas a uma necessidade de eficácia, de espetacularização e de empatia.

As mensagens publicitárias devem ser eficazes e funcionais, porque os segundos na televisão custam caro, o que faz com que esse tipo de mensagem elimine redundâncias e assuma um caráter mais conciso. Além disso, esse tipo de anúncio é difundido através de um meio de comunicação de massa e visa a alcançar um número grande de pessoas. Por isso, deve se caracterizar pela limpidez.

A limitação do espaço de tempo no qual são veiculados, não impede que os comerciais de TV se tornem, cada vez mais, objetos altamente elaborados. Ao contrário, eles tem assumido um teor de espetáculo, que chama a atenção, que atrai e prende olhares. O extremo cuidado com que as publicidades são concebidas e a forma como possuem características próprias (as publicidades brasileiras são bastante diferentes das francesas, por exemplo) fazem com que elas possam ser vistas atualmente como verdadeiros produtos culturais.

Para que o telespectador (consumidor em potencial do produto) seja seduzido, é necessário que a publicidade estabeleça com o destinatário uma espécie de empatia, no sentido de fazer com que esse reconheça nela algo que tenha a ver com suas expectativas, suas atitudes, até seus fantasmas. Esse tipo de empatia pode ser estabelecida pela argumentação dirigida do enunciador ao destinatário mas é, geralmente, favorecida pela criação de pequenas narrativas, cujos personagens, ações, lugares e objetos

representados não deixam o espectador indiferente. Ao contrário, elas envolvem o espectador de tal forma que o levam a obedecer às regras de conduta propostas. Parece que nesse caso, são mobilizadas representações coletivas, freqüentemente estereotipadas, para que essas sejam reconhecidas pelo público-alvo. Essa tendência leva muitos estudiosos a acreditar que o filme publicitário é reflexo e veículo de valores sociais comumente admitidos, funcionando como um espelho da ideologia dominante. As publicidades apresentariam representações coletivas de imagens largamente consensuais e estáveis, que são na verdade redutoras, já que não espelham a realidade.

Essa presença de estereótipos nos filmes publicitários poderia se explicar pela própria característica do dispositivo no qual esses se inserem: a televisão, um dispositivo que pretende alcançar uma massa heterogênea de espectadores e que, por isso, privilegia o uso de imagens consolidadas, de representações mais simplificadoras e estáveis. Isso afeta o conjunto de modos de percepção e de compreensão do real (avaliações, atitudes, opiniões, imagens, crenças valores). Essa pressão em favor da representação de estereótipos parece ter origem no mercado econômico no qual a publicidade se insere e parece ser forte a ponto de minimizar a representação de diferenças, desvios e novidades.

As narrativas inseridas nas publicidades preenchem uma necessidade de captação não só do consumidor, mas também do espectador. O formato de pequenas cenas permite que se dê aos comerciais um aspecto mais atraente, capaz de prender o espectador e, talvez, evitando que ele, com a facilidade do controle remoto, mude de canal assim que se anunciam os "reclames". Assim, ao imitar programas feitos para diversão, como as novelas, e introduzindo situações e personagens com os quais o espectador poderá se identificar, a publicidade, tende a atraí-lo e, ao apresentar produtos e serviços que irão ajudar esses personagens nas suas dificuldades, incentivará a compra dos mesmos.

O CONTRATO DA PUBLICIDADE TELEVISIVA: RESTRICÇÕES E ESTRATÉGIAS

A publicidade televisiva faz parte de um contrato de comunicação bastante peculiar, especialmente considerando as características do esquema comunicacional/situacional em que se insere. Esse tipo de publicidade invade os lares, tentando estabelecer com o telespectador uma relação na qual ele vai passar de mero coadjuvante a protagonista. Em outros termos, quando um indivíduo se coloca diante de um TV, dificilmente o faz com o objetivo de assistir as publicidades. Esse Tu-i brasileiro é, a princípio, um consumidor de novela, de telejornal, de filme, enfim, do programa veiculado naquele momento e, apenas acidentalmente, torna-se consumidor de propagandas. Isso já assinala uma particularidade desse tipo de contrato, que é uma assimetria na relação entre os parceiros nele envolvidos, já que, pelo menos a princípio, apenas uma das partes tem o desejo e o interesse de estabelecer a comunicação, cabendo a essa parte (a instância comunicante), através de apelos variados, a tarefa de convencer o consumidor da programação televisiva a se tornar também um consumidor da publicidade.

Isso não significa que haja, *a priori*, algum tipo de resistência ou rejeição por parte da maioria dos telespectadores em participar desse contrato. Pelo contrário. Há alguns fatores que favorecem essa integração; por exemplo, o fato banal de o espectador já estar diante da tela... Além disso, há o fato de o espectador muitas vezes encarar o aparelho de televisão como uma companhia, uma espécie de convidado com o qual está disposto a compartilhar algumas horas, independente da programação. O contrato de comunicação publicitário pode se estabelecer tantas quantas forem as vezes em que o interpretante se dispuser a assistir o comercial, já que esse se repete durante dias ou semanas.

Ao mesmo tempo em que oferecem inúmeros recursos que favorecem a integração com o público, em virtude do próprio

dispositivo utilizado, podem-se identificar algumas limitações características nos comerciais de televisão. Primeiramente, o curto espaço de tempo dos anúncios. Em virtude dos altos preços do tempo na televisão, o publicitário terá pouco tempo para chamar a atenção do telespectador, torná-lo um consumidor efetivo da publicidade e, finalmente, um comprador. Isso dificulta que se apresentem as características do produto anunciado detalhadamente, como se pode fazer na imprensa escrita.

A publicidade de TV, em oposição à publicidade escrita, tem um caráter passageiro. Se o consumidor em potencial está ocupado ou distraído no momento em que ela é veiculada, o anunciante pode estar perdendo uma oportunidade de expor e/ou vender seu produto.

Há também uma dificuldade maior na instância comunicante de controlar a circulação e o alcance da publicidade junto ao público, ou seja, é difícil saber exatamente quantas pessoas e quem vai assistir a propaganda, apesar de ser possível levantar algumas hipóteses a esse respeito, como mencionamos acima, em função do horário e do tipo de programação em que vai ocorrer a inserção do comercial. Essas dificuldades, porém, não superam as vantagens que a divulgação de um produto pela TV proporciona.

Esse tipo de contrato lança mão basicamente de diferentes tipos de estratégias, que se situam em três planos: legitimação, credibilidade e captação.

Com relação à questão da legitimação, o falante emprega a estratégia de ocultação, tentando camuflar o circuito socioeconômico, externo ao ato de linguagem, no qual predominam relações de interesse e onde o que se espera é a compra de um produto por parte do consumidor, com benefício tanto dos fabricantes do produto quanto do publicitário. Esse último se esconde sob a máscara de um enunciador, que pode assumir várias

faces. Ele pode, por exemplo, assumir a face da empresa (“Nós queremos sua tranqüilidade”); a face do publicitário (“Há publicidades que tentam enganá-lo”); a face de um terceiro ausente que é origem do saber. Ele pode, igualmente, assumir diversos papéis: de conselheiro, de apresentador, de testemunha. Seja qual for a face assumida pelo enunciador, esse se comportará sempre como um “benfeitor”, que vai suprir a “falta” do telespectador.

Também o sujeito interpretante não é explicitamente identificado como mero comprador, mas como o agente de uma busca: alguém que anseia, não pela aquisição de um produto, mas pela realização de um desejo.

Da mesma forma, ocorre um deslocamento do lugar do produto. Esse não é mais o objeto de troca entre produtor e consumidor, mas assume o papel de “auxiliar” na busca do agente. Numa publicidade de cosmético, por exemplo, não são o xampu ou o hidratante os objetos da busca, mas sim a beleza que eles podem proporcionar.

Quanto à captação, esta diz respeito ao fato de o falante utilizar a sedução/persuasão para convencer o interlocutor. O publicitário não pode forçar o espectador a adquirir o produto anunciado, mas deve convencê-lo através de argumentos que irão de alguma forma seduzi-lo. Para isso, deve fabricar uma imagem do destinatário suficientemente sedutora, a fim de que o sujeito interpretante possa com este se identificar. Essa identificação será alcançada através da utilização de certos procedimentos discursivos, dentre os quais uma organização narrativa em que o objeto da busca corresponde, não ao produto anunciado, mas a uma noção abstrata (amor, saber, sensualidade, por exemplo). Retratado dessa forma, poderá se inscrever num imaginário coletivo, onde, supõe-se, haverá alguma identificação por parte do público.

UM EXEMPLO:

A PUBLICIDADE FEMININA DE PRODUTOS DE PERFUMARIA

Melo (2003) analisa as estratégias específicas das publicidades femininas de produtos de perfumaria e conclui que essas têm a função básica de despertar na telespectadora uma insatisfação com pequenas “imperfeições estéticas”. Ao mesmo tempo, procuram despertar no público feminino um desejo de se assemelhar aos padrões de beleza e perfeição encarnados por modelos e atrizes que representam não só o papel de mulheres belas, mas, acima de tudo, o de mulheres dinâmicas, modernas e aparentemente realizadas.

Essa imagem apresenta-se difusa, numa espécie de mosaico, onde são retratados não só o rosto, mas também detalhes do corpo feminino, numa focalização que se assemelha mais a um olhar... masculino. Também certos movimentos de câmera semelhantes à panorâmica, e *zoom* óptico, que tomam por objeto o corpo feminino, parecem simular esse olhar. Sob esse ponto de vista, podemos dizer que a mulher das publicidades femininas não é apenas aquela que se observa diante do espelho, mas é, sobretudo, aquela que é observada... por um homem.

Ao seu lado, na busca pelo aprimoramento estético, está o produto, apresentado por um comentarista identificável ou anônimo, mas que adota sempre o tom de uma “voz amiga”, que, numa interpelação direta, parece conhecer as necessidades da telespectadora, oferecendo a ela os meios para satisfazê-las. Utilizando o direcionamento direto e lançando mão, algumas vezes, do ponto de vista direcionado, essa voz institui a telespectadora como interlocutora, singularizando-a ou criando uma ilusão de que ela é única e especial.

Através dos comentários a telespectadora toma conhecimento das “milagrosas” propriedades dos produtos, através de identificações genéricas e específicas, qualificações e descrições subjetivas e

objetivas que atestam um esforço por parte do comunicante para tornar acessível os benefícios proporcionados pela utilização dos produtos anunciados. O esforço para qualificar o produto passa ainda pelos domínios de avaliação hedônico, pragmático e estético, através dos quais procura-se salientar a satisfação que esse proporciona, assim como sua praticidade e sua eficácia. Tudo isso associado a informações relativas à procedência do produto, como a identificação de seu fabricante, funcionam como garantias que vêm reforçar a crença de que os produtos possuem a qualidade anunciada.

As publicidades femininas apresentam uma visão extremamente tradicional da mulher. Se, de um lado, há publicidades que representam o cuidado com a beleza como a necessidade de uma mulher moderna, que possui ocupações extra-domésticas mas quer se sentir bem (desejo esse expresso em *slogans* como “QUANTO MAIS VOCÊ SE CUIDA, MAIS VOCÊ SE GOSTA”), de outro, a maior parte dos anúncios apresentam uma motivação implícita para os cuidados com o corpo: desenvolver a capacidade de sedução feminina, visto como a principal forma de poder da mulher.

Ao divulgar produtos que podem ser facilmente adquiridos e utilizados pela mulher na sua própria casa, as publicidades femininas prometem uma beleza ao alcance de todas. Porém, ao mesmo tempo em que levantam a bandeira de uma beleza “democrática”, elas difundem entre o público feminino, através da imposição de uma beleza prescritiva, um sentimento de constante insatisfação da mulher com a própria aparência.

Apresentando corpos femininos em pedaços, detalhes e *zooms* em pernas, barrigas, olhos, cabelos, chamam a atenção da telespectadora para suas imperfeições estéticas, e a convidam, constantemente, a uma ação corretora. Cabe, portanto, aos anúncios não apenas impor, a todo momento, modelos de perfeição

estética, mas tentar convencer a telespectadora de que essa é capaz de se identificar com esses modelos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, a partir das questões levantadas, que a publicidade de TV, cada vez mais lança mão de todos os recursos que essa mídia oferece para buscar uma identificação com o público e atingir seu objetivo final: a venda do produto.

A televisão funciona, portanto, como um verdadeiro sistema que impõe restrições e estratégias próprias aos anúncios publicitários, que se caracterizam por finalidades particulares e papéis específicos dos sujeitos envolvidos nesse gênero discursivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BOYER, H. Le spot comme marché. In: *Mscope*, no. 8, La publicité: masque et miroir. CRDP de Versailles, septembre, 1994.
- CASHMORE, E. ... e a televisão se fez. [trad. Sonia Augusto]. São Paulo: Summus, 1998.
- CHARAUDEAU, P. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- ECO, U. *Apocalípticos e Integrados*. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- LOCHARD, G. e BOYER, H. *La communication médiatique*. Paris, Éditions du Seuil, 1998.
- MELO, M.S.S. *Estratégias discursivas em publicidades de televisão*. Belo Horizonte, UFMG, 2003. Tese de Doutorado.
- SODRÉ, M. *O monopólio da fala. Função e linguagem da televisão no Brasil*. 4ª. ed. Petrópolis, Vozes, 1984.

O DISCURSO POLÍTICO¹

PATRICK CHARAUDEAU*

UNIVERSIDADE DE PARIS XIII

INTRODUÇÃO

O fenômeno político é complexo. Como disse Claude Le Fort, ele resulta de um conjunto de fatos que pertencem a ordens diferentes, mas que ao mesmo tempo se cruzam constantemente:

- *fatos políticos*, como atos e decisões que levantam a questão da autoridade e da legitimidade dos atores sociais;
- *fatos sociais*, como a organização das relações sociais, levantando a questão do lugar e das relações que se instauram entre as elites e as massas;
- *fatos jurídicos*, como o quadro que regula as condutas, levantando a questão da ação legisladora;
- *fatos morais*, como um espaço de pensamento sobre os sistemas de valores, levantando a questão da idealidade dos regimes de governo para o bem dos povos.

1 Tradução de Wander Emediato.

* Esse texto é a retomada de um artigo enviado ao 9º Colóquio de Pragmática de Genebra. O texto inicial, tendo excedido o número de signos requeridos para sua publicação, teve de ser reduzido, o que é sempre um trabalho frustrante. Meu propósito era o de mostrar como a problemática da ação deve ser deslocada para um problemática do poder e, para tanto, eu o ilustrava dando como exemplo categorias de palavras no discurso político. É essa parte que foi suprimida, além de uma reorganização de autoridade/legitimidade invertendo a apresentação.

Isso explica porque, no que diz respeito a sua análise, o fenômeno político é objeto de estudo de diferentes disciplinas: as Ciências Políticas (fatos políticos), a Sociologia (fatos sociais), o Direito (fatos jurídicos), a Filosofia política (fatos morais). Isso mostra também que não há domínio reservado, exclusivo, para a análise do fenômeno político, como alguns poderiam pretender. O que é certo é que, dado o cruzamento dessas dimensões, impõe-se uma interdisciplinaridade.

E o discurso, onde se situa? Ele atravessa todas essas dimensões do fenômeno político. Isso parece evidente para as dimensões moral e jurídica (a definição dos valores e das leis através e pela linguagem), mas também para as dimensões social e acional.

É o que eu gostaria de mostrar agora. Não seria possível tratar aqui do conjunto de questões que resulta da relação entre linguagem e ação no domínio político. Eu buscarei mostrar como a linguagem se junta à ação no discurso político e qual incidência isso tem para as diferentes estratégias discursivas que se desenvolvem nesse campo.

LINGUAGEM, AÇÃO E PODER

Contrariamente a uma idéia que circula no imaginário social e que opõe a palavra à ação (seja na dissimulação, seja na eficácia), partirei da hipótese de que o discurso político (bem como todo tipo de discurso) não tem sentido fora da ação, e que a ação busca, para o sujeito político (mas também para todo sujeito), o exercício de um poder. Em seu livro *A condição do homem moderno* a filósofa Hanna Arendt diz que uma ação silenciosa não seria mais ação porque não haveria mais ator, e o ator, o *fazedor* de atos, só é possível se ele é ao mesmo tempo um emissor de palavras.²

² Arendt H., *La condition de l'homme moderne*, Calman-Lévy, Paris, 1961 et 1983, coll. Agora, p.235.

1. A RELAÇÃO LINGUAGEM-AÇÃO EM GERAL

Discurso e ação são dois componentes da troca social que, ao mesmo tempo, têm uma autonomia própria e se encontram em uma relação de interdependência recíproca, mas não simétrica. Todo ato de linguagem:

- emana de um sujeito,
- esse sujeito só se define em sua relação com o outro, segundo um princípio de alteridade. Ele precisa do outro para existir (sem a existência do outro, não há consciência de si);
- trata-se de um sujeito que, em sua relação com o outro, não pára de remeter esse outro a si mesmo, segundo um princípio de influência, para que esse outro pense, diga ou faça segundo sua própria intenção;
- mas é um sujeito que se confronta com o outro, pois esse outro tem seu próprio projeto de influência. Os dois são assim levados a gerir a relação segundo um princípio de regulação (para evitar o confronto corporal).

Desse modo, podemos dizer que todo ato de linguagem é um agir sobre o outro. Princípios de alteridade, de influência e de regulação são princípios fundadores do ato de linguagem que o inscrevem em um quadro acional (uma praxeologia).

Mas agir sobre o outro não pode se reduzir a um simples fim de fazer fazer, de fazer dizer ou de fazer pensar. O fim (objetivo) se acompanha de uma exigência: a de ver a intenção ser seguida de um efeito. Esta exigência completa a finalidade comunicacional por um objetivo de ação que consiste em colocar o outro em uma posição de obrigação a ser executada, em uma relação de submissão à posição do sujeito que fala. Podemos então nos perguntar o que pode obrigar o sujeito alvo a agir. Levantaremos a hipótese de que é a existência de uma ameaça que repousa sobre ele e que poderia colocá-lo em uma má situação se ele se recusasse a cooperar, ou a existência de uma gratificação (que poderia ser

pessoal) que ele poderia obter se aceitasse a submissão. Ameaça ou gratificação constituem uma sanção.

Essa possibilidade de sanção é que confere ao sujeito falante uma autoridade. Desde que ela seja reconhecida pelo parceiro, o projeto de influência adquire uma certa força de ação (a força perlocutória dos pragmáticos); ao mesmo tempo, o sujeito alvo é colocado em uma posição de dominado, o sujeito de autoridade em uma posição de dominante, e os dois em uma relação de poder.

Enfim, podemos nos perguntar « em nome de quê » o sujeito falante tem o direito de exigir, em nome de quê ele pode exercer uma sanção e em nome de quê o outro deve obedecer. Isso nos leva no final das contas a nos interrogarmos sobre o fundamento da autoridade. O « em nome de quê » remete à questão da força de verdade que seria poderia justificar os atos que devem ser realizados. Vários casos podem se apresentar, mas vamos reduzi-los a dois atos de base: a força de verdade é de ordem *transcendental* e *pessoal*.

De ordem *transcendental*, a força de verdade emana de um espaço exterior ao sujeito e o ultrapassa, um tipo de *Terceiro* (*tiers*) mítico ou de Grande Outro que representa e dita a lei absoluta³. Isso pode assumir várias figuras:

- a figura de potência do além (o «direito divino» dos reis, dos chefes de Igrejas, dos profetas e até dos gurus)
- ou a figura de potência resultante da vontade dos homens, uma entidade abstrata que eles próprios instituíram em *Terceiro* sobredeterminando-os (o Povo, o Estado, A República, a Nação, ou mesmo o Progresso, a Ciência, etc.), o que Durkheim chama de «social divino»⁴, o sujeito nada mais sendo aqui que o delegado dessa vontade geral.

3 Não é o mesmo que o de Lacan.

4 Durkheim E., *Formes élémentaires de la vie religieuse*, Paris, 1968.

De ordem *pessoal*, a força de verdade é mais restrita na medida em que ela se encontra incorporada ao sujeito como um atributo que lhe pertenceria intrinsecamente e lhe conferiria o que podemos chamar de uma «autoridade pessoal», ou um «carisma» que vem de sua filiação (herança), de sua experiência (o saber fazer), de seus traços de personalidade (tipificação, heroização).

Assim, pode-se dizer que todo ato de linguagem está ligado à ação através das relações de força estabelecidas entre os sujeitos, e que é dessa forma que se constrói o laço social.

2. A RELAÇÃO LINGUAGEM-AÇÃO NO DISCURSO POLÍTICO

Como ocorre no discurso político a relação entre linguagem e ação?

Entre as análises que se desenvolvem sobre o discurso político, três pontos de vista dominam quanto à definição do poder: os de Max Weber, de Hannah Arendt e de Jurgen Habermas, os quais resumiremos brevemente.

DIFERENTES PONTOS DE VISTA

Para Max Weber, o poder político está diretamente relacionado à dominação e à violência, seguindo uma hipótese geral: as relações humanas se fundam nas relações de dominante a dominado. O poder é portanto poder de dominação que vem acompanhado de uma certa violência e, no campo político, é o Estado que, por ter força de dominação, impõe sua autoridade através de uma violência que carrega a aparência da legalidade, obrigando o outro a assumir-se dominado e, portanto, a submeter-se: «o Estado só pode existir se os homens dominados se submetem à autoridade reivindicada o tempo todo pelos dominadores»⁵

5 Weber (1971)

Para Hannah Arendt, ao contrário de Weber, o poder político resulta de um consentimento, de uma vontade dos homens de ser e de viver juntos. Em toda comunidade, os homens estão em relação uns com os outros, dependem uns dos outros e devem pensar e agir juntos para regular seu comportamento e construir uma possibilidade de viver juntos. É esse «estar junto» que funda o fato político no qual poder e ação se definem reciprocamente: todo poder é um poder de agir conjuntamente. Nessa perspectiva, o poder político não pode se justificar pelo temor da dominação do outro, não pode ser exercido pela violência, pois ele é um poder que resulta da vontade comum, poder recebido, concedido pelo povo ou pelos cidadãos: «quando declaramos que alguém está no poder, entendemos por isso que ele recebeu de um certo número de pessoas o poder de agir em seu nome»⁶. O poder político não está preso portanto à opressão, mas à livre opinião.

O ponto de vista de Jürgen Habermas parece reconciliar os dois precedentes. Com efeito, ele propõe distinguir um «poder comunicacional» e um «poder administrativo». O primeiro existe fora de toda dominação, sendo o povo o seu iniciador – e ao mesmo tempo o seu depositário – fazendo-o existir e circular no espaço público. Instaure-se assim um espaço de discussão no qual os cidadãos trocam suas opiniões pela via argumentativa, formando assim «a opinião pública» fora de toda tutela do Estado, «fora de todo poder, em um espaço público não programado para a tomada de decisão, nesse sentido, inorganizado»⁷. O poder administrativo implica sempre, por outro lado, relações de dominação. Trata-se, assim, de organizar a ação social, de regular por leis, evitar e reprimir (por sanções) tudo o que poderia se opor à vontade de agir. Assim se institui um sistema político que tende a se defender contra toda tentativa de desestabilização e, para fazê-lo, exclui, seleciona, busca ser eficaz e, portanto, impõe.

6 Arendt (1972, p.153)

7 Habermas (1989, p. 50)

Em resumo, poderíamos dizer que o poder comunicacional é o que torna possível a construção de um espaço político ao colocar em cena a questão da legitimidade, e que o poder administrativo, ao se fundar sobre essa legitimidade, ao tirar partido de uma vontade popular, implementa um dispositivo de realização concreta do poder ao se impor às próprias pessoas que o fundaram.

DUAS VIAS DA PALAVRA POLÍTICA

Não vamos discutir aqui cada um desses pontos de vista, o que já foi feito, aliás, por numerosos filósofos. Mas eu gostaria, inscrevendo-me na filiação de Habermas e acrescentando-lhe alguma coisa, de defender uma concepção da linguagem política que resulta dialeticamente de dois eixos que determinam dois tipos de atividade social.

- a do *dizer político*, do debate de idéias no vasto campo do espaço público, lugar onde se trocam opiniões;
- a do *fazer político*, no campo mais restrito do espaço onde se tomam decisões e se realizam atos;

Esses dois campos se legitimam reciprocamente, mas, diferentemente de Habermas e de Arendt – e sobretudo de Weber que só vê um único campo, aquele onde se exerce uma « violência legítima », na qual se fundam legitimidade e autoridade -, acrescentaremos que cada um deles se define segundo relações de força e através de um jogo de dominação próprio. Cada um o faz misturando linguagem e ação, ainda que com diferenças:

- no primeiro (*dizer*), é a linguagem que domina, através de uma luta discursiva em que várias estratégias são permitidas (manipulação, proselitismo, ameaças / promessas, etc.), o objetivo sendo a imposição de uma opinião.
- no segundo (*fazer*), é a ação como o espaço onde se exerce o poder de agir entre uma instância política que se diz soberana e uma instância cidadã que, a todo momento, pode pedir

contas e resultados, o objetivo sendo uma dominação feita de regulamentação, de sanção e de reivindicação.

Se toda produção discursiva depende para sua significação dos objetivos que determinam as finalidades sociais, postularemos aqui dois tipos de atividade discursiva:

- um, voltado para as idéias e sua força de verdade (espaço de fabricação das ideologias). É o político;
- o outro, voltado para os atores e sua força de ação (espaço de fabricação das relações de força). É a política.

Poderemos ver assim de que modo, no campo político, a linguagem se liga à ação.

PALAVRAS DO CAMPO POLÍTICO E ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS

Gostaria agora de mostrar as incidências de um tal pressuposto (linguagem-ação) sobre a análise do discurso político. Aqui também, me deterei sobre alguns aspectos:

- o sujeito político pode encontrar-se em uma situação de enunciação «fora da governança» (quando se trata, por exemplo, de aceder ao poder sendo candidato a uma eleição),
- o sujeito político pode, de outro modo, encontrar-se em uma situação de enunciação «dentro da governança» (quando ele ocupa uma pasta, gere negócios de governo)⁸.

Em cada situação ele deve agir e comunicar, mas com estratégias ligeiramente diferentes, já que ele se encontra em posições de legitimidade diferentes. Diversos tipos de palavra (ou de estratégias discursivas) estão à disposição: palavra de *promessa*, palavra de *decisão*, palavra de *justificação*, palavra de *dissimulação*.

PALAVRA DE PROMESSA

A palavra de “promessa” (e sua outra face de “advertência”) deve ao mesmo tempo:

⁸ Para essa distinção entre «dentro da governança» e «fora da governança», ver nosso livro *Le discours politique*. Paris: Vuibert, 2005.

- definir uma idealidade social, portadora de um certo sistema de valores e os meios para atingir os fins almejados. Esse discurso se pretende ao mesmo tempo idealista e realista (a conjunção dos contrários);
- mas ela deve também ser credível aos olhos da instância cidadã, portanto o sujeito que faz a promessa deve ter credibilidade, o que o leva a construir uma imagem de si (*ethos*) de convicção e de suporte de identificação.
- enfim, ao buscar a adesão da maioria ao seu projeto, o sujeito político busca tocar seu público, apelando ora à razão, ora à emoção, em encenações diversas (declarações midiáticas, comícios, declarações escritas, panfletos, cartazes, etc.)

Dentro da governança, a atividade é mais delicada. *Fora da governança*, basta que ela tenha a força do profetismo. Dentro da governança, ela se defronta com o fato de estar intrinsecamente ligada à ação, de modo permanente sob os olhares críticos do adversário e do cidadão. É essa situação que faz emergir três tipos de palavra: palavra de decisão, de justificação e de dissimulação.

A palavra de «promessa-advertência» deve adquirir, não tanto a força da verdade, mas uma força de identificação a uma idéia e a um homem (mulher).

PALAVRA DE DECISÃO

A palavra de decisão é essencialmente uma palavra de ação que é fundada sobre uma posição de legitimidade. No campo político, ela diz três coisas:

- diz que há uma desordem social (uma situação, um fato, um acontecimento), o qual é julgado inaceitável (ele escapa a uma norma social ou ao quadro jurídico existente, caso contrário, bastaria aplicar a lei): ela enuncia a afirmação : «as coisas não vão bem».
- ela diz que é preciso tomar uma atitude para resolver essa anormalidade e reinseri-la em uma nova ordem ou em um

novo quadro jurídico; ela enuncia uma afirmação de ordem deôntica : «devemos consertar as coisas»;

- ela revela ao mesmo tempo que medida deve ser adotada no instante mesmo de sua enunciação (é seu caráter performativo).

Decisão de intervir ou não em um conflito, decisão de orientar a política econômica em uma ou outra direção, decisão de editar leis, atos que são realizados por uma palavra decisional que significa ao mesmo tempo anormalidade, necessidade e performatividade.

Vale lembrar a declaração difundida no rádio pelo General De Gaulle em sua volta de Baden Baden, em maio de 68: «Nas circunstâncias atuais, eu não renunciarei, nem substituirei meu Primeiro Ministro (...). Eu dissolvo, hoje mesmo, a Assembléia Nacional...». Todos os ingredientes estão lá: evidência de uma desordem social, necessidade de uma nova ordem, realização de uma série de atos pela própria proclamação.

PALAVRA DE JUSTIFICAÇÃO.

Toda tomada de decisão, como todo anúncio de ação – mesmo em posição de autoridade – precisa ser constantemente relegitimada, devido ao fato de que ela é constantemente interrogada ou questionada pelos adversários políticos ou pelos movimentos sociais.

Assim, o discurso de justificação volta sobre a ação para lhe dar (lembrar) sua razão de ser. Numerosas declarações de chefes de estado, de chefes de governo ou de ministros de estado quando tratam de certos problemas, são destinadas, face às críticas ou manifestações sociais, a justificar suas ações (é, por exemplo, o discurso dominante dos relatórios feitos pelo porta-voz do governo ao final de cada reunião ministerial). O discurso de justificação confirma o fundamento da ação e abre a possibilidade de novas ações complementares. Uma «ilustração e defesa» para o

prosseguimento da ação. Não se trata aqui nem de enunciar uma confissão, nem de um recuo. Trata-se de passar de uma posição eventual de culpa a uma posição de benfeitor responsável por seus atos.

PALAVRA DE DISSIMULAÇÃO

Outro aspecto intrínseco ao discurso político é a palavra de *dissimulação*. Contrariamente a uma idéia que se expande cada vez mais, o ator político nunca diz qualquer frase. Ele sabe prever três coisas: as críticas de seus adversários, os efeitos perversos da informação midiática e os movimentos sociais que deve tentar antecipar e neutralizar.

Instala-se então um jogo de máscaras entre palavra, pensamento e ação que nos conduz à questão da mentira na política.

A MENTIRA EM GERAL

Sabemos que há mentira e mentira. O pensamento filosófico já disse isso há bastante tempo. Seria uma atitude ingênua pensar que a mentira é ou não é e que ela se opõe à verdade única. A mentira se inscreve em uma relação entre o sujeito falante e seu interlocutor. O discurso mentiroso não existe em si mesmo. Só há mentira dentro de uma relação em função dos objetivos que recobrem essa relação. É uma ato voluntário. Além disso, é preciso considerar que a mentira não tem a mesma significação nem o mesmo alcance se o interlocutor é singular ou plural ou se o locutor fala no âmbito privado ou público. A cena pública dá um caráter singular à mentira.

A MENTIRA NA POLÍTICA

Todo homem político sabe que lhe é impossível dizer tudo, a todo instante, e dizer as coisas exatamente como ele as imagina ou pensa, pois suas palavras não devem entravar a sua ação. Surgem então várias estratégias:

A ESTRATÉGIA DO VAGO

A ação política se desenvolve no tempo e no momento em que o homem político pronuncia promessas ou engajamentos, ele não sabe de que meios ele poderá dispor nem quais serão os obstáculos à sua ação.

Ele poderá recorrer a um discurso de promessa, e mesmo de engajamento pessoal, mas de modo vago e às vezes alambicado, esperando ganhar tempo, ou apostando no esquecimento da promessa. Por exemplo, um candidato à presidência da República pode sempre declarar seu desejo de dar prioridade à pesquisa, e não assumir esse engajamento uma vez eleito: a ação é anunciada, mas não engajada. Trata-se de permanecer no vago, mas em um vago que não o faça perder credibilidade. O homem político não pode falhar nesse ponto.

A ESTRATÉGIA DO SILÊNCIO

A *estratégia do silêncio*, ou seja, a ausência de fala, pode ser uma estratégia importante. Envia-se armas a um país estrangeiro, colocam-se escutas telefônicas em um ministério, afunda-se o barco de uma associação ecológica, mas não se diz nem se anuncia nada. Investe-se na ação secreta. Temos aqui uma estratégia que entende que o anúncio do que será efetivamente realizado poderia a termo provocar reações violentas que impediriam a realização do que é julgado necessário ao bem da comunidade. É esse mesmo tipo de estratégia que às vezes é utilizado nos círculos militantes, cada vez que o objetivo é «não desesperar as massas⁹» como teria dito Sartre em 68.

ESTRATÉGIA DE DENEGAÇÃO

A situação é mais clara com a estratégia de denegação. Através dela, o homem político, envolvido em casos que sofrem processos

9 Frase atribuída a Sartre, que, segundo ele, nunca teria pronunciado.

na justiça, nega sua implicação ou a de um de seus colaboradores. Na hipótese de ele ter alguma responsabilidade nesses casos, negar significa mentir, seja negando os fatos (o caso dos diamantes de Bokassa), seja prestando um falso testemunho (caso OM-Valenciennes), o essencial é que não se possa provar a implicação das pessoas nesses casos.

Há, porém, uma versão mais nobre dessa estratégia de denegação que é o «blefe»: deixar entender que se sabe alguma coisa quando não se sabe nada e assumir o risco de ser levado a provar. Vale lembrar o debate Giscard-Mitterrand de 1974 ao curso do qual Giscard ameaçou Mitterrand de tirar da pasta que trazia consigo a prova das alegações (quando o dossier não continha senão páginas brancas), o que Mitterrand também fará por sua vez diante de Chirac no debate de 1988.

ESTRATÉGIA DA RAZÃO SUPREMA

Esse tipo de estratégia se encontra às vezes justificada em nome de uma razão suprema: não se diz nada, se diz falsamente ou se faz acreditar em nome da «razão de estado».

A mentira pública é assim justificada porque o objetivo é salvar, a despeito da opinião ou mesmo da vontade dos próprios cidadãos, um bem soberano, ou o que constitui a base identitária do povo sem a qual este se perderia. Platão já defendia esta razão «para o bem da República»¹⁰, e certos homens políticos recorrem a ela – mesmo de modo implícito – em momentos de forte crise social.

Desse modo, nada seria realmente mentira. Tem-se a impressão de que se trata de um discurso que não remete a uma vontade de enganar o outro, mas, ao contrário, de um desejo de torná-lo cúmplice de um imaginário que todo mundo teria interesse em conservar. Com freqüência, é em nome de uma razão superior que se deve

10 Platão, *A República* (1966)

calar o que se sabe ou o que se pensa, é em nome de um interesse comum que se deve guardar um segredo (reencontramos Sartre).

Em todo caso, é assim que podemos compreender o ambíguo «Eu vos compreendi» pronunciado por De Gaulle à multidão de Alger, na crise da Argélia.

Seja como for, parece que apenas a denegação seja claramente condenável, pois ela atinge o laço de confiança, o contrato social, que se estabelece entre o cidadão e seus representantes. Os outros casos podem ser discutíveis, e vários pensadores o fizeram¹¹: Machiavel, para quem o Príncipe deve ser um «grande simulador e dissimulador»¹²; de Tocqueville para quem certas questões devem ser subtraídas do conhecimento do povo que «sente mais do que pensa». Poderíamos mesmo dizer com algum cinismo que o homem político não tem de dizer a verdade, mas parecer dizer a verdade: o discurso político se interpõe entre a instância política e a instância cidadã criando entre os dois um jogo de espelhos: «Olhos nos olhos, eu o refuto», dizia Mitterrand a Chirac.

Se é verdade que todas as fases desse jogo não podem ser colocadas no mesmo plano sob a perspectiva de uma ética política, é igualmente verdadeiro que se trata aqui de uma articulação do que representam as duas forças que animam a vida política: a idealidade dos fins (*o* político) e a disposição dos meios para atingi-los (*a* política).

AS CONDIÇÕES DA PALAVRA POLÍTICA

Se queremos analisar o discurso político como produção linguageira em relações de persuasão, será preciso considerar três tipos de condições: condições de simplicidade, condições de credibilidade, condições de dramatização.

11 Platão, B. Gracian, Machiavel, H. Arendt, J. Habermas, etc..

12 Machiavel (1469-1527)

CONDIÇÕES DE SIMPLICIDADE

Condições de simplicidade, pois dirigir-se às massas é dirigir-se a um conjunto de indivíduos heterogêneos do ponto de vista de seu nível de instrução, de sua possibilidade de se informar, de sua capacidade de raciocínio e de sua experiência da vida coletiva, implica a consideração de valores que possam ser partilhados e sobretudo compreendidos pela maioria, sem o que se romperiam os vínculos com o público. O homem político deve então buscar reconhecer o grande denominador comum das idéias do grupo ao qual ele se dirige, ao mesmo tempo se interrogando sobre a forma de apresentá-los.

Simplificar as idéias não é fácil e comporta um risco. Não é fácil porque as idéias se organizam em sistemas de conhecimentos e de crenças¹³ que se misturam e tornam sua exposição complicada. Simplificar é portanto buscar reduzir essa complexidade a sua mais simples expressão. É aqui que surge um risco, o risco de se chegar a uma falsa verdade: «O tratado de Maastricht dá o direito de voto aos estrangeiros e por conseqüência a todos aqueles que chegarão legalmente ou ilegalmente a atravessar nossas fronteiras», afirma Jean-Marie Le Pen¹⁴.

Simplificar o raciocínio leva o orador político a deixar o rigor da razão em proveito da força da razão: é mais uma questão de veracidade que de verdade; trata-se de dizer, não o que é verdadeiro, mas o que eu creio ser verdadeiro e que o outro deve acreditar ser verdadeiro. Assim, surgem três tipos de raciocínio causal:

- um, dito *principal*, que transforma em princípio causal o que é sua finalidade: «Já que vocês desejam uma França forte, vocês votarão por um projeto liberal»¹⁵; não é dito que se deve agir

13 Para a diferença entre sistema de conhecimento e sistema de crença, ver Charaudeau (1997).

14 "Discours du serment de Reims", *Présent*, 11, 12 et 14 septembre 1992.

15 A formulação é sempre do tipo "É porque..... que.....".

(votar) com algum objetivo (uma França forte), mas é colocado de início o princípio (uma França forte) que deve engajar obrigatoriamente (obrigação moral) um ato determinado (votar). Esse modo de raciocínio visa ganhar a adesão dos indivíduos a um princípio, escolha moral, que deveria constituir o fundamento de sua adesão ao projeto político que lhe é proposto.

- um outro, dito *pragmático*, que avança uma premissa e dá a sua consequência ou objetivo visado. Uma relação de causa a consequência, mas com um deslizamento lógico de uma *causalidade possível* a uma *causalidade inelutável*¹⁶, que busca convencer que não há outra consequência senão a anunciada e nenhum outro objetivo a perseguir que o que foi anunciado: «Se reduzimos os impostos, aumentamos o poder de compra»¹⁷.

- um terceiro, dito por *analogia*, pode ser mais freqüente: analogia com fatos ocorridos (como no caso da jurisprudência): «Lembrem-se das greves de 95 !», «A América não conhecerá um novo Vietnam!», ou com a ação de grandes homens da história: «De Gaulle deve se revirar em sua cova» (Mendès-France). Toda comparação é uma armadilha: ela é profundamente subjetiva. Entretanto, ela possui um efeito de evidência.

CONDIÇÕES DE CREDIBILIDADE

As condições de credibilidade levam o sujeito político a construir uma imagem de si, um *ethos*, que deve servir de suporte de identificação para o auditório: *ethos* de *lucidez* «tenho consciência de que...»; *ethos* de *engajamento* expressando sua vontade de agir: «Eu vos ouvi, e me engajo a mudar a política»; *ethos* de autoridade: «é enquanto eleito, representante do povo, que eu peço a responsabilização do Presidente da República», enunciado passível de ser respondido por um *ethos* de virtude: «vocês me conhecem, e todos aqueles que me conhecem sabem que eu nunca busquei enriquecimento pessoal».

16 Para compreender melhor esse deslizamento, ver Charaudeau (1992, p.536).

17 A formulação aqui é do tipo "Se..., então..." ou "Para tanto..., em vista de...".

CONDIÇÕES DE DRAMATIZAÇÃO

As condições de dramatização conduzem o sujeito político a animar a cena da vida política empregando palavras e argumentos que emocionem: argumentos mais ou menos diretos de ameaça «Se deixamos passar a chance de uma Europa unida, isso pode significar não só o seu enfraquecimento face aos Estados Unidos, mas também o de nosso país»¹⁸; argumentos apresentando um *dilema*: «De Gaulle ou o caos»; argumentos de desqualificação do adversário: «Há os que recomendam ao eleitor o voto em branco. Será que eles não possuem nenhuma opinião sobre a Europa?», ou através de sua contradição: «Há bem pouco tempo, você era contra a Europa de Maastricht, e agora você celebra os seus benefícios».

CONCLUSÃO

O campo político é um domínio onde se movem relações de força simbólicas para a conquista e a gestão do poder. Se é claro que todas as fases desse jogo podem ser colocadas no mesmo plano sob o ponto de vista de uma ética política, é igualmente claro que nos encontramos aqui na articulação do que são as duas forças que animam a vida política: a idealidade dos fins (*o* político) e a disposição dos meios para atingi-los (*a* política).

Mas é preciso se render às evidências: o discurso político põe em movimento mais um objetivo de incitação a pensar e a agir do que um objetivo de demonstração. Há um certo angelismo em acreditar que o discurso do ator político está voltado apenas para a definição de uma idealidade social. Trata-se muito mais de promover uma verdade em razão, independentemente das opiniões, que de buscar transformar (ou reforçar) opiniões marcadas por crenças.

18 é também o argumento do "mãozinha na engrenagem" (Plantin 1996: 45), e do "pontapé na porta" (Beauvois 1987: cap.4)

O discurso político é sempre um discurso dirigido e, ao mesmo tempo, os receptores desse discurso, os cidadãos, são parte integrante dele. É a razão pela qual podemos dizer que os povos são responsáveis (co-responsabilidade massa-elites) pelo regime político no qual eles vivem, por opinião pública interposta (como na França de Vichy, na França da colonização, na França de 21 de abril de 2002).

A encenação do discurso político oscila entre a ordem da razão e a ordem da paixão, misturando *logos*, *ethos* e *pathos* para tentar responder à questão que nós todos devemos nos colocar: O que me faz aderir a tal ou tal valor, tal ou tal ação política «via tal ou tal partido, tal ou tal personagem»?

Estamos em plena «subjetivação» do político, como disse Tocqueville, Foucault ou Deleuze, uma subjetivação que mistura inelutavelmente afeto e racionalidade, histórias pessoais e histórias coletivas, espaço público e espaço privado, religião, sexo e poder.

Assim, a perversidade do discurso político deve entreter permanentemente a coexistência de uma «*desejabilidade social e coletiva*», sem a qual não pode haver busca por um bem soberano, e de um «pragmatismo» necessário à gestão do poder sem o qual não pode haver avanços em direção a essa idealidade, ou um mentir verdadeiro (Aragon)?

Entram assim em colisão uma *verdade das aparências* posta em cena pelo discurso e uma *verdade das ações* construída pelas decisões. No discurso político, as duas se fundem em um «verossímil» sem o qual não haveria ação possível no espaço público. Talvez esteja aí um dos fundamentos da palavra política.

DISCURSO E SOCIEDADE:
DOS GÊNEROS AOS ATOS DE LINGUAGEM

PAULO HENRIQUE A. MENDES

PUC-RJ

CONSIDERAÇÕES GERAIS

É extremamente difícil dizer algo significativo e inovador acerca das relações entre discurso e sociedade, dada a extensão e a complexidade conceitual envolvidas não só na definição de cada um dos termos desse binômio, mas sobretudo nas relações estabelecidas entre eles, considerando-se a vasta tradição de conhecimento acerca da linguagem. Não obstante, por mais genérico e vago que possa parecer, um critério de articulação entre as referidas categorias pode ser definido no âmbito de uma certa versão do *pragmatismo*, ou ainda, de uma concepção pragmática de abordagem das mesmas, a qual se fundamenta, em linhas gerais, no estreitamento das relações existentes entre as 'capacidades humanas' de *conhecer*, de *representar* e de *agir* vivendo em sociedade. Nessa perspectiva, pretendemos abordar aqui alguns aspectos de 'modelos' que buscam estudar o uso da linguagem como forma de ação dos sujeitos na sociedade.

Cabe, então, destacar primeiramente a obra de Bakhtin/Volochinov, que inaugura de certa forma a reflexão sobre a dimensão social da enunciação como constitutiva da linguagem.

O(s) autor(es) apresenta(m) uma concepção dialógica do discurso como um processo de semiose social ininterrupto que envolve uma relação dialética entre a 'internalização' dos signos sob a forma de 'atividade mental' (ou discurso interior) e a 'externalização' dos signos sob a forma de 'interação social' (ou enunciação). Bakhtin tem também o mérito de apontar para os problemas centrais de interesse das teorias contemporâneas do discurso; se o autor não conseguiu formalizar um escopo teórico-metodológico que satisfaça às nossas exigências de uma análise mais rigorosa das práticas discursivas, ele ao menos sugeriu hipóteses ou direções de trabalho bastante fecundas. A propósito, em um de seus textos fundadores – *Marxismo e filosofia da linguagem* (1981) – no sexto capítulo, intitulado 'interação verbal', já se defendia a tese de que o fenômeno social da interação verbal constitui a realidade fundamental da língua, ressaltando que a ordem metodológica para o estudo da língua deve ser a seguinte: 1º) análise das formas e dos tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza; 2º) análise das formas distintas das enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação com a interação de que eles constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal; 3º) exame das formas da língua na sua interpretação habitual (p.124).

ESCOPO TEÓRICO:

Essa sugestão metodológica de Bakhtin pode ser contemplada a partir da tentativa de integração de categorias oriundas da Análise do Discurso, especialmente em sua versão específica representada pela Teoria Semiolingüística (de P. Charaudeau), e da Pragmática, em sua versão conhecida como Teoria dos Atos de Fala (de Austin, Searle e Vanderveken), as quais desenvolveram formulações consistentes sobre o uso da linguagem como constitutivo das mais variadas formas de ação dos sujeitos na sociedade¹.

¹ Essa proposta de integração teórica foi desenvolvida na tese intitulada "Análise do discurso político eleitoral: dos atos de fala aos processos enunciativos do debate eleitoral" (1999).

A começar pelas contribuições fundamentais oferecidas pela teoria semiolinguística, esse modelo se fundamenta numa concepção do sentido discursivo como um processo de interrelação entre ao menos duas instâncias enunciativas mais fundamentais, de produção (eu) e de interpretação (tu), que se desdobram em função da interrelação entre dois espaços de produção do sentido, interno e externo à manifestação linguística, os quais se combinam de modo pertinente. Na perspectiva das determinações sócio-cognitivas a que estão submetidos os interlocutores, o conceito de contrato de comunicação comporta um conjunto de categorias – identidade, finalidade, domínio temático e suporte material – que balizam uma instância superior, relativa ao domínio discursivo, e ainda, uma instância intermediária, relativa aos gêneros discursivos, de consenso intersubjetivo entre os interlocutores, no sentido de que sobre-determinam as condições de uso efetivo dos atos de fala, caracterizando situações concretas de interlocução. Trata-se, pois, de assumir a natureza fundamentalmente psicossocial da enunciação, pois nenhum falante enuncia apenas em razão da sua própria individualidade, mas sobretudo em função do lugar social que o determina, assim como nenhum ouvinte interpreta somente a partir de sua própria consciência individual, mas antes em razão de uma intencionalidade socializada. A dimensão histórica do vivido implica uma certa fragmentação da identidade do sujeito, cujo desdobramento configura um conjunto múltiplo de lugares enunciativos e de representações sociais que se relacionam, se contaminam e se contradizem. Sendo assim, é preciso atentar para o fato de que, na própria estruturação do espaço de limitações situacionais a que estão assujeitados os interlocutores enquanto indivíduos históricos, essa mesma dimensão (normativa e empírica) de consenso abriga e prevê não apenas a possibilidade, mas a necessidade do dissenso. Nesse sentido, as relações entre as forças sociais inerentes ao processo histórico demarcam a constituição de um território profícuo à emergência do conflito, da polêmica, das contradições, da polifonia

ou do interdiscurso a partir da própria instância situacional das práticas de linguagem que estrutura o contrato de comunicação.

O contrato constitui, assim, uma forma de regulação dos conflitos, em função de um esforço de comunicabilidade e de preservação das divergências. É claro que essa forma de regulação não poderia jamais significar um engessamento dos processos discursivos, que viesse a reduzir a potencialidade dos conflitos (intencionais) a uma dimensão estanque de consenso (convencional). Como instância superior de consenso social, o contrato de comunicação relaciona-se com os setores de atividade social que só se realizam sob a forma de práticas discursivas institucionalizadas correspondentes àquilo que intuitivamente chamamos de discurso político, religioso, filosófico, científico, jurídico, midiático etc. Esses grandes domínios discursivos muito gerais e muito difusos representam uma espécie de memória interdiscursiva e se materializam textualmente sob a forma de um conjunto de gêneros, representativos de uma instância intermediária de consenso social e associados a diferentes situações ou dispositivos de comunicação, portanto a diferentes condições psicossociais de produção, recepção e circulação, e ainda, a diferentes convenções linguístico-enunciativas de ordem formal. Assim, a estruturação de um modelo sócio-comunicativo, representado pelo contrato, permite operar um recorte significativo dessa complexidade enunciativa que se faz presente na atividade discursiva. A proposta de analisar os processos discursivos a partir de um desdobramento das instâncias enunciativas possibilita, por exemplo: de um lado, relativizar/atenuar o teor demasiado determinista das concepções segundo as quais o sentido discursivo seria, em última análise, um mero reflexo e/ou reprodução das restrições externas impostas por instância normativa dominante; de outro lado, disciplinar/racionalizar as interpretações, exageradamente impressionistas, segundo as quais o sentido discursivo seria, em última instância,

um mero produto das intenções aleatórias e/ou disposições mentais dos usuários.

Chegamos, então, às contribuições apresentadas pela TAF, cuja abordagem contempla uma instância inferior de consenso entre os interlocutores, representada pelas condições enunciativas mínimas requeridas para a constituição de determinados objetos discursivos, as quais devem ser vinculadas a uma dimensão propriamente pragmática, ou seja, *ilocucional*, o que implica avaliar não só a proposição (nível locucional), mas também a produção de ações e de compromissos intersubjetivos decorrentes da enunciação. A dimensão enunciativa ilocucional não é suficiente para explicar as variáveis intencionais envolvidas na enunciação (que comporta ainda um nível perlocucional), mas constitui uma condição necessária para qualquer abordagem discursiva, pois é nessa instância que se define o valor de ação inerente a qualquer enunciado, o qual lhe confere o 'status' institucional de um ato discursivo, cuja interpretabilidade é intersubjetivamente válida, o que faz dele um ato convencional socialmente reconhecido. Os atos ilocucionais são concebidos como formas naturais de uso da linguagem na sociedade, de modo que todo indivíduo que utiliza um enunciado com uma intenção de comunicação tem sempre a intenção de realizar um ato ilocucional no contexto de sua enunciação. Não se trata de uma concepção ingênua do uso da linguagem que só poderia ser compreendido e teorizado na indefinição de suas aparições singulares e aleatórias; há, com efeito, segundo essa teoria, um conjunto restrito de maneiras de realizar ações através da linguagem, o que delimita uma certa margem de seu acaso, a qual se traduz pelas condições de sucesso e de satisfação dos atos.

A vantagem dessa proposta parece clara, no sentido de que permite estruturar teoricamente a intuição bastante óbvia de que os discursos não são constituídos apenas por um conjunto de palavras articuladas em frases que, por sua vez, se articulam em seqüências

dialogais, descritivo-narrativas e/ou argumentativas, mas, sobretudo, por um conjunto organizado de atos ilocucionais, isto é, de perguntas, afirmações, elogios, críticas, pedidos, promessas, declarações etc, articulados e encadeados entre si sob a forma de gêneros discursivos, representativos de um editorial de jornal, de uma propaganda de governo, de um planfleto sindical, de uma entrevista, de um debate etc, que coexistem e se interrelacionam na sociedade. A delimitação dos tipos de atos ilocucionais recorrentes não é suficiente para caracterizar a especificidade de determinados objetos discursivos, mas é de suma necessidade para a constituição de qualquer teoria do discurso – pois seria extremamente ingênuo conceber um modelo explicativo dos gêneros que negligenciasse a regularidade de certas forças ilocucionais em dados objetos discursivos –. Da mesma forma, tal delimitação é fundamentalmente necessária para a construção de qualquer modelo interacionista, porque sem a existência de atos ilocucionais não haveria possibilidade de qualquer tipo de conversação, enquanto uma das principais formas de ação cotidiana característica dos modos de organização social.

Essa forma de restrição enunciativa, representada pela estrutura institucional dos atos ilocucionais, remete à rede de relações estabelecidas entre a forma lógica dos atos ilocucionais e a estrutura psicossocial das práticas discursivas em geral. Essa rede de relações coloca em questão a importância do papel desempenhado pelas convenções, que asseguram certos padrões de funcionamento dos processos discursivos. Não que as convenções constituam uma categoria suficientemente sistematizada, a ponto de poder ser especificada com precisão em cada caso e convertida em princípio metodológico; trata-se de salientar que tal categoria constitui um parâmetro de racionalidade para a construção de um modelo que contemple o teor intersubjetivo intrínseco, ao mesmo tempo lingüístico e social, do compromisso estabelecido entre linguagem e ação. Assim, um modelo de racionalidade discursiva requer que todo processo lingüístico, que pretenda ter relevância

social, assuma um valor de ação, e que toda ação, que pretenda ser socialmente relevante, seja representável lingüisticamente. A semiose das práticas sociais incorpora-se racionalmente na linguagem de forma tal que o conhecimento da forma lógica dos atos ilocucionais, enquanto objeto concebido cognitivamente, implica, necessariamente, o conhecimento de seus efeitos práticos, em termos das condições apropriadas de seu uso efetivo em circunstâncias históricas específicas. Se, de um lado, a competência lingüístico-discursiva dos falantes lhes faculta um conhecimento lógico da estrutura dos atos de fala e, por conseguinte, a disponibilidade pública de construí-los lingüisticamente, de outro lado, tal competência não lhes garante, de modo equânime, as condições sócio-históricas de seu uso efetivo em contextos reais de interlocução.

ESBOÇO DE ANÁLISE:

Na perspectiva da aplicabilidade da integração das categorias dos dois 'modelos' acima na análise de objetos discursivos específicos, o breve comentário a seguir pretende ter um tom de denúncia, até porque acreditamos que a análise do discurso tem um papel social no sentido de buscar aproximar a teoria da prática, isto é, da vida. Focalizaremos, então, certos aspectos argumentativos recorrentes no discurso político do governo de Minas Gerais, que incidem inclusive sobre um tema social da maior importância, que é a educação. O discurso político constitui um domínio discursivo do qual o discurso de governo é um sub-domínio, que se materializa, entre outros gêneros, sob a forma da propaganda política de governo, caracterizando uma situação de comunicação específica, que pode ser atualizada através de diferentes suportes materiais.

Desconsiderando-se as questões relativas ao imbricamento existente entre o domínio político e o midiático na sociedade, para ser bastante sucinto, destacaremos apenas uma das categorias

mais importantes do contrato, representada pela finalidade comunicativa, que Charaudeau desdobra em algumas 'visées', traduzidas como visadas ou objetivos discursivos os quais, em linhas muito gerais, podem ser descritos em termos de predicados modais. Tal categoria está associada ao princípio de influência recíproca entre os interlocutores, que fundamenta as relações de poder estabelecidas na sociedade². Assim, o discurso político é caracterizado tipicamente pelo predomínio da finalidade persuasiva que se define pelo 'fazer crer', a qual geralmente está a serviço da finalidade incitativa que se define pelo 'fazer fazer', a exemplo do discurso de campanha eleitoral. Para satisfazer tais finalidades discursivas, o discurso político requer o agenciamento de suas condições enunciativas mínimas representadas pela enunciação de atos assertivos avaliativos, de elogio ou de crítica, como forma de demarcação de um posicionamento político-ideológico e, sobretudo, de atos comissivos de promessa, que projeta ações futuras destinadas a satisfazer as necessidades e demandas da população, ainda que a promessa seja escamoteada através de diferentes formatos de modalização lingüístico-enunciativos. O encadeamento sintático-discursivo desses atos configura um modo de organização narrativo-argumentativo, na medida em que é preciso reportar e avaliar ações ou estados de coisas passados sob a forma de elogios ou de críticas, para então projetar ações futuras de continuidade ou mudança sob a forma de promessas. Nesse sentido, o modo de organização do discurso político atualizado sob a forma da propaganda de governo se define pela presença de um formato implicativo do tipo "Se auto-elógio às próprias ações do governo, então promessa de continuidade e de melhoria dessas ações". Esse formato é uma constante estratégica presente no discurso de qualquer governo, que deve prestar contas à população sobre aquilo que realizou, que está realizando e que ainda realizará

2 Para uma compreensão mais sistemática sobre as relações entre ação e poder, sugerimos a leitura do artigo *Comment le langage se noue à l'action dans un modèle socio-communicationnel du discours. De l'action au pouvoir* (CHARAUDEAU: 2004. 151-175)

para satisfazer ou honrar os compromissos com as demandas da sociedade.

O discurso do governo de Minas e, mais especificamente, do governador Aécio Neves não foge a essa regra, mas o que nos interessa pontuar é o modo perverso como ele busca escamotear e distorcer essa regularidade do discurso de governo. Mencionaremos rapidamente três exemplos, que vão de um grau menor até um grau maior de escamoteamento e distorção da propaganda de governo, presentes no discurso do governo estadual. O primeiro exemplo, que apresenta menor grau de distorção, diz respeito ao horário político veiculado na televisão em meados de maio deste ano (2005), no qual a propaganda do governo estadual é apresentada sob a forma de uma entrevista que o jornalista Roberto Dávila realiza com o governador Aécio Neves³, a qual infelizmente não podemos mostrar em função das restrições espaço-temporais impostas à realização deste texto. Temos explicitamente a presença do gênero jornalístico 'entrevista' dentro do gênero político 'propaganda de governo', de modo que nós podemos dizer que o sub-domínio discursivo jornalístico atravessa o discurso político, do ponto de vista interdiscursivo; e mais, do ponto de vista situacional, o gênero entrevista desloca a instância do cidadão/telespectador para uma posição de enunciatário indireto (ou ainda, de um *tiers*)⁴, uma vez que a interlocução direta se dá entre o jornalista que se desdobra no papel de entrevistador enunciador das perguntas e o governador que se desdobra no papel de entrevistado enunciador das respostas.

3 Essa mesma estratégia se repetiu no dia 31/10/2005, acrescida de um dado novo, qual seja, a inserção de perguntas supostamente elaboradas pela população, as quais, curiosamente, são encadeadas a elogios feitos ao governo estadual, de modo que o cidadão parece assumir o papel de mero porta-voz das perguntas que, na verdade, devem ter sido elaboradas pelo próprio governo estadual e pelo PSDB, ou ainda, pelos seus respectivos publicitários.

4 Sobre o status teórico do 'tiers', ver *La voix cachée du tiers: des non-dits du discours* (2004)

O efeito de sentido visado pelo pseudo-valor informativo/factual da entrevista é justamente o deslocamento da finalidade persuasiva de 'fazer crer' em um dado posicionamento político-ideológico para a finalidade informativa de 'fazer saber' sobre determinados fatos políticos, efeito que pode ser suscitado em quem, por exemplo, ligue a televisão com a entrevista já em curso, sem saber que se trata de uma propaganda do horário político da tv.

O segundo exemplo refere-se a um suposto comunicado do governo mineiro publicado no caderno de política do jornal Estado de Minas em fevereiro deste ano (ver anexo). Este caso apresenta um grau intermediário de escamoteamento da propaganda política, que aparece travestida e rotulada com o nome de comunicado, que seria um gênero político-administrativo de valor tipicamente informativo. Aqui a 'propaganda de governo' subjaz demagogicamente ao suposto 'comunicado', sendo determinada pelo domínio discursivo político, cujo esquema argumentativo típico "Se elogio, então promessa de continuidade e melhoria" aparece modalizado e atualizado através de um formato lingüístico mais assertivo e delocutivo, a exemplo dos enunciados "Como resultado do déficit zero nas contas públicas (...) o governo de Minas informa que pôs fim à escala de pagamentos (auto-elógio) e que a partir da folha de janeiro os salários serão pagos no quinto dia útil do mês (promessa)." Ora, nós temos aí a mesma estratégia de escamotear a finalidade persuasiva/ideológica sob a forma da finalidade informativa/factual; e ainda, o enunciatório direto do suposto comunicado deve ser a categoria dos servidores públicos estaduais, mas o destinatário da propaganda política se faz presente sob a forma do leitor/cidadão/eleitor.

O último exemplo (ver anexo) é mais grave porque é o que apresenta o maior grau de distorção da 'propaganda política de governo', incidindo, perversamente, sobre o tema social da educação. O governo estadual foi um pouco longe demais ao escamotear o gênero 'propaganda de governo' sob a forma de um

'programa básico do concurso para professor do estado', publicado no edital e nas apostilas do concurso, cujas provas foram realizadas no dia 19/06/2005. Além de outros textos oficiais que enaltecem as ações do governo mineiro, a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais inseriu sub-repticiamente no programa básico do referido concurso um 'artigo de opinião' do governador Aécio Neves, publicado anteriormente no jornal Estado de São Paulo, em 10 de fevereiro de 2004, cujo título é nada mais nada menos que "A Revolução Educacional Mineira", referindo-se à instituição por decreto do ensino fundamental com duração de nove anos em Minas. Chamar de 'revolução' a instauração desse fato institucional consiste em uma estratégia de auto-elogio às ações do governo estadual, cujo teor hiperbólico relativo ao semantismo do próprio vocábulo em questão já nos permite derivar como efeito perlocucional o ato de linguagem que se traduz pela demagogia, o que é muito comum e até mesmo inerente à prática política. A estratégia se torna mais oportunista por envolver a inserção do referido artigo do governador no programa de conhecimentos gerais do concurso para professor do estado, fato que extrapola a demagogia para alcançar as raias da manipulação do cidadão/eleitor. Trata-se de uma estratégia discursiva que tem a clara intenção ou finalidade comunicativa de transfigurar um discurso relativo a um sistema de crenças e opiniões de valor político-ideológico em um sistema de conhecimentos de valor supostamente epistêmico-factual, suscitando assim o pior dos efeitos de sentido ideológicos, qual seja, o efeito do discurso único e totalitário da verdade e do poder de Estado. Em outras palavras, um discurso político que tem um objetivo tipicamente persuasivo de 'fazer crer' é escamoteado sob a forma de um discurso supostamente de formação profissional que tem pretensamente uma finalidade informativa de 'fazer saber'. Novamente a instância cidadã aparece como um destinatário indireto subjacente ao destinatário direto que se faz representar pelos candidatos ao concurso para professor estadual. Bem entendido, nos três

exemplos, com graus diferentes de distorção da propaganda de governo, trata-se da mesma estratégia discursiva básica, cuja recorrência denota o seu caráter intencional.

Gostaríamos de finalizar esta intervenção com uma citação de um texto de Pierre Bourdieu publicado na Folha de São Paulo já faz algum tempo, cujo título é “A História do Fim”, uma crítica irônica à hipótese do ‘Fim da História’, defendida na época por Fukuyama, um dos principais ideólogos do Neoliberalismo. A citação é a seguinte: “é preciso esforço para fazer do uso rigoroso da razão, isto é, da linguagem, a primeira virtude política, para dar aos intelectuais o único poder que têm, o direito e o dever de reivindicar: exercer uma vigilância incessante e eficaz contra o abuso das palavras...”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da linguagem*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1981.
- BOURDIEU, P. *A história do fim*. In: Folhetim - Folha de São Paulo, 1993.
- CHARAUDEAU, P. *Comment le langage se noue à l'action dans un modèle socio-communicationnel du discours. De l'action au pouvoir*. Cahiers de linguistique française 26. Genève: Université de Genève, 2004 (p. 151-175).
- CHARAUDEAU, P. MONTES, R. (Org.) *La voix cachée du tiers: des non-dits du discours*. Paris: l'Harmattan, 2004.
- MENDES, P.H.A. *Análise do discurso político eleitoral: dos atos de fala aos processos enunciativos do debate eleitoral*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 1999. (Tese - doutorado)
- SEARLE, J. *Actos de fala*. Coimbra: Almedina, 1984.
- SEARLE, J. VANDERVEN, D. *Foundations of illocutionary logic*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- VANDERVEN, D. *O que é uma força ilocucional?* Cadernos de Estudos Linguísticos. Campinas: IEL-Unicamp, 1985 (p.173-194).

ANEXOS

COMUNICADO

Como resultado direto do Déficit Zero nas contas públicas do Estado e honrando o compromisso assumido de valorizar os servidores estaduais, o Governo de Minas informa que pôs fim à escala de pagamentos e que, a partir da folha de janeiro, os salários serão pagos no quinto dia útil do mês seguinte. Excepcionalmente, o pagamento de janeiro dos 430.270 servidores ativos e inativos do Estado será antecipado para sexta-feira, dia 4 de fevereiro.



Construindo um novo tempo

ESTADO DE MINAS GERAIS - quarta-feira, 2 de fevereiro de 2005

POLÍTICA

ANEXO III
PROGRAMAS DAS PROVAS
QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (COMUNS A TODAS AS PROVAS)

As questões de conhecimentos gerais devem avaliar conhecimentos e habilidades de leitura e interpretação de textos, gráficos, tabelas e mapas sobre temas da atualidade que abordem os contextos econômico, social e educacional, bem como noções de direitos humanos e orientações e normas contidas nos documentos e textos legais:

- 1 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL e ESTADUAL, especialmente os Capítulos que tratam dos Princípios Fundamentais; Direitos e Deveres Individuais e Coletivos e Direitos Sociais, Administração Pública; Educação.
- 2 - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, especialmente os Capítulos IV e V do Título II - Dos Direitos Fundamentais.
- 3 - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - LDB, Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, especialmente os Capítulos I, II, III, IV e V do Título V - Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino.
- 4 - O Desafio da Qualidade - A Educação Pública em Minas 2003/2006 - Editado pela Secretaria de Estado de Educação, Abril de 2003.
- 5 - Ensino Fundamental de 9 anos - Em busca do Sucesso Escolar - Editado pela Secretaria de Estado de Educação, Maio de 2003.
- 6 - Estrutura Orgânica da Secretaria de Estado de Educação:
 - Lei Delegada nº 59, de 29 de janeiro de 2003.
 - Decreto nº 43238, de 27 de março de 2003.
 - Organograma.
- 7 - Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública - SIMAVE/PROEB - www.simave.ufjf.br
- 8 - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB - www.inep.gov.br/basica/saeb
- 9 - Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM - www.inep.gov.br/basica/enem

Nota: os documentos relacionados nos itens 4, 5 e 6 estão disponíveis no "link" Concursos Públicos da SEE/MG - Site: www.educacao.mg.gov.br

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Programa de Língua Portuguesa	<ol style="list-style-type: none">1. Compreensão e produção de textos: teoria e prática<ul style="list-style-type: none">- Contexto de produção, circulação e recepção.- Organização temática.- Seleção lexical e efeitos de sentido.- Vozes- Modalização e argumentatividade.- Posicionamentos enunciativos.- Organização textual dos discursos narrativo, de relato, descritivo, expositivo, argumentativo e injuntivo.- Organização linguística dos enunciados narrativo, de relato, descritivo, expositivo, argumentativo e injuntivo.- Gêneros: anúncio publicitário; artigo de divulgação científica; artigo de opinião; carta do leitor; crônica; dissertação; entrevista; instruções de uso; confecção, operação ou montagem; notícia; perfil; regulamento; reportagem; resenha; resumo; textos de aconselhamento e auto-ajuda; verbete de enciclopédia.2. Linguagem e língua<ul style="list-style-type: none">- A linguagem como atividade cognitiva e interativa, social e histórica, indeterminada e heterogênea- A linguagem verbal e suas modalidades (fala e escrita)
-------------------------------	---

CONCURSO PÚBLICO 2005

PROFESSOR ESTADUAL-MG

CONHECIMENTOS GERAIS (COMUNS A TODAS AS PROVAS)

1) CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 (ATUALIZADA)	7
2) CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS DE 1989 (ATUALIZADA)	50
Especialmente os Capítulos que tratam dos Princípios Fundamentais; Direitos e Deveres Individuais e Coletivos e Direitos Sociais; Administração Pública; Educação	
3) ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, Lei nº 8069, de 13 de Julho de 1990, especialmente os Capítulos IV e V do Título II – Dos Direitos Fundamentais	59
4) LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB, Lei nº 9394/95, de 20 de dezembro de 1996, especialmente os Capítulos I, 7, 19, IV e V do Título V – Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino	80
5) O Decreto de Quantidade – A Educação Pública em Minas 2003/2005 – SEE, AD-1 de 2003	87
6) Ensino Fundamental de 9 anos – Em base ao Sistema Escolar – Estado para Secretaria de Estado de Educação, Maio de 2003	90
7) Estrutura Orgânica da Secretaria de Estado de Educação	
- Lei Delegada nº 59, de 29 de janeiro de 2003	82
- Decreto nº 43.255, de 27 de março de 2003	83
- Organograma	99
8) Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMEVAPROED	100
9) Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB	102
10) Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM	104
Normas de direitos humanos	115
Conhecimentos e habilidades de leitura e interpretação de textos	154
Gráficos, tabelas e mapas	181
Temas de atualidade que abordam os eixos das dimensões social e educacional	179
QUESTÕES DE PROVAS ANTERIORES	163

MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS EM ANDAMENTO

A Secretaria de Educação vem executando alguns projetos que, realizados os aperfeiçoamentos necessários, deverão ser mantidos como parte do seu programa de trabalho. Incluem-se nesse conjunto o Projeto Veredas (destinado à formação de professores em Curso Normal Superior), os projetos voltados para o desenvolvimento da Aris-Educação, o Programa de Avaliação Sistemática da Rede Estadual, o Programa de Formação de Professores Indígenas, o Programa de Formação de Dirigentes Escolares, os Projetos de Desenvolvimento da Educação Especial, incluindo a parceria com a APAE, e os programas em andamento da cooperação Estado-municípios-empresas.

Programas bem-sucedidos em andamento, como o Projeto Veredas, serão mantidos, com os aperfeiçoamentos necessários.

QUALIFICAÇÃO DOCENTE

Para que seja retomado o 1º lugar na Educação Nacional, Minas irá investir decididamente na melhoria da educação oferecida em toda a rede pública, o que significa atenção especial para a formação dos professores, ao lado da garantia de condições básicas de funcionamento das escolas e da institucionalização da avaliação externa como parâmetro de bombaramento de tomada de decisão.

OUIDORIA EDUCACIONAL

Entre as medidas que serão implementadas em curtíssimo prazo estará a elativa implantação de uma Ouvidoria Educacional, que será o canal direto de contato da sociedade com o sistema, para expressar suas queixas e apresentar suas legítimas reivindicações e sugestões.

Será criada a Ouvidoria Educacional, para que a população possa apresentar suas reclamações e legítimas reivindicações.

ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS

EM BUSCA DO SUCESSO ESCOLAR

A Secretaria de Estado de Educação editou em dezembro último a Resolução SEE nº 469/2003, estabelecendo as diretrizes para a organização e o funcionamento, nas escolas estaduais, dos anos iniciais do Ensino Fundamental com nove anos de duração, que Minas Gerais implanta a partir de 2004, de forma pioneira no Brasil.

A Resolução consolida os debates realizados ao longo de 2003, com ampla participação de todo o sistema e consultoria do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) da Faculdade de Educação da UFMG. Os dois principais momentos desse debate foram o Seminário realizado em outubro e o Congresso Estadual de Alfabetização, realizado em dezembro e que reuniu em Belo Horizonte cerca de 1.500 professores alfabetizadores de escolas públicas do Estado.

A Resolução SEE nº 469/2003 tem como objetivo criar a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos neste primeiro momento, mas não pretende esgotar todas as possibilidades decorrentes da inovação ou ser uma camisa-de-força e limitar a criatividade das escolas ou dificultar o atendimento às necessidades do dia-a-dia. Todas as situações surgidas a partir da implantação do novo sistema e não previstas na Resolução deverão, portanto, ser prontamente analisadas, para a busca de soluções imediatas. Para isto, será indispensável a contribuição de cada integrante do nosso sistema: diretores, professores, funcionários, alunos e comunidade.

Além de facilitar e orientar o funcionamento das escolas, a Secretaria pretende com esta publicação, estimular o debate que contribuirá para o posterior aperfeiçoamento das normas que orientam o sistema estadual do ensino.

Belo Horizonte, abril de 2004.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS

A REVOLUÇÃO EDUCACIONAL MINEIRA

Nesta segunda-feira, perto de 100 mil crianças de 6 anos tiveram uma experiência singular em sua vida: ingressaram no ensino fundamental regular da rede escolar pública de Minas Gerais, que passa a ter, a partir de agora, nove anos de duração, um ano a mais que os oito do ensino fundamental brasileiro.

Em vez de entrar na sala de aula aos sete anos de idade, como no resto do País, os pequenos mineiros vão fazê-lo um ano mais cedo.

O ingresso de uma criança na escola é, ao mesmo tempo, um momento mágico e cheio de tensões. Segundo os educadores, um dos mais delicados de sua vida. O sucesso inicial do aluno pode definir seu futuro como pessoa e cidadão. Quanto mais precoce ocorre seu ingresso na escola, melhor para seu aproveitamento escolar e para seu desempenho educacional pelos anos seguintes.

A matrícula escolar um ano mais cedo dará mais tempo para que os professores possam fazer um trabalho melhor, principalmente nas parcelas mais carentes da população. Essa antecipação permite reduzir os acentuados desníveis educacionais das crianças mais pobres quando entram na escola aos 7 anos e lá encontram outros alunos que começaram a estudar aos 6 anos de idade.

Os alunos carentes são prejudicados, às vezes irremediavelmente. Entre eles ocorre, em percentual bem maior, a repetência de ano, cujas seqüelas são altamente danosas à criança, à sua família e ao Estado. A criança quase sempre desenvolve um sentimento de inferioridade em relação a seus próprios colegas, que pode estigmatizá-la para o resto da vida. A família se frustra com a escola e deixa de estimular o estudante, que não raro abandona o estudo. E o Estado paga um alto preço com a repetência e a evasão escolares.

Ao assumir o governo de Minas Gerais, no ano passado, empenhei-me, juntamente com a equipe da Secretaria de Educação, para que o acesso à escola pública das crianças mineiras aos 6 anos de idade não dependesse apenas da sorte ou da condição econômica da família. Confesso a minha imensa satisfação em estarmos implantando essa medida já no primeiro ano letivo subsequente ao da minha posse.

Minas passa a garantir um ano a mais no ensino fundamental, em que pese as dificuldades

Embora previsto pelo Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2001, só em 2011 se completará a universalização em todo o território brasileiro do ensino fundamental de nove anos. Minas está fazendo isso com quatro anos de antecedência, antes de qualquer outra unidade federativa. Estamos recebendo este ano, no ensino público fundamental, 305 mil novos alunos, sendo 89.874 aos 6 anos de idade e o restante aos 7 anos.

É um esforço também de Tesouro estadual, porque só a partir de 2005 esses novos estudantes serão considerados para efeito de repasses do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). Nesse sentido, faço um alerta sobre a decisão do Ministério da Educação, em dezembro passado, de reter 10% do salário educação que deveria ser repassado para os Estados e municípios, transferindo também a responsabilidade integral do custo do transporte escolar dos alunos para os governos estaduais e prefeituras.

Em que pese as dificuldades, o governo mineiro está motivando, capacitando e dando condições para que os municípios de Minas também possam fazer o mesmo. Quinhentos dos 853 municípios do Estado aderiram formalmente ao ensino fundamental de nove anos, tornando-se aos 55 que já o tinham implantado. Isso significa que 65% das prefeituras mineiras terão este ano ensino fundamental igual ao da rede estadual. Chegaremos aos 100% nos próximos dois anos.

Uma das minhas prioridades no governo de Minas é a educação, não apenas em quantidade, mas, sobretudo no aspecto da qualidade. Um terço da população mineira 4,9 milhões de alunos estuda na segunda melhor rede de educação básica do País. A escola pública é responsável pelo ensino a 4,5 milhões (91% do total), 60% dos quais atendidos pela rede estadual e o restante pelas escolas municipais e federais. Só na rede estadual foram matriculados este ano 2,7 milhões de alunos, em 3.925 escolas, com 120 mil professores. Destes, 1,8 milhão de alunos são do ensino fundamental. Os números são impressionantes, comparáveis aos de países inteiros.

Faltava o desafio da qualidade, que estamos enfrentando com determinação, para que Minas ofereça ensino fundamental exemplar para o resto do País. Em 2003, houve mobilização maciça da nossa equipe para que, em agosto do ano passado, pudessemos lançar a meta de implantar agora o ensino fundamental de nove anos.

Não há nenhum investimento mais importante do que aquele que se faz em capital humano. Em Minas, o compromisso com a educação tem permeado o conjunto das políticas públicas. Esperemos que este seja o princípio orientador da ação dos governos e da sociedade para inalienável transformação da realidade brasileira.

DECRETO Nº 43.506, DE 07 DE AGOSTO DE 2003

Institui o Ensino Fundamental de nove anos de duração nas escolas da rede estadual de Minas Gerais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 90, da Constituição do Estado.

DECRETA:

71

- Art. 1º Fica instituído o ensino fundamental de nove anos de duração nas escolas da rede estadual de ensino de Minas Gerais, com matrícula a partir dos seis anos de idade.

A ANÁLISE DO DISCURSO E SUAS INTERSEÇÕES COM A CRÍTICA LITERÁRIA

RENATO DE MELLO
UFMG

Patrick Charaudeau, no prefácio do oitavo livro publicado pelo NAD – *Análise do Discurso & Literatura* – organizado por mim em 2005, afirma que:

[lhe] parece que há um reconhecimento recíproco por parte dos literatos e dos lingüistas pela disciplina um do outro. Isso porque trata-se, evidentemente, de duas disciplinas que visam a análise dos textos: uma levando mais em conta a totalidade de uma obra e seu contexto, ao mesmo tempo sociológico e artístico, a outra se debruçando mais particularmente nas características estruturais dos textos. Entretanto, criou-se, em cada uma dessas disciplinas, uma conscientização: que quanto mais a análise dos textos literários tomar de empréstimo noções e procedimentos de várias disciplinas, mais ela será apurada: a pouco tempo tivemos o empréstimo à Sociologia (a socioliteratura), depois ao estruturalismo lingüístico e à Semiótica, e agora, à Análise do Discurso. Dito de outro modo, a análise dos textos literários não pode ser senão pluridisciplinar. [...] As Ciências Humanas e Sociais modernas nos ensinam que não há objeto de estudo reservado a uma só disciplina, e que cada uma propõe um esclarecimento particular que lhe é próprio, sobre o objeto analisado. Mas elas nos ensinam, ao mesmo tempo, que nenhuma dessas disciplinas pode ignorar as

outras, que é preciso considerar nelas as afinidades para alargar ainda mais o campo das interpretações. Nenhuma dessas disciplinas deve abjurar-se, cada uma guardando sua autonomia. Mas nenhuma pode, doravante, acreditar-se toda poderosa. Entramos na era de uma interdisciplinaridade fecunda.

Acredito ser conveniente explicitar o contexto de discussão acadêmica no qual aparece o tema aqui abordado. A Análise do Discurso e a Literatura se vêem, aqui, numa relação de interface, de confluência. Análise do Discurso enquanto disciplina que enxerga a Literatura como uma manifestação da linguagem e que a trata como tal. Linguagem, evidentemente, distinguível da linguagem usada para outros fins. Mesmo consciente de que Literatura é também linguagem que coloca em primeiro plano a própria linguagem, isso pode provocar algumas reações contrárias àqueles que defendem uma separação clara de ambas. Nesse sentido, a Análise do Discurso se apresenta como mais uma possibilidade de abordar textos literários com conceitos e ferramentas que, até provem o contrário, servem para todo e qualquer tipo de discurso e de texto, inclusive, evidentemente, o discurso e o texto literário.

Análise do Discurso e Literatura. Hoje, uma interface não só possível mas real. Ainda assim, discute-se, atualmente, se a Análise do Discurso (AD) poderia/deveria abordar textos literários, se ela poderia/deveria, com seu próprio instrumental teórico e a sua própria história, transpor o que seria a existência de uma fronteira entre a Literatura e a Lingüística. E, sobretudo, uma fronteira disciplinar criada no âmbito acadêmico. O livro *Análise do Discurso & Literatura*, no qual consta o prefácio de Charaudeau que acabei de citar, é uma resposta afirmativa a essa polêmica.

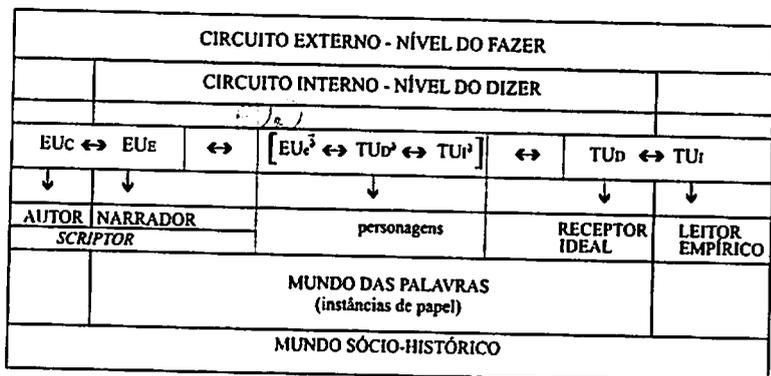
Se conceitos “próprios” da Lingüística e da *Análise do Discurso* são aplicados a diversos e diferentes objetos sociais resultantes da interação linguageira, não seria possível pensar que essa disciplina não iria se interessar pela análise dos resultados de uma prática

discursiva das mais antigas do mundo: a literária. Vejo que há um interesse crescente dos pesquisadores da Análise do Discurso em trabalhar com manifestações desse tipo de linguagem, numa perspectiva que não exclua a absorção recíproca de ambas as disciplinas.

Entretanto, não é minha intenção, aqui, fazer um estudo detalhado da história da Lingüística, da Análise do Discurso e tampouco da Literatura, da Crítica Literária ou da Teoria da Literatura. Meu objetivo é simplesmente esboçar, ainda que superficialmente, alguns pontos comuns entre aquilo sobre o qual a Análise do Discurso e a Crítica Literária têm se debruçado na tentativa de elucidação do objeto de estudo que, no final das contas, resume-se no discurso, no texto, enfim, no processo de comunicação.

E, para isso, partirei do quadro do contrato comunicacional proposto por Charaudeau para mostrar que a Crítica Literária tem tido, ao longo de sua história, se debruçado sobre praticamente os mesmos pontos: os sujeitos comunicante, enunciador, destinatário e interpretante, correspondendo às instâncias de produção e recepção do discurso e do texto, além, é claro, do contrato entre eles e suas relações; o texto e o contexto, as instâncias discursiva e situacional, entre tantos outros pontos que veremos a seguir. É necessário, entretanto, adaptar um pouco o quadro comunicacional, para darmos conta da especificidade do texto literário. Vejamos, abaixo, o exemplo de uma das enunciações possíveis no texto literário:

O desdobramento de algumas instâncias é necessário. O narrador e as personagens são sujeitos de uma enunciação existente no nível discursivo, em um projeto de fala do autor (EUc). Este produz, discursiva e textualmente, um universo ficcional no qual é dada a palavra a um narrador, que, por sua vez, também dá a palavra às personagens.



Esboçado o contrato comunicacional e adaptado este ao discurso e ao texto literário, passo aos pontos comuns com algumas correntes que compõem a Crítica Literária.

A Crítica Genética, por exemplo, estuda o nascimento da obra, os manuscritos, os segredos de fabricação, as marcas de produção e as variações nas publicações de uma obra literária. Ela se debruça sobre o processo de produção, sobre os traços deixados pelo autor - o eu-comunicante, ao transformar-se em *scriptor*. O que interessa à Crítica Genética é, sobretudo, o texto como efeito de sua própria gênese. Através dos rascunhos, das rasuras e das correções, busca-se o processo de construção do dito. Na verdade, o que se pretende é a reconstituição da passagem ente o EUC e o EUE, a procura das marcas deixadas pelo *scriptor*, suas pegadas enunciativas, tudo aquilo que não chegará ao TUI-leitor comum, pois terá sido apagado nas várias revisões e publicações. Vale lembrar que a maior parte dos meios que a Crítica Genética dispõe - para trabalhar o texto e as marcas de enunciação deixadas pelo *scriptor* - é emprestada diretamente do arsenal conceitual da Linguística.

Próxima da Crítica Genética, a Crítica Biográfica vê o autor como um texto. A obra é explicada pelo viés de seu autor. Este se torna objeto de leitura e de interpretação por parte do crítico. A Crítica Biográfica pretende (re)conhecer quem é, na verdade, esse sujeito

comunicante, o autor da obra literária. Para isso ela busca pistas deixadas no texto que o identifique. Vale lembrar, aqui, do gênero literário *autobiografia*. Posso perfeitamente entender a autobiografia como um pacto entre o Eu comunicante-autor com o Tu interpretante-leitor: “tudo o que você ler neste livro diz respeito à vida do seu autor.” Constrói-se aí o efeito de real e de verdade sobre as bases da ficção. O “eu” autobiográfico do enunciador se quer idêntico ao “eu” empírico do sujeito comunicante. E isso se dá graças a um contrato (comunicacional) proposto ao leitor.

A primeira instância no processo comunicacional – se é que posso chamar assim, visto a circularidade, a reversibilidade, ou seja, a “mão dupla” do processo – da obra é o autor (EUc). Ele é o responsável pelo processo de produção da obra. Dito de outro modo, a figura do autor “... *n'est pas réductible à celle d'un locuteur ordinaire, mais elle ne peut pas non plus en être totalement dissociée*” (Maingueneau, 2000:1). Logo, ele se constitui como o criador dos enunciados no nível situacional e se institui como *scriptor* – aquele que vai fazer enunciar, que vai estabelecer o nível discursivo (o *Dizer*)¹. EUc cria sujeitos enunciadores (narradores e personagens) que, juntamente com ele, terão a expectativa de alcançar um sujeito que leia e interprete satisfatoriamente a obra.

Quando apresento o quadro comunicacional adaptado para o texto literário incluo, no nível situacional, como sendo EUc, além do autor, um *scriptor*, visto que há uma diferença entre EUc-autor, sujeito psicossocial e historicamente constituído, e o autor – sujeito *scriptor*. Ambos os sujeitos representam o mesmo referente de um dado contexto situacional, de uma dada cenografia enunciativa. Porém, o *scriptor* é aquele que exerce uma função literária, enquanto o autor - sujeito histórico, além dessa, exerce

1 Segundo Maingueneau (2000:71) “... le terme *auteur* est réservé à l'instance que le texte pose comme le garant de son énonciation et d'*écrivain* pour l'équivalent du sujet parlant”. Para nós o termo *auteur* corresponde, aqui, a EUc e *écrivain* corresponde a *scripteur*.

outras funções discursivas. Julgo que não há como determinar o nível exato de identificação entre autor – sujeito histórico e o *scriptor*. O que posso supor é que entre o sujeito histórico e o(s) enunciador(es) criados por ele existe uma ponte: o *scriptor* – sujeito que põe a ficção (no nível discursivo e textual) em movimento. Ele é a *mise en œuvre* da enunciação literária na instância produtora. O *scriptor* é a passagem entre o EU-comunicante e o(s) EU(s)-enunciador(es) na obra. Ele se inscreve neste hiato existente entre esses sujeitos. É a figura que materializa o projeto de fala, que o executa. O *scriptor* coloca no papel os seres de palavras, possibilitando a enunciação literária se realizar novamente no e pelo leitor.

A Sociocrítica estuda o texto literário como expressão da sociedade, como seu reflexo. Ela busca as relações do “eu” inscrito no texto com a História. O quadro comunicacional também prevê o texto no contexto, a dimensão do discursivo no situacional e vice-versa. Sabemos que todo texto está inserido em um contexto e que ambos se interpenetram, se condicionam, se constituem. Tanto a Sociocrítica quanto a Análise do Discurso vêem o sujeito do discurso como um “eu” social e socializado. Mais uma vez, nos vemos no quadro comunicacional, quando percebemos que tanto uma quanto a outra trata dessas questões não só no campo da produção como também no campo da recepção do discurso, porque tanto o autor quanto o leitor pertencem a uma sociedade que eles produzem e que os produz. Dito de outro modo, a sociologia da Literatura ou sócio-literatura é tanto uma sociologia da escritura, da produção textual, quanto da leitura, da recepção do texto, já que ambas determinam o nascimento do sentido em uma perspectiva comunicacional.

Para a Estética da Recepção, a obra é explicada pelo viés da recepção. O leitor é peça fundamental na produção de sentidos. Ele é tido como critério de significação do texto. Sem leitor, a obra é inerte. No quadro comunicacional, o Tu-interpretante é

tão importante quanto o Eu-comunicante. Na verdade, um não existe sem o outro.

No que diz respeito ao processo comunicacional, a recepção de um texto literário difere substancialmente de uma conversa cotidiana: EUC e TUI estão distanciados um do outro no tempo e no espaço. A relação entre os dois é, neste caso, ainda mais assimétrica. O texto literário se apresenta, assim, ao leitor, fora de sua situação de origem. Cabe ao leitor a reconstituição do cotexto e do contexto, necessários à compreensão do texto. Por isso dissemos que uma obra literária é autônoma, fechada em si mesma, cujos componentes só adquirem sentido quando relacionados entre si. Segundo Iser (1985:117)

Le discours fictionnel est privé de la situation référentielle dont la détermination rigoureuse assure à l'acte linguistique sa pleine réalisation. Ce manque évident n'implique pas un quelconque échec du discours de fiction, mais peut servir de point de point de départ pour mieux saisir ce qui fait la particularité du discours de fiction.

No texto literário, assim como aquele que escreve não é o mesmo que enuncia, também aquele a quem o texto é dirigido não é o mesmo que lerá a obra. Dito de outro modo, o receptor é ao mesmo tempo uma figura abstrata, virtual, uma instância projetada por EUC/EUe – visto que todo texto supõe sempre um tipo de leitor – e o leitor empírico. Vemos, aqui, mais uma vez, o desdobramento das instâncias enunciativas: de um lado, o leitor inscrito no texto e, do outro, um indivíduo que tem o livro em suas mãos – um sujeito que sofre o impacto da leitura e que, ao mesmo tempo, (re)age a esta experiência, participa do processo, (re)cria sentidos e, conseqüentemente, faz circular todo o processo comunicacional.

Vale lembrar que tanto a produção quanto a leitura de um texto estão intimamente ligadas ao contrato genérico que define o modo de produção e o modo de leitura de um texto. Assim, o gênero nos remete à convenções tácitas que orientam o autores na produção

e nos orientam na recepção de uma obra. É me baseando na caução de gêneros que leio uma peça de teatro diferentemente de um romance, de um poema etc. Dito de outro modo, o gênero é uma das cláusulas do contrato comunicacional.

A Crítica Psicanalítica é uma crítica interpretativa que surgiu com a Psicanálise. Aliás, Freud, valendo-se de texto literários de Sófocles, de Shakespeare e de Dostoievski para construir conceitos fundamentais como, por exemplo, o inconsciente, foi o primeiro psicanalista a fazer crítica literária psicanalítica. Esta, assim como a Análise do Discurso, tem se dedicado à questão do sujeito, à multiplicidade dos sujeitos, seus desdobramentos, seus papéis. Isso não é privilégio de ambas: a própria Psicanálise parte de uma crítica interpretativa, de uma prática específica de interpretação. Para ela, o texto funciona como mediador entre a clínica e a teoria psicanalítica. É interessante notar como algumas disciplinas dialogam, convivem e se interagem sem grandes dificuldades: Psicanálise e Literatura parecem estar em paz uma com a outra. Mas não nos esqueçamos que o material básico com o qual trabalham a Psicanálise e a Crítica Psicanalítica é a linguagem, o discurso e o sujeito do discurso. O que se busca é a emergência dos processos inconscientes na fala, no discurso.

Agora, se pensarmos no quadro do processo comunicacional como um todo, veremos, por exemplo, que um ato de fala – com seus efeitos performativos, com suas forças ilocutória e perlocutória, além dos jogos das faces –, nos coloca no terreno das relações interpessoais, no terreno da intersubjetividade. E, se pensarmos no processo comunicacional, aplicado ao texto literário, podemos refletir sobre a patologia não só das personagens, como do autor, da obra e do leitor, não só nos enunciados como nas enunciações, limitado ao texto ou aberto ao intertexto, ao interdiscurso.

Já a Crítica Estruturalista, dentre todas as críticas, ainda que tenha, deliberadamente, tentado apagar o sujeito em favor da imanência

do texto, é a que se mostrou mais próxima das pesquisas em Análise do Discurso. Para os estruturalistas, principalmente para um de seus nomes mais importante, Roland Barthes, tudo é linguagem, o texto e o leitor. Em sua obra *Essaios Críticos*, publicado em 1964, Barthes define a Literatura como um sistema segundo e parasita da linguagem, uma arte que não imita o real, mas a própria linguagem, uma matéria que por si só já é significativa. E a Crítica é, também ela, constituída de linguagem, obedecendo a determinações históricas e existenciais. Segundo Barthes, a objetividade da Literatura e da crítica é ilusória, pois toda Literatura e toda Crítica se fundam sobre princípios ideológicos que elas devem explicitar. Daí a impossibilidade de a Literatura e a Crítica quererem a verdade e o real. Tanto a Literatura quanto a Crítica são linguagem segunda, são metalinguagens. Ambas falam, não do mundo, mas do próprio discurso. No que diz respeito ao quadro comunicacional, posso dizer que a Crítica Estruturalista vê o leitor como aquele que deseja a obra, que pretende ser a obra. Por outro lado, o autor não pode prever a leitura que cada pessoa fará do que ele escreveu e é aí que reside “o prazer do texto”.

Poderia continuar ainda a falar sobre a Crítica Temática, a Crítica Textual, entre outras. Mas, infelizmente, a estrutura e o objetivo deste texto não me permite.

Percebo, enfim, que a Crítica Literária, ou melhor, as Críticas Literárias, têm, ao longo de sua, história, se debruçado sobre questões que se inter-relacionam, têm pesquisado objetos comuns a terrenos mais ou menos distintos dentro da própria Crítica. Questões e objetos de estudos também comuns à Análise do Discurso. Em suma, tentei mostrar, aqui, que a Análise do Discurso está na confluência da Linguística, da Poética, da Estilística, da Semiótica, além da História e da Filosofia, entre tantas outras. Disciplinas que nem sempre dialogam com facilidade umas com as outras. Acredito que a Análise do

Discurso tem feito a sua parte, se abrindo às mais diversas aplicações, debruçando-se sobre os mais diversos objetos e propondo diálogos com as mais diversas disciplinas. Assim como o texto literário se abre a múltiplas abordagens, serve de objeto de estudo ou de referência à Filosofia, à Psicanálise, à Sociologia, à Crítica Literária, entre tantas outras disciplinas para comentá-lo e torná-lo mais legível e legítimo, a Análise do Discurso também se constitui como produção humana sempre aberta a novas experiências, novas possibilidades de pesquisa. A Análise do Discurso pode e deve contribuir, com responsabilidade, para a legibilidade literária.

Evidentemente não vejo o texto literário e muito menos a Crítica Literária como algo restrito ao quadro do contrato comunicacional. Ainda que o objeto de estudo seja composto de material lingüístico, ele também é uma prática social, é a expressão de pensamentos, é uma obra de arte, um objeto cultural inscrito, obrigatoriamente e inevitavelmente, no interior de um contexto social determinado. Acredito que somente através da conscientização da diversidade e da pluralidade de abordagens e da possibilidade de múltiplas interseções entre elas é que conseguiremos avançar em nossas pesquisas, tornando-as mais ricas e, conseqüentemente tornando as disciplinas menos duras. Acredito no diálogo entre os saberes diversificados, entre as disciplinas, todas a serviço do enriquecimento do trabalho científico. Isso porque estou convencido de que nenhuma teoria, nenhuma disciplina pode dar conta da totalidade do objeto de estudo, no nosso caso, o texto. Para mim, é na descoberta e na abertura a outras disciplinas e a outras teorias, na interseção, com todos os riscos que isso traz, que Análise do Discurso se constitui uma disciplina cada vez mais sólida, legítima e autônoma, e com um número cada vez maior de pesquisadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMOSSY, R. & MAINGUENEAU, D. *L'analyse du discours dans les études littéraires*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2003.
- BARTHES, R. *Essais Critiques*. Paris: Seuil, 1964.
- CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1984.
- CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris: Seuil, 2002.
- MAINGUENEAU, D. *Le contexte de l'oeuvre littéraire. Énonciation, écrivain, société*. Paris: Dunod, 1993.
- MAINGUENEAU, D. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MELLO, R. (org.) *Análise do Discurso & Literatura*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2005.

A ENUNCIÇÃO COMUNITÁRIA DOS GÊNEROS DISCURSIVOS¹

WANDER EMEDIATO

UFMG

Toda atividade discursiva se elabora pelo esforço conjunto de uma série de ações e intenções interindividuais. Por outro lado, nenhuma intenção individual se realiza se não estiver enunciada - e enunciando - a *intenção comunitária* que lhe dá racionalidade e pertinência. Neste encontro de análise do discurso, por exemplo, cada intenção individual não faz sentido senão quando ela enuncia a nossa *intenção comunitária* - a de fazer deste encontro um congresso de Análise do Discurso, legitimando e dando credibilidade ao campo que queremos constituir como nosso espaço de enunciação acadêmica dentro do domínio educativo. Esta introdução vai me permitir entrar no assunto específico desta comunicação.

Todo texto é produzido no interior de uma comunidade. Estudar a linguagem sob o ponto de vista de sua inserção em uma comunidade de seres humanos em relação é, como observa Francis Jacques (1983), compreender que *comunidade é o caráter do que é*

1 Apresentado na mesa redonda "Gêneros discursivos e sociedade" no I Encontro Mineiro de Análise do Discurso, realizado na Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, junho de 2005.

commun. A propriedade comunitária consiste na aceitação de que bens materiais e intelectuais são possuídos, geridos e produzidos em comum. Os agentes da comunicação se apropriam conjuntamente da língua para enunciar suas posições correlativas de co-locutor, utilizando a linguagem para significar uma *relação comum* com o mundo em que vivem. Nessa perspectiva, a língua e, por consequência de seu uso, a linguagem, são transformadas pelos agentes na perspectiva de se construir a enunciação comunitária que elabora e condiciona os gêneros discursivos. Uma enunciação é significativa na medida em que ela é *comunitarizada* entre (e pelos) enunciadores. Esta *comunitarização* (*mise en communauté*, na expressão de Francis Jacques) funda a racionalidade da enunciação e, por extensão, dos gêneros discursivos.

Queremos relacionar esse princípio a um outro, emprestado a Berrendonner (1990), segundo o qual *falar é co-operar sobre um modelo público de realidade, desenvolver e fazer evoluir conjuntamente o modelo oficialmente comum, em direção a um estado estável e inter-regulado*. Assim, para a análise de uma produção textual e discursiva, produzir um texto é co-operar sobre um modelo comunitário e sobre as normas que fazem dele uma produção estável, reconhecível e possuidora de certo valor que justifica um certo investimento dos interactantes. O caráter tipificado dos discursos sociais parece solidarizar-se com essa posição, já que, antes de se produzir um texto qualquer, o seu produtor ativa o seu modelo de referência mais comum - ou seja, seu modelo público - para sua realização. Assim, os interlocutores, em suas ações comunicativas, se referem sempre a *discursos de referência* (Chabrol, 2002) dotados de uma dimensão normativa da qual extraem legitimidade. Toda produção textual busca se apropriar de uma *intencionalidade-em-nós*, intencionalidade comunitária, um sistema comunitário de referência e de significação coincidente com a intenção do sujeito comunicante. Ao mesmo tempo, ela se refere a um certo modelo público de realidade, no qual o sujeito busca inserir seus próprios valores e crenças, postuladas como *a continuidade do modelo que, de modo geral,*

serve como instrumento de inserção social (Francis Jacques, 1983). Na mesma linha, o resultado de uma atividade discursiva não pode ser simplesmente um tipo textual artificialmente previsível nas suas formas rotineiras, mas um *tipo situacional* (Charaudeau, 2004; Emediato, 2003), fruto de convenções mais ou menos estáveis e negociadas pelos agentes comunicantes nos domínios de práticas sociais e nas diferentes situações de comunicação.

Tal perspectiva não se distancia da visão materialista de Mikhail Bakhtin², para quem a consciência individual torna-se consciência uma vez preenchida de conteúdo ideológico (semiótico) e somente no processo de interação social. Para ele, o lugar da ideologia é no material social particular dos signos criados pelo homem. *Os signos só podem surgir em um terreno interindividual.* É essencial que os indivíduos estejam socialmente organizados, que eles formem um grupo (uma unidade social). A consciência individual é um fato sócio-semiótico.

Partindo desses pressupostos de base, remeteremos a complexidade da noção de gênero discursivo a um conjunto de representações imaginárias da comunidade materializadas na forma de diferentes produções textuais. Nessa perspectiva, um texto é a materialização de um processo simbólico que inclui: a) representações *estéticas*, que difundem e reforçam *formas* (textuais, acionais) históricas produzidas sob a força de regulações estruturais e estruturantes operando nas comunidades; b) – representações *éticas*, que se organizam em torno de sistemas de *valores* e de posicionamentos operando nos diferentes domínios de práticas sociais; c) – representações *pragmáticas* sobre o *valor* dessas enunciações históricas na organização social, valor simbólico de troca que justifica o investimento individual permitindo adquirir capital econômico, cultural, político, acadêmico, científico, etc., dentro

2 BAKHTINE, Mikhail. *Le Marxisme et la philosophie du langage*. Paris: Les éditions de Minuit, 1997.

da comunidade reivindicada como grupo de pertencimento e espaço de ação.

Qualquer manifestação linguageira sendo *intencional*, o que faz um indivíduo agir é sua consciência de que esse agir é um agir *comunitário*, o que transforma toda intenção individual em uma *intencionalidade comunitária*. Assim, todo ato de linguagem, do mais normativo ao mais transgressor, se enuncia sob a base de modelos de referência valorizados comunitariamente. Oswald Ducrot já há algum tempo percebera que toda transgressão faz alusão à norma e, ao fazê-lo, enuncia, pelo viés da transgressão, qual a norma consensualmente admitida por todos. É essa mesma norma que atua como modelo comunitário circulante que funda as argumentações³ e as atitudes transgressivas. Por exemplo, se a publicidade *Benetton*⁴ busca transgredir os parâmetros normativos do discurso publicitário, recusando o campo temático da *fantasia*, do *prazer* e do *onírico (domínio hedônico)*, temas que evocam o desejo e a falta, e propondo campos temáticos envolvendo o *real*, com

3 Na teoria da argumentação na língua, um enunciado do tipo "Ele trabalhou muito, portanto está cansado." se funda nos *topoi* normativos, com as formas tópicas do tipo "+ P, portanto + Q" e "-P, portanto - Q". (+ Trabalho, portanto, + Cansaço" e "- Trabalho, portanto, - Cansaço", indicando que a norma consensualmente admitida pela comunidade é que o trabalho leva à fadiga. Por outro lado, as formas tópicas transgressivas são do tipo "+ P, entretanto - Q" e "- P, entretanto, + Q" ou seja, "+ Trabalho, entretanto - Cansaço" e "- Trabalho, entretanto, + Cansaço", invertendo a força conclusiva dos argumentos normativos para conclusões contrárias às que seriam consensualmente admitidas e razoáveis. O uso do conector "entretanto" indica, porém, que se trata justamente de uma transgressão e, ao fazê-lo, ele alude à norma consensual explicitada pelo uso dos conectores conclusivos do tipo "Portanto". O que surgiria como paradoxal seria um encadeamento do tipo "+ P, portanto, - Q" ou seja, "Trabalhei muito, portanto, não estou cansado", ou ainda, "Pedro é rico, portanto, não pode comprar nada."

4 Estamos nos referindo aqui às campanhas publicitárias da marca *Benetton* que traziam, sobretudo pelas imagens, mensagens ideológicas, humanitárias, políticas: imagens de cadáveres vítimas de guerras, como a da Bósnia; imagens de crianças miseráveis; alusões ao racismo; coito de um cavalo negro com uma égua branca, etc. As imagens eram seguidas do slogan da marca *Benetton* (United colors of *Benetton*) e nenhuma referência era feita a produtos.

posicionamentos políticos e ideológicos que interpelam o engajamento humanitário, ao fazê-lo ela denota e legitima – pela forma transgressiva - um dos parâmetros normativos desse gênero discursivo – o que determina o que nele deve ser dito e o que nele merece ser silenciado em respeito às restrições situacionais do gênero publicitário. O efeito chocante das imagens e mensagens da publicidade da Benetton surge como *efeito de impertinência* que leva o consumidor de publicidade a evocar a norma publicitária e perceber a transgressão. A transgressão só existe havendo norma. Quando a transgressão ocupa o lugar da norma, torna-se norma e dá início a uma nova tradição na comunidade⁵.

Maingueneau (2004) propõe a distinção, sem dúvida importante, entre “gêneros instituídos” e “gêneros conversacionais” para ressaltar o caráter mais rotineiro e estável dos primeiros, e a instabilidade dos segundos, o que já tinha sido ressaltado por Bakhtin⁶ ao fazer referência à comunicação no nível da vida cotidiana, às *ideologias do cotidiano* que não podem ser relacionadas a nenhuma esfera ideológica particular. Não entrarei de forma mais profunda nessa distinção, mas gostaria apenas de indicar que se os gêneros instituídos se apresentam como mais visivelmente “institucionais” e “estáveis” isso se deve mais ao fato de que, para fins de análise, produção e julgamento, os indivíduos têm à sua disposição, mais facilmente, os modelos formais de referência, pois ou são escritos ou, no caso de debates televisuais ou entrevistas radiofônicas, inseridos numa cenografia consultável.

5 No caso da publicidade Benetton, se ela propunha uma nova forma de fazer publicidade, publicidade “engajada socialmente”, dirigida a um destinatário figurado como “Instância cidadã” e não como “instância consumidora”, parece-me que não conseguiu realizar sua intenção no sentido de fundar uma nova tradição, pois as sucessivas críticas das lojas de produtos da rede Benetton parecem ter desgastado a proposta transgressiva e re-valorizado a norma segundo a qual publicidade “engajada socialmente” seria um contra-senso e um desrespeito à heterogeneidade ideológica do público consumidor.

6 BAKHTIN, Mikhail. *Le marxisme et la philosophie du langage*. Paris; Editions de Minuit, 1997. p. 32.

Uma conversação familiar, um encontro casual ou um diálogo entre vizinhos têm apenas aparentemente uma forma mais difícil de prever, pensamos pouco sobre elas, não gravamos nossas conversações cotidianas, as consideramos naturais. Entretanto, não são menos institucionais, pois não conseguimos imaginar uma só interlocução entre duas pessoas que não esteja, desde o início, sob a força de determinações e restrições no campo temático, na maneira de falar, um certo roteiro que institui a interação desde o seu início até o seu fim. Em outras palavras, não conseguimos imaginar uma só situação em que o indivíduo seria um indivíduo e não uma *representação sócio-discursiva*, ou de outro modo, uma só situação em que o indivíduo não represente um certo *papel* – um amigo, um filho, um pai, um chefe, um professor, um namorado, um palestrante, etc. E cada um desses papéis possui seu caráter instituído. Não se é pai individualmente, só se é pai comunitariamente. Todos nós sabemos o que é ser pai (ou seja, a enunciação comunitária já o disse). Portanto, nenhum pai pode decidir ser outro pai que o pai que a enunciação comunitária instituiu como *O Pai*. E assim é para o filho, o namorado, o chefe ou o amante. Do contrário, que diferença poderia haver entre uma esposa e uma amante? Entre uma namorada e uma cunhada? Um *professeur* e um *maître de conférence*? É nesse sentido que, além das tipologias que podem classificar este ou aquele texto como um gênero A, B ou C, o mais significativo parece ser compreender a partir de que momento a enunciação individual passa a ser comunitária e, nesse caso, quais são os modelos de referência, ou os parâmetros normativos e restritivos que possibilitam os encontros determinando formas estáveis de configuração da enunciação, associando, assim, a enunciação comunitária a um certo *tipo situacional*: Conversa familiar ou Discurso Político, Jornalístico, Religioso, Didático, Acadêmico. Instituído ou conversacional, tudo é enunciação comunitária. Compreender um discurso é, portanto, compreender de que modo, e sob quais formas, uma comunidade se enuncia através dos seus membros, ou, retomando Bakhtin, qual *conteúdo semiótico* (portanto ideológico e

social) está atuando na consciência individual, tornando-a parte integrante de uma unidade grupal.

Retomando uma discussão já clássica nas Ciências da Linguagem, uma enunciação, contrariamente ao que se pode ainda pensar, nunca é *individual* por que não há enunciação que não seja dirigida a um interlocutor, que não inclua esse outro, implícita ou explicitamente, no sentido do enunciado. Também a enunciação não é apenas *interindividual*, porque não há relação entre indivíduos que não esteja mediada por uma *voz terceira* – um *Tiers interdiscursivo* – que enuncia o que deve ser dito, o que pode ser dito, bem como a maneira como o que pode ser dito deve ser dito e o modo como o que não pode ser dito deve ser silenciado. Nesse sentido, o indivíduo é a instância que busca, com tranqüilidade ou com desespero, enunciar a *voz terceira* que legitima e dá credibilidade à sua enunciação. Voz da verdade enunciando as normas de referência. Voz da verdade enunciando os imaginários de verdade cujos fundamentos são, na maioria dos casos, os saberes de crença da comunidade. São muitas as expressões conhecidas que evocam essa voz terceira comunitária: “Dizem que...”; “Todo mundo sabe que...”; “Como se diz, ...”; indagações como: “Quem falou? ..”; “Quem disse isso?”; “Onde você ouviu isso?”. São algumas das muitas expressões coloquiais que reclamam uma voz terceira enunciativa de uma verdade e evidenciam que uma enunciação legítima e credível é essencialmente enunciação comunitária. Comunicar é se engajar nessa *mise en communauté* da enunciação, porque é dela que tiramos o valor de troca.

Mas o que dizer então dos gêneros chamados “autorais” por Maingueneau, aqueles em que o próprio autor ou editor determina o gênero em que deseja ser lido (aforismos, meditações, ensaio, devaneios, etc.)? Embora problemáticos como o próprio Maingueneau afirma, não se isentam, porém, da força comunitária, pois a sua própria incompletude ou ambigüidade (o que é uma meditação, um ensaio, um devaneio?) se enuncia e, ao fazê-lo,

enuncia com a comunidade a impossibilidade de designá-lo de forma diferente. De modo semelhante, quando um certo autor, escrevendo numa forma próxima ao que se compreenderia consensualmente como um “conto”, decide, porém, designá-lo como um “poema em prosa”, ele o faz sabendo que, se não o fizesse, ele seria lido como um “conto” e não como um poema em prosa. Ao determinar a forma como o leitor deverá lê-lo, certamente ele reconfigura o conto em poema para fins de sua recepção, mas, ao fazê-lo, ele enuncia comunitariamente o que é um conto e o que é um poema e, só em seguida, ele propõe arbitrariamente uma leitura unindo os dois parâmetros, o do poema e o da prosa. A esse procedimento, Maingueneau dará o nome de *enquadramento interpretativo*. Porém, por mais forte que seja a intenção de enquadrar a interpretação do leitor em uma forma genérica, o autor deverá contar com a sua participação e anuência para enunciar conjuntamente os parâmetros genéricos envolvidos, os velhos – relativos à tradição – e os novos – relativos à transgressão ou ao imaginário de modernidade.

Para melhor compreender esse problema, retomamos um quadro já apresentado aqui mesmo em outra ocasião, com o objetivo de mostrar que o que funda a racionalidade dos gêneros, bem como o de toda enunciação, é uma interação entre três memórias (Charaudeau, 2004; Emediato, 2003) que, ao fundar o ato enunciativo, realiza a enunciação comunitária:

- a) – Memória das *situações* de comunicação;
- b) – Memória da *formas* dos signos e de sua adaptação/adequação situacional;
- c) – Memória *axiológica* (sistemas de valores, crenças e posicionamentos).

A interação dessas três memórias, através da enunciação, insere os discursos em seu lugar psicossocial de pertinência: lugar de *condicionamentos comunicativos* (como identificar as diferentes

situações de comunicação?) e *enunciativos* (o que tematizar, o que não tematizar, como falar, de que maneira?); lugar de *posicionamentos* (a que sistemas de valores e crenças me referir, quais contestar, etc.). Essas memórias que dão racionalidade ao agir comunicativo dão também à enunciação o seu valor simbólico: uma enunciação, mais do que se referir a uma realidade factual passível de ser preenchida por condições de verdade, se refere sempre às suas condições comunitárias de produção. Um jornal, nesse sentido, nos informa sobre fatos do mundo, mas não é esse o sentido de um jornal: o sentido de um jornal é o valor simbólico atribuído ao jornal pela enunciação comunitária, ou seja, todos os dias os jornais enunciam o que é um jornal: uma construção identitária a, b, c..., uma necessidade de controle do real e do social através da factualidade, uma *décompagnage* fina e limitada de paradigmas referenciais (selecionados e silenciados), uma organização social do gosto e do julgamento que atenda às expectativas de agrupamentos comunitários heterogêneos, uma estruturação dos espaços de poder e de legitimidade, uma lógica da interpretação dos fatos. Assim, a função de um jornal, para uma Análise do Discurso, não é *informar* a comunidade, é figurá-la através de sua própria enunciação, a enunciação comunitária, em uma instância cidadã consumidora de factualidade, de comentários e de paradigmas referenciais. Cada enunciação é símbolo ao mesmo tempo da identidade da comunidade na qual ela surge, e de uma classe de evento legitimado dentro dessa comunidade.

A pergunta que provavelmente surge é: onde fica o indivíduo nisso tudo, qual a sua margem de manobra? Há alguma liberdade individual diante dessa força magnética da comunidade que faz dele o seu enunciador substituível por qualquer outro? É o sujeito, portanto, totalmente *assujeitado*, *sujeito-súbdito* da enunciação soberana da comunidade, sujeito à restrição? Se ele enuncia apenas enquanto consciência comunitária, qual a sua margem de ação e liberdade, o que torna dinâmico o sistema semiótico?

Para nossa reflexão comum, sugiro alguns elementos: o sujeito é sempre comunitário, mas o indivíduo, ao enunciar através do sujeito comunitário, busca inserir nesse sujeito comunitário um pouco de si mesmo, através do *modo* como ele próprio *interpreta* e busca se conformar ao sujeito comunitário, ou seja, através de suas estratégias de conformidade aos modelos de referência dos quais ele extrai valor. Parece contraditório, mas é essa contradição que parece fundar ao mesmo tempo o apego à tradição e a lenta viagem rumo à mudança e às *novas doxas*. Os indivíduos em relação estão sempre se referindo às normas de referência e buscando enunciar suas posições conformes aos modelos, mostrando que as normas valorizadas socialmente são aquelas às quais eles buscam se conformar através de sua enunciação. Mas eles fazem mais do que isso: eles buscam persuadir um ao outro que as suas posições individuais – as suas crenças individuais – são as mais conformes às normas de referência, ou seja, suas enunciações individuais, atualizadas como enunciações conformes às normas majoritárias da comunidade, são as melhores interpretações individuais das normas coletivas. O esquema abaixo, que retoma a reflexão de Berrendoner (1990), representa esse raciocínio, aplicando-o aos gêneros:

A INTENCIONALIDADE DOS GÊNEROS DISCURSIVOS

Modelos Públicos de Gêneros
(Normas de referência)



CRENÇAS INDIVIDUAIS DE A

CRENÇAS INDIVIDUAIS DE B

Portanto, os modelos de referência, aos quais os atos individuais buscam se conformar, se re-conformam eles próprios aos atos individuais que se pretendem conformativos. As crenças individuais, que nada mais são que representações das crenças

coletivas, travam uma luta discursiva, através das enunciações, para se erigirem em normas majoritárias e coletivas. Os interactantes lutam, de modo mais *erístico* do que *heurístico*, pelo controle das posições conformes, socialmente valorizadas, buscando legitimar-se entre um jogo de regulação e influência. Em outras palavras, o indivíduo busca sempre persuadir o outro de que sua crença individual é a melhor representante conforme da crença coletiva representada no modelo público de realidade. Observa-se aí o sujeito assujeitado buscando desesperadamente assujeitar a norma que o assujeita, o súdito buscando destronar o soberano persuadindo-o de que ele, o súdito, é uma representação melhor – e mais próxima – do soberano que o próprio soberano. O filho, buscando persuadir o pai do que deve ser o *verdadeiro* modelo do pai, um modelo próximo – e renovado – daquele que lhe serviu de referência. É desse modo, por exemplo que o homem político enuncia seus saberes de crença como se fossem saberes de verdade e o fazem em conformidade com o melhor gênero político – o que regula a ação política entre uma *idealidade social* e um *agir administrativo*. Como observa Charaudeau (2005), o político deve se mostrar credível e persuadir o maior número de indivíduos de que eles precisam partilhar certos valores. Ele deve gerir opiniões a fim de estabelecer os consensos. Deve ser o enunciador de um idealidade social (*o tiers*), deve saber inspirar confiança e admiração, colando-se à imagem do chefe que se encontra no imaginário social. No fim da linha, é portanto o imaginário social – ou a intencionalidade comunitária – que lhe serve de instrumento de gestão.

De modo semelhante, um jornal, através de suas instâncias de produção, vai se referindo às normas de referência que definem o gênero jornal e enunciam, ao mesmo tempo, que sua forma de ser é a melhor representação do que deve ser um bom jornal. Assim, cada enunciação individual de um certo gênero discursivo é uma variante textual que pretende se apresentar como a melhor representante da norma que institui e normatiza, comunitariamente,

esse gênero. Parafraseando Bakhtin, a lógica da consciência é a lógica da interação semiótica que dá sentido a um grupo social. A consciência privada de seu conteúdo semiótico equivale a nada. Ela só encontra a sua morada na imagem, na palavra, no gesto, no significante, na alteridade radical.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTINE, Mikhail. *Le Marxisme et la philosophie du langage*. Paris: Éditions du Seuil, 1997.
- BERRENDONNER, A. PARRET, H. *L'interaction communicative*, Berne: Peter Lang, 1990.
- CHABROL Claude. *Le Tiers du discours en tant que méta-énonciateur autorisé dans l'espace d'interdiscursivité idéologique*, Paris: Nathan, 2002.
- CHARAUDEAU Patrick. "Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual". In: MACHADO. I. MELLO R. (orgs) *Gêneros: reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Fale-UFMG, 2004.
- CHARAUDEAU Patrick. *Le discours politique*. Paris: Vuibert, 2005.
- EMEDIATO, Wander. "Retórica, argumentação e discurso", In: Mari, H. et al., *Análise do discurso: Fundamentos e práticas*, UFMG, 2001.
- EMEDIATO, Wander. "Os gêneros discursivos como tipos situacionais", In: Mari, Hugo et al. *Análise do discurso em perspectivas*. Belo Horizonte: CAD-Fale-UFMG, 2003.
- EMEDIATO, W. *Analyse de configurations linguistiques et discursives de titres de journaux français et brésiliens*, Tese de doutorado, Paris: Université de Paris XIII, 2000.
- EMEDIATO, W. *A fórmula do texto. Redação, argumentação e leitura*. São Paulo: Geração editorial, 2004.
- JACQUES Francis. "La mise en communauté de l' énonciation", In: Herman PARRET (Org.), *La mise en discours*, In . *Langages* n. 70, Junho, Paris : Larousse , 1983, p. 47-71.
- MAINGUENEAU Dominique. "Diversidade dos gêneros do discurso". In: MACHADO. I. MELLO R. (orgs) *Gêneros: reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Fale-UFMG, 2004.

ETHOS, ÉTICA E LUGARES DE DEGENERESCÊNCIA DO DISCURSO POLÍTICO

WILLIAM AUGUSTO MENEZES
UFMG/ CAPES

INTRODUÇÃO

Quando se observam determinados processos de elaboração no campo político, tem-se a impressão que é preciso dar razão à escatologia: a fabricação parece invadir o cenário deliberativo, impedindo a criatividade e o desenvolvimento de projetos que pareciam valer a pena, num passado remoto. O “homem político” e a imagem de si (Amossy, 1999), que este constrói em seu discurso, parecem não ter a legitimidade e a credibilidade de outrora. A política não se mostra mais (se é que em algum tempo já se mostrou) como um território de convivência daqueles que, no discurso e na ação, se conduziam com honestidade e sinceridade para a solução dos problemas comuns à *polis*.

Numa palavra: tem-se a sensação que o político e o seu discurso tornaram-se desviantes; signos da corrupção e da manipulação, que evidenciam lugares comuns de degenerescência da política e apontam para o seu fim próximo. Mas estaríamos, realmente, próximos do fim, ou tratar-se-ia de uma reconfiguração do político? O que dizer sobre a relação entre ética e política: presenciamos um descolamento total entre estes campos ou estaria ocorrendo

uma nova formulação ética? Então, como o regime de provas persuasivas comporta-se no período contemporâneo?

Estas são algumas das questões que pretendemos discutir, neste artigo. Para isso, adotaremos uma perspectiva de conhecimento sobre o *ethos*, que combina abordagens dos estudos discursivos e da historiografia. Ao agir desta maneira, procuraremos expor um pouco sobre os fundamentos de uma proposição teórica que temos avançado recentemente, à qual denominamos “por uma teoria dos jogos enunciativos”.

UMA PROBLEMÁTICA ENTRE O DISCURSO E A REPUTAÇÃO

Há uma tradição retórica e sociopolítica que limita a compreensão do *ethos* a uma espécie de conduta ideal ou caráter moral idealizado para o desempenho dos papéis sociais. Na política contemporânea, este caráter – exterior à fala do orador – poderia, inclusive, ser regulamentado, como preceito idealizado para o desempenho de certas funções públicas. Ter reconhecida “idoneidade moral e reputação ilibada”, como prevê o jargão jurídico¹, enquanto requisito para o exercício de determinadas funções, seria visto, também, como um atributo do homem político.

Esta tradição não se formou por acaso. Ela corresponde a uma perspectiva que pode ser localizada entre os romanos, no período republicano. O *ethos* do “homem honrado” era numa representação amplamente compartilhada, que correspondia a uma virtude moral própria daqueles que detinham o poder sociopolítico e econômico. O aristocrata, em razão do seu lugar naquela sociedade de castas, dos seus recursos materiais e do papel que desempenhava na

1 “Ter idoneidade moral e reputação ilibada”, fórmula consolidada como preceito constitucional para a nomeação de membros do Tribunal de Contas da União (Cf. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988; art. 73), aparece como especificadora do caráter moral para o exercício de diversas funções públicas, de acordo com os estatutos profissionais e normas para a prestação de serviços, em diversas instituições do país.

estrutura de poder, era quem possuía este caráter moral, *a priori*. Investido nos cargos públicos de comando da vida sociopolítica, este se tornava, aos olhos de todos, um magistrado: homem público, honesto e preocupado em promover benfeitorias em favor da cidade e dos membros de todas as castas². O seu papel republicano era considerado, de antemão, algo em proveito de todos os cidadãos. Como imagem produzida no interior da vida coletiva, tal caráter atribuído somente a alguns, apoiava-se na tradição e na estruturação social e, ao mesmo tempo, contribuía para a reprodução das estruturas simbólica e material daquela sociedade. Na medida em que o sujeito de discurso e ação no espaço da política – o magistrado – detinha uma autoridade concedida por Roma e pelos romanos, as imagens em torno do seu ethos se fundamentavam na própria lei da cidade.

A essência de um magistrado está em comandar e prescrever ações corretas, úteis e conformes às leis, pois, como as leis presidem os magistrados, assim os magistrados ao povo; e verdadeiramente se pode dizer que um magistrado é uma lei falante e a lei, um magistrado mudo. (Cícero, 2000: 122)

Esta é uma representação muito interessante: no momento mesmo da ação, o agir republicano, em nome do bem-comum, produz o reconhecimento da lei. Quer dizer, o discurso e a ação na vida da cidade são prerrogativas de quem tem um papel sociopolítico

2 Esta é uma diferença importante entre o regime republicano de Roma e o regime democrático que vigorou em Atenas. Em Roma, a imagem predominante sobre o magistrado, oriundo das castas superiores, era a de que este realizava um governo em favor de todos, mesmo que isto fosse apenas fingimento; em Atenas, o magistrado, quando membro da oligarquia, tinha claro o objetivo de atuar contra o *dêmos* e em favor das castas privilegiadas. Como observou Aristóteles, para o caso ateniense: "Nas democracias, trata-se de um erro dos demagogos tornar a massa senhora das leis. Em vez de manter o Estado dividido em dois partidos como fazem, jogando os pobres contra os ricos, sempre deveriam fingir que falam por eles. Nas oligarquias, os oligarcas cometem o mesmo erro, ao se preocuparem demais com o interesse dos ricos. Seu juramento é concebido nestes termos: "Serei inimigo do povo e lhe farei todo o mal que puder". Deveriam, pelo contrário, jurar estar sempre com o povo e jamais prejudica-lo". (A Política, 1998: 242)

reconhecido, pela tradição e pela investidura pública. Em contrapartida, presume-se que a ação e o discurso daqueles que ocupam o topo da hierarquia social e se encontram investidos em funções públicas estarão sempre em conformidade com a lei da cidade. Caso contrário, a autoridade da aristocracia ficaria suspensa, abrindo caminho à revolta e à ingerência de setores não habilitados nos assuntos políticos, para aquele regime de governo.

Cícero foi um advogado, político republicano e o principal estudioso da arte retórica no seu tempo. Ele resume bem este imaginário intelectual sobre a relação entre o papel do homem político e o caráter moral atribuído a este pela sociedade. Haveria uma fusão quase completa entre o magistrado e a lei: a legitimidade para a ação vinculando-se ao estatuto sociopolítico; o papel social fornecendo a qualidade para a ação. Dizia ele, “é próprio do grande homem, quando há turbulências na sociedade, punir os culpados, proteger a multidão e, em qualquer situação manter a retidão e a honestidade”. E tudo isso, vale lembrar, numa sociedade em que o poder supremo era exercido pelo Senado, cujos membros, quase todos vitalícios, provinham dos extratos superiores da aristocracia.

É bom ter claro, também, um outro detalhe: a representação do “homem honrado” corresponde, sobretudo, ao homem político republicano. As motivações deste para a ação e o discurso não se encontrariam disseminadas na opinião comum. Esta última é imediatista, enganadora e egoísta. Ela é movida pelo interesse e pela necessidade, ao passo que a opinião republicana possui uma dimensão institucional que se explica pela própria tradição moral. Logo, o homem político é um ser que não defende causas em nome próprio. Pelo contrário, ele visa, por meio do discurso e da ação, a preservar o espaço público e a realização do bem-comum. É pela imagem deste homem, tão bem caracterizado por Cícero, que se constrói o ethos do político ideal: aquele que guarda a tradição e também a cultura romana. Quer dizer, a fala e as ações do homem político devem refletir este ser idealizado.

Talvez isto contribua para justificar o ponto de vista de Cícero de que a retórica não era algo a ser ensinado na escola. (Barthes, 1975:158) A aptidão para o discurso já se encontraria entre os homens mais importantes da República. O orador que tem o objetivo de persuadir o auditório deve apoiar-se no caráter moral e na conduta ilibada reconhecidos socialmente. Porém, se este caráter exterior aparecia como preponderante, ele não era suficiente para a empresa persuasiva. A legitimidade, diria Cícero, deve se complementar por uma “eloqüência admirável”: algo que se adquire pelo exercício exuberante e até mesmo violento da dimensão emotiva no discurso:

As dimensões que tornam a eloqüência admirável são em número de duas. Uma, que os Gregos chamam “éthique”, é apropriada aos temperamentos, aos costumes e a toda a conduta da vida; a outra, que eles nomeiam “pathétique”, serve para agitar e excitar os corações e é por ela que triunfa a eloqüência. A primeira é afável, agradável, própria a nos tornar solidários; a outra é violenta, inflamada, impetuosa, ela só se interessa pelo sucesso, e quando ela é violenta como uma torrente, não há como resistir. (Cícero. O orador; XXXVII, 128)

Neste ponto, a formulação de Cícero é diversa da retórica aristotélica. A dimensão da prova patêmica reaparece, com uma ênfase que Aristóteles recusara ao afirmar a “justa medida” ou que “quase se poderia dizer que o ethos é a mais importante das provas da persuasão”. Mas Cícero não chega a pensar em uma exclusividade do *pathos*, como Aristóteles acusara o empreendimento manipulatório da sofística. É a dupla “ethos e *pathos*” que se encontra em destaque, em detrimento da prova discursiva, propriamente dita, ou *logos*. Quer dizer, o discurso em si (e a relação deste com o ethos e o *pathos*) é excluído, em função do poder expressivo de recursos exteriores que podem ser administrados pelo orador (Carrilho, 1999). Para agir sobre o outro, o orador deve associar de maneira estreita o reconhecimento do seu caráter moral aos múltiplos poderes expressivos do corpo e

da voz. A eloquência – obra da exacerbação das paixões e da *espetacularização* do discurso pelo orador – torna-se, assim, o objeto por excelência da retórica e da empresa persuasiva.

Esta nova ênfase, formulada por um advogado mergulhado na vida política, poderia corresponder apenas a um “conluio mítico entre o empirismo profissional e a vocação romana à grande cultura”, que fizera da cultura um ornamento da política, como observa R. Barthes (1975: 159). No entanto, não se pode perder de vista o desenvolvimento posterior que teve na obra de Quintiliano. Mantendo a retórica no quadro traçado por Cícero, esse irá mesmo acentuar um conjunto de atributos morais exteriores ao discurso, tais como a coragem, a integridade e a honra, como essenciais à formação do *homem bom*. Tem-se com isso uma prioridade às implicações morais e sociais da retórica do homem bom em detrimento de um estudo profundo dos meios discursivos – aqueles que são mostrados no discurso para se alcançar a persuasão.

BRUTO É UM HOMEM HONRADO

O homem honrado é aquele que possui “idoneidade moral e reputação ilibada”. Embora em número reduzido, a camada dos que possuíam tal qualidade em Roma tinha um lugar de fala destacado. A sua autoridade ou legitimidade vinha da tradição e relacionava-se ao seu pertencimento à nobreza. O sujeito alvo da enunciação deveria levar isto em conta, pois o poder persuasivo do discurso importaria menos do que o *caráter moral* do orador – um dado *a priori* e mesmo transmissível por hereditariedade.

Lembraremos, aqui, um episódio onde podemos encontrar o homem honrado em ação: o assassinato de Júlio César, em 41 a.C., segundo Shakespeare. Bruto, Cássio, Décio e outros senadores tinham acabado de matar César. Eram todos considerados

“homens de bem”³. Integrantes das castas privilegiadas, não pairavam sobre eles nada que maculasse seus caracteres. A palavra deles continha uma prova fundada na existência da própria sociedade republicana. O mesmo não acontecia exatamente com César. Este também era patrício, membro da hierarquia social dirigente. Mas, em meio às guerras de conquista, conflitos de “classes”, turbulências e luta interna que caracterizavam a vida política romana no século I a.C., César se destacou como uma espécie distinta de líder: o homem das armas e do discurso; comandante militar de campanhas vitoriosas que promovia o enriquecimento de Roma e orador de grande eloquência, admirado pelo povo romano. A sua conduta expressava, então, as qualidades do conquistador e a promessa de melhores dias para o povo, por meio de um governo que rompia com a tradição republicana..

O prestígio crescente de César o tornara uma espécie de herói popular e propulsor de benesses: um possível “salvador da pátria”, na medida em que com as conquistas de guerra os romanos viam melhorar as suas condições materiais. Por outro lado, as suas ações provocavam o endividamento de setores aristocráticos e colocavam em risco os benefícios tradicionais da elite senatorial. Isto ficou ainda mais evidente após César derrotar Pompeu e os apoiadores deste, levantando a suspeita entre os setores dominantes de que ele pudesse tomar para si o poder e fundar a tirania. Portanto, César passaria a constituir-se numa grande ameaça à República aristocrática. E foi esse o motivo político assumido publicamente por aqueles que o levaram à morte. Ou seja, longe de parecer mais um capítulo na luta entre rivais, a sua execução, tramada pelos membros mais ativos do Senado, deveria ser vista como uma solução para a *res publica*.

3 Todos faziam parte da elite aristocrática. Contudo, com a campanha vitoriosa contra os gauleses, César adquiriu um grande prestígio e rebelou-se contra as orientações do Senado e, principalmente contra Pompeu, que havia se tornado Cônsul único. Em 44 a.C., César derrotou Pompeu, formando um consulado que lhe era favorável, com Lépido e Marco Antônio.

Porém, diante do fato “César está morto”, uma questão concreta estava colocada: tratar-se-ia do assassinato do grande herói César ou da execução do tirano César? Se para Bruto e seus colegas era forte a imagem de que se tratava da execução do tirano, era preciso fazer com que o povo também estivesse de acordo. Para os partidários de César e, principalmente, para Marco Antônio e o grupo militar que reunia os seus colaboradores mais próximos⁴, a elite aristocrática acabara de eliminar não apenas um adversário, mas o homem mais querido de Roma. Qual das duas posições prevaleceria: a primeira fundava-se na tradição republicana e tinha ares de voz oficial da República; a segunda baseava-se no sucesso das campanhas militares recentes sob o comando de César e apontava para promessas de enriquecimento da cidade. Realizasse um acordo entre as partes: era preciso que o povo soubesse o que acontecera, pela voz da aristocracia. Isso seria comunicado, então, por Bruto nas exéquias de César, quando se abria espaço a Marco Antônio para, como amigo de César, prestar-lhe louvores.

O ethos exterior de Bruto lhe parecia ser suficiente para convencer os romanos sobre a necessária execução do tirano. Ele não temia Marco Antônio, que era, apesar de Cônsul, um funcionário submetido ao controle do Senado. Assim, não viu qualquer inconveniente em conceder a Marco Antônio, pupilo militar de César, o direito de preparar o funeral do amigo e de discursar na cerimônia fúnebre. Afinal, ele Bruto, juntamente com os demais homens honrados, ao permitirem que Marco Antônio fizesse o discurso fúnebre o fariam como sinal da própria autoridade dos senadores. Por isso, Marco Antônio deveria usar a palavra depois de Bruto e do mesmo lugar que este. O fragmento, abaixo, do diálogo shakespeariano entre Cássio e Bruto, é interessante, a este respeito:

4 Marco Antônio, lugar-tenente de César na campanha da Gália, tornou-se Cônsul em 44 a.C., ao lado de Lépido e do próprio César. Após a morte do seu comandante, dirigiu a insurreição, juntamente com Lépido e Otávio, perseguindo e derrotando os membros mais ativos da elite republicana. Em 42 a.C., o exército comandado por Marco Antônio venceu Bruto e Cássio, colocando fim às possibilidades de restauração republicana.

CÁSSIO: [falando a Bruto sobre Marco Antônio]. Não lhe deis permissão de ir à tribuna, durante os funerais. Fazêis ideia de como o povo poderá deixar-se mover por seu discurso?

BRUTO: Perdão, Cássio; mas eu, primeiro, falarei de público, para as razões expor da morte do nosso César. Quando Marco Antônio disser, depois, explicarei, é feito com nossa permissão e inteiro acordo...

Na mesma ocasião em que se tomou esta decisão (aliás, uma decisão que é somente comunicada por Bruto, que parecia possuir um “caráter moral” mais elevado do que Cássio), Bruto fez uma comunicação clara a Marco Antônio sobre o papel que este estava autorizado a desempenhar nos funerais de César:

BRUTO: (...). No discurso sinebre não deveis lançar nenhuma censura sobre nós. Dizei de César todo o bem que quiserdes, explicando que permissão vos demos para tanto. A não ser isso, ficareis excluído das cerimônias sinebres. E ainda: será vossa oração dita da mesma tribuna em que eu falar, quando eu tiver concluído o meu discurso.

Ao que Marco Antônio deu o seu assentimento – palavra de amigo do defunto e comandante militar, diante das instituições romanas.

Bruto confiava plenamente em seu ethos, como um dado *a priori*. Afinal, era um homem de coragem, íntegro, culto e honrado. O reconhecimento das suas qualidades morais o colocava acima de todos. Homem político dos mais destacados do Senado, o seu ethos exterior o qualificava como a verdadeira expressão institucional da *res pública*. Ele não precisaria de um esforço retórico amplo para persuadir. Como ele disse, bastaria expor os motivos da ação e explicar como se deu a morte de César. A sua voz, como magistrado e grande homem político, deveria ser um reflexo da lei da cidade. Portanto, a finalidade da sua fala podia ter um tom mais informativo, como se fosse uma comunicação do patriarca e guardião da república:

BRUTO: Romanos, concidadãos e amigos! Ouvi a expressão da minha causa e fiz silêncio, para que possais ouvir. Crede em minha honra e respeitai minha honra, para que possais acreditar nela. Julgai-me segundo vossa sabedoria e ficai com os sentidos atentos, para que possais julgar melhor. Se houver alguém nesta reunião, algum amigo afetuoso de César, dir-lhe-ei que o amor que Bruto dedicava a César não era menor do que o dele. E se esse alguém, então, perguntar por que motivo Bruto se levantou contra César, eis minha resposta: não foi por amar menos a César, mas por amar mais a Roma. Que teríeis preferido: que César continuasse com vida e vós todos morrêsseis como escravos, ou que ele morresse para que todos vivêsseis como homens livres? [...].

A fórmula é interessante: Bruto não esconde o fato que matou César. Ele é um “homem honesto”, um sujeito que diz a verdade. Além disso, ele não esconde também a razão da execução de César – alguém com quem mantinha laços de profunda amizade e mesmo de amor fraterno que poderia ser atestado por todos, já que expressos pelo próprio Bruto. Mas o amor de Bruto a Roma era maior e, se César colocava em risco a liberdade republicana, a sua execução era uma necessidade percebida por aqueles que tinham o senso republicano. Não se tratava, portanto, de um assassinato e sim de um ato de bravura – a demonstração de uma virtude própria do homem honesto.

Para demonstrar a tese que se tratava de um ato de coragem, este mesmo homem honesto e alguns colegas também honestos prepararam aquela solenidade fúnebre e não hesitaram em convidar Marco Antônio – um amigo de César – para conduzir as exéquias. A multidão reunida, os cidadãos compreenderam bem as palavras de Bruto. Falando do lugar da autoridade republicana e, portanto, da lei Romana, o seu discurso tinha o valor de lei. Assim, ao final da sua elocução, a plebe foi logo se dispondo a seguir com este, em cortejo, pelas ruas da cidade, como era comum nos atos de reconhecimento de patronagem.

UMA PROBLEMÁTICA ANTIGA E CONTEMPORÂNEA

Modernamente, a noção de um ethos social – um caráter moral dirigido por virtudes que coordenam as principais atitudes sociopolíticas, pode ser vista naquilo que Weber (1992) denomina de “ética protestante” ou “espírito do capitalismo”. Trata-se, para Weber de virtudes identificadas historicamente, como expressão de uma ousadia comercial, inclinação moral guiada pela honestidade, pela pontualidade, para a laboriosidade (o labor – trabalho), o empreendedorismo e a frugalidade, que se desenvolvem de maneira plena entre determinados setores do protestantismo. O ethos não aparece, desta vez, como uma honestidade reconhecida simplesmente pela tradição. Ele não denota, também, um lugar social permanente do indivíduo. Pelo contrário, corresponde a um trabalho constante do sujeito e ao reconhecimento social deste labor.

Isto é, sob o capitalismo o ethos se apresenta como uma qualidade daquele que é visto como um homem honesto porque é alguém de crédito reconhecido – crédito é dinheiro. É o caráter de alguém que toma dinheiro emprestado e, paga em dia, de acordo com o combinado e, “acima de tudo”, relaciona-se a idéia do dever de um indivíduo em relação ao aumento de seu capital, que é tomado como um fim em si mesmo. O ethos, neste sentido, não corresponde a uma simples técnica de vida, mas a uma ética peculiar, cuja infração não é retratada como uma tolice, mas como um esquecimento do dever (1992: 31). Daí a idéia de trabalho permanente sobre o ethos.

Para demonstrar esta relação, Weber (1992: 31) cita a obra de Benjamin Franklin, que, dentre outros modernos, dizia:

Lembra-te de que tempo é dinheiro. Aquele que pode ganhar dez xelins por dia por seu trabalho e vai passear, ou fica vadiando metade do dia, embora não despenda mais do que seis pence durante seu divertimento ou vadiação, não deve computar apenas essa despesa; gastou, na realidade, ou melhor, jogou fora, cinco xelins a mais.

Lembra-te de que o crédito é dinheiro. Se um homem permite que seu dinheiro permaneça em minhas mãos por mais tempo do que é devido, ele me concede os juros, ou o quanto eu possa fazer com ele durante este tempo. Isto atinge uma soma considerável, quando um homem tiver um bom e largo crédito, e fizer bom uso dele.

Lembra-te de que o dinheiro é de natureza procriativa. O dinheiro pode gerar dinheiro e seu produto pode gerar mais, e assim por diante. (...)

O importante aqui, neste ethos, é que a honestidade está relacionada ao empreendedorismo, ao trabalho e ao sucesso. É preciso que o lucro do ethos seja evidente. Que a comunidade veja que alguém é honesto, pelo seu espírito empreendedor e pelo valor ocupado pelo trabalho em sua vida. Mas não se trata de nenhuma conduta moral desinteressada. Como observa Weber, as atitudes morais são coloridas pelo utilitarismo. A honestidade é útil porque assegura o crédito; do mesmo modo a pontualidade e a laboriosidade. São virtudes ou valores positivos em razão de finalidades socialmente reconhecidas, entre sujeitos que partilham um nível de racionalidade emergente.

Assim, “não se poderia simplesmente deduzir que uma aparência de honestidade bastaria quando fizesse o mesmo efeito”, já que às condutas terrenas relacionam-se à vida pós-morte. O que está em foco é uma racionalidade capitalista, um espírito que se desenvolve em ruptura com o tradicionalismo e que, de alguma maneira, incorpora a idéia de vocação: “a única maneira de viver aceitável para Deus está no cumprimento das tarefas impostas ao indivíduo pela sua posição no mundo” (Weber, 1992: 53). Cada hora perdida, cada falta para com a honestidade, pode implicar em prejuízo material cotidiano, mas, sobretudo, significa que se perde tempo ou oportunidade para a glorificação de Deus. Além do mais, neste caso, ser honesto é um caráter construído no espaço público – por definição, um espaço da aparência como construção pública. Ou seja, é necessário que a conduta e a idoneidade possam ser vistas conjuntamente no tecido social. Aqui, ainda com maior

razão se aplicaria o adágio popular antigo: “não basta que a mulher de César seja honesta [idoneidade] ela tem também que parecer honesta [reputação]”; em que honestidade e idoneidade acham-se comprometidas com a racionalidade de acúmulo de bens materiais e espirituais.

É necessário voltar, agora, à Retórica de Aristóteles. Neste autor, haveria algum desprezo pelo ethos enquanto caráter *a priori*, relacionado ao estatuto social? Segundo ele,

Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas, sobretudo nas de que não há conhecimento exato e que deixam margem para a dúvida. É, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador. (Aristóteles; I, 2: 1356a)

Ora, o que se vê na tradição aristotélica não é o desprezo por um ethos moral ou caráter do orador que seja independente da sua fala. Ele deve ser considerado, pois temos maior disposição para acreditar nas pessoas honestas. Isto, para o nosso tempo social, é até mesmo óbvio. Geralmente, a sociedade ocidental não valoriza aquele que é reconhecido como sujeito insincero, desonesto ou não-digno de fé. Pelo contrário, estamos sempre dispostos a manter a legitimidade da fala às pessoas sobre as quais já possuímos uma opinião prévia favorável e a negar legitimidade ao mentiroso. No entanto, a ênfase aristotélica contempla duas perspectivas importantes: i) se o orador é alguém de reconhecida sinceridade e honestidade, *a priori*, é preciso que a sua fala deixe a impressão [confirme] ou mesmo reforce este caráter; ii) se o orador é alguém a quem não reputamos ser digno de fé, *a priori*, é preciso que o seu discurso contrarie este preconceito e se apresente como alguém merecedor da confiança. Neste último caso, o orador pode *mostrar* que o preconceito sobre ele é injusto, que ele não possui a imagem daquilo que dizem sobre a sua pessoa; ou então que mudou o seu

caráter, adequando-se aos novos tempos e às imagens predominantes no auditório, por meio de discurso.

Aristóteles é bem explícito, contudo. De uma ou de outra maneira, é na enunciação que o orador constrói, decisivamente, e mostra o seu caráter. Tanto isto é verdade que um indivíduo qualquer, no desempenho de seu papel social, pode ser alguém que se apresente como sujeito de uma "idoneidade moral e conduta ilibada", mas que, por não se representar em seu discurso como digno de confiança para um caso em questão não obtém eficácia na sua finalidade persuasiva. Isso é o que ocorre, por exemplo, em querelas do tribunal: o que está em discussão quase nunca é o caráter dos advogados - este é pressuposto - mas aquilo que constitui o objeto e a resolução de um conflito sobre o mesmo. É para a resolução do conflito que vale o ethos mostrado pelo discurso.

Essa noção de uma construção discursiva do ethos nos permite pensar sobre a possibilidade de o orador que reconhece e participa de diversas situações enunciativas jogar com a rede de imaginários presentes na sociedade e formulações estratégicas que se pareçam as mais apropriadas para se obter a persuasão numa determinada situação. Ora, se o orador é alguém que sempre se representa, ele pode buscar uma melhor representação de si, a partir da memória discursiva e do reconhecimento de eventos políticos. Ou seja, se o ethos reúne atributos do orador, ou traços do caráter que devem ser mostrados pelo discurso, para causar boa impressão, "pouco importando na sua sinceridade", como diz Barthes (1975), é possível jogar com as imagens de si.

É por tal jogo de representações que o orador enuncia algo e, ao mesmo afirma: sou isso e não aquilo. Ele dá com isso um tom ou aparência de si capaz de fazer com que o auditório lhe outorgue autoridade pessoal ou legitimidade, seja pela *prôhónesis* - uma espécie de sabedoria objetiva e demonstração de bom-senso, ou

qualidade daquele que delibera com acerto, que pesa bem os prós e os contras; pela *areté* – que é a demonstração de uma franqueza, de quem não teme as conseqüências pelo seu dizer e exprime-se com o auxílio de palavras diretas; ou pela *eunóia* – em que o orador busca entrar numa cumplicidade complacente com o auditório e o que importará a esse é não entrar em choque, não provocar, ser simpático e solidário para com o auditório.

Na medida em que o orador enuncia o seu discurso, ele desenvolve estas três “imagens” de maneira solidária, mas não simétrica. Ou seja, é possível um ethos que demonstre prudência, franqueza e solidariedade, mas uma destas três imagens será mais acentuada em relação às demais. Novamente parafraseando Barthes, é como se orador fosse repetindo sem cessar: “seguí-me (*prhonesis*), estimai-me (*areté*) e amai-me (*eunóia*)”, só que, a cada enunciação, o mesmo orador poderia emprestar [mostrar] maior ênfase sobre uma das “imagens” em detrimento das outras.

A DEGENERESCÊNCIA E UM NOVO ETHOS

É importante retomar, aqui, a dimensão do ethos em relação às demais provas retóricas. Ao postular, com Aristóteles, que o “ethos é quase a mais importante das provas”, não se deve tê-lo como auto-suficiente. Para a persuasão, não basta o caráter mostrado pelo orador. O fato que este possa ser identificado como um sujeito sincero, honesto etc. nunca é tomado isoladamente, pois a manifestação do seu caráter somente se dá em vista de uma interlocução. Isto é, diante de um auditório que desenvolve uma atitude responsiva, e por meio de um discurso que se constrói de acordo com as finalidades da própria troca. Portanto, na mesma enunciação em que se apresenta o ethos do orador, é preciso ter em conta aquilo que conduz à emoção: as paixões, os valores e sentimentos de tristeza, alegria, amor ou ódio; bem como as relações lógicas e as formas linguísticas utilizadas.

Exemplificando, o orador – homem político – que fala sobre a corrupção, dirige-se a um interlocutor que se presume orientado por representações próprias do espaço da cidadania; quer dizer, alguém que valoriza negativamente o corrupto e a corrupção, pois estes são percebidos como vícios da sociedade. Com isso, geralmente, o discurso do homem político se dirige para a condenação de hábitos que possam ser identificados com este objeto. Quer dizer, a representação da instância cidadã, a sua atitude responsiva, é decisiva na relação discursiva. Ao apresentar o seu desprezo pelo corrupto e pela corrupção, o orador – homem político – mostra-se ao cidadão como um sujeito honesto. Mais ainda, ele pode se mostrar indignado com tal prática, pois participa do desprezo e/ou ódio que o seu auditório ou instância cidadã mantém pelo corrupto. Além disso, ele pode fazê-lo por meio de uma linguagem que se apresenta como a mais apropriada para o momento e para a finalidade do discurso, pois é preciso conduzir a razão persuasiva do auditório, indicando que a corrupção só pode ser uma prática daquele que ocupa o lugar da instância adversária. Assim, falar em *ethos* é convocar, ao mesmo tempo, o *pathos* (paixões, emoções e sentimento) e o *logos* (ou razão persuasiva). As três dimensões servem para mostrar ao outro aquilo que se pretende, obtendo o seu consentimento e adesão.

No discurso político, a idéia de degenerescência da ética é pensada, quase sempre, como um enfraquecimento da prova do *ethos* ou caráter do orador (Cf. Charaudeau, 2005 e Bonnafous, 2003). Na Antiguidade, este seria um sintoma do fim da república romana. Bruto não convenceu aos romanos que os homens honrados haviam executado o tirano César, por que: i) a sua legitimidade (honestidade, sinceridade) estava abalada pela situação de crise política – uma crise política é, também, uma crise discursiva; ii) as “imagens” do seu discurso (*prôbônesis*, *areté* e *eunóia*) não foram suficientes para reverter o enfraquecimento do caráter moral, a priori, inclusive diante de fatores materiais e simbólicos importantes já que a morte de César ameaçava o “lucro social”

representado pelo espólio de guerra. No entanto, o imaginário do homem honrado, que integrava a tradição romana não era a única possibilidade ética. Pelo contrário, a força deste imaginário estava em estreita relação com o predomínio intelectual, político e econômico de uma camada aristocrática. Mas, naquele tempo de crise, uma nova ética se destacava: a ética do “chefe militar”, representada, em seu apogeu, por César, Marco Antônio (e depois pelo “Triunvirato”).

O “chefe militar” também possui idoneidade. Porém, esta corresponde a imagens diferentes, já que se espera dele o mérito de estrategista. A expectativa sobre a sua capacidade para o comando e para a conquista pode propiciar novidades interessantes na formação de imagens: uma espécie de salvador, alguém que vai consertar a situação ou colocar ordem na casa. Configura-se, com este ator, um novo modelo ético: o político-guerreiro, cuja promessa de melhores dias volta-se para a expansão e para o campo de batalhas. Tal ética não abandona a honestidade e a sinceridade, mas estas se vinculam às ações de conquista. Daí o seu discurso pode assumir variantes proféticas e messiânicas, do tipo “vamos vencer” ou “aquele que crê em mim será salvo”.

Se pensarmos em uma sociedade guerreira, como o final da república romana, estas ações estarão relacionadas a uma guerra quase permanente. É uma situação em que o povo vive em campanha. E se pensarmos a ética do “chefe militar” nos dias atuais, trata-se de uma ética em que a honestidade e a sinceridade são atributos que, da mesma forma, servem a fins pragmáticos dirigidos para a expansão e a conquista. Em especial, esta é a ação estratégica que se orienta para a promessa eleitoral, sobretudo, a promessa eleitoral espetacular (“vou aumentar o salário mínimo para 300 reais, já no início do meu governo” – Garotinho, 2002; “em meu governo, vamos assistir o espetáculo do crescimento” e “vamos criar 10 milhões de empregos” – Lula, 2002) e a revelação ou denúncia de atos dos adversários, como no caso recente das

Comissões Parlamentares de Inquérito. Em ambos os casos, a honestidade e sinceridade do homem político têm uma orientação pragmática voltada para a conquista. A promessa espetacular tem o sentido de ampliar o espaço próprio na disputa eleitoral, enquanto na revelação ou denúncia, corresponde ao papel da oposição (PSDB e PFL, principalmente) que se orienta, no caso atual, para a reconquista de um espaço de atuação que foi limitado no período recente. Quer dizer, o que importa não é tanto saber se o homem político está sendo sincero ao prometer X ou ao denunciar Y, mas as imagens de si que apresentam no discurso, para se mostrarem sujeitos honestos e sinceros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão, agora, pode ser a seguinte: o caráter moral, como algo que antecede a atividade discursiva, seria irrelevante? Não. Se o ethos não corresponde exatamente a um caráter *a priori*, mas aquilo que ele dá a entender e a ver no seu discurso “deve-se ter em conta que isso só é possível pelo reconhecimento de um saber partilhado acerca das expectativas que geralmente coordenam as atividades de fala no campo político”. Quando o orador toma a palavra, já se tem uma idéia ou expectativa sobre o seu dizer. Não se daria ouvidos ao homem político que se engajasse em uma campanha em favor do desemprego. O que orienta a nossa expectativa de fala é o contrário: que o político realize o seu discurso para o combate deste mal social. E, na medida em que este combate se verifica empiricamente, nos dispomos em dar crédito às proposições no mundo político. Quer dizer, há um nível anterior de legitimação da fala política que é dado pela convivência e reconhecimento da vida social no espaço público. Aquele que age discursivamente na política deve participar, de antemão, de um imaginário social que lhe concede um tipo de autoridade prévia. Vejam, aqui, mais uma vez, estamos falando de imagem. Uma imagem socialmente produzida. É em relação à imagem sobre

objetos da política que falamos em ética; quer dizer, em relação à corrupção, ao desemprego etc.

Neste momento podemos nos apropriar melhor de uma proposição de Weber. É este autor que nos fornece uma chave produtiva para pensar este nível de autoridade prévia e a manipulação. Segundo Weber, há três fontes de autoridade política que são partilhados pela sociedade: a autoridade de *caráter racional*, a autoridade de *caráter tradicional* e a autoridade de *caráter carismático*. Quando se fala em autoridade racional, pensa-se em uma legitimação de acordo com a ordem instituída e do direito de mando que possuam aqueles que estão investidos de tais ordens ou são nomeados para exercer certo poder de dominação: a *dominação legal*. Quando se fala em autoridade de caráter tradicional tem-se em vista uma crença cotidiana na santidade das tradições e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições representam a autoridade – a *dominação tradicional*. Quando se fala em caráter carismático, tem-se em vista a veneração extracotidiana da santidade, do poder heróico e/ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por ele reveladas ou criadas. Fala-se, neste caso, em *dominação carismática*. (Weber, 2000: 141).

Ora pensar em ethos parece-nos uma possibilidade de locomoção entre imagens ideais como estas, das quais fazem parte o que chamamos até agora “homem honesto” ou “homem de bem” (dominação tradicional, patriarcal) e o “chefe militar” (dominação carismática), bem como a identificação das mesmas no discurso. Remetendo-nos à sociedade brasileira, não é o caso de se dizer, simplesmente, que Getúlio Vargas, Brizola e Garotinho possuem autoridade baseada no carisma e que se investem de um ethos profético. Ou que Fernando Henrique Cardoso, José Dirceu e José Genuíno, têm por autoridade ideal a investidura legal e o ethos burocrático. Ou ainda, para uma retomada sobre o ethos tradicional, que Antônio Carlos Magalhães e Severino Cavalcanti seriam bons exemplos de dominação patriarcal. É necessário que

nos concentremos sobre o discurso destes homens políticos, em situação. Pois, se o ethos não corresponde exatamente a um *a priori* é porque os enunciadores possuem uma capacidade para jogar com as diversas imagens que circulam na sociedade, podendo se aproximar em um determinado momento de um tipo ideal profético e em outro momento de um tipo patriarca tradicional, a partir das variáveis contratuais que orientam a finalidade da relação discursiva.

Daí a idéia dos jogos enunciativos que temos trabalhado recentemente (cf. Menezes, 2004). O homem político, em processos e cenários que apresentam alternativas conflitantes, como o comportamento eleitoral, orienta-se por estratégias que lhe parecem as mais eficazes para o objetivo persuasivo, adotando perspectivas que permitem uma aproximação à teoria dos jogos estratégicos – uma formulação que aproveita a tradição das teorias dos jogos, aspectos da pragmática, da retórica e da teoria semiolinguística. E, para finalizar, a consideração sobre o aspecto manipulatório do discurso deve levar em conta esta perspectiva dos jogos enunciativos; quer dizer, devemos identificar não somente as formulações e proposições do homem político em um momento específico da sua enunciação, mas numa trajetória discursiva mais ampla, em que este se apresenta em relação a diversos fatos do mundo sociopolítico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMOSSY, Ruth. *Images de soi dans le discours*. Paris : Niestlé, 1999.
- ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- BARTHES, Roland. *A retórica Antiga*. In: Pesquisas de Retórica. Petrópolis: Vozes, 1975.
- BONNAFOUS, Simone. La dégenérescence du discours politique. Un lieu commun de l'Antiquité et de la fin du vingtième siècle? In: *Argumentation et discours politique*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2003.
- CARRILHO, Manuel Maria. Les racines de la rhétorique: l'Antiquité grecque et romaine. In: MEYER, Michel. *Histoire de la rhétorique des Grecs à nos jours*. Paris: Librairie Générale Française, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. *Le discours politique*. Paris: Vuibert, 2005.

CÍCERO, Marco Túlio. *Pensamentos políticos selecionados*. Trad. Ricardo da Cunha Lima. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2000.

MENEZES, William Augusto. *Evento, jogo e virtude nas eleições para a presidência do Brasil – 1994 e 1998*. Tese de doutorado em Estudos Linguísticos. Belo Horizonte: POSLIN/FALE/UFMG, 2004.

SHAKESPEARE, William. Júlio César. In: *Obras completas de Shakespeare*. Vol. IX. São Paulo: Melhoramentos.

A heterogeneidade de temas tratados neste livro mostra o papel que vem desempenhando a Análise do Discurso no Brasil. Cada vez mais, a AD se apresenta como um campo de estudos que reivindica a transdisciplinaridade ao mesmo tempo em que assume um espaço de direito dentro dos estudos lingüísticos. De fato, é como uma lingüística do discurso que a AD se enuncia na atualidade, preenchendo um espaço essencial no campo lingüístico.

ISBN 85-8747096-5



9 788587 470966